



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina
e Caribe (TerritoriAL)

Gabriel Alexandre Gonçalves

**A Territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à
participação do capital privado na SABESP.**

SÃO PAULO

2017

Gabriel Alexandre Gonçalves

A Territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à participação do capital privado na SABESP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência parcial para a elaboração da dissertação de mestrado na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Marcelo D. Carvalhal.

SÃO PAULO

2017

Gonçalves, Gabriel Alexandre.

G635 A territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à participação do capital privado na SABESP / Gabriel Alexandre Gonçalves.
– São Paulo, 2017.
208 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. 4. Abastecimento de água – São Paulo (Estado). 5. Parceria público-privada – Brasil. I. Título.

CDD 363.61

Gabriel Alexandre Gonçalves

**A Territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à participação
do capital privado na SABESP.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência parcial para a elaboração da dissertação de mestrado na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Marcelo D. Carvalhal.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvanhal

Pro. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Ari Vicente Fernandes

São Paulo, 5 de junho de 2017.

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens, organização dos Atingidos/as que lutam
pelos seus direitos.
Aos camaradas da luta cotidiana,
à Robson Leite e Rodolfo Abib.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao MAB e aos camaradas que na luta diária me inspiraram a pesquisar e terminar esse trabalho. Jadir Bonacina, Liciane Andrioli, Ubiratã Oliveira, Carla Galvão, Guilherme Weimar, Bruno Abadia, Vinicius Denadei, Tchenna, Júlia Fernandes Camilo, Neudicléia, Ivanei Farina, Luiz Dalla Costa, Cristiane Nadaleti, Gilberto Cervinsk.

Aos companheiros que dedicam suas vidas na luta pelo direito à água, e seu incondicional acesso público.

Dentre eles Sindicato dos Trabalhadores em Água Esgoto e Meio Ambiente (SINTAEMA). Um forte abraços aos camaradas: Anderson Guahy e René Vicente dos Santos, José Antônio Faggian. Espero que este trabalho esteja adequado e suficiente à luta e a gratidão que vocês demonstraram e a mim. Estamos juntos na luta!!

O Coletivo de Luta pela Água, que incorporara e dedicaram tempos e energia para os esforços em enfrentar as incursões do neoliberalismo no Estado de São Paulo. Dentre eles, o grupo que nas reuniões à noite, debatiam e discutiam a água e seu acesso incondicionalmente público. Camaradas: Édson Aparecido, Ricardo Guterman, Américo, Hamilton Rocha, Delmar, Anderson Guahy, Ari Fernandes.

Um forte agradecimento para Marcelo D. Carvanhal pela confiança, liberdade e as orientações e correções do trabalho. Seus apontamentos e sugestões são incorporadas com atenção e aprendizado. Valeu, comandante!!

À Turma Manuela Sanz, grupo que desbravou as fronteiras que lhe foram impostas na conjuntura; e superamos!! A solidariedade constituída ao longo do mestrado, assim como a amizade, ficam registrada em cada desafio superado pelo pesquisador. Cada um da Manuela Sanz, está guardado para sempre na minha história.

À Escola Nacional Florestan Fernandes, de onde me orgulho de conhecer e conviver durante todos os cursos que tivemos de passar. Referência internacional na formação de quadros para as lutas populares. Agradeço à Rosana pela tarefa árdua de acompanhar a turma e dos esforços de fazer com que todos/as conseguissem terminar. À Ana Terra, pela leitura do documento de qualificação, e as pertinentes sugestões que foram incorporadas no trabalho.

Para a minha família, meus psicanalistas e pacientes companheiros: Luzia de Melo Martins Gonçalves pela minha formação ética para a militância. João A. Gonçalves pelo o trabalhismo que me trouxe. Carla A. Gonçalves, mentora, irmã,

imprescindível amiga!! Ana Raquel sensibilidade e determinação. Ricardo Delgado, novo irmão mais velho. Caio T. Gonçalves influência no Rock.

À Robson Leite, camarada que me apoio e impulsionou a me inscrever, pesquisar e terminar esse “trampo”. “Cê é foda mano!!!”. Rodolfo Abib, guerreiro e talentoso designe e exemplo; a Gabi, o Gui e o Léo têm sorte. Estão guardados no peito e para a vida inteira.

À Claudio Martins (Claudião, Mora, irmão, Stendal), José Virginio (Gina, intelectual boêmio e disarado, de coração gigante), Breno Longhi (irmão niilista, carinhoso), Renata Maldonado (feminista!!), Henrique tijolo Romão (economista e paizão), Bruno Camargo (tuca, mas comunista), Gustavo Mason (do seu Padawan), Maria Silvinha (estilista na gringa), Flávia Ramirez (fonte inesgotável de vontade e energia), Simone (exemplo, energia; faz jus à todas as Simones que existem na história) Acauam Oliveira (intelectual ostentação; e por quê c...lho você foi morar longe?!), Regina (a Lispector fica no chinelo perto de vc!!).

Gérson Oliveira (irmão de luta, perrengue e confidente; mesmo longe, está presente), Franciele Valadão (irmãzinha e camarada). Bianca, capoeirista e torcedora do Guarani(sim eles existem!!). Carolzinha, artista gigante e maloqueira. Paulinha, mesmo longe camaradinha e diretora de ponta!! César, a lacaniano de aridez própria; que homem!! Maíra Marques, elegância e inteligência. Bel, humor refinado e fina estampa da infâmia. Rafael Ramalho, polaco com nome de português, adora musica de barulho. Vini, grungeiro adorniano e parceiro de composição.

Ricardo Tamashiro economista keynesiano de esquerda (peça rara nessa conjuntura). Talita Guimarães economista de esquerda (outra raridade). Aurea Fuziwara, compa de luta.

À Paola, o carnaval em mim que ainda vigora.

Aos companheiros/as de NEPEDH. Lúcia Barroco, grandiosidade, gratidão e sabedoria indescritível; ensinou-me a ler e entender Lukács e Marx e o prazer à ética e a filosofia. Áurea, Amanda, Fernanda, Eliane, Pedro, Cris Brites, Laura, Manuel, Márcia, Sirnele. Estas/es são o sangue bom que corre toda quinta à noite.

A ideia de realização da Filosofia é uma noção marxista. Verificou-se no século XIX um fato capital: a Filosofia tornou-se *prática*. Tornou-se prática, ou seja, compromete totalmente o filósofo, não para ele apenas uma visão de mundo, um conhecimento dogmático ou relativista, mas é, ao mesmo tempo, uma ação sobre o mundo, no sentido de que nasce da ação e prepara a ação. (SARTRE, 1960).

Los intereses de la humanidad reclamaban el cese de la anarquía en la producción, el derroche, las crisis económicas y las guerras de rapiña propias del sistema capitalista. Las crecientes necesidades del género humano y la posibilidad de satisfacerlas, exigían el desarrollo planificado de la economía y la utilización racional de sus medios de producción y recursos naturales.
(Fidel Castro, discurso na segunda assembleia popular em Cuba, 04/02/1962)

RESUMO

A água tornou-se uma debate crucial após o aumento das disputas pelo acesso e usufruto deste bem natural. Nesse interim temos os determinantes da crise estrutural do capital e suas manifestações atuando sobre as ideias de escassez da água, assim como políticas privatizantes são estimuladas como estratégia para conservação da água no bojo da hegemonia do pensamento neoliberal. Com isso, parcelas do setor público passam a financeirização, e/ou partilhar o controle (parcerias público privada) das empresas. É nesse contexto que pretende-se compreender a Companhia de Água e Esgoto do Estado de São Paulo (Sabesp), com o avanço do controle do capital financeiro em seu controle, e ordenamento espacial. Para isso, utilizou-se como base de pesquisa os relatórios administrativos anuais da SABESP, base de dados do SINIS (Sistema Nacional de Informação do Saneamento) e referenciais teóricos e conceituais. Dentro desse bojo discutiremos políticas tais como a Parceria Público-Privada (PPP) e a terceirização como momentos dessa correlação de forças. Analisar estes momentos de lutas é pensar na capacidade desses sujeitos se (re)constituindo e abrindo possibilidades de superação e enfrentamento à ofensiva Neoliberal.

Palavras-chave: Água, Ideologia, ordenamento espacial, crise estrutural do capital, neoliberalismo, Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP)

ABSTRACT

Water has become a crucial debate ever since the increase of disputes over the access and fruition of this natural resource. In the meantime, the capital crisis's structural determinations and its manifestations have been exerting influence over the scarcity of water debate, while privatizing policies are stimulated as strategy to protect water resources in the realm of neoliberal thinking hegemony. Thereby, portions of the public administration have befall financial market or public-private partnership control. Under this framework, we intent to understand the São Paulo State's Water and Sewage Company (Sabesp), its recent shift to financial market control and its geographical placement. Along theoretic and conceptual references, the Annual Maintenance Reports of Sabesp, as well as the SINIS database (National System of Sanitary Information) were used as research material, so that we could discuss policies such as Public-Private Partnerships (PPP) and outsourcing as specific moments in such a balance of power. To analyze these struggle conditions is to think about these actor's abilities to (re)build and create possibilities in order to face and surpass the neoliberal assault.

Keywords: Water, ideology, geographical placement, the capital's structural crisis, neoliberalism, São Paulo State's Water and Sewage Company (Sabesp)

LISTA DE SIGLAS

ABCON – Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto

AESBE – Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

Abes- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária

Apeop – Associação Paulista de Empreiteiros de Obras Públicas

ASSEMAE – Associação Nacional de Serviços Municipais de Saneamento

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD- Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH- Banco Nacional de Habitação

COMASP – Companhia Metropolitana de Água de São Paulo

DAE – Departamento de Águas e Esgotos

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNSA- Frente Nacional de Saneamento Ambiental

GSP – Grande São Paulo

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LNSB – Lei Nacional de Saneamento Básico

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento (1971)

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico (2013)

PMSS- Programa de Modernização do Setor de Saneamento Básico

PT – Partido dos Trabalhadores

RAE – Repartição dos Serviços de Águas e Esgotos da Capital, subordinada à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo

RIG – Relação intergovernamental

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SA – Município de Santo André

SABESP– Companhia Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SAEC – Superintendência de Água e Esgoto da Capital

SAE – Serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário

SANESP – Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo

SBC – Município de São Bernardo do Campo

SCS – Município de São Caetano do Sul

SFH Sistema Financeiro da Habitação

SFS Sistema Financeiro de Saneamento

SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os maiores rios do mundo.	53
Tabela 2. Investimentos aplicados em Saneamento, 1968 à 1986.	97
Tabela 3. Domicílios - com água potável na rede geral - pessoas - (%).....	113
Tabela 4. Evolução Financeira das empresas estaduais entre 1995-2001 (R\$).	125
Tabela 5. Índice de faturamento e perdas de água, 1995-2001.....	125
Tabela 6. Índice de produtividade dos serviços de água e esgoto das companhias Estaduais, Públicas(locais) e Privadas (locais) (Econ. Ativas/nº pessoal total), entre 1998 à 2001.	126
Tabela 7. População atendida por abastecimento de água e esgoto, por região, em 2004.	129
Tabela 8. Rios e Mananciais (subterrâneos e superficiais) sob o controle da Sabesp, 2016.	151
Tabela 9. Receitas operacionais, Arrecadação e despesas em caixa, 1995-1998.	163
Tabela 10. Quantidade de trabalhadores próprios da Sabesp, 1994-1998	163
Tabela 11. Ganhos por transações de ações ordinárias por circulação ADS	188
Tabela 12. Índices de perdas e faturamento de água (%)	192
Tabela 13. Produtividade da empresa e horas trabalhadas.	196

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Número de domicílios ligados à rede de abastecimento de água (1940,1950 e 1960).....	82
Ilustração 2. População total atendida com abastecimento de água no Estado de São Paulo, SABESPe demais empresas entre 1995 à 2015 (Habitantes).....	150
Ilustração 3. Extensão da rede de água entre SABESPe demais empresas, no Estado de São Paulo, 1995 à 2014(Km).....	151
Ilustração 4. Quantidade de empresas de 1999 à 2015 (empresas)	152
Ilustração 5. Municípios atendidos com abastecimento de água (municípios), 2013 à 2015	153
Ilustração 6. Retorno sobre Ativos (Retorno sobre Investimento) da Sabesp, 1995-1999.	166
Ilustração 7. Valor das Debêntures emitidas pela Sabesp, 1999 à 2001(R\$ x 1000)... ..	178
Ilustração 8. Evolução do Patrimônio Líquido da SABESPcom as metas limites previstas nos Estatutos Sociais, 2002 à 2014 (R\$ x 1000).	181
Ilustração 9. Retorno sobre Patrimônio Líquido para os investidores da Sabesp, entre 1998 à 2003.	182
Ilustração 10. Índice de Liquidez corrente da Sabesp, entre os anos de 1996 à 2014 (ind.)	183
Ilustração 11. Ganhos por ADR's e ADS's da Sabesp, entre os anos de 2006 à 2014.	185
Ilustração 12. Volume de água produzida, 1995 à 2013. (m ³ /ano)	191
Ilustração 13. Volumes de água: faturados e produzidos (m ³ /ano).....	192
Ilustração 14. Lucro Líquido da Sabesp, 1996 à 2014	197
Ilustração 15 Modelos de privatização Banco Mundial	122
Ilustração 16 Monopólio Natural dos setores de energia e saneamento básico.....	139
Ilustração 17 Sistemas produtores de água anexados pela SABESP, 1973.....	148
Ilustração 18 Concentração da arrecadação dos municípios do Estado de São Paulo atendido por empresas públicas no saneamento, 2013. (R\$/ano).....	154
Ilustração 19 Territorialização da SABESPpor municípios no Estado de São Paulo/SP, 2016	155
Ilustração 20 Jornal do SINTAEMA, 1995	168
Ilustração 21 Capa da revista DAE, n. 179, 2009.....	186
Ilustração 22 Representação esquemática da hidrografia da área objeto dos estudos do Projeto da Macrometrópole.....	193

SUMÁRIO

1. Introdução.....	19
2. O contexto sócio-histórico das “décadas de crise” crise estrutural e a crise ambiental	28
2.2 A crise estrutural e as “Décadas de Crise	29
2.2. Os limites absolutos do capital e a crise ambiental	41
2.3. “Crise Ambiental	44
3. As conferências de Dublin e Rio 92 e a constituição do conselho mundial da água; o saneamento básico no contexto das metas e gestões da água.....	51
3.1. A escassez e a problemática da água	52
3.2. As conferências da ONU na mercantilização da água. A tática de consenso do Novo Imperialismo.....	59
3.2.1 Conferência de Mar del Plata	62
3.2.2 Conferência de Dublin.....	64
3.2.3. Conferência Eco 92 (Rio de Janeiro).....	67
3.2.4. Conferência de Paris e de Bohn.....	69
3.3. Instrumentos do Imperialismo: Conselho Mundial da água e o Banco Mundial. 70	
4. A territorialização no Brasil do Saneamento Básico: do PLANASA ao PLANSAB . 77	
4.1.1 O Saneamento e a política no Brasil: da pulverização à centralidade pulverizada.....	79
4.1.2. O Saneamento e a política no Brasil: PLANASA, um plano construído de um só golpe.....	88
4.2 Crise do PLANASA	98
4.3. Políticas Neoliberais.....	107
4.....	127
4.5 Governo Lula e a criação de uma nova política para o Saneamento.	127
5. A Territorialização do Capital financeiro na SABESP	137
5.1. Saneamento em São Paulo e o monopólio da Sabesp.	140
5.1.1. Caracterização do monopólio da empresa de sociedade mista.....	149
5.2. Regulação e estratégias do capital no setor do saneamento paulista.	156
5.3. Regulação e estratégias do capital na Sabesp.	161
5.3.1. Parceiro estratégico: o outro ataque da privatização neoliberal à SABESP	173
5.3.2 à volta do “Parcero Estratégico	179
5.4. A espacialidade do capital e contra-tendências adotadas.....	190
6.Considerações Finais	199

Referências Bibliográficas.....	202
---------------------------------	-----

1.Introdução.

Primeiramente, Fora Temer! É importante posicionar a discussão do que se representa discutir, ou tratar o “Fora Temer!”. De início do presente trabalho, mesmo que não trate em específico o processo de golpe passado pelo ano de 2016, mas para posicionar a luta contrária ao projeto que retoma o Neoliberalismo no Brasil, em que transforma as bases naturais em recursos para a geração de riqueza e ampliação dos lucros às custas do trabalho e alienação da riqueza produzida.

Durante muito tempo a América Latina vem sendo alvos das estratégias do capital, seja pelo trabalho precarizado, ou pela apropriação e pilhagem de bens naturais. Todas essas ações se pautam em medidas de salvaguardar o capital em sua crise, sob os auspícios do Imperialismo.

Apropriação nas jazidas de petróleo, terras, água e povo. Tudo transformado em recursos e meios para a geração de mais Valor. A Luta de barrar o projeto e a ideologia neoliberal faz presente nas inquietações do presente pesquisador. É por meio de compreender e estar/ser no mundo que o pesquisador necessita debruçar-se ao objeto de pesquisa para intervir. Aqui o militante e o pesquisador se apresentam em um, tento um posicionamento ontológico de seu trabalho, ser o sujeito pesquisador/militante. Ao contrário de uma separação gnosiológica, ser um e depois outro.

O conhecimento aqui é totalmente comprometido com a ação do sujeito no mundo. A ideia de realização é envolvida de mediações necessárias para o desenvolvimento da ideia tornar-se mundo. Torná-la práxis é o desafio. Aqui busca-se o “comprometimento totalmente do filósofo, não é para ele apenas uma visão de mundo, um conhecimento dogmático ou relativista, mas é, ao mesmo tempo, uma ação sobre o mundo, no sentido de que nasce da ação e prepara a ação”(SARTRE, 1986, p.26).

A posição de ser/estar no mundo, do pesquisador/militante, depende que para atuar no objeto necessita do rigor teórico em seu ir compreendendo e entendendo a lógica interna do objeto. Por isso, as inquietações do pesquisador se apresentaram em relação aos temas e pautas que vivenciava em sua atuação cotidiana como militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MAB desde o início de 2007 traz como seu lema “Água e energia não são mercadorias”; o que lhe impõe uma luta pelos direitos ao acesso, e o repúdio ao processo de privatização da água – não apenas da energia. Com isso, se aguçou ao pesquisador o lema da água para o estudo.

Em 2013, temos os primeiros atos no Estado de São Paulo com o tema Água. Naquele momento, já se iniciavam as denúncias de falta de água na capital paulista e os “desinvestimentos” ocorridos ao longo da gestão do Governo de Geraldo Alckmin – PSDB (2010-2014). Embora ainda não se tivesse de maneira mais nítida os efeitos da “crise hídrica”, a carência de acesso à água tratada, esgoto, recolhimento do lixo e drenagem de córregos se fazia presente em toda a cidade, exemplos as regiões mais pobres, como parcelas da Zona Leste (Guaianases, São Mateus, São Miguel), da Zona Sul (Parelheiros, Grajaú, Campo Limpo) e da Zona Norte (Perus, Pirituba, Parada de Taipas).

Com essa precariedade de acesso, vários movimentos sociais passaram a pautar a luta pela água, tais como: que atuam no meio urbano, como a CMP (Coordenação dos Movimentos Populares), a UMM (União dos Movimentos pela Moradia), MTST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto), FACESP (Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), Levante Popular da Juventude, MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) dentre mais de outros 20 movimentos. Também partidos políticos como a Consulta Popular, o Partido dos Trabalhadores (PT), PC do B, PSOL; além de centrais sindicais como a CUT e a CTB, para ficar nesses.

Concomitantemente, acompanhávamos as discussões e a constituição dos coletivos que borbulhavam pela capital paulistana. De setembro de 2014 a março de 2015, ocorreram a consolidação de coletivos como: a Assembleia pela Água, a Aliança pela Água e o Coletivo de Luta pela Água. Assim também, agrupamentos midiáticos se forjaram nessa luta: Jornalistas livres e Conta d’água, dando mais entusiasmo ao tema e mais aderência aos atores à cena.

Com a efervescência da criação dos coletivos que se somavam, tínhamos o interesse em compreender suas pautas e seus posicionamentos teóricos em sua imanência. Longe de uma catalogação enciclopedista de análise de suas metodologias de luta, bandeiras e ideologias; buscávamos caracterizá-los por suas multideterminações, que expressam suas maneiras de se apresentarem na luta.

A imanência de seu próprio movimento permitira as preocupações em trazer os mais fidedignos aspectos da maneira de ser desses coletivos, em reação reflexiva aos acontecimentos agravados pela crise hídrica. O que concordando com Lukács (2012, p.37),

[...] na vida cotidiana o ser real muitas vezes se revela de maneira

altamente distorcida. Em parte, os modos de manifestação imediata encobrem o realmente essencial no plano ontológico, em parte, nós mesmos projetamos no ser, com silogismos analógicos precipitados, determinações que são totalmente estranhas a ele, apenas imaginadas por nós; além disso, confundimos com o próprio ser os meios com que tomamos consciência de momentos determinantes do ser etc. Portanto, é preciso partir da imediatividade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela, para poder apreender o ser autêntico em si.

Os materiais impressos, revistas e canais de mídias sociais (facebook, blogues entre outras) incorporaram as primeiras aproximações com o debate produzido por esses coletivos. Todavia, ainda restava o entendimento do antagonismo presente a nós, ou seja, as atuações do Governo do Estado de São Paulo e a empresa SABESP.

Dessa forma, a ânsia por entender esses novos sujeitos e mais as ações do governo do Estado de São Paulo e da SABESP apresentavam-se muito nebulosos. Tínhamos a tarefa de identificar esta lógica, para compreender as elaborações e entendimento que a conjuntura se fazia. Com isso, ampliávamos mais ainda o interesse do tema e mais distantes de uma compreensão focada de que estudar. Apresentamos, assim, a angústia e o problema de pesquisa, consequentemente suas hipóteses e objetivos; entramos na fase de “[...] definindo a cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por que, por quanto tempo etc.)” (MINAYO, 2011).

O esforço de sintetização das leituras e o questionamento inicial sobre as discussões frente à essa cotidianidade, resultou no projeto de pesquisa, sendo este “a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: de abstrações teórico-conceituais e de conexão com a realidade empírica, e de exaustividade [...]” (MINAYO, 2011, p.31).

Entre erros e acertos buscamos compreender algumas questões que entendemos serem anteriores aos processos de conflitos, ao entorno da Água. Assim, permitiu um enfoque maior nas questões relacionadas no Estado e na SABESP. Mas, sobretudo, uma guinada nos últimos anos de tendências mundial em tornar a Água uma mercadoria. Em que vimos as lutas dos povos como na Bolívia, que barraram a privatização do saneamento básico no país.

São emblemáticas as tentativas de privatização dos setores do saneamento em cidades do Hemisfério Sul: El Alto (Bolívia), Buenos Aires(Argentina), Limeira(Brasil); para ficar em alguns dos exemplos. O que nos demandavam a compreensão das privatizações e da mercantilização da água em um contexto econômico-político geral, e

como eles de correriam em outras expressões.

Como entender a privatização do setor, no Estado de São Paulo, tendo a maior empresa de saneamento no Brasil, sendo ela 50% pública, mas com diretrizes e envios de dividendos para o exterior? Como, na década de 1990, auge das políticas neoliberais, ainda manteve-se os 50%, qual disputa ou estratégia estaria por detrás disso? E quem organiza e regula os serviços da empresa, o poder público ou os acionistas (capital financeiro)?

Compreender os embates subjacentes às decisões e implementações de regulações e políticas conduzidas pelo Estado, era necessário analisar a lógica imanente por dentro dessas políticas, no caso das gestões do governo do Estado de São Paulo de que maneira faculta para os interesses das iniciativas privadas. E como mediação para compreender as disputas por detrás das políticas estaduais, como as ocorridas no mundo em seu quadro de crise estrutural.

A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada pela análise da trajetória sócio-histórica no processo de constituição do saneamento público em São Paulo e a constituição da SABESP, juntamente com as conjunturas e avanços das políticas neoliberais para o meio ambiente. Assim, os processos que ao longo da sua história, enquanto ser, desenvolveram dialeticamente em continuidades, descontinuidades e permanências (*Aufklärung*) durante sua história. Assim, constituindo os desenvolvimentos do objeto em seu processo histórico ontológico.

Nesse momento, na busca pela apreensão do objeto delineado, realizamos uma pesquisa bibliográfica, a partir das leituras iniciais com vistas à compreender “o que é o saneamento?”. Nesse sentido, buscamos a literatura que traga, “*o ente-em –si como pode ser constituído de fato*”(LUKÁCS, 2010, p.133). Constituindo assim, a capacidade de identificar, concretamente, a particularidade da empresa SABESP para a análise, dentro do movimento de mercantilização da água nas suas mais diversas expressões de atividades: saneamento. Embora seja algo pretensioso para a dissertação de mestrado, buscamos as determinações necessárias das escalas atuantes no contexto do saneamento, historicamente determinado, no Brasil e no Mundo.

Embora tratados por esses períodos, identificamos que há continuidades nos anos 1990, quando a empresa apresentou as estratégias de abertura do capital social, como também, segundo SWYNGEDOUW (2004), as empresas não privatizadas e monopolistas dos setores passaram a soltar papéis no mercado financeiro como forma de garantir financiamento e lucratividades para o então mercado de ações.

Das atividades exercidas pela SABESP, antes de 2008, a empresa realizava sobretudo, o abastecimento de água e tratamento do esgoto, ficando as outras atividades para as prefeituras municipais e drenagens pluviais à CETESB.

A partir do levantamento bibliográfico e dos debates sobre saneamento e meio ambiente (MAB, SINTAEMA, FNU, universidade, orientador), constituímos as aproximações teórico-conceituais sobre o objeto em estudo: os ordenamentos espaciais e os interesses das políticas públicas e diretrizes de regulamentação do serviço público de saneamento no que tange ao controle da água pelo Estado de São Paulo e seus rebatimentos aos investidores e ao capital privado da SABESP.

Iniciamos com o **Saneamento Básico** para traçarmos o processo de sua constituição e o processo que engendrou até a atualidade. Todavia, não buscamos traçar o início desde a construção de fontes de abastecimento de água, em tempos pretéritos. E, sim, caracterizá-lo a partir do primeiro plano nacional que estruturou-o como política pública sistemática, através da instituição da PLANASA em 1972.

É necessário para a compreensão do capital financeiro a utilização e análise da complexidade pela via da Teoria do Valor, pois além de compreendermos o processo de valorização financeira pelo mercado de ações e outras aplicações, conseguimos interpretar as ações de regulamentação do Estado para auxiliar a ampliação da acumulação capitalista, nesse contexto atual.

Dentro do processo sócio-histórico de constituição e ordenamento espacial do saneamento básico no país, identificamos um processo de crise do financiamento público para o setor. Isso, pois, em consequência à crise de financiamento pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), sendo esse uma consequência do fim do PLANASA. Para isso, identificamos ao longo de nossa pesquisa a participação e regulamentação do Estado, via políticas públicas. Estas passaram a regulamentar as ações e garantias de mercado para os atores do mercado financeiro. Para melhor problematizar a discussão, buscamos a problematização à luz dos autores: István Mészáros, com a discussão do atual papel do Estado na crise estrutural que perpassa o capital e Perry Anderson, em uma vasta bibliografia sobre o Neoliberalismo.

Para melhor entendermos esse processo buscamos na geografia: Ruy Moreira, Antonio Robert de Moraes, que categorizam os processos sócio-espaciais e ideológicos (este último com forte influência lukacsiana da categoria da ideologia) que constituem e ordenam o território (MORAES, 2002). Esses processos são caros ao capital financeiro, uma vez que dependem de suas regulamentações para a efetivação de

seus lucros, se apropriando e reificando o espaço para a sua acumulação capitalista.

Os aportes da categoria de **Espaço e Território**, pretendemos as capacidades de desvendar os mecanismos sócio-espaciais utilizados pelo capital financeiro, personificados no setor de Saneamento Básico, em seu ordenamento espacial. Entendemos, assim como Thomaz Jr (2009), “[...] a geografia um instrumento importante para a apreensão e desvendamento do ordenamento imposto sobre a sociedade” (p.5). É preciso compreender a necessidade de deslindar os mecanismos de controles e regulações sociais empreendidas pelo capital, pensando este como um modo sociometabólico de controle e subsunção dos homens, o qual depende de submeter a tudo e a todos a sua lógica (MÉSZÁROS, 2011).

Antes de nos atermos a maneira de como a Geografia, ou o cabedal categorial dessa ciência possibilita a análise, Ruy Moreira, nos apresenta suas sínteses a respeito da geografia. Para o autor, a reflexão analítica do homem-no-mundo, e também de representação, a partir do modo como este se organiza nele em sua relação com a sociedade e a natureza, no vir-a-ser do processo histórico.

Moreira (2004), refere-se à contextualidade e existencialidade- que define a capacidade de geograficidade. Ou seja, “[...] à geograficidade- espacial do homem no mundo, condição que difere aqui e ali de acordo com as estruturas da história.”(MOREIRA, 2004, p.23).

Este esforço traz ao geógrafo a capacidade em sintetizar as representações e reflexões desse corpo teórico, não na separação ser e pensar (em um recorte gnosiológico e epistêmico), mas em sua unidade, enquanto ser social forjado nesse mundo (ontológico). A capacidade ontológica desse momento dá-se pelo cruzamento em uma práxis governada pela consciência como uma teoria da ação, cujo ponto da comprovação de verdade se dá no momento da práxis. E nesse sentido, para o autor há a relação direta com o marxismo.

A geografia e sua geograficidade com a relação da sociedade e seu metabolismo societal, apresentam as maneiras de construir espaços, ordená-los e reorganizá-los em seu processo de vir a ser. As categorias da natureza e do homem, mediadas pelo trabalho, aqui no caso subordinado ao Valor, que subsume tudo às capacidades reificantes de sua autovalorização. Assim, as necessidades de criação humana são “quebradas” e colocadas como necessidades de produção de riquezas para o capital (Mészáros, 2011). Constitui o espaço à geograficidade alienada fundada na alienação do trabalho. Diferentemente das produções espaciais fundadas nos valores de uso, nas

necessidades verdadeiramente humanas.

Assim, para Moreira, na organização geográfica apresenta duas maneiras de constituir o metabolismo: uma a partir do trabalho concreto, realizador do valor-de-uso, com necessidades e possibilidades novas e riqueza de produção (MÉSZÁROS, 2011). E, o metabolismo do trabalho abstrato, realizador de valor-de-troca.

Sem adentrarmos para os desdobramentos subjacentes à cada maneira de metabolismo societal, entendemos, que na sociedade capitalista há uma supremacia do Valor, e uma subordinação do Valor de uso (CARCANHOLO, 2012).

A perspectiva que se segue na orientação desse geógrafo para o espaço é a organização geográfica da sociedade no processo de valorização do espaço, em construção deste como movimento-produto da ação do valor enquanto conteúdo-chave da reprodução ampliada do capital. Ao invés, de retratar tão somente no recorte gnosiológico, ou na economia política do espaço que trata das categorias de riqueza e trabalho enquanto expressões das categorias econômicas, e em diálogo restrito com a natureza (como recursos), segmentou dessa maneira,

A crítica do trabalho e do homem numa sociedade centrada no conceito de riqueza e do valor articulados ao processo da alienação humana e sua superação numa sociedade socialista, caiu nesse terreno. O discurso plantou-se no âmbito apenas gnosiológico. O plano ontológico do espaço do homem praticamente ficou de lado. E o projeto de renovar e unificar numa totalidade discursiva a geografia ficou no papel. (MOREIRA, 2004, p.27).

Contudo, pela perspectiva da alienação da humanidade pelo Capital (Valor que se auto-valoriza), e suas amarras fetichizadas, demonstram a materialidade da alienação e sua capacidade material de superação. As ordenações e regulações exercem grandes algemas para a prisão espacial dos homens a uma sociedade centrada nas relações de classes e de capital, ou seja, a alienação espacial dos homens (MOREIRA, 2004). Assim, a geografia visaria na ciência espacial da sociedade e da história, o espaço com o corpo do tempo, produto do trabalho humano, historicamente determinado, e produto e produtor dos arranjos do espaço geográfico.

Por essa via entendemos da geografia em sua importância na interpretação da gestão do capital sobre o espaço. E, com sua materialização da produção em territórios cujos limites territoriais abrangem suas estruturas empresariais (THOMAZ JR, 2009). Assim, à exemplo a ordenação regulamentação para a constituição de ampliação do capital e sua auto-valorização. Assim,

Dessa forma, transforma-se o espaço do mercado no espaço da leitura da história e sua realização estratégica está dada no sentido de fazer o “*Estado aparecer como sujeito da história e o mercado como lugar em que o Estado e a Sociedade se enraízam e a história tem sua leitura (...)*” (MOREIRA, 1985, p.67). Em outras palavras, “*o processo dessa fetichização consiste em o Estado deslocar as contradições do interior da sociedade civil para dentro de si, para devolvê-las à sociedade civil já na forma de regulações mercantis*” (MOREIRA, 1985, p.40). A ordenação resultante desse processo se traduz, concretamente, em ações práticas. (THOMAZ JR, 2009,p.10)

A partir das pesquisas elaboramos os capítulos. Para melhor compreendermos o contexto histórico que se desenha a necessidade de transformar a água em valor econômico, buscamos apresentar o processo de crise estrutural e seus rebatimentos para a década de 1980-90. Neste período, é que temos a possibilidade de tornar o problema ambiental, aqui nesse momento, e seus desdobramentos para a água, como uma crise dos recursos. É por esse ínterim que temos as primeiras propostas de construção do discurso de tomar medidas para remediar a crise ambiental. Buscaremos caracterizar as crises no **Capítulo 1**.

Já no segundo capítulo buscaremos analisar as conferências da ONU nesse contexto e os debates de escassez, no bojo da crise ambiental, de modo a deixar claros os procedimentos que levaram a consolidação do conselho mundial da água (WWC), sendo este de caráter privatista e com fomento para as políticas de parcerias publico-privadas e abertura de capitais mistos. Para isso, fomentaremos essas discussões no **Capítulo 2**.

Todavia, ainda nos países como o Brasil, o saneamento carecia de muita expectativa para se apresentar como um mercado de investimentos. A partir do PLANASA, o governo passa a abrir possibilidades de investimentos de financiadores internacionais. São as primeiras entradas e gestão “simbiose” do mercado financeiro e o Estado brasileiro. Essa prática marcará o setor até os dias atuais, para tanto buscaremos uma análise da espacialização e formação do saneamento, trataremos no **Capítulo 3**.

Com a estruturação do setor, focaremos na particularidade do saneamento paulista, particularmente com a criação da Empresa de Saneamento do Estado de São Paulo (SABESP), em 1973. Para em 2012, “[...] considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida.[...] São 28,6 milhões de pessoas abastecidas com água e 22,8 milhões de pessoas com coleta de esgoto” (SABESP, site).

Entendemos que a síntese do processo sócio-histórico de saneamento, tem suas

particularidades em relação à empresa paulista. Dessa forma, que no **Capítulo 4** entenderemos o momento de ordenamento que o capital financeiro engendra na empresa, consubstanciado com as regulamentações proporcionadas pelo seu acionista maior, o Estado de São Paulo.

A necessidade de compreender como as expressões da ideologia neoliberal sob o setor de saneamento se faz mais importante ainda, no momento em que temos a retomada da privatização como alternativas. Haja visto, o processo que ocorre no Rio de Janeiro, CEDAE; e no Pará, COSANPA; cujas contrapartidas para o saneamento das dividas estatuais, propostas pelo governo federal, sob a presidência de Michel Temer, são as vendas dessas duas empresas.

Não apenas no saneamento, mas políticas e ações que visam flexibilizar os direitos trabalhistas, ou retirada deles. E o tão aventado projeto do Estado mínimo, para a classe trabalhadora; não para os donos da propriedade privada. Por isso, do intento em compreender a lógica e as ações que tiveram e se apresentarão as políticas vindouras e com cariz neoliberal, no bojo do governo golpista, e no cenário internacional. Por conta disso, e nesse momento conjutural, o engajamento do pesquisador/militante. Então, bradamos: “Fora Temer!”.

2. O contexto sócio-histórico das “décadas de crise” crise estrutural e a crise ambiental

Segundo FREITAS e GAUDIO (2015), a partir do último quartel do século XX, duas posições se apresentaram para a temática da água. Com as conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Mar Del Plata, Dublin, Rio), apresenta-se as proposituras com melhor nitidez nos debates: em Mar Del Plata (1977), as poucas menções ao problema da água (poluição ou escassez) trouxeram a gestão da água com o predomínio das ações dos Estados, com uma garantia de acesso e investimentos em infraestrutura. Todavia, em 1992, em Dublin, as interpelações da conferência conduziram o debate, da água, sendo um recurso vulnerável, finito, com um valor econômico em todos os seus usos. Trata-se de identificá-la com um bem econômico.

As perspectivas em transformar a água um valor econômico permeia o debate sobre o recurso. Seja em solucionar a degradação e poluição, ou o debate da escassez; o fato é que para incorporá-la aos circuitos de valorização de capitais, é necessário cultivar “[...]o discurso da escassez” (GONÇALVES, 2006). Essas medidas buscaram nas taxações como soluções para o aumento das demandas pelos recursos naturais.

A questão da escassez e degradação ambiental advoga para um quadro de crise ecológica, no caso da utilização dos recursos naturais. Ocorrerá muito no debate da água no bojo da “crise ambiental”, que se apresentou como central, na década de 1990. Década essa permeada de crises (econômicas e políticas). É válido ressaltar que os fundamentos da “crise ecológica” ou “ambiental”, posicionam no momento advindo pelos debates nas décadas de 1980, para a redução das degradações da Natureza pela produção ascendente e expansiva do capital.

Destarte, compreendemos a crise hídrica, crise ambiental, como facetas de um momento de crise estrutural do sócio metabolismo do capital, que em sua atual fase, acionou os *limites absolutos* deste. O sistema do capital como um modo de regulação alienado aos homens, e também a natureza, absorve ao seu controle todos os recursos para sua necessidade de autovalorização. O metabolismo societal do capital argui a Natureza à torná-la separado do Homem,

Para Marx, sob o capitalismo, o homem perdeu a mediação,

regulação e o controle de seu metabolismo (*stoffwechsel*) com a Natureza. Instaura-se uma falha (Lift) irreparável no metabolismo homem e Natureza em decorrência das relações de produção capitalistas e de separação antagônica entre campo e cidade. (ALVES, 2009, p.214)

Entendemos que a análise histórica é necessária e fundamental para a compreensão do aumento da utilização do recurso hídrico. Para tanto, buscaremos as determinações reflexivas entre o quadro de crise estrutural do capital e suas implicações. De maneira a contextualizarmos as proposituras nas conferências da ONU (tratada no próximo capítulo), que abriram a possibilidade das privatizações e a inserção da água nos circuitos financeiros; como momentos determinantes, ou teleologias para a construção de saídas para a crise.

2.2 A crise estrutural e as “Décadas de Crise”

As décadas de 1980 e 90 marcaram como o momento subsequente das transformações ocorridas com a decadência da fase da “Era de Ouro” do capitalismo, como apresenta Eric Hobsbaw (2001). Para o autor, as décadas que precederam o ano de 1973, são caracterizadas como “Décadas de Crise”, as quais o mundo se resvalou em instabilidade e crise, buscando se reestabelecer e identificar o legado deixado pelo período de ascensão do capitalismo.

Embora tratemos os desdobramentos dessa crise, nos anos 1980 e 1990; faz-se necessário o entendimento das transformações do mundo nesse período. É com a aceleração do processo de produção e a transformação do processo produtivo (saídos do Fordismo/Taylorismo para o Toyotismo ou acumulação flexível).

A crise do fordismo/taylorismo é uma das expressões de uma crise que jaz na essência do metabolismo social vigente. Para tanto, não apenas o enfoque nos seus rebatimentos para a economia, mas o quanto que a relação sistêmica da crise desdobra-se em outros complexos sociais, ou seja na política, cultura. Assim é nesse bojo as discussões, preteridas para se analisar o quadro de crise ambiental e hídrica. Entendemos a história em sua totalidade dialética e seus rebatimentos nos complexos da economia, na política e também na ideologia, assim como a relação homem natureza e suas transformações ao longo desse período.

O mundo passou por um crescente período de acumulação de capitais. O apogeu

deu-se à grande capacidade produtiva do padrão de acumulação do fordismo taylorismo. As sínteses a respeito desse momento são explanadas por Antunes (2009) à luz de Robert Brenner, em que as raízes da crise estão no excesso da capacidade de produção. A produtividade elevada da “Era de Ouro” do setor manufatureiro mundial, proporcionou uma compressão nas taxas de lucratividade, o que mais tarde, como veremos foi uma das determinantes para o crescimento acelerado do capital financeiro, a partir da década de 1970.

Dentro dos elementos causais, a lucratividade gerada pelo excedente de produtividade obrigou ao capital a capacidade de repor sob o impulso da mundialização do capital,

(...) houve o desenvolvimento da acumulação flexível, um novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais. Tal modo de acumulação decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de valorização, debilitada não apenas pelo desenvolvimento da III Revolução Tecnológica (que pressionou a lucratividade das corporações transnacionais através do aumento da composição orgânica do capital), mas também pela constituição do *Welfare State*, pelas barreiras à usurpação capitalista, erguidas no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós-II Guerra Mundial. Por outro lado, no plano dos múltiplos capitais, presenciamos, a partir dos anos sessenta, o aumento da concorrência capitalista no mercado mundial (Brenner, 1999; Mandel, 1983; Aglietta, 1978) (ALVES, 2009, p 80)

As crises dos anos de 1930 e os anos de 1973 apresentaram um *continuum* depressivo da economia global. Embora não tenha desabado, a capacidade de transferir capital para a esfera financeira representaram a alternativa dos ganhos de retomada dos lucros, ocasionando uma retirada dos investimentos em capital fixo. Pois, as barreiras a serem transgredidas eram as capacidades de realocação dos investimentos em menos tempo e a rápida geração de lucro (mesmo que virtual ou fictício)¹ para o Capital.

Com isso, os problemas com a rigidez dos investimentos de larga escala e longo prazo, foram superados nas décadas precedentes, com a capacidade da flexibilidade de

¹ O capital fictício é fruto da valorização especulativa, ocorrida na circulação de moedas à juros. Embora fictício, com uma quantidade de cobrança à juros é que qualquer quantidade em dinheiro gera ao seu proprietário mais dinheiro. Neste caso, como nos apresenta CARCANHOLO (2012), o dinheiro é convertido em capital a juros, o rendimento que é visto como uma receita e interage no mercado. Embora fictício, sua fonte é derivada dos ativos da empresa, tendo dessa maneira uma base material. No entanto, está se descolando ao longo da especulação nos mercados e nas bolsas de valores, nos mercados de ações.

planejamento. Com isso, Hobsbaw (2001), afirma “(...) *embora a Era de Ouro acabasse em 1973-5 como alguma coisa bem semelhante a uma depressão bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas “economias de mercadodesenvolvidas” em 10% [...]*” (p.394)

Os únicos instrumentos capazes de uma resposta flexível estavam na política monetária e sua capacidade de impressão de moeda no mercado, com fins de manter a economia estável (HARVEY, 2009). Com taxas cada vez mais baixas de lucro, redução de investimentos em capital fixo (produtivo), proporcionou uma onda inflacionária cujos efeitos trariam na queda de expansão do pós-guerra.

Os poucos mercados para investimentos produtivos comprimidos e o excesso de fundos (hipertrofia do sistema financeiro), trouxeram o mundo à um processo de “estagnação”. Os Estados ocidentais, sem a capacidade de captar os excedentes para os grandes investimentos característica do keynesianismo passam a entrar em crise, nos anos de 1973-5 e inícios dos anos 1981-3 (HOBBSAW, 2001). Harvey (2009) apresenta que a recessão de 1973 e seus processos causais, adicionados aos choques do Petróleo: “Evidentemente retirar o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagnação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento em conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista.(HARVEY, 2009, p.140)”.

O aumento da inflação, ascensão do desemprego, aumento dos gastos públicos e, principalmente, redução da lucratividade entre em declínio o paradigma taylorista/fordista. As conjunções desses elementos corroeram as bases desse padrão de acumulação e produção da riqueza da “Era de Ouro”, e suas transformações desdobraram para a esfera da política em todos os países.

Com as insatisfações e as lutas dos trabalhadores, em alternativa ao compromisso social que vigorou entre capital e trabalho, como configurou na ascensão da acumulação anterior, as classes proletárias passaram a avançar em seu projetos e pautas. O que podemos identificar nos estudos de Harvey (2008)

(...) trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. (HARVEY, 2008, p. 23)

O então compromisso fordista entre trabalho e capital, vigorou não como uma

relação contratual entre dois indivíduos. Mas, imposto pela lógica de desenvolvimento, e pelo equilíbrio relativo na relação de forças entre a burguesia e o proletariado, isto em consequência de décadas de lutas. Não quer dizer em fim ou derrota da luta de classes, mas a renúncia histórica de parte do proletariado em assumir sua “aventura histórica” (BIHR, 2012), ou seja, a luta revolucionária sai da estratégia da classe, e passa a ser substituída pela seguridade social. Os horizontes da tomada de poder do trabalho saíram de cena, aceitando os ganhos de consumo ao invés de dominar os meios de produção.

O Estado ganha maior fator do árbitro nesse período, mediando as instituições e organizações de classes. Nesse processo as organizações e instituições passaram a disputar o Estado como alternativa, ou alternância, em sua direção, a partir de coalizões e partidos burgueses.

Todavia, com o esgotamento histórico desse período, em alguns países, abriram possibilidades para a ascensão da classe trabalhadora em conquistar o poder, sobretudo quando a estagflação e os fenômenos da crise, na aparência, travaram o capital no seu processo de acumulação, ampliando as ações do trabalho frente ao capital:

Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tornavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto países capitalistas avançados (como Itália, França, Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como Chile, Argentina, o México) (HARVEY, 2008, p. 24)

O compromisso ocorrera pelos altos níveis de acumulação, acompanhada de um longo processo de lutas da classe trabalhadora no mundo o que lhe rendera conquistas dos direitos, aumento nos salários. Todavia, quando o crescimento entrou em colapso, nos anos 1970, *“quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram os parques dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas”* (HARVEY, 2008, p. 25).

Os Estados tinham pesados investimentos de capitais fixos, como também o pleno controle das políticas cambiais e fiscais do pós-guerra. Os setores públicos de investimentos que proporcionaram grandes avanços para a Saúde, transporte público e saneamento, eram vitais para o crescimento qualitativo da população e à produção e consumo de massa.

A ruína deveu-se à um combinado entre a recessão e o choque do petróleo. Assim,

solapou o compromisso fordista, e com ele o desmonte do Estado bem-estar social (Welfare State).

Há também a irreformabilidade do capital. Nos anos em que a socialdemocracia consolidou o consenso capital trabalho, apresentou o seu fracasso histórico (Mészáros). Pois, ao “hibridizar” –trazendo o Estado para a intromissão nos processos de produção– os limites do capital nos períodos de crise, trazendo para o seio do Estado os limites que o capital naquele momento (superprodução, ampliação das taxas de lucro). As ações adotadas apenas trataram na superfície do sócio metabolismo, deixando que se acumulassem as contradições.

As medidas keynesianas não transformaram as estruturas do capital, pelo contrário mantiveram a alienação do trabalho vivo, subsumido para as necessidades da geração de valores de troca, quantitativos e reificantes,

O sistema do capital é antagônico até o mais fundo do seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve sempre usurpar- o poder de decisão [...] E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é – e deve sempre permanecer- irreformável e incontrolável. O fracasso histórico da socialdemocracia reformista fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural [...] coloca em acentuado relevo a sua incontrolabilidade. (MÉSZÁROS, 2007, p. 59)

Dessa maneira, nos momentos críticos, as conquistas atingidas no período anterior sofreram um arrefecimento pela ofensiva do capital, cuja expressão política é o Neoliberal (ANDERSON, 2000; e ALVES, 2009). Esta, como um momento teleológico que desarranjou a correlação de forças entre capital e trabalho vindoura. Assim, a partir da ofensiva e as transformações desse momento, trouxeram a tônica ao conturbado período de finais de 1970 e 1980, com o redirecionamento econômico, político e social. Como apresenta Harvey (2008),

No espaço social criado por todos as oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começa a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associada com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (p.140)

Nessa nova fase do capitalismo mundial, pelas análises de Alves (2009) e

trazendo novos autores à baila, o movimento incessante do capital adquiriu novas formas de ser: “Produção destrutiva” (Mészáros), “mundialização do capital” (Chenais), e “Acumulação Flexível” (Harvey). Essas novas formas são consequência de sua constante auto-valorização, ou valorização do valor, que beneficiada pelos avanços tecnológicos, e o fluxo constante da mercadoria dinheiro no mundo.

Com as flexibilizações das taxas de câmbio e desregulações de moedas, propiciara a entrada de massiva Investimentos Externos Diretos (IED), a e expansão em escala planetária do capital em todos os espaços a ponto de transcender as fronteiras nacionais; deram o tom nas próximas décadas (1980-90). Além de assumir a face destrutiva da produção, em que para se produzir é necessário cada vez mais destruição de sua base material produtiva (MÉSZÁROS, 2009). Ao contrário da fase fordista em que o “cogito” de Schumpeter da “Destruição Produtiva” dá mais sentido à fase de redução da taxa de uso das mercadorias (destruição do Valor de uso), assim alcançando seus limites a todo o momento (limites relativos e absolutos) tornando-se insustentável.

Com isso, a nova condição de existência do capital desdobrou-se ao final da década de 1970, com um mundo em constante transformação e de crise. Esse momento ganharam espaços para ajustes e laboratórios das políticas neoliberais.

As políticas keynesianas não conseguiram regulamentar com sucesso os efeitos da crise, *“Ou melhor, estavam espremidos entre as demandas de capital e trabalho, quando o crescimento da Era de Ouro não mais permitia que lucros e rendas não comerciais igualmente aumentassem sem interferir uns com outros.”* (HOBBSAW, 1999, p.400).

Com isso, os críticos das intervenções estatais da Sociedade de Mont Pélerin² passaram a ganhar espaço para as suas medidas contrárias às políticas keynesianas. A crise semeou os anos que viriam a hegemonizar, no mundo, a ideologia neoliberal. Após o esgotamento do keynesianismo, adicionados com as novas maneiras de ser do Capital, deram espaço e função social aos ultraliberais. A teleologia, ou o que eram ainda volições críticas ao modelo de política reflexivamente determinada pelo modelo de acumulação fordista, passaram a desenvolver ações. Assim, a suposta “única alternativa” (na perspectiva do capital)

2 A Sociedade de Mont Pélerin constituída por intelectuais críticos às intervenções estatais e adeptos ao livre mercado. Esse fórum congregou as reações políticas e teóricas contidas nas ideias de Friedrich Hayek, em 1947, dentre outros como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi. Organizadas ao entorno da teoria Neoliberal que se pôs a combater o Keynesianismo no mundo, e constituir as bases para um novo capitalismo regido pela “mão invisível” do mercado.

[...] oferecida era a propaganda pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais. Mesmo antes do *crash*, a minoria havia muito isolada de crentes no livre mercado irrestrito já começara seu ataque ao domínio dos keynesianos e outros defensores da economia mista administrativa e do pleno emprego. O zelo ideológico dos velhos defensores do individualismo era agora reforçado pela visível impotência e o fracasso de políticas econômicas convencionais, sobretudo após 1973. O recém criado (1969) prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974 premiado Friedrich von Hayek em 1974 e , dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman. Após 1974, os defensores do livre mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (HOBBSAW, 1995,p.398-9)

A ofensiva neoliberal passou a ações para a retomada do crescimento do capital. Para Hayek as raízes da crise estavam no poder que os sindicatos assumiram, ou melhor, em geral no movimento operário (ANDERSON, 2000), sobretudo, pelas pressões reivindicativas no aumento dos salários e das intervenções do Estado com gastos sociais. Segundo Perry Anderson, a Sociedade de Mont Pèlerin identificou algumas ações frente à crise, tais como: o manter o Estado forte na capacidade de romper a força dos sindicatos, o controle de ajustes monetários, diminuição dos gastos sociais e intervenções estatais mínimas, se possível nenhuma. Acompanhados pelas metas orçamentárias em contenções de gastos. As preocupações dessas medidas dariam a retomada de crescimento das taxas de lucro e fim dos processos inflacionários.

Em 1979 governo na Inglaterra de Margaret Thatcher o primeiro de um país de capitalismo avançado, que após isso abriu-se uma guinada direitista no mundo. “Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado” (ANDERSON, 2000, p.12). As medidas tomadas pelo governo de Thatcher tornaram-se exemplos para outros países, no início somente os governos de direita radical implementaram o receituário neoliberal com vigor.

A prioridade a ser enfrentada era a inflação dos anos 70. Segundo Anderson (2000), as taxas de inflação caíram de 8,8% para 5,2% entre 70 e 80. Além da inflação

as taxas de lucros obtiveram êxito no mundo em sua retomada, nos países da OCDE durante os anos 1970 tiveram a queda de 4,2%, nos anos 80 aumentou em 4,7%. Esses aumentos nos anos 1980, são em virtude do aumento do exército de reserva constituído pela massa de desempregados, derrota do movimento sindical. As taxas de desemprego duplicaram nos anos 80. Parcelas das grandes empresas começam a transferir suas plantas fabris para outros países, onde a mão de obra é mais barata, é o caso da intensificação da industrialização na América Latina, Ásia. Isso coadunado com uma intensificação da Mundialização do Capital no mundo, sendo desde a ampliação dos investimentos nas bolsas de valores, como também em investimentos nos gastos produtivos, como falado acima, em outros países.

Todas essas medidas foram para a reanimação do crescimento da capital, restaurando as taxas de lucro, reestabelecendo condições políticas e sociais para a expansão do capital, como existiam na “Era de Ouro” do capitalismo. E, para esse objetivo o quadro se apresentou aquém do que propunham os neoliberais.

O quadro se mostrou uma sombra decepcionante das taxas de crescimento almejadas, buscando chegar aos patamares de 1950 e 1960. Isso se deve, *“a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relações a níveis-já médios-dos anos 70”*(ANDERSON, 2000, p.16).

Embora a retomada das taxas de lucros recuperassem, estas não se converteram em investimentos. As políticas de desregulamentações financeiras, tônica nas políticas neoliberais, favoreceram mais à especulação do que produtivas. Deve-se isso, sobretudo, com os aumentos das taxas de juros.

Essa conversão é tão significativa, a ponto da década de 1980 os mercados de câmbios inundarem o mundo, acarretando uma diminuição das mercadorias reais. A situação reverteu-se em um quadro de diminuição dos PIB mundiais.

Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a produção caiu durante a maior parte dos anos das décadas nas duas primeiras dessas regiões, e por alguns anos na última (UM World Economic Survey, 1989, pp8 e 26)[...] Nessa região, a comparação das crises após 1989 com a Grande Depressão era perfeitamente adequada, embora subestimasse a devastação do início da década de 1990[...].(HOBSEAW, 1999, p.395)

A diminuição do crescimento traria um clima de incertezas até para os países ricos. Os remédios implementados nas décadas de 1980. Sobretudo, os fluxos avançados de capitais passaram a constantes crises do sistema financeiro (vide as crises de 1983 e 85). Com os IED's e seus constantes fluxos deram uma instabilidade ao mundo. Ainda como o rebaixamento em investimentos, para retomada do valor, a necessidade de aumento da produtividade passou a indispensável. O caráter fundamental da expansão do capital apresentado por Marx "N'O Capital", D-M-D' (fórmula fundamental), sua efetivação no menor tempo possível é imprescindível para o metabolismo social. Assim, para se manter e salvar a valorização do valor, o capital depende de cada vez mais a tomar o tempo social para o seu processo de valorização, a humanidade vira "Carcaças do Tempo" (Mészáros).

A característica de manter a produtividade em patamares altos, e com os investimentos mais dependentes do setor financeiro, as crises do capital passam a ser constantes. Afetam desde o controle da produção, como as esferas do consumo, circulação. Assim,

Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse. Apesar disso, o fato fundamental das Décadas de Crise não é que o capitalismo não mais funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontrolláveis. Ninguém sabia o que fazer em relação aos caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la. O grande instrumento para fazer isso na Era de ouro, a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais. As décadas de crise foram a Era em que os Estados nacionais perderam seus poderes econômicos. (HOBSEBAW, 1999, p.398)

As transformações dos Estados estão implicadas com o desenvolvimento contínuo do capital, que vão para além dos territórios nacionais. Os fluxos financeiros, fruto da mundialização do capital, grassando todo o globo com as transações de valorização fetichizada do mundo das ações. Autores como Chesnais (1997), analisam essa fase como um novo momento da acumulação capitalista, em que o regime financeiro opera: " [...] a mundialização deve ser pensada como a fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das

regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”(CHESNAIS, 1997, p.32)

A mundialização do capital pode-se ser interpretada como resultante: da fase longa de acumulação ininterrupta do capital (Chesnais, associa desde 1914). E, o segundo momento, culminadas com as políticas liberalizantes (vide acima). Com estas, vieram de bojo e consolidaram determinantes preciosas para o ser do capital financeiro: privatização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais.

É também os acúmulos tecnológicos que consolidaram as (des)continuidades do avanço técnico-científico, “as oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, a começar pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças”. (CHENNAIS, 1997, p.34)

Longe de ser novidade, mas as transações financeiras que vinham desde o desenvolvimento de períodos pretéritos têm condições históricas favoráveis, ou maduras, com os anos 1990. E, assim, retomando a ideia da citação de Hobsbaw(acima), Alves (1999) ao trazer as condições presentes nesta década, a partir de Chesnais (1997), apresenta:

1. Taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de “locomotiva” junto ao resto da economia mundial.
2. Deflação rastejante.
3. Conjuntura mundial extremamente instável, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros.
4. Alto nível de desemprego estrutural
5. Marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas
6. Concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da “Tríade” (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão). (ALVES apud CHESNAIS, 1999, p.53)

Os anos 1990 foram marcados por um *continuum* depressivo, as intervenções para resguardar o processo de crise, do ponto de vista do capital e sua incontrollabilidade, são trazidos à luz pelas constantes crises.

Ao analisar a incontrollabilidade do sistema, no prefácio de 1997, de “Para Além do Capital”, baseados em seus estudos nos Grundrisse de Marx, Istváns Mészáros apresenta o fracasso em constituir uma formação estatal global. Isso pois, dado sua tripla fratura interna, enquanto modo de produção que é a exceção na humanidade:

Controle e produção, produção e consumo, produção e circulação. Constituem em esferas dialeticamente determinadas e alienadas entre si. A junção de ambas somente poderia se realizar com um poder externos à elas: cabendo ao Estado.

Ao longo da história o Estado foi a “ajuda externa” que aglutinou ou corrigiu os momentos de distorções delas, sendo cada uma de caracteristicamente centrífugas. As medidas do ponto de vista do capital, na história culminaram com a “mão invisível” de Adam Smith, ou de Kant a emanção do Juízo Prático. Estas manobras “externas” são também as ligas das Nações e seu intervencionismo pelo Ancien Regime, lembrá-las nas páginas de Marx, “Acumulação Primitiva”, os auspícios oferecidos ao capital no pelas “Leis Sangrentas”; ou como tratamos os fracassos do Keynesianismo no período da “Era de Ouro” do capitalismo. E depois de maneira atual, os conselhos mundiais regidos pelas Nações Unidas (Conselho da água, e as conferências da ONU, como trataremos no capítulo seguinte).

As formas coesivas dessa determinação centrífuga internas buscaram nas formas de estado-nação seu regulamentador. Todavia, o papel fundamental ao longo em sua ascendência histórica se esgota. Primeiro, as forças de destruição de guerra moderna como vimos nos períodos do século XIX e XX, hoje tornam-se inviáveis (em alguns momentos) para a resolução de seus antagonismos (MÉSZÁROS, 1997[2009]). Os escoamentos da produção e desperdícios e destrutividade passaram a impor novas formas, “intensificando com isso a necessidade de assegurar novos escoamentos para os produtos do capital através da dominação hegemônica/imperialista[...] sendo necessária para a reprodução do capital.

As crises dos anos 1990 estão nos fracassos da “ajuda externa” ao capital e em manter o coesivo e corretivo nas formações estatais. Assim, o término da “Era de Ouro” do capital tem presença das “[...] crise de todas as suas formações estatais conhecidas.” (Mészáros, 2009, p.61).

A Mundialização do capital proporcionou, nessa quadra de século a garantia contraditória e expansiva do capital, por meio das inundações dos mercados no mundo todo. Cada espaço em que ainda não tinha ao seu controle passou a despertar interesses, alocações de capitais (seja na construção de plantas fabris em outros territórios), novos mercados consumidores, e o fluxo dos IED's. essas medidas objetivaram o avanço da produtividade e a possibilidade de reestabelecimento das taxas de lucros. É nesse momento que temos as difusões dos termos Globalização, sociedade em rede, estes impregnados de ideologia.

Assim, as Décadas de Crise, manifestam as características do capital: Expansionista, incontrolável, insustentável (Mészáros, 2002), estas ontologicamente determinadas em suas necessidades para a geração de valores de troca, quantificáveis.

Ao longo de sua história o valor de uso e valor de troca se apresentaram como alternância de predominância entre os modos de produção que precederam o metabolismo do capital. Entre continuidades e descontinuidades, o capital absorveu a necessidade de subsumir o valor de uso ao valor³ (CARCANHOLO, 2011). O capitalismo estabelece por uma preponderância do valor ao valor de uso, com isso tudo o que se apresentar na produção de riqueza requer a constituição de geração de mais-valor. Para ser e existir depende das constantes transformações de qualquer coisa em mercadoria, que, entre na sua acumulação e irrestringível expansão, sendo o seu fundamento ontológico.

É com isso a necessidade de expandir,

Essa expansão mercantil significa[...] primeira é que o número de mercadorias existentes na sociedade se amplia indefinidamente. Muitos produtos que não operavam como mercadoria passam a fazê-lo. [...] coisas que em lugares menos avançados do ponto de vista mercantil são obtidos por doações (alimentos e até água), constituem mercadorias nos centros maiores. Inclusive coisas que não são produto do trabalho humano por contágio, tendem a se transformar, no capitalismo atual, cada vez mais em mercadorias,[...]. (CARCANHOLO, 2011, p.70)

A capacidade de expandir em novos mercados apresenta nas “Décadas de crise” com mais nitidez o avanço do capitalismo maduro, e a redução das taxas de lucro e o *continuum* depressivo, o que permitiu ao capital se amplificasse ainda mais sua produção e apropriação de mais territórios para o seu processo de acumulação. Com isso, acionasse seus limites absolutos de reprodução sociometabólica (Mészáros, 2002).

Para o autor os efeitos da crise estrutural deram o acionamento de limites que sem transcender o modo de reprodução é pouco provável que ocorra uma mudança

3 Aqui tratamos de valor e não valor de troca, como Carcanholo (2011). Para o autor as análises a partir do O capital de Marx, identificaram grandes dificuldades na diferenciação entre Valor e Valor de Troca. Aquele é a expressão histórica de uma propriedade social que consiste no poder de compra, atração que permitem a transformação em outros valores. O valor de troca é a proporção de troca que ela realmente estabelece com outra mercadoria. O mercado financeiro opera pela transformação do valor de troca pela mercadoria. Valor é poder de compra, o valor de troca é a compra efetivada ou pelo menos imaginada.

ontológica. Mézáros, define que os limites são absolutos e intrínsecos ao capital, *“Quando esses limites são alcançados no desenvolvimento histórico, é forçoso transformar os parâmetros estruturais da ordem estabelecida[...]”* (MÉSZÁROS, 2002, p.216). Salienta o autor, que a expressão limites absolutos não se posiciona como momentos impossíveis de superação, mas que está ontologicamente influído nos fundamentos do sociometabolismo vigente. Como também o sistema não tenha atingido ao seu zênite, ou fim, pois o capital é histórico e no passar de sua história veio a superar os entraves que lhe colocaram a beira de seu fim, mas desenvolveu outras maneiras de lidar com suas contradições internas. Como foi por muito tempo as chamadas “ajudas externas”

Dada a multidimensionalidade desse complexo de mediações que compõem os limites absolutos do capital, sejam: o capital transnacional, a contínua degradação ambiental e a questão da igualdade substantiva e o desemprego crônico. Vale ressaltar, para o funcionamento do sistema em suas mediações de segunda ordem (reificadas) trabalho assalariado, a propriedade privada, e o intercâmbio, que sustentarão: Capital, Estado e Trabalho. Estas pertence às mediações reificantes do capital que o possibilitam o controle da produção e a alienação da humanidade. Tornando-a necessária disjunção da produção de riqueza para as necessidades humanas, mas para a produção de riquezas quantificáveis para o capital.

Mais detidamente nos limites absolutos, em relação a contínua degradação ambiental e dos recursos é que nós seguiremos para compreender as mediações entre a crise estrutural e as crises ambientais, ecológicas entram no bojo de crises vista no final dos anos 1980 e 1990. Isso pois, para que entendamos, no próximo capítulo, o contexto e como se seguiu os debates das conferências da ONU em sua “ajuda externa”.

2.2. Os limites absolutos do capital e a crise ambiental.

Os rebatimentos da crise estrutural em seu novo momento asseveraram as contradições internas do metabolismo dominante. Se levarmos em conta a fratura interna do capital, como mostrada acima, entre controle e produção, produção e consumo, produção e circulação; parte dos fundamentos dos limites absolutos jazem dessa fratura.

A ruptura entre produção e consumo acaba com um dos problemas que

preteritamente restringiam a expansão do capital. As sociedades anteriores tinham sua produção condicionada ao consumo, e seu controle ainda pertencia a esfera da produção. Com a disjunção originada pelo metabolismo do capital, “[...] *realmente elimina algumas das principais restrições [...] de maneira tão completa que os controladores da nova ordem socioeconômica podem adotar a crença que o “céu é o limite”*” (MÉSZÁROS, 2002, p.109). essa característica fica mais evidente no momento atual em que grandes empresas assumem a características de capital misto (investimento produtivo e abertura para o mercado de ações).

O capital especulativo parasitário (CARCANHOLO, 2012) apresenta um peso na expressão fenomênica do valor (no caso valor de troca), este depende na sua forma dinheiro conduz seu processo de valorização pela especulação financeira sem uma base material de produção, ou seja, uma tônica no Valor em detrimento do valor de uso. Esse processo é caracterizado pela desmaterialização do valor (CARCANHOLO, 2011), em que se assume em puro fetiche. Há uma aparente “destruição” do valor de uso, sua base material, afinal o que se compra são ações, papéis que representam uma quantidade de valor de troca (forma valor dinheiro). E operando na circulação, está alienada da esfera da produção.

Os efeitos mais visíveis desse processo disjuntivo se apresentam na extrema circulação de mercados de papéis, fictício; um controle mais intensivo para na produção, gerar mais valor e mais; aumento de produtividade, aumento de aquisições de materiais primas, para a expansão, o tempo de trabalho apropriado ao capital. O rebatimento disso a desenfreada aquisição de recursos naturais. Assim,

A expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais- para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior cada vez mais destrutiva- pelo modo e existência independente e pelo poder de consumo auto-afirmativo (MÉSZÁROS, 2002,p.109)

O capital em sua relação de alienação com a humanidade (fundamentada na alienação do trabalho, ou a subsunção do trabalho ao capital), generaliza a todas as esferas do ser social. A natureza e sua relação com o a humanidade está mediada, em suas mediações de segunda ordem, trabalho assalariado, a propriedade privada e o intercâmbio com a natureza (a indústria entraria nesse elemento). O processo de

constituição do ser social está subsumido às necessidades do capital em geração de mais valor, via a alienação da natureza à sua lógica.

Assim, a relação humanidade e natureza no processo de constituição do ser social, se diferenciando da natureza, mediado pelo Trabalho, faz com que o homem seja em superação dialética (ser natural e social, mantêm e supera-se). Todavia, com as mediações de segunda ordem a disjunção do ser social como também natureza (MARKÚS, 2016), se aliena de sua constituição ontológica. Os desdobramentos disso se recai em como a natureza é vista como reserva de riqueza para as necessidades da produção de mais valor, e assim, como o homem (alienado de seu trabalho) o capital também aliena a natureza, no caso via a propriedade privada e as apropriação dos recursos para a sua geração de valor. É identificado pelo geógrafo Swyngedouw (2004), em que os recursos hídricos entram no sistema de circuitos da especulação financeira; ou como apresenta Ribeiro, embora não categorize pelo mesmo viés teórico, mas apresenta a água como riqueza ou na produção de riqueza. No caso, na produção de riqueza historicamente, no capitalismo, a mercadoria.

As ofensivas neoliberais, ao longo dos anos 1980-90, tiveram as metas e tarefas pelo ponto de vista do capital em ampliar pela via política as privatizações e desregulamentar os mercados e Estados. As empresas de saneamento, como em nosso caso, a Empresa estadual de saneamento de São Paulo, SABESP, embora não tenha sido totalmente privatizada, tem parte do capital social, misto, ou seja, 51% controlado pelo Governo estadual, e 49% estão nas bolsas de valores (Bovespa e NYSE). Assim, no bojo da expansão do capital, as privatizações de empresas estatais do saneamento, foram os alvos, como afirma SWYNGEDOUW (2004),

[...] a água se tornou uma das áreas centrais de teste para a implementação de políticas neoliberais globais e nacionais. A privatização da produção e distribuição de serviços de saneamento, particularmente os sistemas urbanos de abastecimento de água, se tornou uma arena importante em que empresas capitalistas globais operam em busca de crescimento econômico e lucro. (p.1)

Além de manter a gestão dos recursos sob os auspícios do capital financeiro, a chamada crise ambiental, conduzida pela degradação paulatina nos limites que a geração de riqueza atual se encontra para a sua própria reprodução, são visíveis em suas degradações dos recursos naturais, assim, as “Décadas de crise” a preocupação da

humanidade à crise ambiental se faz notória. Vale lembrar que nos anos de 1980 temos Chernobil e uma série de desastres que marcaram até às atuais (2016) como Mariana/MG com o rompimento da barragem de rejeito pelo excesso de produção de minério, ou a crise hídrica em São Paulo/SP. Todas inscritas no processo de produção cada vez mais severo, e também para a geração de lucros para os capitais especulativos parasitários.

2.3. “Crise Ambiental”

Depois dos anos 1970 o capitalismo apresenta um momento de sua crise estrutural. Segundo BIRH (2012), MÉSZÁROS (2009), a crise estrutural que agrava todo o conjunto do mundo em desafios para a humanidade, e recolocam todos os elementos constitutivos e fundamentalmente as questões da essência desse modo de produção.

Embora se relevem as novas formas de reestruturação produtiva, ou a reorganização das relações capitalistas de produção; o que está em questão é uma crise mais radical do metabolismo societal. Ou seja, se buscarmos a exemplo das crises ecológica, sociabilidade e cultural, é necessário que se reconduza à uma nova maneira de construção de organização e ordenamento temporal e espacial da sociedade. Nas palavras de BIRH (2012, p.68): “ [...] não mais somente em uma de suas formas históricas: na maneira como ele se organiza, em qualquer tempo e lugar, tanto as relações dos homens com a natureza como as relações dos homens entre si.”. Pela profundidade que se assume, e em contraste com as crises conjunturais, é necessário na agenda histórica um novo controle viável da produção e de intercâmbio na relação entre homem e natureza, como nos intercâmbios sócio-culturais.

Este intercâmbio é de extrema importância para tratarmos e compreender o metabolismo societal do capital, e suas mediações em seus fundamentos. Neste caso, advimos da interpretação de Marx como instrumental teórico para compreender seus desdobramentos fundantes e doravante, emergir na análise da crise ecológica e seu processo sistêmico, em que afete as questões da água e seus rebatimentos para o saneamento básico. A forma histórica desse metabolismo societal, está alicerçada na alienação do trabalho. Para a compreensão dos fundamentos e da apropriação da natureza pela sociedade é necessária a compreensão de sua apropriação pelo trabalho abstrato, ou alienado.

Entendemos a precisão de tratar da crise ecológica e do sistema que compõe o modo de controle do capital, uma vez que o trabalho abstrato, gerador de Valor (forma histórica social), é a mediação da transformação da sociedade com a natureza, dessa relação se constitui todo o controle da produção e do intercâmbio com a natureza.

Primeiramente, o trabalho ao longo da história se apresenta:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo- braços e pernas, cabeças e mãos-, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecida e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2011, p.211)

Com o trabalho subsumido pelo controle do capital, é constituído por uma unidade contraditória, entre trabalho concreto/útil (seu conteúdo material de uso, valor de uso) e trabalho abstrato (valor, forma histórica da sociedade capitalista). O capitalismo, em sua forma histórica, se fundamenta no trabalho abstrato, sob o julgo e da necessidade do capital, regula e controla o intercâmbio com a natureza, mediado pelo trabalho (neste caso, em sua forma abstrata).

A humanidade na relação, segundo Mészáros (2009, p.100), ontológica entre o homem, natureza e a atividade produtiva, coadunando na produção de seu mundo e a si mesmo. É a função mediadora de primeira ordem. O homem é produto e criador de si e também o fora de si, deixando sua marca sobre a natureza. Em rebatimento, se a atividade produtiva, o trabalho lhe é a base alienada para a produção da forma histórica determinada:

[...] a natureza é mediada por meio de uma forma alienada de atividade produtiva, “a natureza antropológica” fora do homem traz a marcas dessa alienação de forma cada vez mais acentuada, demonstrada graficamente pela intensidade da poluição que ameaça a própria existência humana. (MÉSZÁROS, 2009, p.100).

Ainda segundo Mészáros (2009), por conta da presença do trabalho alienado, e a propriedade privada, que mediam a relação do tripé: Homem, Natureza e atividade produtiva, implicam na relação e transformação do controle da produção do metabolismo, em que passa a constituir uma necessidade e possibilidades a partir da

mediações da propriedade privada e do trabalho alienado. Ou seja, a transformação da natureza e a constituição da sociedade, em suas condicionantes históricas, determinam a constituição de necessidades voltadas para a constituição de Valor e valores de troca, riquezas apropriadas por uma classe, estas focadas para as necessidades e possibilidades da autovalorização da riqueza apropriada privadamente e criada a partir do trabalho abstrato, alienado.

As mediações de trabalho alienado e da propriedade privada passam a tornar-se em mediações de segunda ordem. Se na primeira ordem era uma relação dialeticamente constituída entre homem, natureza e atividade; agora a propriedade privada e trabalho alienado se interpõem ao homem na relação. O que lhes atribui uma segunda relação, destas que se originam uma série de complexos que servem para regular as relações de primeira ordem. É destes complexos que emergem: dinheiro, Estado, religião, o direito etc. responsáveis de controle e organização da constituição da sociedade regida pelo metabolismo societal do capital.

Dessa maneira, para a realização de excedentes é necessário que se organize a sociedade econômica e socialmente, a partir das mediações de segunda ordem. Segundo Smith (1988, p.76), o excedente apropriado e produzido a partir da natureza requerem-se instituições sociais específicas e formas de organização, estas mediam e impõem seu controle e suas necessidades e possibilidades à apropriação da natureza. Assim, a constituição de Valor (formas historicamente determinadas, Carcanholo (2012)), depende “Em uma economia de troca, a apropriação da natureza cada vez mais regulada por firmas e instituições sociais e, destarte, os seres humanos começam a produzir mais do que o suficiente para sua subsistência. (SMITH, 1988, p.77)”.

Como subsumida por esse sistema de mediações a natureza é tratada como possibilidades produtivas, necessárias para a constituição da sociedade. Tornam-se recursos, possibilidades de valores de uso que propiciem a constituição de Valor. A preponderância da economia capitalista no valor de troca (ou, no Valor) sobre o valor de uso, concordando nas elaborações de Birh (2012, p.126), com isso, transforma a natureza e seus valores de uso como suporte da troca, a natureza foi submetida a esse nefasto efeito.

A água, o ar, terra etc são termos de elementos naturais, desvinculados de uso ou utilização (REBOUÇAS, 2006). Por outro momento, se considerados como bens para a produção são considerados recursos, como já veremos mais à frente, “recursos hídricos” “recursos naturais”. É necessário tornar-se utilidade, útil. Como apresenta Bittar,

“Observou-se que a idéia de recurso natural tem sido concebida fortemente ligada às necessidades humanas, justamente por estar relacionada à ideia de materialidade, à recorrência a um valor material proveniente da natureza.” (BITTAR, 2008, p.34). É por meio de satisfazer as necessidades humanas, estas historicamente determinadas pelas relações sociais vigentes.

Com isso, ao longo de décadas a utilização de recursos naturais (terra, água etc) vem apresentando uma maior necessidade para as relações de produção. Vale ressaltar que o metabolismo (*Stoffwechsel*) societal vigente sob o capital o homem perde a regulação e controle de seu metabolismo humanidade natureza, uma vez que mediados pela propriedade privada. A apropriação de recursos para a expansão passam a cada vez mais a degradação e as sanhas dos países mais ricos por sob seu julgo mais recursos naturais.

Os recursos passam a se submeterem a necessidade de expansão do capital. Sua entrada na produção é em componentes da produção de mercadorias, em primeiro momento, e depois em própria mercadoria, saída da condição de insumo da produção. Submete à água, terra e as bases naturais do planeta aos imperativos abstratos da reprodução do capital, mediados pelo trabalho abstrato. Nesse interim, é continua sua utilização em grandes volumes e a própria destruição de sua substância, seu valor de uso. Isso é nítido com as somas exorbitantes da degradação dos ambientes e o aumento da utilização dos recursos.

Se buscarmos exemplos, no caso, da água no saneamento, vemos o excesso de utilização dos recursos. Em muitos os seus planejamentos de obtenção de abastecimento de água são requeridos a partir da capacidade de oferta e não planejamentos de suas demandas. Como tratado por Swyngedouw (2004), a lógica de um contexto mundial de demanda crescente pelo recurso, e que tende a se expandir, permite os volumes de lucros serem mantidos pela expansão de oferta de mais água. A ocorrência de a base natural se extinguir, ou os casos de escasseamento do recurso, ou a sua deteriorização.

Assim, concordamos com Alves (2009), ao dizer que

[...] a degradação ambiental está ligada ao modo como o metabolismo humano com a natureza-troca material e ação regulatória- está expresso através da organização concreta do trabalho humano. A crise ecológica é , na perspectiva da critica do metabolismo social do capital, não apenas a crise da natureza externa e de seu ecossistema, mas a crise do trabalho vivo e de sua degradação social em virtude da exploração e espoliação da

sua corporalidade viva pelo capital. (p.216)

Os intensivos usos dos recursos para a produção capitalista têm gerado grandes preocupações ao mundo. Não como um dos efeitos do sistema, mas em alguns momentos destinados a um a-historicismo do processo, no qual identifica a degradação dos recursos em geral. Como o debate surgido nos fins dos anos 1980, é válido trazer a baila que com o fim das sociedades do Socialismo real (União Soviética e parte do leste europeu), mesmo sendo fora do sistema, países socialistas, apresentaram grandes destruições no meio ambiente. Aqui salientando o Mar de Aral, as contaminações de rios e lagos com as poluições etc. o discurso ambiental passa a caracterizar como toda e qualquer ação do homem à natureza como nociva para o meio ambiente. Dessa maneira, o ambientalismo passa a generalismo quanto a degradação ambiente⁴.

As evidências de um acúmulo dos processos de degradação: enfraquecimento dos recursos naturais, poluição dos elementos naturais, empobrecimento da fauna e da flora, degradação da camada de ozônio (BIHR, 2012) e acidentes nucleares gravíssimos.

A crise não apenas demonstra as evidentes degradações, como também o esgotamento de um processo de desenvolvimento. Dentro do bojo da crise do sistema fordista de acumulação, e os processos flexíveis como discutimos acima, há também uma insuficiência de dar conta de outras maneiras à crise.

Nesse sentido, a então gestadas ideologias apologéticas como o “fim da História” grassam todo o discurso ambiental, de maneira que não há alternativa a outro metabolismo. É por essa via que ensejam discursos apocalípticos. E, sendo a única alternativa a sustentabilidade do sistema como as teorizações do “desenvolvimento sustentável”.

O discurso apocalíptico é o choque para que os limites absolutos do capital assumam uma preocupação velada e na perspectiva do capital. Segundo, Oliveira(2012), todo o ideário da crise, e seus métodos contraceptivos, como o Desenvolvimento sustentável, trazem uma visão mítica, idéia mágica, lenda, ou uma nova roupagem para a velha questão do desenvolvimento. Com isso, o reestabelecimento de uma agenda política pautada na manutenção da dominação de classe (RODRIGUES apud OLIVEIRA, 2012)

4 Sem entrara em grande debates aqui sobre as experiências socialistas ao longo das décadas. É válido ressaltar que estamos coadunados às reflexões de Mészáros a respeito das experiências na antiga União Soviética, que identifica embora tenham a cabado com o capitalismo, não destruíram as bases ontológicas do capital em ainda operar a acumulação daquela sociedade. Pois, ainda era possível a existência do trabalho assalariado, propriedade (estatal) e o Estado.

Ao tratarem da crise, segundo Freitas & Gaudio (2015) sinalizaram

[...] a necessidade de interpelação de modo a “garantir a sustentação de certo modo de vida, bem assegurar a manutenção de desiguais mecanismos de poder econômico, militar e tecnológico. Tudo isso, visando a recuperação do crescimento econômico alcançado durante o período anterior e que dava sinais de esgotamento, demonstrando a incapacidade de as ideologias [...] sustentarem as promessas construídas. (p.442)

As causas da crise assumem o contorno do crescimento desordenado da população, econômico, que estabelecem a lógica imanente do desenvolvimento do homem sem ponderar a relação que o capital estabelece com a natureza. Estes mecanismos de interpelação ajudam na atualização de teorias apologéticas precedentes, tais como: o Malthusianismo, a perda da visão de progresso. Como abordam os autores abaixo:

Um exemplo conspícuo disso foi a adequação/assimilação da teoria (Neo)Malthusiana à *ideologia do Desenvolvimento Sustentável*. Se nas décadas de 1960/70 o excesso de população era utilizado para justificar a pobreza e o subdesenvolvimento de determinados povos, a partir do final do século XX e início do século XXI, esse excesso populacional passou a ser associado também à degradação ecológica. Além disso, o discurso da infinitude dos recursos naturais aos poucos cedeu lugar a discursos relacionados a sua escassez. (FREITAS & GAUDIO, 2015, p.442)

Em vista das “Décadas de crise” representaram o reduzido crescimento dos países com o crescimento nulo e discursos catastróficos ganharam força nesse período. Alguns dos recursos naturais passaram a escassez. Com isso, servindo de estratégias para a negociação das conferências da ONU e Fóruns pelo mundo colocando algumas das soluções para remediar o esgotamento dos recursos e mecanismos necessários para a resolução.

Há a predominância de um atendimento à questão pela perspectivas de políticas neoliberais. Entendendo, as ações neoliberais para as crises dos anos 1980-90 á toda uma moldura de ações remediadoras para a discussão da crise.

Algumas soluções resvalam-se em alternativas técnicas, econômicas e produtivas. Essa matriz teórica que leva muitos a enfrentarem o problema da escassez ou o uso severo dos recursos, no caso a água, com alternativas de cobrança, seja o controle das

demandas via aumento tarifário, ou pela via de reordenamento e regulação estatal dos recursos.

Essas questões passam nas conferências e conselhos dos órgãos internacionais que preveem políticas para o recurso. O que deveremos nos desdobrar no próximo capítulo, de que maneira as conferências e os órgãos internacionais tratam as interpelações pelos recursos hídricos (neste caso da pesquisa) e a constituição de mercados da água, isso que culminará com a participação do mercado financeiro nas composições das grandes empresas, sendo estes frutos gestados na crise do capital e sua nova forma de ser: expansiva, incontrolável.

3. As conferências de Dublin e Rio 92 e a constituição do conselho mundial da água; o saneamento básico no contexto das metas e gestões da água.

As expressões da crise estrutural em seus rebatimentos ocorrem não apenas nas relações de produção, mas na cultura, sociabilidade e no meio ambiente. Dentro desse quadro de crise temos os desdobramentos para outro item da base natural, que é tratado como recurso, a água. Para melhor entendermos os contextos que se apresentam a crise da água é necessário o levantamento de algumas concepções do problema por alguns autores.

A crise se apresenta desde as características de escassez, ou falta do recurso, como o acesso às parcelas da população mundial pela água. Ribeiro (2008) apresenta que só pelos dados do acesso ao bem já representa uma crise. Cerca de 2,5 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à serviços de saneamento; além de 1,1 bilhão que sofrem para suprir suas necessidades. Por essas informações já teríamos muito o que apresentar como um quadro de crise.

Das alegações a respeito desse quadro, muitos trataram com um quadro ideológico de Neomalthusianismo relegando ao crescimento populacional um dos mais agravantes para a crise da água. Porém, como aponta Ribeiro,

Em 1950, a Terra não chegava a 3 bilhões de habitantes. Nessa época, o consumo estava perto de 1.200 Km³. No ano de 2000, a população dobrou (para cerca de 6 bilhões), mas o consumo de água mais que quadruplicou (atingindo cerca de 5.200km³)! Esse fato aniquila o argumento do crescimento demográfico como causador da crise da água. (RIBEIRO, 2008, p.53)

Ao tratar da crise da água é válido tratar de alguns fatores, como seus usos múltiplos e sua distribuição territorial. Dessa maneira, as análises a respeito da crise se resvalam ao fator político da água, combinados a fatores naturais e sociais, que se apresentam aos usos múltiplos da água.

3.1. A escassez e a problemática da água

O debate pela escassez necessita de alguns delineamentos do que e como se debate a questão da água. Embora não seja o alvo de maior fôlego de nossa pesquisa, buscaremos uma aproximação do debate a esse respeito. A importância se apresenta em uma das contradições do metabolismo societal do capital em utilizar e disponibilizar para sua geração de valor todos os recursos para sua acumulação. E, é nesse bojo que teremos novas performances e tratamentos nas atividades da indústria, agricultura e saneamento.

É válido considerar que temos uma distribuição natural da água pelo mundo. Segundo RIBEIRO (2009), as combinações de fatores naturais e sociais permitem que se desenhe uma interpretação política dos recursos hídricos. Isso se reforça ao trazermos as quantidades de armazenamentos de água no mundo, e o quanto são atravessados por fronteiras de países, sendo pelo autor uma das primeiras questões a serem levantadas. Isso levantando uma Geografia Política da água a tratar dos interesses dos Estados pelo recurso.

Diante disso, estabelece ainda por meios dos países a disputa territorial e de conflitos pela água. Rebouças (2015) salienta que a água possa gerir conflitos, tal como entre Israel e a Palestina. Embora o conflito tenha várias determinantes, é importante frisar que corresponde a áreas dos aquíferos que fluem para 320 milhões de m³/ano e 140 milhões de m³/ano de oeste e noroeste, e 125 milhões para o Vale do Rio Jordão; sendo esse fluxo tributário dos aquíferos que Israel depende, extraindo 430 milhões m³/ano, 30% do disponível na região.

Dado esse exemplo de como a disputa entre países já tem e pode ser mediados pela questão de controle e acesso à água como recurso para sua produção e reprodução dos países.

Se focarmos na espacialização dos estoques de águas no mundo, temos 97,5% água marinhas (salgada), 68,9% calotas e geleiras, 0,3% água doce nos rios e lagos, 29,9% água subterrânea doce, 0,9% outros reservatórios (REBOUÇAS, 2009). Destas temos para uso os mananciais e lagos utilizados. Estes formados pelo excedentes da evapotranspiração e a infiltração dos solos. Na sua maior parte que compõem os fluxos de água para as reservas subterrâneas e rios que fluirão para longe de suas áreas de origem, contribuindo para perenizar os regimes dos rios.

As regiões mais úmidas da Terra estão localizadas entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio, estendendo nas faixas entre 10°N e 10°S do Equador. As regiões próximas ao Equador são providas de chuvas abundantes e regulares, resultantes de excedentes hídricos (REBOUÇAS, 2015). É nessa faixa que se encontram os maiores rios com altas descargas médias de água. Essa zona tropical se apresenta com as maiores capacidades de evapotranspiração e descargas médias.

Tabela 1. Os maiores rios do mundo.

Rio	Precipitação (mm/ano)	Evapotranspiração (mm/ano)	Lâmina escoada (mm/ano)	Descarga média (m ³ /s)
Amazonas	2.150	1.062	1.088	212.000
La Plata	1.240	808	432	42.400
Congo	1.551	1.224	337	38.800
Orinoco (Venezuela)	1.990	1.107	883	28.000
Mekong (Vietnam)	1.570	1.047	523	13.500
Irrawaddy (Myamar_Birmânia)	1.970	992	978	13.400

Fonte: REBOUÇAS *apud* IHP/UNESCO, 2015

É nessas regiões que se apresentam a possibilidade de excedentes hídricos e formação de reservas para os fluxos subterrâneos e de reservatórios superficiais. Se buscarmos a subtração da evapotranspiração com a precipitação caracterizam regiões úmidas com grande incidência de chuvas, o que caracterizam em zonas úmidas (REBOUÇAS, 2015, p.11). Com isso, temos regiões capazes de renovação de seus estoques de água. Enquanto a Europa tem excedentes de 283 mm/ano, e América do norte tem 339 mm/ano; já a América do Sul com 685 mm/ano, tem mais excedentes hídricos que a soma dos dois primeiros continentes mencionados.

Se retornarmos na análise da Geografia Política da água, com o enfoque para os países na busca pelos recursos naturais em abundância, temos rios de escala continental, cujos escoamentos passam por mais de um país. O que repõem na análise do geógrafo Wagner Ribeiro (2009), em que a distribuição natural é uma determinante à compreensão dos conflitos pela água.

A propalada escassez se esbarra pelos determinantes naturais, tais como os ciclos da água. Nele, proporciona-se uma renovabilidade dos volumes de água nas calhas dos rios. Todavia, esse mecanismo depende de tempo e espaços muito grandes, tempo

suficiente para a evaporação e capacidade de áreas de recargas dos rios. Para tanto, as médias das descargas anuais são levadas em consideração. Segundo REBOUÇAS (2015, p.14), “[...] o gigantesco ciclo das águas proporciona descargas de água doce nos rios do mundo da ordem de 41mil Km³/ano, enquanto as demandas estimadas no ano 2000⁵ deverão atingir perto de 11% desses potenciais.”

É nesse sentido, de visão mais global que o geólogo apresenta uma maneira de sua análise para a questão da escassez que o mundo vem enfrentando, e engata nas discussões dos próximos fóruns, assim ele afirma:

Portanto, não existe problema de escassez de água no nível global, pois cada habitante da Terra, no ano 2000, terá disponível nos rios entre 6 mil e 7 mil m³/ano, ou seja, entre 6 a 7 vezes a quantidade mínima de mil m³/hab/ano, estimada como razoável pelas Nações Unidas. Vale ressaltar, todavia, que esses potenciais estão muito mal distribuídos no espaço.(REBOUÇAS, 2015, p.14)

Ao analisar os países com maiores recursos de água, em comparação com os níveis de uso, percebe-se uma relação inversa. Países como Brasil, Angola, Camarões, Chade, Congo, Indonésia, Vietnã, Zaire, Bangladesh, Colômbia, Mali, Venezuela; só para ficarmos nos países na faixa mais úmida do planeta (sem mencionar: Áustria e Suécia), tem disponível de 10.000 à 100.000 m³/hab/ano. Porém, como apresenta Aldo Rebouças (2015), os níveis de consumo de água são baixos, de 100-500 *per capita/ano*. as poucas eficiências ou maneiras dos acessos a essas populações à água.

Algumas das precariedades de acesso ou apropriação dos recursos poderiam trazer novas determinantes a essas questões da escassez. De uma maneira, os argumentos apresentados pelo geólogo, contestam a argumentação a respeito das questões naturais como as únicas a serem relevadas para a discussão da escassez. A distribuição natural aparece como um determinante, porém se mantém ou superasse de maneira dialética (Aufhaben), pois com os avanços tecnológicos é possível captar água ou trata-la. Todavia, a problemática se resvala pela apropriação dela quando subsumida em recurso, sendo monopolizada e degrada em níveis e em velocidade que supere a capacidade natural de renovação dos estoques.

⁵ Os dados citados pelo autor, Rebouças(2015), foram colhidos a partir do World Resources Institute, 1991, enquanto o documento que tivemos acesso é uma reedição, do artigo de Rebouças em 2015.

A apropriação por grandes descargas de água desperta interesses que ultrapassam as fronteiras e os limites territoriais impostos. Maude Barlow, em entrevista na revista “Pueblos”(primer trimestre, 2016, nº68), os conflitos com os interesses privados, expressos pelas grandes empresas,

La lucha entre los intereses privados y el interés público se está produciendo de distintas maneras. Es importante reconocer que los intereses privados, los think tanks y las empresas se dieron cuenta antes que la mayoría de la gente de que se avecinaba una crisis hídrica, y pasaron a la acción y empezaron a hacerse con el control de los recursos hídricos. Uno de los mecanismos que utilizaron fueron los servicios de abastecimiento de agua, en manos de empresas como Vivendi y Thames Water en Inglaterra. [...] Estas empresas han llegado a muchas partes del mundo y se han hecho cargo de los servicios de abastecimiento de agua y de tratamiento de agua residuales. (BARLOW, 2016 p.7)

A problemática da água, sobretudo a escassez de água potável e degradação do recurso suscitou o debate de alternativas dos órgãos internacionais para sanar o problema, sendo: a proteção dos mananciais e fontes por políticas de sustentabilidade e defesa, assim como a ampliação de investimentos para os países não-desenvolvidos com a finalidade de expansão do setor.

Todavia, segundo Swyngedouw (2004), a problemática se apresenta com as disputas e conflitos políticos e econômicos em acesso ao recurso hídrico, “[...] a água se tornou uma das áreas centrais de teste para a implementação de políticas neoliberais globais e nacionais.(p.21)”. A privatização da produção e distribuição de serviços de saneamento, em específico os urbanos, tornaram alternativas para sanar os problemas. Parcelas das grandes empresas globais são alçadas para a tarefa de universalizar os acessos. A operação de expansão de seus lucros e ampliação da acumulação de capital são em muitos casos, colocam sob os interesses públicos.

É nesse cenário que as empresas se movimentam para os investimentos em saneamento. Com as dificuldades de universalização do serviço, este se torna um bom espaço para expandir suas atuações e construção de territórios. Como também da necessidade imanente do capital expansionista de reificar tudo em mercadorias regendo-as pela necessidade de mais-Valor. O que em outros momentos eram setores antes dominados pelos setores públicos, como as atividades ligadas diretamente à água, como é o caso do saneamento básico (água e esgoto), passa por uma apropriação,

Assim, observo que, da generalização do serviço, que passou pela

montagem das empresas de saneamento e do aumento da complexidade desses, cobrando-se um tributo do cidadão pelo tratamento de água e pela retirada do esgoto de diversos domicílios, passamos a um contexto no qual a água torna-se cada vez mais um novo campo de negócio, na medida em que ela, em si, transforma-se em mercadoria, uma “nova raridade”. A água deixa de ser bem natural e direito de todos (antes que ele seja garantido) para tornar-se bem a ser preservado, o que leva à sua tributação – é comum que se defenda a elevação do custo para a diminuição do consumo, o que revela a segregação de uma sociedade estratificada. (FREITAS, 2009, p.21).

O discurso da escassez hídrica pelos fóruns e conferências realizados pela ONU abriram as metas e os desafios para sanar o problema da água, no caso, o aumento de demanda e destruição de mananciais. Como salientou, Swyngedouw (2004),

Uma das frágeis conclusões e um objetivo declarado da Cúpula de Johannesburgo realizada em 2002 era reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso adequado a esgoto e água limpa. Como não houve comprometimentos financeiros significativos dos países participantes, o “mercado” e as forças de “mercado” foram nomeados as alavancas através das quais esse nobre objetivo seria alcançado. Apesar de declarações tonitruantes, pode-se agora prever que, a não ser que um grande investimento público seja canalizado para fornecer serviços de saneamento e que a hegemonia das formas neoliberais de prestação de serviço seja abandonada, o número de pessoas sem atendimento de água e esgoto aumentará até 2015, ao invés de cair pela metade. (p.1)

Assim, a ideologia no debate da escassez gera ações levadas à financiamentos pelo setor privado. Acompanhado disso, temos a discussão da regulação do uso da água, por ajustes e controle dos vários usos do recurso.

Para LANNA (2015), a produção de uma escassez gera o interesse como fonte lucrativa. Deve ser a água, um valor econômico. Assim, pela perspectiva de apologista do metabolismo do capital, ao identificar que via a alienação do bem, mediado pela propriedade privada possibilitaria uma alternativa a esse recurso. Para ele,

Os problemas de escassez, sejam de água ou de qualquer outro elemento, são sempre geridos por meio do regime de propriedade. Um usuário de um recurso, na medida em que esse recurso se torne escasso, procurará geri-lo para o seu próprio proveito. Caso seja possível a negociação entre quem tem o recurso e quem não o tem, ma demanda o seu uso, este último buscará adquiri-lo daquele. O detentor da propriedade, mesmo não tendo necessidade de usar o recurso, deverá geri-lo de forma a obter a maior renda com sua venda. Isso ocorre com o solo urbano ou rural, com o carro ou um animal com utilidade para o homem, entre inúmeros outros exemplos. E, para que isso ocorra, o atributo de propriedade privada deve ser aceitável pelas instituições e fisicamente viável de ser implementado. (LANNA, BRAGA, 2015, p.581)

Para FREITAS (2013), o debate de escassez sugere uma função de coibir o uso e abrir alternativas de inserção da água nos circuitos de valorização do capital, por meio da entrada de empresas privadas nas atividades e nos controles dos mananciais. O autor afirma,

Trato de um “terrorismo da linguagem” que contribui para revelar algo emblemático: a abordagem dada à água, especialmente a partir da década de 1990, durante e após a realização da Rio-92, é apocalíptica exatamente para justificar sua inserção nos circuitos de valorização do capital; dessa forma, a recorrente discussão de responsabilização do indivíduo pela escassez hídrica consubstancia a inserção da água como uma nova raridade,[...] Trata-se de um processo que se iniciou no último quartel do século XX, a partir de uma reelaboração discursiva do conceito de natureza, que serviu de base para a valorização dos capitais através da privatização dos serviços de saneamento em diversas partes do mundo. (FREITAS, 2013, p.25)

Dentre os vários usos da água, seja na agricultura, indústria e para energia elétrica, nos focaremos no momento da utilização para o abastecimento de água e esgoto. Esse setor, assim como os anteriormente citados, são alvos de disputas territoriais nessa quadra do século XXI, entre os trabalhadores e o capital. Por um lado, as expressões desse conflito se colocam na particularidade do campo, entre as apropriações da expansão do agrohidronegócio (THOMAZ JR, 2009), na transposição dos Eixos do Castanhão/CE para o capital da fruticultura (CUNHA, CARVALHAL, 2014). No espaço urbano as empresas de saneamento se territorializam em políticas privatistas de cariz neoliberal. Os ataques se dão na produção e distribuição dos serviços, cujas finalidades são a expansão do capital em sua busca incessante em se auto-valorizar.

Para isso, é necessário que os países se arroguem para a constituição de conferências e debates internacionais para sanar os déficits do serviço, por meio da privatização. Dessa maneira, a contradição de falta de acesso ao saneamento, e tomada com a consciência de transformar, as ações dos indivíduos no projeto do capital,

Uma das frágeis conclusões e um objetivo declarado da Cúpula de Johannesburgo realizada em 2002 era reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso adequado a esgoto e água limpa. Como não houve comprometimentos financeiros significativos dos países participantes, o “mercado” e as forças de “mercado” foram nomeados as alavancas através das quais esse nobre objetivo seria alcançado. Apesar de declarações tonitruantes, pode-se agora prever que, a não

ser que um grande investimento público seja canalizado para fornecer serviços de saneamento e que a hegemonia das formas neoliberais de prestação de serviço seja abandonada, o número de pessoas sem atendimento de água e esgoto aumentará até 2015, ao invés de cair pela metade. (SWYNGEDOUW, 2004, p.1)

Assim, o saneamento poderia se generalizar que em cada país teve uma ocorrência de gestões, municipal com parcerias privadas, estatais, privatizado e de capital aberto. Mas, o que se revela na bibliografia a respeito da privatização do saneamento é com a crise do capital nos anos de 1970 e 1980, com os estímulos de ganhos de produtividade, eliminação da burocracia, desregulamentação do mercado de trabalho e maior flexibilidade de investimentos alimentou a privatização do setor e apropriação de parte das ações pelas empresas no capital financeiro.

Isso como caracteriza Swyngedouw (2004), como “receitas-soluções” à crise do fordismo, através de desregulamentação e desterritorialização de mercados financeiros. Coaduna para isso, os pacotes de regulamentações do FMI, BIRD, que coagem os países devedores a privatizarem setores como soluções orçamentárias para o pagamento da dívida, com isso, as “fronteiras” territoriais entre o setor público e privado no gerenciamento da água se conflitam em muito com a hegemonia do privado pelo público.

3.2. As conferências da ONU na mercantilização da água. A tática de consenso do Novo Imperialismo.

É importante frisarmos o momento que se passa na geopolítica quanto tratamos dos projetos e propostas estabelecidas por órgãos como o FMI e Banco Mundial. Sobretudo, ao estabelecerem as políticas e regulações do capital no espaço mundial, construindo uma hegemonia global contextualizada no que muitos autores estabelecem como “Novo Imperialismo” (HARVEY, 2004).

Ao tratar dos desdobramentos das políticas neoliberais para o tema do meio ambiente, concordamos com OLIVEIRA (2011), que tenhamos uma nova maneira da política internacional e que se referencia como a hegemonia estadunidense se desdobra para as ações, no caso, ao Desenvolvimento Sustentável. Assim como se rebate a compreensão do papel do FMI, Banco Mundial, Conselho Mundial da Água e as Conferências da ONU. Por de trás das soluções da escassez e a degradação ambiental estão obliterados mecanismos de manutenção da política do Capital.

Para OLIVEIRA (2011), a ideia de novo colonialismo coaduna ao um processo de cooptação de interesses dos países de capitalismo avançado, para os considerados periféricos. Com isso, a formulação de uma classe dirigente desses países em prol as políticas voltadas para os países ricos. Além disso, a apropriação de suas bases naturais para a acumulação capitalista de outros países. Esta maneira abria a tática de consolidar sua hegemonia política por meio de políticas, fluxos de informação, isso sem necessitar de imediato de ações de invasão de territórios. A construção de uma hegemonia político-econômica, a partir das reflexões de HARVEY (2004), é estruturada por uma “geopolítica da paz”, sendo :

[...] estruturada em uma “geopolítica da paz”, onde o controle dos territórios ocorre também os auspícios das costuras diplomáticas, e é mediado pelos organismos da ONU, como FMI e Banco Mundial. Em meio à Guerra Fria e sob o estigma da conquista do controle de territórios pelo potencial bélico e posturas beligerantes, emerge uma forma de fazer geopolítica através de pactuações ocultados pela ideologia. (OLIVEIRA, 2011, p.58).

O que se apresenta é uma manifestação nova do Imperialismo. Decodificada em outros flancos do complexo da política, combinando ações beligerantes e diplomacia, assim, interesses de grandes empresas por de trás das ações dos Estados. Como apresenta HARVEY (2004), como a fusão da política do Estado e do império, cujos atores buscam o domínio de seus territórios e capacidades de mobilização (alienação) da base natural e do trabalho para seus fins políticos e econômicos. As novas roupagens das atividades Imperialistas, nessa nova quadra do século XX e início do XXI, é incorporada “[...]as práticas cotidianas da produção, troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais” (HARVEY, 2004, p.31-32).

As manobras de estabelecer a hegemonia política são dadas por características do fim da “Era de Ouro” do capitalismo. Característicos dos fins dos anos 1970, o imperialismo absorve algumas determinantes históricas desse período, dos consensos políticos (MÉSZÁROS, 2009). É válido lembrar que a partir das décadas de 1970, todos os empreendimentos capitalistas e coloniais eram criticados e combatidos em seus próprios territórios. Basta lembrarmos das marchas e passeatas contrárias às ocupações do Vietnã, Afeganistão entre outras; como também a clara e naufragadas ações colonizadoras europeias no continente africano ao longo da história.

Isso posto, além de ações pouco aceitas pelas próprias sociedade, os empreendimentos e custos das guerras não viabilizariam os retornos desejados. É com o processo ideológico de escamotear os conflitos sociais, inerentes ao controle do capital sob o metabolismo social, que funcionaria a mecânica dos consensos. Para isso, transvestir a administração dos conflitos, muitas vezes relegadas aos Estados para mediar tais contradições, como uma administração científica.

É nesse bojo que teremos as maneiras de escamotear as contradições do Capital em crise com temas de revolução administrativa, modernização e projetos de desenvolvimento, “[...] tinham como principal preocupação o modo de exorcizar o problema em si, visto que nenhuma das soluções propostas parecia funcionar na realidade, por mais poderosos que fossem os agentes que apoiassem sua aplicação” (MÉSZÁROS, 2009, p.144). Assim, acabando com os motivos geradores dos conflitos, como, ainda segundo o autor, um *deslocamento conceitual mistificador* com relação ao próprio motivo em questão.

Embora essa medida, analisada por Mézáros (2009), atenha-se as

administrações científicas propostas por Taylor, vemos seus desdobramentos para os temas tratados na água, e como uma das práticas desse novo imperialismo. Ao tratar dos processos de degradação do meio ambiente, como apresentado pelas conferências, ocorre um processo mitigador em que tratar as degradações fora dos processos ampliados de acumulação de capital. Mas, são tratados pelo consumo de cada cidadão do mundo. Outra questão é a não interpretação da apropriação da bases naturais por grandes incorporações, mas pelo contrário, o tratamento da escassez pela solução da propriedade privada e cobrança do bem.

Denota-se um processo característico do liberalismo e retomado na ofensiva neoliberal, em que as questões estão atuantes no complexo do consumo e não na produção. Dessa maneira, o capital que, segundo Mészáros (2009), opera pela separação do controle da produção, separação da produção e da circulação, circulação do consumo; permanece obliterado. Não mantendo em nenhum momento ao diálogo de atuação aos fundamentos da estrutura produtiva do Capital. Todavia, a junção contraditória desses complexos é relegada aos Estados, sendo estes agentes

[...] orientado para o consenso, tenha introduzido um corretivo prático para esta conceituação falaciosa através da intervenção direta do Estado- em sua pretensa qualidade de soberano coletivo e, ao mesmo tempo, humildemente dedicado representante dos indivíduos particulares- na distribuição do produto social. (MÉSZÁROS, 2009, p.144)

Obstinadamente, as conferências entram nesse novo jogo do imperialismo, em que afirmam transcender, “superarem”, as contradições dos motivos reais que geram as degradações e a escassez dos bens naturais, mas ocultam o “quem?” se apropria ou para quais fins se transformam a terra, água e ar em recursos. Os deslocamentos ocorrem ao mistificar os problemas a toda a sociedade e não a “quem?” e quais se apropriam. Outra questão trazida é a capacidade das contradições serem absorvidas nas instancias da superestrutura, como o deslocamento delas, refletindo “Com este deslocamento, considera-se que as contradições estruturais da base material são “resolvidas” no quadro da superestrutura jurídica e política, por meio de intervenções estatais mais ou menos poderosamente manipuladoras” (MÉSZÁROS, 2009, p.145).

É dessa maneira que as conferências pretendem-se em construir o espaço para o consenso às políticas voltadas aos blocos de poder, alinhado aos Estados que o constituíram. Estas personificam as políticas, as intenções e aspirações das grandes empresas e corporações capitalistas.

Ao invés de Estados soberanos como se caracterizaria os processos do Imperialismo clássico, ocorre como suportes a constituição de hegemonia de grandes empresas. Com isso, como salientou HARVEY (2004) o imperialismo se constitui um passo difuso temporal e espacialmente, em que o domínio e usos para a acumulação de capital são postos à primazia de qualquer projeto (OLIVEIRA, 2011). Ou seja, as atividades e ações das mais variadas empresas se apresentam na arena do mercado, em sua competição intra-capitalista. Todavia, o Capital se apossa de suas influências, dentro do Estado burguês para ditar seus interesses.

Assim, os processos diplomáticos, coadunados com a violência e a face coercitiva que compõem essa nova expressão do imperialismo, estão em sintonia com as grandes empresas, que buscam regular suas atividades no globo em busca de maiores lucros e territórios para seus negócios, afinadas com a expansão de suas atividades. Cabe a elas, exortar a consciência dos homens aos meios e fins para a necessidade de seu projeto, subsumindo as necessidades e possibilidades dos homens ao projeto do Capital.

3.2.1 Conferência de Mar del Plata

Em 1977, a conferência de Mar del Plata, Argentina, fez parte do primeiro ciclo de conferências proferidas pela ONU. Os objetivos dessas conferências são de interferir no debate internacional sobre assuntos relevantes para o momento (meio ambiente) e inseri-los nas agendas das políticas públicas dos países membros da organização.

Em Mar del Plata o principal objetivo do encontro foi o de evitar o avanço da crise da água. Para tanto, os debates encaminharam sobre os aportes na cooperação internacional para a resolução de problemas vinculados ao recurso hídrico. Das resoluções obteve-se dois ganhos, segundo RIBEIRO (2009): Plano de Ação, e a Década Internacional da Água.

Os Planos de Ação pretendiam, dentre as suas resoluções e recomendações, a busca pela eficiência no uso da água, o controle da poluição dos recursos hídricos e suas implicações na saúde humana, planejamento para o uso da água, educação e pesquisa sobre o emprego e destino dos recursos hídricos e estímulo à cooperação internacional e regional (RIBEIRO, 2009). Como também, cada país membro deveria promover políticas de acesso e qualidade de água, via o saneamento básico à população até 1990.

Com isso, a campanha da “Década Internacional da Água” instrumentalizou popularidade das temáticas referentes à água, focando nos serviços sanitários. O que para o autor, Ribeiro (2009), deixou de lado os outros usos da água. Além disso, os investimentos somados contaram com mais de US\$ 100 bilhões destinados à pesquisa e promoção de saneamento de qualidade e recursos para pesquisa sobre recursos hídricos no mundo e relatórios sobre a situação da água.

Segundo Ribeiro, as metas traçadas não chegaram ao previsto nas resoluções e recomendações. Porto Gonçalves (2008), revela que o tema d’água terá maior relevância após os anos 1990, mesmo com documentos de peso (“O nosso futuro comum”[1987], Agenda XXI [1992], “Carta da Terra [1992]”), o tema ainda é muito tímido face à gravidade do problema.

Dentre as propostas da Conferência, segundo RIBEIRO (2009), é a organização de um organismo internacional capaz de coordenar os recursos hídricos em escala internacional, uma vez que os conflitos de interesses pelos recursos sobressaem às fronteiras dos países. Mesmo que não ocorrendo à constituição de tal órgão, este serviu de inspiração para a constituição do Conselho Mundial da Água. Porém, este tenha apenas a capacidade de influir nos debates e ser uma espécie de espaço para formação de opinião e de organização de ideologia a respeito da gestão e uso da água. Sua criação data de 1996, auge das políticas neoliberais, e servirá de intelectual orgânico às questões relacionadas aos recursos hídricos.

Mesmo que não concretizadas as metas de saneamento básico à população, a rodada de conferências, que culminaram com de Mar del Plata, ainda se estabeleceu um acordo internacional envolvendo diversos países. Segundo Ribeiro (2009), surgiram vários ministérios de recursos hídricos pelo mundo, como também, cooperação técnica e científica sobre os recursos hídricos.

3.2.2 Conferência de Dublin

Realizada em 1992, em Dublin a conferência ocorre no auge das políticas neoliberais no mundo. Com a adesão e participação, segundo RIBEIRO (2009), de 100 países e 80 organizações, a conferência teve a premissa de tratar o tema da água no mundo. O seu tema era: “Água e Meio Ambiente”. Esta atividade influenciou ou deu o tom para a Eco 92 (OLIVEIRA, 2011; RIBEIRO, 2009).

Ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, buscou-se com as conferências o encontro entre economia e ecologia. Tentativas anteriores teriam sido costuradas para a efetivação desse acordo (OLIVEIRA, 2011), tais como: o Relatório Brundtland, que intentava em resolver as questões do desenvolvimento e a utilização dos limites dos recursos naturais para a produção mundial, e a conferências dos 7 países mais ricos do mundo, G7. Nesta, segundo OLIVEIRA (2011),

[...] o verdadeiro acerto entre *economia* e *ecologia* ocorreu anteriormente, na conferência de cúpula da G7131, em 1989, antes da convocação da CNUMAD, quando os sete países mais poderosos economicamente do mundo fizeram um apelo no sentido da “adoção imediata, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável” (OLIVEIRA *apud* SCHMIDHEINY, 2011, p.93).

Averiguavam a necessidade de vigoração de consensos a respeito das precauções e medidas para o desenvolvimento sustentável. Era procurado as inserções de uso das medidas para o consumo de recursos em escalas, seja locais ou regionais, utilização de novas técnicas lucrativas, dentro do bojo da ideologia do *Desenvolvimento Sustentável*, como afirma OLIVEIRA (2011),

É o princípio da *gestão ambiental*, uma forma empresarial-racional de gerir as riquezas naturais, potencializando a utilização das mesmas enquanto recursos, e ainda, constituindo um planejamento austero para se evitar o desperdício e os impactos negativos decorrentes de atividades produtivas (como a poluição em suas diversas formas). A “precaução” quanto ao fim da natureza-combustível sofre uma mutação, deixando de representar temor e preocupação para se transformar em aprofundamento de pesquisas científicas de natureza técnica, desenvolvimento de novas tecnologias, atualizações administrativas, visando lucros mais elevados e duráveis. (p.94)

As negociações que precederam Dublin e a Eco 92 (Conferência do Rio de

Janeiro, 1992) deram o suporte para os consensos as ideias hegemônicas a respeito do tema do desenvolvimento sustentável, assim como para o debate da água, sem chocar com os interesses do capitalismo.

É com os interesses de uma prévia para as ideias da Eco 92, que a conferência de Dublin se estabelece. Nela é construído um plano de ação, a partir de uma declaração.

O teor da “declaração” mostra o apelo às alternativas e análises tecnicista para a resolução, são: o mau uso da água e as ameaças ao desenvolvimento sustentável com a preocupação ao meio ambiente. E seu enfoque apresenta na então administração científica dos recursos, de modo a incorporarem novas técnicas de gerenciamento dos recursos hídricos:

A escassez e o mau uso da água doce representam uma séria e crescente ameaça ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente. [...]

A saúde e o bem estar humano, a segurança alimentar, o desenvolvimento industrial e os ecossistemas dos quais dependem, estão todos em risco, a não ser que a água e os recursos naturais sejam gerenciados de forma mais eficaz na década presente e nas depois, do que foi feito no passado. (DECLARAÇÃO DE DUBLIN SOBRE ÁGUA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1992)

Mesmo com o alarde ao “todos estão em risco” a declaração não manifesta nenhuma das contradições a respeito com as questões da produção capitalista e seu controle metabólico. Pelo contrário, ainda mantém a necessidade de continuar o crescimento da indústria, mas sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

A conferência produziu um plano de ação e quatro princípios redigidos na Declaração de Dublin. Traremos aqui de forma reduzida:

Princípio nº 1 A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente;

Princípio Nº 2 Gerenciamento e desenvolvimento da água deverá ser baseado numa abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores legisladores em todos os níveis

Princípio Nº 3 As mulheres formam papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água Este papel de pivô que as mulheres desempenham, como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário não tem sido refletido na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos.

Princípio Nº 4 A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico

Dentro dos pontos no plano de ação apresentam-se as características, tais como: finitude, água como recurso, processo de gerenciamento, água com valor econômico.

Nas análises de RIBEIRO (2009), a conferência ao reconhecer como um recurso finito o volume de água disponível parcela das águas doce (diferença entre a chuva e a evapotranspiração, ou seja o excedente hídrico), para o autor não é coerente com a visão holística dos recursos hídricos. Há também a preocupação de alterar a escala de governança da água, salva-guardando as gestões em escala local.

Mas, sobretudo, o último item o mais polêmico a ser tratado: “A água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico”. Como tratamos no início do capítulo a questão dos usos múltiplos da água e sua utilização é buscada por um tratamento de regulação das demandas. Todavia, concordamos com RIBEIRO (2009, p.81), que “como define claramente o princípio 4, apenas quem possui recursos financeiros para pagar por ela terá acesso a esse “bem”. De maneira cínica, o texto afirma que deve ser assegurado um preço acessível à água”.

Convertendo a água em uma mercadoria com custos econômicos, ou seja regida pelo Valor. Dentro dessa linha, cresce o movimento pela privatização da água. Esta ressoa como uma alternativa de regulação para o bem. Uma vez que tratado como propriedade, no caso ao invés de estatal, para as mãos privadas. O que se afina aos sons do neoliberalismo vigente na década de 1990, sob a melodia privatista do Consenso de Washington. Como apresenta,

A privatização dos serviços da água pode se dar para diferentes momentos do seu processo de coleta e distribuição. Isso possibilita negociar diferentes contratos, ampliando a gama de opções aos investidores, que em geral atuam em consórcio envolvendo parcerias com o capital nacional, cuja participação é minoritária e muitas vezes imposta pelo edital de concorrência. (RIBEIRO, 2009, p.136)

A regulação da água via o Valor econômico, no caso valor de troca, uma vez que se taxa a quantidade de volume de água por uma equivalente geral, dinheiro, sendo este a aparência da forma valor (forma historicamente determinada, cujos fins são a geração de mais valor) (CARCANHOLO, 2009). Busca-se, com isso, a abertura de novos mercados para adentrar-se a circulação de mercadorias nesse momento de capital em crise, em suas manifestações expansivas. Para a realização desse valor, muitos países passaram a experienciar processos privatistas, como na Bolívia, Brasil, Reino Unido, França.

Além da mercantilização da água, a gestão por meio de bacias hidrográficas fora estabelecidas como “tecnologia” de gestão dos recursos hídricos. As contradições que se apresentam no cenário são de como a capacidade de gestão dos recursos frente às

soberanias dos países. É notório e já dito, que muitos corpos d'água fluem de países para outros. Na explanação de RIBEIRO (2009),

De certa maneira, esses dois aspectos [bem econômico e bacias hidrográficas] combinam-se para diminuir a soberania, justificando ainda mais a ausência de um documento internacional que regule a ação humana em relação aos múltiplos usos dos recursos hídricos em escala mundial. (p.83).

É com Dublin que temas importantes aparecem no cenário internacional a respeito da água. Ou melhor, as ações frente à crise estrutural com apresentamos, em rebatimentos para a crise ambiental e seus desdobramentos para a (particularidade) água, tomam como ideologias e se desdobram para a política internacional. Deixam de ser apenas ideias e passam a atuar na realidade e a constituírem órgãos que militem pela causa da privatização. É válido comentar que é com esta conferência que temos o estabelecimento do Conselho Mundial da Água, sendo este responsável intelectual orgânico para a ideologia privatista.

Essa primeira rodada abre espaço para a Eco 92 com o intento de consenso da ideologia da água mercadoria e constituir a hegemonia imperialista para o Meio ambiente.

3.2.3. Conferência Eco 92 (Rio de Janeiro).

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, marca o que segundo OLIVEIRA (2011), como o código que obedeceria a uma logística geopolítica em que a ONU conferiria ao Brasil profunda relação com as regras e aceitação do neoliberalismo, assim como, a maior biomassa de diversidade do planeta.

É válido ressaltar, na década de 1990, a opinião internacional voltava seus olhos para a Floresta Amazônica, assim o Brasil tendo em seu território a maior possibilidade de bens naturais a serem discutidos. A celebração dos consensos dos acordos demonstraria a capacidade de diálogo Norte-Sul, uma vez que a sede da conferência “[...] por si só demonstra o quando as relações ganharam maior importância com o fim da Guerra Fria” (OLIVEIRA *apud* CLAVAL, 2011, p.103).

Os seus objetivos eram, segundo RIBEIRO (2009),

[...] era estabelecer duas convenções internacionais, sobre mudanças climáticas e sobre o acesso à diversidade biológica, duas declarações, uma sobre florestas e a do Rio-uma carta de princípios em que os representantes dos países se comprometiam com o desenvolvimento sustentável e a conservação do ambiente-, e a Agenda 21, um plano de ação com vistas à recuperação ambiental em escala mundial(p.84)

Para muitos autores a Eco 92 foi a Conferência de maior inflexão. É dela que se deriva a perspectiva de realização do consenso entre os países com os temas de desenvolvimento e meio ambiente. A construção dessa diplomacia se deu, uma vez que é utilizado o debate sobre a sustentabilidade, como a panaceia para a “salvação da natureza” (OLIVEIRA, 2011, p.106). Ainda segundo esse autor, o artifício que o desenvolvimento sustentável sedimentou anseios de países centrais, periféricos, organizações não-governamentais, multinacionais. Para estas, é a oportunidade política de avançar na transformação do meio ambiente em mercadoria lucrativa, e dar o aval às multinacionais sob o controle econômico da iniciativa privada. (OLIVEIRA *apud* MONTIBELLE-FILHO, 2011).

Dos assuntos mais relegados ao tema da água, ocorrera de maneira específica no Fórum em paralelo simultâneo à Conferência, o Fórum Global organizado por Ong's e movimentos sociais, intentou-se no contraponto da hegemonia e os acordos tratados na Eco 92.

Durante as atividades, segundo RIBEIRO (2009), cerca de trinta tratados que dentre eles o Tratado de Água Doce. Atuando como uma maneira de mobilizar-se por outra gestão da água, por uma outra hegemonia e a outra ideologia, frente às constituídas nas Nação Unidas. Dentre os pontos ocorridos nesse tratado, a água é definida como um bem público e de acesso a todos. Apesar de ser pouco específico nas questões de apropriação, ao enfatizar a escassez crescente, de combatê-la dentro de um projeto maior, de uma nova sociedade e de participação popular.

A conferência do Rio de Janeiro, assim como as anteriores, criou o espaço propício para a disseminação dos debates ao entorno do Desenvolvimento sustentável e a taxação da água, sendo estas respostas do “ponto de vista” do capital para a solução da degradação ambiental e a expansão do uso da água.

Como um dos aparatos privados de ideologia utilizada nessa virada do século e de instrumento do imperialismo é necessário de disseminadores dos debates. Nesse

interim é com esta conferência a criação do Conselho Mundial da Água (World Water Council), retomando as ideias da conferência de Dublin.

É também por meio desses instrumentos (conferências e conselhos) que burguesia internacional passa constituir a direção intelectual e moral da sociedade: “Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder).” (GRAMSCI, 2011, p. 290). Os debates passam a constituir a maneira de se enfrentar e lidar com as contradições abertas pela crise estrutural do capital, ainda que aparente; “[...]as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (MARX, 2007, p 46).

Com estas duas conferências se estabelece a adução da água para o mundo das mercadorias, e o debate de mercantilização entra nas agendas dos governos signatários dos acordos.

3.2.4. Conferência de Paris e de Bohn

Ainda seguindo as análises de Wagner Ribeiro, a respeito das Conferência de Paris (1998) e Bohn (2001), trouxeram as afirmações do capital privado em ator financiador e a entrada de eficiência econômica e produtiva, e investimentos em setores como Saneamento e gestão dos recursos hídricos.

Em Paris, 1998, se afirmou em seu plano de ação: conhecimento dos recursos hídricos e gestão sustentável, desenvolvimento de recursos humanos para gestão da água, estratégias de gestão e fontes de financiamentos.

Com os focos na gestão dos recursos hídricos temos a designação de gestão por bacias hidrográficas, revelando a intencionalidade de proferir ações em escala regionalizada. Além de manter o reconhecimento do valor econômico e social da água.

A proposta que se apresenta pela primeira vez nas conferências, para ficar nessas apontadas por RIBEIRO (2009), a francesa atentou-se nas parcerias público privadas na gestão da água (PPP's).

Em Bohn, 2001, cujo título: “Água: chave para o desenvolvimento sustentável”, destacou o financiamento e participação do setor privado para supplantar os déficits em saneamento. Dentre os 17 pontos e temas, focaremos, assim como RIBEIRO (2009), nos temas que deixam mais claro o teor privatista dessa conferência:

13. Assegurar aumento significativo de todos os tipos de financiamento;
14. Fortalecer capacidade de financiamento públicos;
15. Melhorar a eficiência econômica para sustentar operações e investimentos;
16. Tornar a água atrativa para investimentos da área privada;
17. Aumentar o desenvolvimento da assistência à água. (RIBEIRO, 2009, p.105)

Com isso, os interesses privados, dentro das conferências da ONU, assim, como em órgãos seus passam a constituir em braços dos interesses dos setores privados ao modelo privatista e que endossa a entrada do acesso à água mediada pelo mercado. Para tanto, outros espaços são constituídos, cujos fins são para coerções diplomáticas e consensos para a adesão do meio ambiente no circuito das mercadorias. É nesse intento que se constrói, desde 1992 na Eco 92, conselhos de maneiras a organizar o espaço do saneamento, ou do debate para a água como, sendo escassa ser regulada via medidas de valorização econômica. Assumindo a face do Valor e sua expressão no valor de troca.

3.3. Instrumentos do Imperialismo: Conselho Mundial da água e o Banco Mundial.

As novas táticas do imperialismo nesse cenário político atual, como apresentado por HARVEY (2004) é incorporado o consenso e coerção, a táticas diplomáticas para a resolução das contradições. Assim, a almejada criação de um órgão que regulasse os usos dos recursos hídricos no mundo, ainda que longe de ser realidade e de se operar, se constitui na criação do Conselho Mundial da Água como o formador de opinião e indutor de políticas para os governantes.

As discussões a cerca da criação do Conselho deram início em sequência, desde em 1994, realizado no Cairo, Egito, a VIII Congresso Mundial da Água, 1995 em Montreal, Canadá, e Bari na Itália; esses eventos culminaram na constituição dos objetivos e organização do Conselho Mundial da Água (RIBEIRO, 2009).

Em 1996, o Conselho é criado e sediado em Marselha, na França. Os objetivos do órgão, como apresentado por RIBEIRO (2009), são:

- a) fornecer uma plataforma para a visão estratégica comum sobre o manejo de serviços e recursos hídricos de modo sustentável e promover, mundialmente, a implementação de políticas efetivas e estratégicas;
- b) fornecer conselho e informação relevante para instituições e tomadores de decisão sobre o desenvolvimento e implementação de

políticas em prol de pobres, estratégias para recursos aquíferos sustentáveis e para o manejo de serviços de água, com o devido respeito ao meio ambiente, à equidade social e de gêneros.

c) contribuir para a resolução de questões relacionadas às águas transfronteiriças (p.90)

Ao analisar a capacitação e a tarefa histórica do Conselho da água, compreendemos dentro da formulação de Gramsci (2011), a respeito do partido. O partido nas leituras do filósofo apresenta duas formas que fazem as ações políticas como construído por uma elite de homens de cultura, cuja função é dirigir um grande movimentos de organizações políticas afins. O fundamento de um partido é a capacidade de fundar uma nova concepção do mundo a partir de um grupo social historicamente determinado.

O Conselho desdobra-se em ações ditadas para um fim dos grupos aos quais pertencem. Para tanto, é necessário à construção de uma ética e de valores que regem essa prática focada a que se pretende. É “O Príncipe” tratado por Gramsci (1978), em que representa plasticamente a vontade de uma coletividade, neste caso, dos seguimentos que focaram dentro das conferências de transformar a água em mercadoria e valor econômico.

A metodologia organizativa do Conselho é estabelecida por rede, conduzidas por uma estratégia chamada de “Hidro-diplomacia”, cujas ações são de explorar novas ideias, conceitos e debates e ampliação dos contatos da rede. Longe de ser uma rede que flua debates às pontas de suas redes, o órgão estabelece informações e temas de atuação dentro do grande tema da água:

- A água na agenda política;
- Examinar os assuntos de Segurança Hídrica;
- Co-organizar os Fóruns Mundiais da Água;
- Fortalecimento das Organizações.

A filiação do órgão ao tema se traduz pela missão que estabelece a partir dos momentos de formulações, ideais da crise ambiental desdobrada às questões da água, a escassez hídrica, e a formulação de intervir nesse momento. É uma ação histórico-política imediata e iminente que busca a partir de um perigo, da contradição da escassez, apresentar alternativas, por meio de um posicionamento encarnado ao organismo

(GRAMSCI, 1978).

As intenções e vontades plasmadas no organismo aparecem no documento “*World water vision: making water everybody's bussiness*”, a água um negócio para todos. Como salientou , RIBEIRO(2009), o trocadilho no título do trabalho deixa claro não somente a necessidade de colocar o problema hídrico na mão de todos, mas também a possibilidade da liberalização e comércio do bem.

As expressões liberais patentes no título desdobram uma intenção de tornar os “germes de vontades”, da metáfora do Príncipe, em vontades universais. Ou seja, tornar suas estratégias e políticas que ainda se manifestam em ideias (Teleologia) em ações práticas (Causalidades) expressando em ideologia formulações a cerca dessa contradição, uma vez que esta seja a mediação de estabelecer o entendimento às contradições postas e oferece alternativas ao seu combate.

Como expressão mais avançada do Novo Imperialismo (HARVEY, 2004), os processos de efetivação de uma cultura da nação hegemônica grassa pelo espaço mundial e revela o instrumento as elites mundiais. Acompanham todo o processo de coerção para nações que não se alinham a suas diretrizes e consensos e espaços diplomáticos, demonstrando o poder de territorializar sua hegemonia pela coerção e/ou consenso.

Em seus documentos a necessidade de novas gestões da água é relevada prioritariamente como a solução cabível ao aumento populacional, e consequente consumo de água. A ideologia liberal, característica do órgão, se apresenta de maneira mais evidente por tratar as questões da escassez na perspectiva do consumo, e não nos fundamentos na produção. Em seu documento “*Challenge for the 21st Century: Making Water Everybody's Business*”(World Water Council, 2000), sendo uma sinopse do anterior, a preocupação dos índices populacionais terem triplicados infringe com a capacidade de alcançar as futuras demandas, que hoje se apresentam como oferta de água. Segundo o documento a produção de alimentos e fibras necessitará, em 2025, 5.235 Km³. Como também a presença de maiores recursos para os déficits em saneamento e esgoto.

Outra proposta é a busca por maiores investimentos para a área. Dado os vultosos investimentos para os planos até 2025, as metas traçadas a partir de 2000 se restabelecem após cada Fórum, sendo os limites para o desenvolvimento, as alternativas que visam a abertura para o mercado. O total de investimento é de US\$ 70-80 bilhões (RIBEIRO *apud* World Water Council, 2009). Na visão para o mundo da água, a

resolução dos financiamentos é objetivo em salientar, a presença de todos os atores:

Firmas privadas-domésticas e internacionais serão a maior fonte de financiamento, e as comunidades locais irão contribuir muito em dinheiro e em espécie. Recursos governamentais serão uma parcela menor do investimento de capital direto e manutenção de custos para projetos tradicionais de suprimento [...] O papel do governo é prover uma estrutura regulatória e de políticas para investimentos que assegurem sustentabilidade financeira (RIBEIRO *apud* World Water Council, 2009, p.92)

A cada 3 anos é estabelecido um evento para discutir as metas e as propostas de políticas públicas, são os conhecidos Fóruns Mundiais da Água. sob a coordenação do Conselho é estabelecida a pauta de discussão e os pontos abordados com uma comissão organizada pelo país que o sediará. As intenções dos fóruns é estabelecer a sensibilização dos países para dentro da ideologia gestada pelo Conselho.

É por meio dos documentos “*Vision for Water, Life and Environment*”, com dados a respeito da conjuntura dos recursos hídricos mundial e as análises, que se fomentam as discussões e tratativas para futuras ações da água.

Dentre as ações, se encontram em boa recepção as aferições da cobrança dos usos da água. O Fórum Mundial sediado em Kyoto, em 2003, pautou a cobrança da água e como isso permitiria a possibilidade da produção de alimentos.

Além disso, se por um lado o Conselho permite a elaboração das propostas e sistematiza, assim como também, os debates esboçados nas Conferências da ONU. Ao final, cabem aos Fóruns dar consequência e proposituras as novas maneiras de se gerir as políticas sobre a água para os países signatários. Para tanto, as propostas das parcerias público privado reaparecem nos documentos dos eventos.

Como alternativa para a gestão eficaz da água, a Declaração Ministerial da Água aborda as possibilidades de exploração dos arranjos financeiros para sanar os déficits, dentre as alternativas, é ressoado mais uma vez a capacidade dos arranjos e regulação via as iniciativas privadas. Em harmonia com as tendências mundiais em possibilitar a participação de diferentes negócios e arranjos. Com isso, mais negócios às grandes empresas transnacionais garantidos pelos Estados.

Ainda na declaração de 2000, em Haia, permitiu a ressonância da água como valor econômico. A mediação para esse momento estabeleceu com as tendências mundiais em privatização dos “serviços da água”, englobando as participações do saneamento básico, tratamento de esgoto. A OMC estabeleceu, em 1994, os serviços da

água (RIBEIRO, 2009), que permitiram a possibilidade e o aval de ampliação das privatizações no mundo.

As privatizações aparecem justamente no final dos anos 1980 e 1990, com reflexos do fim do Estado de Bem-Estar social, que refletia o consenso fordista, e o estabelecimento dos direitos e serviços à população. Agora a ofensiva neoliberal se expressa nas questões do saneamento com políticas de solução a “falta” de dinheiro. Com isso, os pacotes de privatização, advindos desses órgãos provocam todo um reordenamento espacial favorável ao Capital e as ações do neoliberalismo.

Outro instrumento e ator na territorialização e espacialização das políticas privatistas é o Banco Mundial. PEREIRA (2009), desde suas origens o Banco age como um ator político, intelectual e financeiro tanto das políticas de outros carizes, como um formulador para as opções de políticas privatistas para o setor do saneamento. Há também da grande influência de seu maior acionista e membro fundador, EUA. O que beneficiou o país nas relações políticas e financeiras para desdobramento de suas ações pelo mundo, e se incorporaram com o Imperialismo que o país vem perpetrando desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Para os países da América Latina o banco se propõem a financiamentos para o tratamento do setor do saneamento. Os debates e linhas buscadas pelo Banco são em estabelecer a redução dos déficits em saneamento na região.

Desde os anos 1962-68, o Banco passa a incorporar financiamentos para a educação, abastecimento de água e saneamento básico. Isso incorporara à estratégia de expandir o número de clientes e seus volumes de empréstimos. As ações focadas para esse campo se desdobrou com a possibilidade da onda desenvolvimentista ocorrida em outros países em que o Banco Mundial tinham clientes e havia possibilidade de concorrência. Segundo PEREIRA (2009), bancos como Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) já atuavam em países periféricos.

As políticas de apoio a não-financeáveis, como educação, agricultura e saneamento, se consolidaram com uma política de ver o endividamento como parte da solução. Combinando a facilidade de condições para créditos e de pagamentos, tratava-se de expansão da “solvência” dos seus clientes com o aumento do crescimento e capacidade de absorção de moedas estrangeiras (PEREIRA, 2009). Dessa maneira, consegue inundar as economias dos países periféricos com dólares e tornar-se credor.

Ainda dentro das análises do historiador PEREIRA (2009, p. 119/120), com isso,

os indicadores para a garantia dos empréstimos partiam de indicadores de potencial de crescimento e o tipo de política econômica implementada; possibilitando maior intervenção do Banco Mundial nas assistências técnicas e em interferências nas políticas dos países. O que viria a torna-lo um instrumento para o imperialismo estadunidense.

Já nesse primeiro momento o Banco passa a investir cerca de US\$ 165 milhões de dólares (PEREIRA, 2009, p. 105), chegando a mais de US\$ 3 bilhões em 1974-82, para saneamento. As somas e intensões em financiamento aumentaram, a ponto de 2002, as estratégias setoriais de recursos hídricos, agora com o debate da escassez em voga e propagandeado pelos Fóruns e o Conselho Mundial da Água, pertenciam a noção de maiores os riscos nesse setor maiores seriam os retornos econômicos.

Tendo os debates e a hegemonia privatista especializada pelo globo, e coadunada com a posição de ator e formulador de políticas, o Banco passa a intervir nas políticas de Estado das nações a ponto de propalar as ações de modernização do Estado, sobretudo, para países devedores as propostas de construção da confiança dos mercados. É por essa via que as propostas do banco tinham em seu bojo, além das privatizações e e criação de agências: “c) criação de uma nova estrutura de produção de “bens públicos” (saúde, educação, saneamento, água etc) por meio de arranjos públicos-privados (PEREIRA, 2009, p.265)”;

caberia ao Estado desenhar as políticas e o marco regulatório para a supervisão das atividades.

Pela via dos empréstimos e condições de efetuar aos seus clientes são estabelecidos, por meio da coerção financeira as políticas de privatização, em pressionar os governos à privatização do setor (OLIVEIRA, 2007). Não apenas nos países dependentes, mas também as experiências francesas e inglesas receberam apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para abertura de seus sistemas públicos para grandes empresas.

As experiências brasileiras cancelaram essa coerção internacional para a privatização do setor. O Programa de Modernização do Setor de Saneamento-PMSS, de autoria do governo de Collor, 1990, previa recursos do Banco Mundial, e pela imposição deste, permitiram a territorialização dos modelos de privatização ao setor. À ponto de as experiências brasileiras no setor participaram em diretivas e financiamento, cuja prerrogativa dependeria da privatização do setor. Isso poderia se refletir na vedação de órgãos públicos para a contratação de novos financiamentos no setor, com a resolução 2421/98. Ou seja, as intervenções diretas do órgão na política de saneamento nacional.

Por meio, de várias políticas invasivas do Banco e interferências do Conselho Mundial da Água é que constituíram em instrumentos de coerção financeira e consensos da ideologia neoliberal. Expressas nas políticas privatistas que se alicerçavam na capacidade de transformar a água em uma mercadoria. Por esse fim de integrar os bens da natureza aos circuitos globais de capital, transferindo para o poder privado e inserindo no fluxo global de dinheiro e capital, de ativos em bolsa de valores e inserindo em circuitos transnacionais de circulação do capital, sendo vitais para as companhias globais (SWYNGEDOUW, 2004, P.37).

É nesse bojo, as grandes empresas passaram a ter foro privilegiado nas ações privatistas. Elas se organizam e estabelecem relação de parceria via o Conselho Mundial da Água. Partindo de uma divisão analisada por RIBEIRO (2009), ao estabelecer alguns grupos, por Barlow e Clarke, em compor as grandes empresas: **Suez** e a **Vivendi** (francesas), **Bouygues-SAUR**, francesa; **RWE-Thames Water**, alemã; **Bechtel-Unite Utilities** e a **Enron-Azurix**, estadunidenses; **Severn Trent**, **Anglian Water** e **Kelda Group**, britânicas.

É por estabelecimento desses instrumentos de hegemonia que fortalece o crescimento das empresas e o avanço, sob o controle e regulação pela lógica do capital. Com isso, o capital em crise consegue estabelecer ganhos e resguardar seus interesses frente aos países. Com os auspícios de órgãos como o Conselho Mundial e o Banco proferem ataques as políticas e soberanias aos bens naturais. Para isso, é preciso que subsuma o ordenamento espacial e os arranjos territoriais ao julgo do capital.

Harvey(2004) identifica que temos a lógica territorial e do capital. Sendo no caso da apropriação da água a necessária apropriação do território. É necessário que as facetas do capital, seja desenvolvimentista nacional, financeira dependa da conquista da política que subsuma o território à sua lógica e ordenamento espacial.

Para compreender os avanços e recuos do capital em seu jogo de xadrez ao estabelecer sua hegemonia é importante compreender a história territorial do país e suas determinantes políticas e históricas. É por esse caminho que intentaremos a compreensão da entrada do capital financeiro no espaço do saneamento brasileiro. De modo a desvendar as propostas e projetos desses órgãos se territorializando no Brasil.

4. A territorialização no Brasil do Saneamento Básico: do PLANASA ao PLANSAB

Ao abordar a bibliografia, autores como HELLER (2014), PITTERMAN (2009), BRITO (2001) identificam um marco para o setor, 1971, com o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Este se apresenta como o primeiro a organizar nacionalmente o espaço do saneamento.

Suas características expressam o momento que passava o país. O caráter não democrático nas decisões, sobretudo, quando se refere ao controle social; ou por seu caráter de (embora após 2007 com a Lei nº 11.445/07) tratar o saneamento de maneira reduzida com obras focadas no abastecimento de água e o esgotamento, e construção, uma visão das empresas; ou ainda por políticas nacionais extremamente centralizadas. O que confere ao ordenamento espacial e a territorialização de políticas muito marcadas por essa continuidade advinda da ditadura civil-militar.

Assim é necessário, compreender as regulações e os pactos políticos nacionais, que perfizeram os arranjos do saneamento no país em períodos marcados no tempo e no espaço, e determinados, por esses blocos de poder. Dessa maneira, não apenas estudar a expansão do espaço do saneamento pelas políticas, mas, a relação como se apresentam em suas relações de forças e os pactos políticos que identificaram no bloco de poder da burguesia (GRAMSCI, 1984) em momentos históricos determinados. E, como essas sínteses de múltiplas determinações dão e deram forma ao setor, ora pulverizado e administrado pelos municípios, e ora com os Estados.

A pulverização e centralização nos ajuda em metáfora a compreender os momentos do saneamento em seus arranjos e organizações espaciais, e suas continuidades na configuração espacial do saneamento. Para tanto, é necessário integrar as sínteses de múltiplas determinações entre os complexos da política, do Estado e social; pois *“(...)numa totalidade é que conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade”* (LUKÁCS, 2003, p.76), sendo este um esforço de reproduzir teoricamente a realidade. Evitando isolá-lo na análise, não nos

permitiria compor suas funções e mudanças ou ações contrárias a isso, e dessa maneira, que não buscaremos justapô-los como “soma”, mas parte que reestabelece uma nova relação e que dá suporte a totalidade histórica a que pertence pela relação ao conjunto da sociedade.

A sociedade e o espaço são recíprocos dialéticos (MOREIRA, 2012) e suas determinantes partem do modo de produção dessa sociedade. Nele é inerente em sua constituição as contradições e tensões. Segundo Moreira (2012), a contradição fundamental (ontológica) em ordenar o espaço a partir de uma lógica de centralidade, realçada nas sociedades capitalistas. Por seu jogo de contrários temos uma concepção do espaço (subsumido à lógica capitalista) e o contraespaço (contraditório ao espaço instituído na lógica do capital); a lógica centralizada e por outro a de alteridade, as tensões emanam desse momento. Assim, a análise espacial se enriquece, como e nos mostra o dinamismo da sociedade, como nos apresenta o geógrafo:

[...] rede de tensões com que a centralidade vai se desdobrando, em que contraditam a identidade e a diferença, a unidade e a diversidade, a homogenia e a heterogenia, a hegemonia e a cooperação. E assim, no limite, se somam para dar na tensão do espaço da ordem e contraespaços que agitam a sociedade por dentro reiteradamente. (MOREIRA, p.203, 2012).

Os arranjos que ordenaram a estrutura e a política do saneamento no Brasil, no caso, o PLANASA dá o início ao ordenamento ainda presente no país, como também é a execução ideológica do bloco de poder estabelecido a partir da ditadura civil-militar. Assim, “O arranjo do espaço coloca-se, assim, como a determinação da arrumação geográfica principal. Por conta dele, a polaridade do uno centralidade tende a eliminar e ordenar a diversidade no símbolo da hegemonia do centro.” (MOREIRA, p.203, 2012).

4.1.1 O Saneamento e a política no Brasil: da pulverização à centralidade pulverizada.

O saneamento no início do século XIX, era utilizado como abastecimento de água em áreas nobres das cidades, e pouco visto para o tratamento de esgoto. Dessa maneira, as questões de saúde pública somente apareceram no cenário com o desenvolvimento da urbanização é que o processo de higiene é alinhado ao crescimento populacional das cidades. As pequenas parcelas da população que tinham o acesso a essa infraestrutura, eram apenas os grupos econômicos mais abastados da sociedade (MASSARA, 2002).

Apenas como os adensamentos populacionais nas cidades e a necessidades de água para a vida, ou ampliação das incidências de doenças de causas hídricas, é que se iniciou a ampliação das ligações e cuidados com a saúde. As expansões dos núcleos urbanos demandavam maior acesso à infraestrutura para o abastecimento e esgoto, como também para viabilizar o processo de industrialização.

A exemplo disso, Campinas, em 1889, foi pioneira na criação do serviço local, fora da capital, a Companhia Campineira de Águas e Esgotos, fundadas pelos empresários coronel Joaquim Quirino dos Santos, Bento Quirino dos Santos e o engenheiro de origem inglesa Roberto Nortmanthon. A empresa atendia de maneira muito incipiente a cidade. Os serviços previstos demoraram a entrar em operação e a localidade foi vítima da epidemia que deixou dezenas de mortos.

As demandas pela infraestrutura de água nas cidades transformavam-se em novos negócios para quem tivesse a oportunidade de estruturar uma empresa de construção civil. Em muitos casos, a capacidade de iniciar os investimentos se portavam em frações das elites locais. Muitas vezes o atendimento era precário, como apresentado no exemplo de Campinas. Piracicaba, também pioneiras na construção de uma empresa para o serviço de abastecimento de água, em 1887, a empresa hidráulica de Piracicaba. Nesse período, a exceção das capitais, os interiores pouco tinham a construção de infraestrutura. Segundo a SAMPAIO (2011),

Na ausência de uma política nacional em saneamento, e com o privilégio de serviços no setor concentrado nas capitais estaduais, e em especial no Rio de Janeiro, foi pela iniciativa autônoma e corajosa de muitos municípios que o abastecimento de água e, depois, de esgotamento passou a ser oferecido a outros extratos da população que não fossem somente a elite econômica. (p.21)

Vale uma ressalva aqui, as ações de colocação de infraestrutura estavam mais focadas, não no ímpeto moral de uma classe dirigente, mas em realizar a implementação de obras, dentro do negócio da construção civil. Cada elite local representava frações das oligarquias agro-comercial e manejavam as execuções e fundos de acordo a partir de sua força dentro do Estado costurados pelos pactos políticos nacionais. Como argumenta Dreifuss (1978), o bloco de poder do Estado era predominante das elites agro-comerciais, com a tônica das regiões nordeste e paulista cafeeira e mineira do leite, a característica política do café com leite.

Alguns desses oligarcas tinham a capacidade de mando nas regiões e de tratar dos investimentos nas áreas de infraestrutura. Dependiam do controle do Estado brasileiro a partir do pacto de elites entre oligarquias agrárias e industriais emergentes no cenário nacional. Ao mesmo tempo ordenavam a política e os sentidos dos investimentos para a economia, e se beneficiava dela com investimentos para sua região e desenvolvendo a economia local. Como afirma Dreifuss:

[...] bloco este que foi marcado pelas deformidades de uma classe que era ao mesmo tempo “cliente-dominante”. Foi sob a tutela política e ideológica desse bloco de poder oligárquico e também sob a influência da supremacia comercial britânica nos últimos vinte e cinco anos do século XIX que se formou a burguesia industrial. (DREIFUSS, 1978, p. 21)

Com isso, cada elite fomentava as ações sanitárias ou de investimentos em suas regiões dependendo de sua capacidade e força dentro do bloco de poder estabelecido. O que apresentava grandes disparidades em investimentos e setores, caracterizando disparidades regionais fortes no território. Isso, pois, havia uma lacuna de unidade nas ações do Estado em vários temas, o que padecia ao Brasil em vários setores, dando o caráter de arquipélago econômico como mencionado na economia.

A ausência de projetos e ações integradoras abria espaço as ações individualizadas em cada região, o que formatava espacialmente a falta de ordenamento espacial em escala nacional (MORAES, 2000). Essa lacuna de integração, permitia as ações pulverizadas e regionalmente beneficiadas das empresas estrangeiras, sobretudo, britânicas que implementavam obras de infraestrutura, longe de caracterizar uma ação e uma análise mais ampla do saneamento e saúde. A consequência direta dessas ações, além de obtenção de negócios lucrativos às empresas, são as gravíssimas situações endêmicas provocadas pela falta de tratamento adequado ao problema. Dessa maneira,

doenças e outras consequências negativas acarretariam situações de gravidade nas cidades e, conseqüentemente à classe trabalhadora. A partir de quadro endêmico que assolara as cidades, as elites passam a adotar ações, a

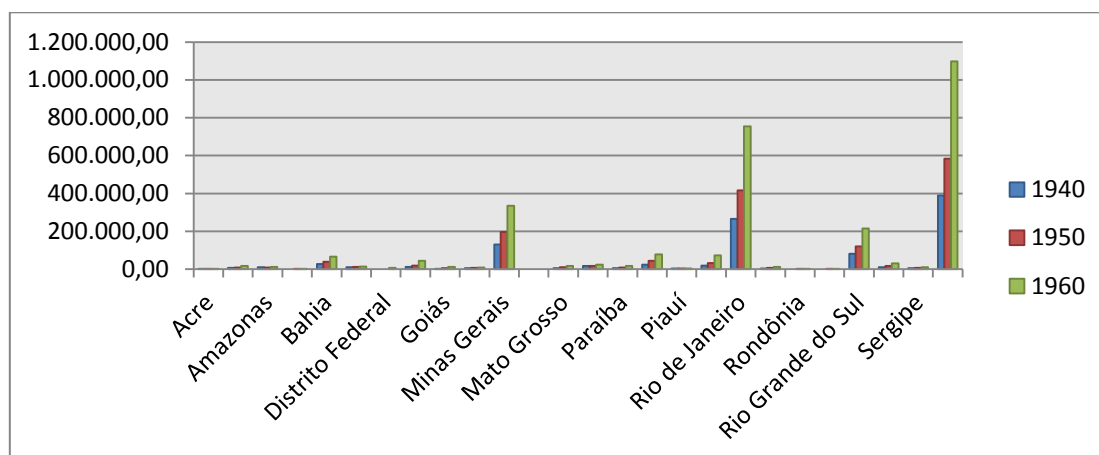
Verificou-se a realização de ações coletivas de saneamento que, contudo, estiveram vinculadas aos interesses das elites, resultando em atuações pontuais e insuficientes, focadas em áreas de interesse econômico. Como consequência, e somando-se outros aspectos relativos à sociedade brasileira da época, massas populares foram excluídas de benefícios, gerando revoltas na população (REZENDE e HELLER, 2002 apud RUBINGER, p. 8)

A força das oligarquias fora abalada por fatores conjunturais, tais como o crescimento populacional, o aumento da taxa de urbanização junto com o desenvolvimento industrial.

Apresentam no cenário político as elites industriais: paulista, carioca, gaúcha e a mineira. De início agrárias, mas que obtiveram uma capitalização com seus bancos regionais que fomentaram seus investimentos. Essas mudanças alicerçaram o deslocamento político agrário e comercial das elites nordestinas para a região sudeste do país e para as elites urbanas (DREIFUSS, 1978).

Entendendo o desenvolvimento do saneamento vinculado com a necessidade do desenvolvimento industrial e urbano, podemos traçar as disparidades regionais de atendimento ao serviço. Isso refletido o número de domicílios ligados às redes de abastecimento de água (Ilustração 02). As oligarquias regionais supracitadas demonstram os maiores índices de redes ligadas nas cidades de cada estado.

Ilustração 1. Número de domicílios ligados à rede de abastecimento de água (1940,1950 e 1960)



Fonte: série históricas, IPEA, 2016

Podemos identificar que variando a oligarquia que estabeleceria dentro do bloco de poder, apresenta em paralelo o acesso a mais obras de infraestruturas para o setor do saneamento. Os investimentos nessa época pertenciam a iniciativa privada, com o controle e provimento dos serviços para a municipalidade como previsto nos códigos das águas de 1934.

A Lei de 1934 mais conhecida como Código das Águas é um dos fundamentos para a regulamentação do Estado nas questões referentes ao saneamento e a também para energia hidráulica.

A estrutura de regulamentação dos serviços públicos de saneamento básico e de energia elétrica no Brasil tem seus fundamentos no código das águas de 1934, que estabeleceu os princípios de um sistema híbrido que associava o regime das concessões- típico do direito administrativo- ao de regulação econômica pela taxa de retorno. BRITTO, 2001, p.1081)

O decreto 24.643/34 que regulamenta o Código passou a normatizar os usos dos recursos hídricos no país, sendo a primeira lei a realmente trazer à baila os usos e aproveitamentos, da base natural como a água. Com esse mecanismo o governo federal passava a ter maior controle sobre a base hídrica nacional. Esta normatização jurídica permitia que o Governo, como apresenta GONÇALVES (1999),

- incorporou ao patrimônio da União a propriedade das quedas d'água, separando-as das terras em que se encontram;
- atribuiu à União a competência de outorga ou concessão para aproveitamento de energia elétrica;

- resguardou os direitos daqueles que já exploravam potenciais hidráulicos para exploração de energia elétrica;
- adotou o regime de monopólio da exploração dos serviços de eletricidade, mediante a instituição de concessão a ser outorgada por decreto do Presidente da República;
- subordinou a fiscalização ao Poder Concedente;
- instituiu os princípios do “serviço pelo custo” e do “lucro limitado e assegurado” e também, deu início a nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país. (p.84)

Com isso, o Governo Vargas passa a erigir maior poder sob as águas doces no Brasil, até então uma lacuna nas regulações no país. Há de se acrescentar a variável conjuntural. Estamos no bojo da crise de 1929, em que enfraquecera as oligarquias agrárias e abriram espaço para o estabelecimento de novos atores no bloco de poder do Estado. Neste caso, a burguesia industrial nacional, que consciente da importância de redução de insumos, detêm de instrumentos, por via o Estado, para o seu controle da base hidráulica tornada recursos para seus usos na indústria. Dessa maneira, o poder conseguido por essa elite, em fazer parte desse bloco de poder, propiciou sua manutenção na regulamentação: na utilização e tarifação dos preços.

A centralização para os usos da base hídrica teve sua maior tônica, quando em 1931, o Governo Federal suspende as transferências,

Em setembro de 1931, o Governo Federal suspende, por decreto, as transferências de cursos e quedas d'água a particulares para fins exploratórios. Medida que implicava em mudança substantiva na regulamentação da exploração dos recursos naturais (hidráulicos e minerais), pois passavam a integrar os bens da União. Este fato criava as condições para que as atividades ligadas a estes bens fossem concedidas pela União, rompendo com a legislação vigente até então, que estabelecia aos estados e municípios o poder concedente. Era uma demonstração de fortalecimento do poder central em detrimento do outros poderes, porém externava a possibilidade de que estas questões - o uso dos recursos naturais - fossem tratadas dentro de um projeto mais amplo.(GONÇALVES, 1999, p.81)

Segundo Britto (2001), nesse período que vai do governo provisório ao Estado Novo, os movimentos de centralização e descentralização da regulação dos serviços de água (incluindo a geração de energia hidráulica e saneamento) mostram a complexidade e as contradições da regulação nas políticas do Estado. Se por um lado, as tendências liberais características de 1930, descentralizado passando aos municípios a gestão e aos Estados da

federação. Por outro lado, em 1937, transforma-se em forte centralização das funções de regulação e controle, para a energia como para a utilização dos usos em escala macro.

Mesmo nesse movimento de centralidade do controle, os serviços do saneamento permaneciam em autonomia dos municípios. Estes munidos de administrações, estruturas de departamentos, ainda carentes em assistência técnica, deixando-as fragilizadas e à mercê da deteriorização dos sistemas (COSTA, 1994 apud BRITTO, 2001).

Essa dupla relação de centralização do serviço e manter as autonomias nos municípios refletiam os laços mantidos com setores do bloco político de sustentação ao Estado. Ao mesmo tempo que, buscava-se a modernização do sistema de gestão, esbarrava no atraso deixado pelas elites que lhes compactuavam no poder.

É característico do período também ao se estabelecer um projeto ao país, sobretudo por ainda se manter um bloco de poder prellustração do no que DREIFUSS (1978) considera em uma “*complicada trama de conciliações efêmeras entre interesses conflitantes*”. Os grupos pertencentes dos mecanismos de poder: classes médias, os setores agor-exportadores, a indústria e os interesses bancários, nem sequer consolidaram em uma hegemonia política, ou universalizando seus interesses particulares para a sociedade, dando ao Estado um equilíbrio instável entre os grupos.

Ao contrário do que já ocorrera com outros países em suas conhecidas transformações ou revoluções burguesas clássicas, que por via da coerção estabeleceram sua hegemonia. No Brasil, contudo, o momento do velho coexistia com o novo. Assim como OLIVEIRA (2008) apresenta

[...] no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade. No modelo europeu, a hegemonia das classes proprietárias rurais é total e paralisa qualquer desenvolvimento das forças produtivas, pelo fato mesmo de que as economias “clássicas” não entravam em nenhum sistema que lhes fornecesse os bens de capitais de que necessitavam para sua expansão: ou elas produziam tais bens de capitais ou não haveria expansão do capitalismo, enquanto sistema produtor de mercadorias (p.63-64)

Aqui para a progressão de setores da economia e da política não há rupturas necessários entre as elites agrárias e a ascendente elite urbana industrial. A combinação dos “pactos estruturais”, uma vez que em setores como a agricultura ainda mantinham relações não capitalistas de produção, sobretudo na utilização de trabalho de subsistência; no caso brasileiro, as relações não-capitalistas de produção são

apropriados em do excedentes em outros setores estratégicos da economia, como o setor industrial. Esse é o elemento contraditório que mantém a sustentação do pacto das elites (agrárias e industriais, o moderno e o atraso) que lhe erige no complexo da política uma característica ainda pouco estável e gelatinosa no período. De maneira que ao implementar suas alianças locais, as elites pouco se condensariam, sendo um equilíbrio instável DREIFUSS (1978). Refletindo no espaço uma pulverização ou, como já mencionou MOREIRA (2009) em um espaço molecular a imagem e semelhança do metabolismo do capital.

O saneamento entre os períodos das décadas de 30 a 50 oscilou de gestões municipais, à regulação estadual. Ao longo das idas e vindas não há a participação dos usuários na gestão dos serviços, sendo o controle social e político destes, alienados às instituições da sociedade política, ou melhor, fixados na superestrutura (Estado), o que é característico de um contexto político desse período, em que uma elite se aparelha de seus interesses nos governos. Como assevera BRITTO (2001, p.1083), *“O controle social, colocado inicialmente na nossa definição, como elemento central para garantir eficácia na gestão, até então, é simplesmente inexistente”*.

Para tanto, aos poucos a burguesia industrial passa a tomar identidade face ao bloco oligárquico, ao mesmo tempo estabeleceu um novo “compromisso de classe”. A dupla ação de consenso dentro do bloco que deu o tom a república de 1934, e demonstrou sua instável consolidação abre as peias para que Getúlio Vargas estabeleça as medidas mais centralizantes na política de Estado, o que forjará o Estado Novo.

A partir de 1937, instituições e aparelhos do Estado passam a regulamentar as ações das oligarquias regionais. Estas muito afeitas à políticas de clientelismo, patrimonialista; que obstavam com os interesses do novo bloco de poder. Nesse sentido a centralização política emanada da capacidade de Getúlio e sua política autoritária em gerir o ordenamento espacial em algumas áreas. Por esse via que temos a partir de 1930 até os anos 50 a centralização que grassará a política de saneamento.

Há também de salientar que o próprio governo se construiu, sobretudo, nesse período, encontrava a pouca organicidade na sociedade civil brasileira, até mesmo para frações patronais. Mesmo com as socializações das políticas, como quer Coutinho (2011), indica que estava em 1930 o andamento de processos que levaria à criação de uma sociedade política autônoma e pluralista⁶. Ainda recentes e rasas em seu

⁶ Coutinho aprofunda esse nascimento de organizações da sociedade civil e a impulsionam a parti de 1935, quando as organizações ainda de massa: Aliança Nacional Libertadora (ALN), Ação

aprofundamento, dessa maneira, as elites conseguiam se servir do Estado como mecanismos de dominação. Utilizando-o como meios para resolução de seus interesses “de cima para baixo”. A resolução de suas fraturas inconciliáveis de classe, produto esse o Estado (LENIN, 2001), as elites por meio da coerção das classes, haja visto as perseguições ao PCB da época; e pelo consenso (intra classe: agrário e industrial), empreenderam o seu processo de modernização capitalista conservador, afastando o povo de qualquer decisão (COUTINHO, 2011).

Os mecanismos do Estado para territorializar os arranjos da hegemonia do capital industrial se deram pela criação de departamentos e todo um processo que racionalizasse e organizasse a organização da economia. O ordenamento espacial constituído por Vargas teve na coerção e silenciamento da sociedade civil, na construção desses departamentos, como é o caso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o qual tinha a função de racionalizar e organizar o serviço público no país.

O que se revela é que por meio desse departamento o Estado Novo conseguia estimular a modernização da administração estatal “nacional” e subordinar as elites regionais ao seu favor (DREIFUSS, 1978). Com esta atitude retirava as práticas clientelistas regionais, já bastante aproveitadas pelas empresas britânicas, o capital estrangeiro, o que reduziria a força das oligarquias, que operavam na escala regional e local. Dessa maneira, segundo Dreifuss (1978), *“Controlando a burocracia o DASP transferiu efetivamente, mas não de maneira exclusiva, a prática do patronato para o governo central, dando margem à burguesia industrial de lançar mão de práticas paternalistas e cartorais.”*(p.24).

As capacidades de elites estaduais controlarem os recursos públicos possibilitaram, a centralização burocrática varguista a acima mencionada e a cooptação dos agrupamentos regionais e setoriais. A participação dessas elites empresariais na estrutura de poder permitia a negociação e a criação de um consenso entre empresários e burocratas, ou como apresenta “corporativismo setorial” (SANCHEZ, 2000).

Com isso, já nos anos 40 e 50 surgem embriões de gestão centralizadas nas escalas estaduais, mediante concessões dadas ao poder municipal a empresas estaduais (BRITO, 2001). Temos a conllustração ções do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Outras iniciativas na escala estadual são tomadas, a exemplo,

Serviço de Água e Esgoto de Maceió (SAEM), em 1945 e o Departamento de Saneamento do Estado, em Pernambuco, em 1954. No mesmo ano a criação do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de São Paulo, atendendo os municípios de Guarulhos, São Paulo, São Bernardo do Campo e São Caetano; assim como em 1960, a criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Isso prenunciaria na década seguinte as novas gestões para a temática da regulação dos serviços do setor, como salientado abaixo:

O fato é que, no início dos anos 60, havia uma pulverização de órgãos públicos, em escala federal, atuando em serviços de água e esgoto. Eram 17 órgãos federais, sendo que apenas a FSESP atua no ciclo completo, da montagem de projetos à execução de obras e operação do sistema.(SAMPAIO, 2009, p.24)

Os serviços municipais poderiam contratar as empresas estaduais por meio de concessão constitucional, sendo a titularidade da prestação é de âmbito municipal. Assim, podendo optar, segundo suas condições técnicas de financiamento os serviços de saneamento. No início dos anos 1960 algumas autarquias concorriam com a gestão dos serviços estaduais. Todavia, o ainda acesso aos financiamentos eram poucos na escala municipal o que os fariam, deteriorar ainda mais os já frágeis departamentos municipais.

Ainda que com a constituição de empresas estaduais o saneamento, para SANCHEZ (2000), não possuía estrutura nem burocracia capacitada para mediar funções de um setor, de maneira a ordenar espacialidade do saneamento e territorializar projetos do meio empresarial dentro do aparelho Estatal. Ou melhor, não haveria especificamente um ordenamento atrativo para investimentos específicos para o saneamento.

Em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) condicionava seus financiamentos para o saneamento: autonomia dos serviços como requisito para a contratação dos empréstimos e a realização de estudos de viabilidade econômica, para a previsão de amortização dos financiamentos colhidos por meio da cobrança tarifária (BORELLI, 2010, p.27).

Em vista de dinamizar os financiamentos e concentrá-los em uma esfera que se atende a racionalidade do Estado para os trabalhos em obras, muitas entidades estadunidenses passaram a apoiar essa criação. Dentre elas, esta a United State Agency for International Development (USAID) para o incentive e criação de empresas de estruturas mais eficientes e de regimes empresariais. A primeira empresa criada foi a

Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

Mesmo assim, os processos de racionalização das atividades do Estado e as mudanças de gestão, não ocorreram de maneira homogênea e com poucas iniciativas. Apenas na década de 1960 com o regime ditatorial civil-militar e a criação das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB), que possibilitou investimentos em grandes escalas e planejamento no abastecimento de água. Com isso, integrou o componente privado e frações do bloco de poder da ditadura civil-militar com os planos e planejamentos de um ordenamento espacial. Para isso, dependendo de implementar o golpe no Estado.

4.1.2. O Saneamento e a política no Brasil: PLANASA, um plano construído de um só golpe.

O Estado infestado da influência das transnacionais, estas com seus lobbys políticos e perda de legitimidade na sociedade, depõem João Goulart e consolidam seu bloco de poder. Com fração da classe burguesa (banqueiros, industriais, empreiteiros) foram coagulados por organizações sociais de cunho de classe de maneira a resguardar seus interesses. A modernização do capitalismo no Brasil, deu-se ao acelere da ditadura civil-militar, aprofundando as formas de organização e associativismo de aparelhos privados de hegemonia, sobretudo ligadas ao empresariado e os interesses das elites nacionais, que compuseram o bloco de poder civil-militar. É utilizando as falas de Virgínia Fontes, que demonstram a seletividade das organizações, uma vez que tivemos o combate direto às organizações populares,

Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setor e ramos da produção a partir da década de 1970, as chamadas “associações paralelas”, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial de cunho corporativista-estatal. (FONTES apud CAMPOS, p.156, 2012).

Os desenvolvimento da indústria e da urbanização do país, passaram a ditar as nossas bases materiais que abalaram a hegemonia do antigo bloco de poder (as oligarquias rurais), com isso grupos vinculados à setores nacionais passam a tomar destaque na política nacional. O impulso às atividades no setor também alicerçaram as

associações do empresariado: Associação Brasileira pelo desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) (CAMPOS, 2012, p. 155).

Para CAMPOS (2012),

Pode-se verificar aí um processo de acelerada ocidentalização da sociedade brasileira, que não deve ser caracterizada como oriental às vésperas do golpe de 64, sendo adotada de um conjunto complexo de associações e partidos que agremiavam classes e frações em diversos aparelhos, cada qual com suas bandeiras de interesses e objetivos políticos.(p.155)

É dentro desse cenário político que as organizações das elites passaram a constituir canais de pressão para seus interesses. Somavam-se as organizações as empresas multinacionais e nacionais.

É válido ressaltar que nos anos anteriores ocorrera todo um processo de organizações dos intelectuais orgânicos da burguesia apoiadora das transnacionais que forjaram uma política nacional. Referenciando em alguns, temos Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Escola Superior de Guerra (ESG).

Após o golpe o bloco de poder no Estado é assumido por técnicos-empresários em cargos chave nos ministérios, órgãos administrativos (DREIFUSS, 1978). Esses técnico-empresários,

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamado mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1978, p.417).

Como visto acima, não apenas nas diretrizes políticas, mas também nos cargos administrativos se ocupavam dos interesses do capital internacional e associado. Por meio de uma orgânica empresarial, doutrinada pelas diretrizes do IPES, reformam o Estado reestruturando a administração e a política nacional, há nesse momento um reordenamento espacial para as políticas mais aderentes ao empresariado, banqueiros, empreiteiras e multinacionais e associados.

Essa associação pode dar base política e autoridade (militares), econômica e técnica-teórica (IPES, IBAD); transformando o aparelho do Estado em integrante para a acumulação de capital, que se conllustração va, no país, em monopolista, uma vez que os interesses dessas parcelas ocupavam cargos centrais ordenando o território brasileiro

a sua maneira. Assim,

[...] o poder estatal transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro-industrial multinacional e associada. Como afirmou o líder do IPES Antônio Carlos do Amaral Osório, “umas das grandes realizações da revolução de 1964 foi sem dúvida, a de reforçar uma nova concepção das relações entre o Estado e as classes empresariais”(DREIFUSS, 1978, p. 419)

Dentro do bloco de poder que dá o golpe de 1964, havia uma fração junto as instâncias das indústrias, representadas pela FIESP e CNI, que eram das empresas empreiteiras. Esse ramo ainda que setorial, vinha ao longo de sua história ganhando um espaço para seus interesses e advinham de organizações de grandes, médias e pequenas construtoras, atuantes em escalas regionais, locais e nacionais.

Enquanto a FIESP e CNI eram entidade de resoluções políticas mais gerais, as associações de empreiteiras, segundo Campos (2012),

[...] as associações dos empreiteiros podem ser alocadas na segunda linhagem,. Mesmo funcionando também como formas de representação política, essas entidades têm atuação destacada junto a agências estatais específicos, como o DNER, os DER (associações regionais) a Petrobrás ou o Ministério dos transportes. (p.157)

Outros canais utilizados pelas empresas de construção eram as associações, sindicatos e a empresa direto com o Estado. As associações vinham de mais de 10 fundações, antes do golpe de 1964, criadas no momento de forte desenvolvimento industrial do país. Por seu caráter organizativo garantiam a participação junto ao bloco empresarial associado na campanha de deposição de João Goulart.

As primeiras associações foram de engenheiros e empresários do setor. Concentrando grupos com conhecimento, como as entidades o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (CE), Instituto de Engenharia de São Paulo (IE),

[...] dentro desse grupo, os empreiteiros-ou melhor, os empresários especializados na realização de obras públicas-tinham posição privilegiada, sendo muitas vezes predominantes nessas entidades tornando-se representantes do setor de atividades (CAMPOS, 2012, p. 159)

Nessas organizações além da grande influência política, atuantes no Estado,

tinham também o processo de concepção dos projetos e propostas para as novas obras e empreitadas que o governo deveria assumir. Estes dois aparelhos de hegemonia privada do país conscentraram os mais poderosos dentro do setor das empreiteiras e das burguesias paulista e carioca. Todavia, a articulação e o pioneirismo paulista em seus aparelhos hegemônicos, os fizeram despontar como elite dirigente do bloco. Isso, pois, pelo movimento mais avançado de constituição da indústria da construção pesada no Estado de São Paulo, como também o processo capitalista mais avançado. A correlação de forças no aparelho do Estado e nas políticas públicas que englobassem o setor eram direcionadas aos interesses das elites paulistas.

Dentre muitas das entidades que representaram os interesses dos empresários da construção civil, nos ateremos àquelas que mais tiveram influência na concepção e construção do PLANASA. Além das duas citadas acima, temos as organizações de nível nacional, no caso, o Sindicato Nacional da Construção Pesada (SINICON),

[...] constituiu o mais importante dos aparelhos privados de hegemonia controlados pelos empresários brasileiros da construção pesada ao longo da ditadura civil-militar [...] específico de empreiteiras de obras públicas, atuando em defesa e benefício dessa fração particular do empresariado da engenharia (CAMPOS, 2012, p. 218-219)

Dentre elas a Associação Paulista de Obras Públicas (APEOP) que tiveram grande influência para a concepção do PLANASA. Outra associação que protagonizou a operação no saneamento Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), em 1966, agremiando empresários do setor de obras pesadas (Sinicon) e de obras públicas (Apeop). Esta associação tinha um vínculo tão próximo com o setor de saneamento, que seus escritórios eram no mesmo prédio, em 1960, que a Sursan (Superintendência de Saneamento). A associação é surgida no período de grandes demandas de obras no país, as demandas mais complexas especializadas, como é o caso do setor de saneamento.

A ABES foi responsável e uma das idealizadoras do PLANASA. A ação das empresas dentro do Estado é de estabelecer as metas e as obras necessárias para o país. Ela também pertencia à Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS), cuja vinculação se dava desde as relações de 1930 com governo federal e o governo dos EUA.

A relação com as associações das empresas de construção e o Estado brasileiro era tão íntima, que a ABES, teve sua sede no prédio do Banco Nacional de Habitação

(BNH), durante a década de 1970, citado no site da associação a expansão da entidade. A entidade buscava a formação e criação de quadros de engenheiros sanitaristas com o seu perfil. Instituído e produzindo uma peça de profissionais a partir de sua concepção de projeto sanitarista.

Dado esse quadro político, cultural e institucional engendrado pelas associações e a concepção ideológica sanitária brasileira, que é fecundo para os interesses da construção civil e o surgimento de políticas voltadas a esses arranjos espaciais. Como a exemplo do primeiro Plano Nacional do Saneamento (PLANASA).

A construção do PLANASA, em 1971, possibilitou que as metas e objetivos, para o subsetor da construção civil, o saneamento, passasse a ter um plano de execução. Este demonstrando a capacidade de elaboração de metas e fundos para a sua realização, a partir dos objetivos, como apresentado por JUSTO (2002, p.49, grifo nosso) consistiram em:

- conseguir, em 1980, a marca de atendimento de 80% da população urbana com abastecimento de água;
- elevar em 50%, no mesmo período, o atendimento a esgoto da população urbana;
- evolução dos Fundos de Abastecimento dos Estados (FAE), apresentando o caráter autossustentável financeiro do setor
- instituição de uma política tarifária realista, em acordo com a possibilidade dos consumidores e que mantivessem o equilíbrio de receita para os órgãos prestadores de serviços;
- consolidação de empresas estaduais de saneamento, uma vez que em alguns estados existiam empresas por setor do saneamento. caso a exemplo, São Paulo, em 5 empresas formaram a SABESP;
- realizações de pesquisas tecnológicas para dinamizar a produção e otimizar os lucros.

É por dentro do aparato do governo que as empreiteiras, via seus organismos de hegemonia privada passam à arranjar o espaço para seus negócios e ordenar o território nacional ao seus ganhos de lucro. De maneira que consolidam seu espaço, por meio do golpe, em que trata qualquer contraespaço⁷ (MOREIRA, 2012) como um ato de lesa

⁷ Segundo Ruy Moreira (2012), as contradições no modo de produção da sociedade demarcam também as contradições na ordem do espaço, sendo o recorte do privado-público, no plano da sociedade civil e política. Toda essa trama e tensão que há na sociedade cravam no espaço na produção do espaço.

pátria, imobilizando as classes antagônicas (o trabalho) e universalizando uma necessidade particular. Assim, a modernização do saneamento, nesse momento, esta também preenhe das formas e conteúdos dele.

Na transição do regime político, como dito acima, as empresas além de pertencerem a organizações do setor da construção civil, aparelhos de hegemonia e intelectuais orgânicos (IPES, IBAD), tecno-empresários, também tinha políticos com seus interesses. Dentro das empresas, militares de alta patente pertenciam aos cargos de chefias e gestão das empresas, o que lhes davam facilidades para desenrolarem seus projetos e negócios.

Dentre os problemas que se tinham no saneamento no momento era o caráter ainda pulverizado do setor, ficando as obras para as pequenas empresas de poder locais as execuções dos projetos, e em muitos casos com poderes estabelecidos por dentro do município. Isso abria mais possibilidade de mercados, pois cada município poderia conceder para as empresas que se candidatassem à prestação dos serviços.

Dessa maneira, com o PLANASA previa uma centralização dos recursos, advindos do Banco Nacional de Habitação (BNH), oferecendo financiamento público a apenas as recém criadas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB), deixando aos municípios a contratação ou não das autarquias estatais, dificultando a gestão municipal do saneamento. Por meio da resolução nº16/71, item “b” do BNH proibia o acesso dos municípios ao FGTS, maior fonte extratratifária de recursos para o setor (JUSTO,2004). Mesmo assim, alguns municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais não concederam seus serviços às empresas estaduais. Centralizado no executivo, apresentando o caráter de fortalecimento do poder pelo golpe e como apresenta JUSTO (2004),

A ascensão ao poder do governo militar representou um novo desenho das políticas governamentais, pois centralizou suas ações no âmbito do executivo federal. Segundo Tavares de Almeida, M.H. (1996), a centralização baseou-se em processos fechados de decisão e na gestão centralizada em grandes burocracias. (JUSTO apud TAVARES DE ALMEIDA, p.47)

Assim, inerente a sociedade capitalista essa dialética, ela também está no espaço, e também tem este como sua determinante mútua. Todo espaço tem um contraespaço. Podemos estender isso para os conflitos capital X trabalho; dominantes e dominados. Ver em MOREIRA (2012, p.211)

Nessa época assim como o saneamento o BNH estava subordinado ao Ministério do Interior, esta área de maior interesse dos empreiteiros. Para tanto, os presidentes do banco, todos eram de empreiteiras, dentre eles Sandra Cavalcanti, que tinha fortes laços com as empresas da construção leve no Rio de Janeiro, e apoiadores de Lacerda. Por meio desse lobby político, os empresários do ramo da construção de habitação passaram a ditar os financiamentos do banco, isso na gestão de 1964-1965. Com a saída de Lacerda ao apoio da Ditadura, Sandra se retira e passa a enfraquecer as fontes de renda para a construção em habitação.

No início do governo Geisel, o banco passa por reorganizações, sobretudo, pelas injunções e perdas de hegemonia dentro do aparelho de financiamento estatal (CAMPOS, 2012). Com isso, abre-se espaço para os financiamentos em infraestrutura como transporte e saneamento, mediante a divisão do filão político com o setor imobiliário. É nesse momento que há a criação de carteiras específicas de financiamento e a criação de uma diretoria responsável pelo saneamento.

Muitas das empresas que estavam no banco, mas afastadas, ainda que ligeiramente, passam a ter maiores espaços. São as empresas de construção pesada, e as médias e pequenas, como as agremiadas na Apeop. Estas passam a orientar por dentro do banco a capacidade de investimentos de seus projetos e empreendimentos. Com isso cria-se o Sistema de Financiamento do Saneamento (SFS) que fomentaria os recursos de implementação do PLANASA. O fundo era composto por 37,5% dos recursos do BNH, utilizando dos recursos do FGTS, 37,5% dos orçamentos dos governos estaduais, advindas de 5% de receitas do Fundos de Água e Esgoto (FAE) e 25% dos recursos municipais.

Outra fonte de renda era a captação, via BNH, do Banco Mundial. Segundo em documento de avaliação do plano⁸, feita pelo Eng. José Roberto de Andrade Pinto do Rego Monteiro⁹, cujo documento apresenta os volumes de recurso utilizados entre FAE e BNH e Bird; contribuiu com US\$ 800 milhões o BID com US\$ 30 milhões e a USAID US\$ 44,7 milhões, sob forma de empréstimo para a realização do PLANASA. Partes dessas subvenções eram garantidas pelo governo militar e repassados pelas empresas, que poderiam captá-los ao início das obras. Vale ressaltar, segundo o relator, que parte desses empréstimos eram aplicados e poderiam render 4% de juros a.a., todavia esse

⁸ Consultar o documento “Avaliação do Plano Nacional de Saneamento”, ver em:

<http://www.bvsde.paho.org/bvsacg/e/fulltext/planasa/planasa.pdf>

⁹ Para saber mais a respeito da formação e as áreas de atuação, ver em: <http://www.abes-dn.org.br/eventos/abes/premio-sanitarista/curriculos.pdf>

dinheiro não retornou aos rendimentos possíveis a essa taxa, que seriam da monta de US\$ 260 milhões, que caberiam aos FAE. O que marca a ele a má gestão do dinheiro.

Mesmo com as aplicações no programa, outro destaque era a capacidade de garantia tarifária, sendo esta uma possibilidade de manter os rendimentos e pagamentos às empresas de construção e as de saneamento. Como apresenta CAMPOS (2012),

Desde 1971, a reorientação de suas funções atendia aos empreiteiros, com obras de infra-estrutura urbana e saneamento. segundo o urbanista Wilson Jorge:”O setor de saneamento urbano mostrou-se um excelente negócio para as grandes empreiteiras (leias-se sub-setor de construção pesada), dentro do sistema montado para financiar e gerir a política de saneamento”. A criação do PLANSA, em 1971, foi marco dessa reorientação, com uma política pautada na adoção de tarifas realistas, que garantiam a viabilidade econômica-financeira do sistema. (p.491)

Com tarifas estabelecidas pelo governo federal apresentavam maior segurança para os investidores e empresas, uma vez que a partir delas há garantia de seu retorno de investimentos. O programa buscava a autossustentação das empresas. Assim, compendia à *“União fixar critérios de qualidade e padrão da água, normas gerais para o estabelecimento de tarifas para água e esgoto, financiar a construção de sistemas e estabelece mecanismo de coordenação e controle(BORELLI, 2010, p.31)”*

O controle do saneamento pelo executivo, delegado ao BNH era central. Longe de se pensar o saneamento com o esgoto, drenagem, coleta seletiva, como pensado; a política do estado via como abastecimento de água, sendo esta uma boa parte de ganhos em obra pelas empresas. O banco era o organismo central do sistema, segundo Britto (2001), cujas funções:

[...]estabelecer normas complementares às expedidas pelo ministério do Interior; analisar e aprovar os planos locais de saneamento básico; estabelecer as normas relativas ao SFS; coordenar, orientar e inspecionar a execução dos serviços; exercer inspeção técnica e contábil e financeira, e de custo dos serviços prestados pelas empresas estatais. (p.1084)

O banco gestaria a política de saneamento, os canais de decisão eram fechados para outras concepções que não fossem em território dos canteiros de obras. Os arranjos e regulação da política do plano eram de maneira insulada, com situações a grandes construções e negócios para as empresas pertencentes ao bloco de poder e da fração

controladora do BNH.

Outra maneira de retirar das decisões era o caráter técnico em detrimento do político. Sendo boa parte das elaborações feitas com um oficialato de tecno-empresários em funções da burocracias do Estado. Longe de recusar o conhecimento técnico, sendo ele essencial para a transformação da natureza, mas é necessário discorrer que está para as necessidade da geração de mais valor, longe se apresentarem a capacidade de criação de outros objetos ou capacidades para a sociedade, mas o conhecimento é subsumido às necessidades para a acumulação de capital (valor e valor de troca), ou seja, um processo reificado nas políticas de saneamento, em que sob a regência de técnicas e políticas para as características do capital das empreiteiras, obras e construção de grandes projetos (vale salientar que as empresas de grande obras e obras públicas se beneficiaram na reestruturação do BNH), *“são constituídos com os imperativos material e organizacional de estrutura de mercadoria”* (MÉSZÁROS, 2002, p.621, grifo nosso).

É válido lembrar, que com a ditadura civil-militar, como é tratado no Panorama do Saneamento, realizado em 2007, afirmando a inexistência de participação popular: *“[...] o saneamento sob a égide do Planasa – modelo centralizador; logica empresarial e financeira; atendimento excludente (auto-sustentação via tarifa) e segmentado (ênfase em abastecimento de agua)(BRASIL, 2007, p.34)”*.

A centralização da União (estabelecer tarifas, qualidade dos serviços, financiar construção, estabelecer controle e coordenação), dos Estados (manter as CESB's, elaborar plano de atendimento aos municípios, fixar e cobrar tarifas); mantiveram sob tutela os serviços e alijados dos municípios (operação dos serviços, apenas enquanto não transferida às empresas estaduais).

Com esse arranjo espacial o modelo, centralizador, permitia que o setor privado adentrasse ao modelo de saneamento em suas consultorias e elaboração de projetos. Ana Lúcia Britto nos apresenta que pela constituição de 1967, os municípios tinham autonomia de decisão das concessões dos serviços, e cabendo as empresas estaduais elaborarem os planos e projetos para o Estado. Sem acesso à fundos os municípios passam as empresas estaduais e estas a contratar empresas ligadas a construção civil, de maneira que contratadas executassem as obras, como apresenta:

As análises sobre a participação do setor privado nos mostram que um conjunto de empresas de engenharia se desenvolveu em consequência de um modelo centralizado de gestão dos serviços. A importância e o peso destas empresas se deve ao fato de que

suas funções não se limitavam ao conteúdo técnico de estudos, elas participavam da negociação dos projetos junto ao BNH. (BRITTO, 2001, p.1084-5).

As questões referentes às constituições das empresas estaduais permitiram investimentos em maior escala para as obras. As mortuárias, empresas estatais, conseguiam requerer valores aplicados em altas somas. Segundo Justo(2004), o modelo tinha problemas no que compete a captação de recursos, “ *a realização de empréstimos de financiamento sem a análise de sua viabilidade técnica foi um grave problema*”(p.49). Mesmo assim, neste autor, os dados de empréstimos do BNH para as CESB eram enormes, ver tabela abaixo (Tabela 01).

Tabela 2. Investimentos aplicados em Saneamento, 1968 à 1986.

ANOS	VALOR APLICADO (valor convertidos em R\$ 1000)
1968	937
1969	16.987
1970	39.593
1971	31.125
1972	60.263
1973	139.282
1974	163.107
1975	222.549
1976	273.267
1977	354.365
1978	436.195
1979	480.855
1980	678.566
1981	1.156.676
1982	1.073.383
1983	909.288
1984	575.053
1985	1.029.838
1986	751.056

Fonte: JUSTOS(2004, p.50)

4.2 Crise do PLANASA

Como dito acima o processo de novos financiamentos e ordenamento espacial para novos investimentos seguros, na construção como para o financiamento externo, atenderam aos interesses do Bloco de poder que perpetrrou o golpe em 1964. O que deixou o ambiente favorável para seus investimentos e negócios e ampliação de suas taxas de lucros.

Todavia, esse espaço e todo o ambiente rentável para a territorialização de seus negócios passam a ruir ao final dos anos 1970. Estes apresentando uma crise mundial que rebata o mundo (vide capítulo 1) e deixa seus rebatimentos para o Brasil, afetando o país. Para tanto, antes de apresentarmos as determinantes que desembocaram para o fim do PLANASA, faz-se necessário uma digressão para a crise econômica e seus desdobramentos para a política no Brasil.

O fim do Planasa passou a ser as primeiras ferramentas mais abrangente de regulação dos arranjos espaciais feitos para o saneamento. A expansão do setor recebeu uma grande parcela de investimentos (vide acima) para o seu crescimento, uma vez que o país passava pela fase do “milagre” econômico.

Com seu crescimento do PIB per capita de 51%, o crescimento econômico de 1969 de 9,5%, 1970 de 10,4%, 1971 de 11,3%, em 1972 de 12,1% e em 1973 de 14% (NETTO, 2014, p.151). O exitoso momento de nada foi milagroso: o aproveitamento intensivo da capacidade industrial ociosa, uma política creditícia via BNDE, e a facilidade conjuntural de obtenção de crédito externo e o crescimento das exportações (NETTO, 2014, p.153). Além desses mecanismos econômicos, assevera o autor que

Em resumidas contas, o “modelo econômico” compunha-se dos seguintes elementos: arrocho salarial; concentração de riqueza; financiamento do capital por meio de subsídios; correção monetária como mecanismo de controle inflacionário; garantia de altas taxas de lucro para os monopólios; direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo, em detrimento do mercado interno; [...] (NETTO, 2014, p.153)

Este modelo se apresentou muito mais propício para as empresas transnacionais e os monopólios em detrimento a população. Revela-se um aumento da desigualdade social no país 5% da população nacional concentrava em 1970 34,86% e 39% em 1976 (NETTO apud FURTADO, 2014, p.156). Essa concentração da renda e da propriedade apresentarão mais a frente uma profunda alteração da estrutura de classes na sociedade

brasileira. O proletariado se diversificou internamente em outras funções dentro da industrial. Parcelas médias urbanas passaram ao assalariamento, os chamados como funcionários “liberais” (médicos, engenheiros e advogados). Os resultados do milagre em 1973 apresentaram a capacidade de desenvolvimento de mais frações de classe na sociedade brasileira.

Na esfera econômica ocorrera no Brasil uma crise na acumulação de capital, as disputas intercapitalistas pelo excedente econômico e com forte déficit nas balanças comerciais solaparam parte do bloco de apoio ao golpe. Com os estrangulamentos na economia, sobretudo, nas partes de importância a importação de capitais, tecnologia e produtos para a continuidade da expansão (MACIEL, 1999, p.103), o que era um grande gargalo para o crescimento da economia.

Para Singer (1976) com o avanço das forças produtivas nacionais começaram a chocar com barreiras para o crescimento. Os sistemas de transporte passaram a não dar mais vazão ao volume acrescidos de mercadorias, matérias primas e insumos acabados passaram a escassear, características de um crescimento muito rápido em 4 anos. Além de um acelerado quadro inflacionário, embora a rigidez dos sistemas de controles de preços dos anos de Delfim Neto, cuja alcunha se fez de “Czar da economia”; não controlou a contradição dos impulsos cada vez maiores de acumular e as limitadas possibilidades apresentadas para fazê-lo.

Outras questões aparecem com a crise 1973. Como abordado no capítulo 1 a crise estrutural do capital abriu portas para a alteração da acumulação capitalista. Os processos de concentração/centralização de capitais abriram as portas para o capital financeiro, alteraram a estrutura técnica da produção, saindo do fordismo/taylorismo para o Toyotismo; e alteraram as condições dos estados, entrando em uma onda do neoliberalismo nos países centrais do capitalismo. A crise findou o “milagre” com quedas substanciais no PIB brasileiro.

A alternativa buscada pelo governo foi a continuidade do crescimento econômico. Para isso, o recém empossado General Ernesto Geisel, mesmo com um quadro de crise econômica e política, apresenta o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) buscando ampliar os investimentos em bens de capital e bens intermediários, agora com o foco na indústria nacional e tomando empréstimos externos para garantir o financiamento. Também trazer as empresas multinacionais à parceria aos interesses do país.

Assim, o foco do plano era o ataque aos entraves para o crescimento nacional, estes como dito acima, constituído ao longo do desenvolvimento da economia nacional nos períodos entre 1969-73. Ou nas palavras de Netto (2014),

[...] a concepção do II PND privilegiava a ênfase na produção de bens de capital, na ampliação da base do sistema industrial com forte investimento na produção de insumos por via das empresas estatais (com o papel do setor estatal dependendo do financiamento externo) e no aumento do grau de inserção da economia brasileira no conjunti da divisão internacional do trabalho. (p.189)

Com o segundo choque do petróleo em 1979 abriu um quadro que sepultou as alternativas da ditadura. As políticas adotadas de limite aos créditos e o fluxo de dólares no mercado mundial, combinados com a ampliação da taxa de juros pelo FED. Boa parte dos investimentos eram conseguidos nos bancos BIRD , BID e FMI e os créditos cotados em dólares. Tornando mais aguda a questão da crise e cessa a capacidade de financiamento do Estado. Outro fator, que culminará nos anos 1980, o déficit na balança comercial e a reduzida capacidade de pagamento da dívida externa contraídas com o II PND. A ditadura teve que declarar o fracasso de seu modelo econômico, por meio da moratória ao FMI. Todavia, parcialmente é essa moratória, uma vez que os juros aos banqueiros, credores internacionais continuaram recebendo.

Voltando à década de 1970. Todo esse cenário na economia solapa a solidariedade do bloco de poder que se estabeleceu no golpe: banqueiros, empresas transnacionais associadas, burguesia nacional e oligarquias rurais. O que ocasionará uma acelerada disputa intercapitalista, MACIEL (1999, p. 104), a “guerra de preços” mecanismo que o Estado tinha de estabelecer para algumas mercadorias (sobretudo, os serviços do estado são congelados ou controlados) são corroídas pelo quadro inflacionário.

Os controles de preços afetariam diretamente das CEB's. como empresas públicas e de base para os insumos na economia, as tarifas foram congeladas de maneira a não alteraram nos custos de produção para outros setores da economia brasileira. Dessa maneira, afetou uma das bases e políticas de sustentação das companhias, uma vez que tinha a maior parcela de sua rentabilidade nas tarifas. Segundo Justo (2004)

De acordo com o IPEA (1995:117 e 153), a partir de 1978 e durante a década de 1980, foi estabelecido o controle das tarifas pelo Governo Federal. O uso das tarifas no combate à inflação,

durante esse período, implicou seu congelamento e redução de seu valor real e, conseqüentemente, a queda nas receitas das CESBs.(p.49)

Outra determinante econômica que afetará no modelo PLANSA, será as ações de arrocho salarial empreitadas pelo governo. Os salários da classe trabalhadora sofrera um corte de 25% (SINGER, 1976, p.56), o que geraria efeitos recessivos na demanda efetiva, o “povo consumia menos”. Embora medidas mais gerais, o arrocho pode ser sentido em apenas nas parcelas do trabalho menos qualificadas, que dependiam do poder político de barganha de maiores salários via a classe em conjunto.

O modelo de acumulação do regime civil-militar combinou esses cortes e a criminalização de greves (por prisões, torturas de líderes sindicais) como método de contenção de sua economia. Demonstra, para Singer (1976), uma ironia da situação do liberalismo econômico do período: “[...] *do liberalismo econômico no mercado de trabalho só foi possível à custa da redução drástica do liberalismo político. [...] foram essenciais à exclusão dos sindicatos da barganha salarial coletiva, que simplesmente foi excluída, restando apenas a barganha individual entre comprador e vendedor da força de trabalho.*”(p.59). Podemos afirmar, assim como o economista, que a tortura e as restrições foram instrumentos macroeconômicos de contenção dos preços de custos, às espezas do trabalho.

Essa situação refletirá na redução da capacidade dos consumidores em seus pagamentos das tarifas, refletindo dessa maneira para a perda de renda das empresas estaduais, por conta da inadimplência e redução da capacidade de cobrir seus gastos.

Com a demanda de bens de consumo reduzida, e parcela significativa dos setores da economia sendo de bens duráveis e de consumo, parte da burguesia reduziram seus lucros e aumento, ainda assim, dos custos de produção. Com as ferramentas de contenção de preços (Comissão Interministerial de Preços-CIP), administrada pelo ministro da fazenda, fez com que se regulem os preços, para cima a depender do poder político de cada setor. Ocasiona uma barganha e abalos no bloco de poder do período.

Dentro das políticas de controle inflacionário, estão as reduções da capacidade de fornecimento de crédito. Fato esse facilitado pelos bancos públicos, em impor taxas mais baixas para setores estratégicos para o controle de preços. Todavia, para as empresas das empreiteiras e do saneamento tiveram parcialmente a liberação de créditos para suas atividades.

Os governos estaduais injetavam menos dos 35,7% que deveriam no SFS. Este era 50% composto por fundos do BNH e financiado pelo FGTS, que passou a contribuir na contrapartida dos Estados (JUSTOS, 2004, p.42). Com a utilização do FGTS para outros setores da economia, sobretudo, no interesse conjuntural do governo nas inversões de setores produtivos, ou seja, repassar recursos para bens de capital acabam por estocar cada vez menos ao saneamento. Ao passo que fontes escassas e contração cada vez maiores, geraram as dívidas dos Estados com a União.

As dívidas com os bancos, controles de preços e endividamento trazem ao governo a base material para o abalo no bloco histórico das multinacionais e associados. Assim, ocasionará uma disputa interna ao bloco e o fragmentará em diversas frações de classes, “[...] gerando rachaduras no bloco no poder e fundindo dialeticamente a crise econômica a uma crise política” (MACIEL apud MANTEGA e MORAES, p.104). E, mais tarde, antes da posse de Geisel, as contradições levam a uma crise do governo militar, consequentemente e conjunturalmente em uma crise de Estado.

As alterações no cenário econômico passaram a tocar a política de maneira a reajustar o equilíbrio de forças dentro do bloco histórico. Dado o limite do desenvolvimento brasileiro apresentado, desnudo para as elites, frações da burguesia sentiam a seu modo os efeitos da crise. Nos anos de 1974 à 1977 a correlação de forças permitira que a hegemonia do bloco seja assumida pelo capital industrial paulista, sobretudo, pela necessidade da economia passar a investir em mais bens de produção que em bens de consumo (SINGER, 1976).

As alterações na economia refletiram nas urnas nos idos de 1974. Com a abertura para as eleições do executivo e legislativo, os membros da posição de situação do bloco, identificados pelo ARENA, passam otimistas para a sua hegemonia frente ao MDB. Todavia, a vitória da oposição com maioria no congresso começa a demonstrar parte da insatisfação e pouca legitimidade popular do regime.

Esse quadro se acirrou e reconfigurou o arranjo do bloco de poder que garantira sustentação à ditadura. Tendo em vista que parte da burguesia que compunha o bloco que deu poder por vias do golpe, não estavam satisfeitas com as medidas econômicas de Delfim Neto, passaram a se afirmar em parte na oposição.

Ao invés de assumirem o claro posicionamento contrários à ARENA, parte do empresariado nacional e frações da média e pequena burguesia associavam ao MDB. Assim, dentro dos cenários das empreiteiras que tanto se ocultaram no Estado, a crise do bloco de poder não deteriorou suas relações. Algumas, alijadas da situação, ARENA,

consolidaram-se em alianças com a oposição do governo, o MDB, que futuramente se tornariam o PMDB. A relação entre empreiteiros e o Estado nesse momento de crise levou as associações ligadas ao ramo da construção civil se transformarem em secretariado para os governos. Exemplo esse, apresentado por Campos (2012)

Substituindo o empresário Paulo Maluf no governo estadual, o político do PMDB nomeou empresários e membros das associações empresariais da engenharia para o primeiro escalão. Para a Secretaria de Obras Públicas foi José Oswaldo Leiva, presidente da firma de engenharia Engemix; para a Fepasa, foi o engenheiro e assessor da revista “O Empreiteiro”, Cyro Antônio Laurenza; para a Sabesp, foi o engenheiro e membro do IE, Gastão Bierrenbach; e para os Transportes, foi o engenheiro Mário Covas, que ao assumir a prefeitura da capital, deu lugar na pasta ao empreiteiro Horácio Ortiz, do IE (CAMPOS, 2012, p. 407)

As eleições apresentaram como a primeira grande derrota do regime as fissuras do bloco. Em 1976, já no processo de distensão do governo de Geisel, lançou a abertura para as eleições para prefeitos e vereadores. Nesse espaço abrem-se mais uma vez uma disputa em que na essência parecia plebiscitária. É como se os insatisfeitos ao regime pudessem abertamente apresentar os candidatos do MDB, com o símbolo de insatisfação com as medidas.

Nesse bojo, o ARENA leva a melhor com aproximadamente 35% dos votos e 30% para o MDB. Todavia, segundo Neto(2014),

[...] uma leitura mais cuidadosa, porém, indicava que, sob a vitória governamental, outros números mereciam atenção: 59 das 100 maiores cidades do país nas quais houve eleições, o MDB ganhou as prefeituras e conquistou o poder legislativo [...] e nas cidades com mais de meio milhão de pessoas, o MDB venceu em 67% delas [...] poderia tirar desse pleito a ARENA se consolidava como partido majoritário em municípios interioranos e tinha penetração em áreas onde o histórico conservadorismo brasileiro dispunha de de eficientes mecanismos de manipulação eleitoral[...]; o MDB crescia nos centros urbanos e ganhava legitimidade entre setores organizados da população. (p.196)

As eleições longe de se definir como o único momento da política, mas fazendo parte dela; demonstraram o quanto a legitimação da ditadura, pelas frações médias e poderes locais apresentava corroídas. O que abriu fissuras para a construção de articulações de setores da sociedade civil e organizações de hegemonia.

Nesse bojo de dissensões, que surge a Associação Nacional dos Serviços

Municipais de Saneamento (ASSEMAE), no cenário das disputas pelo poder no saneamento. Esta era formada pela alta burocracia dos serviços municipais do setor e cumpriu um papel importante, ao longo dos anos 1980, para a descentralização da União na decisão. Segundo Sanchez (2001), as discordâncias entre a ASSEMAE e a ABES:

Embora os novos atores representassem interesses diferentes aos da Abes/Cesbs, divergindo em muitos aspectos, o consenso básico era que a prestação dos serviços de saneamento deveria ser operada diretamente por órgãos do Estado, inclusive dos fabricantes nacionais de equipamentos, materiais e empresas de engenharia que com o tempo aprenderam a lidar com os agentes públicos responsáveis pelos serviços. As principais divergências eram quanto ao nível apropriado de gestão, estadual ou municipal, e quanto à distribuição dos recursos federais. (p.92);

Ambas tinham o caráter nacionalista e de desenvolvimento das forças produtivas, contudo, a ABES ainda mantinha a ideologia forjada nas CESB's e no período militar.

Os vínculos das dissensões com a oposição passaram a trazer maior potencial político para quadros do MDB. Para tanto, nas janelas de mudanças na economia e em outros setores no país, a ASSAMAE passa a comparecer, vias seus integrantes nos debates das comissões de saúde.

Nesta oportunidade a presença de Tancredo Neves, já nos idos de 1984, o então candidato dá o tom da necessária reformulação do PLANASA. Em suas falas, presentes no livro de “25 anos da ASSEMAE”(2009), o político mineiro criticou: “[a] crescente centralização das decisões. Com isto, deu-se a lamentável migração do poder político dos Municípios para os Estados, e destes para a União, através do BNH”(p.33); enfatiza: “a autonomia em serviços tradicionalmente municipais, com reflexos políticos negativos e inevitáveis, decorrentes do rompimento do elo: Comunidade-governo Municipal”(p.33) .

O candidato do MDB passa a alinhar e angariar as parcelas das fissuras do bloco, como também setores da sociedade políticas locais. O tom dos discursos apresenta parte contingente da consciência dos agremiados pela ASSAMAE na reforma do plano e dos ordenamentos espaciais realizados pela ditadura. A possibilidade de abrir para financiamento e poder de decisão e planejamento aos municípios seria resguardados pela capacidade de canais de representação, já bastante alijados pelos municípios. Além de poder negociar o barateamento das tarifas de Luz, estas que para empresas estaduais eram isentas de ICMS, ao contrário das autarquias municipais (departamentos ou

autarquias).

Em 1986, com o Governador Franco Montoro (MDB), de São Paulo, permitiram que se fizessem as articulações necessárias para o acesso ao financiamento pelos municípios. Segundo, ASSEMAE (2009),

Procuramos o governador de São Paulo, Franco Montoro, que prometeu articular politicamente a liberação de recursos federais para os municípios investirem em saneamento. Em troca, ele pediu, no entanto, que a ASSEMAE apoiasse a indicação do nome de seu genro, Carlos Pedro Jenz, para ocupar a diretoria de saneamento do BNH, além de que deveríamos também conseguir apoio político dentro do Congresso Nacional para que o nome fosse aceito. (p.37)

Assim, ocorrera várias incursões à Brasília para a indicação de Carlos Jenz, ao Ministro do Desenvolvimento Urbano¹⁰, este sendo o ministério responsável pelo BNH e o saneamento, depois da extinção do Ministério do Interior. E, também conversas com os deputados e senadores para que apoiassem o nome. Com a apresentação do nome ao Ministro Flávio Peixoto, e apoio do congresso, é eleito para a diretoria do BNH Carlos Jenz, este comprometido para viabilizar, junto ao ministro o acesso ao financiamento do FGTS para os Municípios. Essa ação deu visibilidade a entidade como também já demonstrava mais um ponto de apoio do PLANASA ruído.

Esse fato fatiou mais ainda o poder as CESB's em dividir os financiamentos para o setor. A situação de crise, dita acima, e de inadimplência tanto na habitação como no saneamento prejudicaram os recursos do FGTS para o Setor.

Na verdade, o modelo, legado do regime passou a ruir. Muitos projetos e obras eram apresentados a fundo perdido e o saneamento era fixado nas necessidades de financiamentos externos e pouca capacidade de otimizar as tecnologias. As contradições que o país enfrenta de dependência tecnológica, redução da capacidade de consumo da população, sempre achatada por conta da concentração de riqueza no país, perpassam também no setor de saneamento. Além, é claro dos lobbys das empreiteiras que ainda hoje grassam o setor.

¹⁰ O ministério do desenvolvimento urbano é o responsável pelo BNH e pelos planos de saneamento, ocupando, assim, o lugar que era reservado para o Ministério do Interior. A extinção desse ocorre com a transição democrática e no então governo de José Sarney.

Assim, com um modelo que visava apenas os negócios de obras, centralizado deu a conllustração ção contraditória do ordenamento espacial do saneamento, e seus arranjos para a viabilidade da geração de valor das empreiteiras. Deixando o setor alienado de qualquer outra perspectiva de pensamento para o setor. Se pensarmos o espaço produzido pelo metabolismo societal do capital (SMITHS, 1988), em que transforma a natureza pelo trabalho alienado, sua exteriorização reflete na produção de um espaço do valor de troca. Este aparência do Valor, é determinado pela quantidade e não na qualidade (valor de uso, substância). De modo que processos criativos são subsumidos a uma forma histórica específica de geração de valor. Neste caso, o metabolismo do capital.

Ao findar a década de 1970, o PLANASA entra em crise, sobretudo, pelo déficit do atendimento e rombo dos sistemas financeiros que lhe acudiam. Segundo Piterman (2008 apud Rezende e Heller 2002),

[...] o PLANASA entrou em declínio em 1986 com a extinção do BNH, ficando o saneamento em estado de indefinição e de inércia. Em 1993, o Congresso Nacional aprovou o PLC 199, que dispunha sobre a Política Nacional de Saneamento e seus instrumentos”. No entanto, este foi vetado integralmente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, com a justificativa de que contrariava o interesse público. O governo apresentou então o Projeto de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS), que seria financiado pelo BIRD, nos moldes da doutrina neoliberal (REZENDE e HELLER, 2002: 254). (p.98/99)

No abrir dos anos 1990, os problemas em financiamento e autossutentação do sistema entram em crise. Há sobretudo, a discussão dos “calotes” nas contas públicas por parte dos usuários que é identificado como problema. Para tanto, a liberalização de parte das ações das empresas estaduais, como alternativa de sustentação dos negócios, como empresas mistas, passam para o processo de privatização do saneamento.

Após a organização pelo Estado brasileiro em garantir os rendimentos dos capitalistas em crise, na década de 1960-70; o mercado financeiro encontra porto seguro para seus negócios e lucratividade. Para tanto, em 1990, temos um sistema organizado, com mecanismos centralizados que forjaram o Saneamento Básico brasileiro. No entanto, agora os entraves trazidos pelo capital monopolista, são degenerados e colocam

o espaço sem barreiras nacionais para a capacidade dos capitais financeiros adentrarem nos territórios e consolidarem seus negócios.

O PLANASA alicerçou o aumento da capacidade técnica dos profissionais da área de saneamento, planejamento de mananciais em escala regional, controle da qualidade da água e cobrança dos serviços prestados. Como diria Paulo Arantes, “1964, o país construído a um só golpe”, de fato, os alicerces e a possibilidade de entrada do capital financeiro fora garantida pela ação do poder de *decisão global da totalidade social*, termo cunhado por Mészáros (2015), explicativo para a capacidade do Estado em salvaguardar os interesses do capital no seu período de crise, assim ordenando e reconstruindo o mercado.

4.3. Políticas Neoliberais

Na década de 1980 o Brasil vive uma grave crise econômica advinda, como vimos anteriormente, da crise do modelo adotado pelo governo civil-militar, que culminará com o fim do milagre econômico; como também a crise de 1973 e 1979, conhecidas pelos choques do petróleo. As causalidades criadas por essas determinantes culminaram para um realinhamento das elites, estas enfraquecidas. Há também o fortalecimento do movimento de massas no país. Com isso, permitindo a abertura democrática e um enfraquecimento do bloco de poder que consolidou o golpe.

As alternativas e saídas para a crise inflacionária que passavam o país, assim como as dívidas contraídas pelo Estado, abriram uma ressaca do modelo de governo adotado pelo desenvolvimentismo do regime. A centralização e o controle da economia deixaram outras marcas para a abertura de combate ao intervencionismo. Todavia, ainda nos anos 1980, com Figueiredo e até Sarney, temos uma elite legatária do Estado forte, investidor e intervencionista na economia.

A análise desse processo de transição da elite ainda com peças desenvolvimentistas marcam as políticas que ainda se mantiveram. Se focarmos no saneamento, ainda temos as políticas obedecidas pelo ordenamento espacial do PLANASA. O novo rearranjo das elites, para o neoliberalismo revela alguns traços que alterarão as próximas perspectivas de arranjos que se farão no saneamento e marcará a sua territorialidade.

Nas análises de Nobre (2013), a década de 1980 é marcada por um quadro de recessão, aumento das taxas de inflação, vindas do fim do milagre econômico;

endividamento dos Estados, e esgotamento das substituições das importações; essas determinantes convergem para o esgotamento do Nacional-desenvolvimentismo, modelado pela ditadura civil-militar. O ambiente inflacionário é determinante para tratar do rearranjo da elite nacional naquele momento.

Ainda no mesmo autor, o ambiente inflacionário generalizado, como apresentado em 1979 a 1994, a perda de lucro, menores receitas financeiras, menos salários; mobilizaram organizações de empresários, banqueiros, agricultores e categorias de trabalhadores perderem menos. A capacidade de organização de cada seguimento permite a redução de suas perdas com a inflação. É criada uma disputa inflacionária por financiamento barato, privilégios de mercados e formas de proteção grassam o país no processo de redemocratização nacional.

A inflação que se deu pelo processo generalizado de escassez de matérias primas, insumos não fabricados no Brasil, gerou causalidades de aumento nos preços. Aliado a isso a ampliação de créditos para investimento o que acelerou mais as empresas na produção, e em suas necessidades de mais matérias primas. Isso permitira que o aumento dos preços viesse da necessidade de mais insumos para a produção, aumentando a sua demanda. Isso gerou a necessidade de produtos não fabricados no país. Essa espiral passa a afetar as taxas de lucratividade. Criando barreiras físicas a expansão do capital, que passam a ser gargalos. Esses permitiram o aumento generalizado dos preços.

A maneira de se combater esse cenário inflacionário depende como apresentado por Singer (1976): dentro de uma economia capitalista, que não se tem capacidade de controle de cada agente econômico, é a redução de créditos, ou redução das produções. Há também, a redução dos gastos públicos e o aumento da carga fiscal, o controle dos salários e alguns preços considerados estratégicos.

Todavia, o governo apenas arrojava os salários, controlava os preços. O que demonstravam a propensão de classe do bloco. Como acima mostramos, as ações da CIP ocasionaram as fissuras no bloco. Ainda que se realinhassem as medidas para contenção da inflação dependiam de alterações não econômicas, mas políticas. Dependeriam as transformações estruturais da sociedade brasileira, que advinha do cariz nacional-desenvolvimentista de 1930, mas alterado na essência pela crise do populismo de 1960 pelo regime militar, dependeria de uma retirada da elite no poder.

A crise econômica, política que vigorou nos finais de 1970 culminou com um quadro de esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e uma redundante aversão as

intervenções do Estado por determinados setores. Sobretudo, para frações da burguesia que foram alijadas ou afetadas pelos mecanismos anti-inflacionários, devido a sua pouca força dentro do bloco.

O abalo pela inflação que sustentou as desigualdades da sociedade brasileira passou a atacar as bases de sustentação de grupos que se beneficiariam das medidas anti-inflacionárias do governo as elites do bloco de poder. A inflação fora de controle passou a ameaçar a sobrevivência do país (NOBRE, 2013, p.37).

As situações econômicas permitiram base para a abertura e redemocratização, um ascenso de reivindicações e pautas das organizações dos trabalhadores, sendo emblemáticas as greves de 1978, 79 e 1980. Isso deu peso para a transformação e para que estratos sociais marginalizados e criminalizados, agora tivessem pressão. Assim,

[...] toda uma miríade de demandas ocupou simultaneamente o espaço público em busca de ver atendidas suas reivindicações. Ao mesmo tempo, quebrou-se a aliança tácita no interior dos próprios estratos privilegiados, historicamente favorecidos pelo mecanismo de manutenção do arranjo de desigualdade, mas a partir dali também prejudicados pelo descontrole inflacionário, ainda que muito menor medida na comparação com os demais estratos da sociedade. (NOBRE, 2013, p.37)

O que antes era dominado pelos empreiteiros, banqueiros, empresários, empresas transnacionais, e qualquer força contrária era barrado pelo cesarismo do regime militar; em fins de 1970 e 1980 as forças e massa trabalhadoras passaram a ter mais peso no cenário nacional, e legitimidade na sociedade. Nesse novo cenário, com esses novos sujeitos que entram em cena é a base de resistência as políticas neoliberais se apresentaram no país e na América Latina. No Brasil, ela demora a se estabelecer por condições políticas, segundo Martuscelli (2012):

- a) convocação da Assembleia Constituinte para a elaboração e aprovação da Constituição de 1988, confluência de um pólo de oposição às políticas neoliberais e reservando importantes conquistas de direitos sociais aos trabalhadores
- b) o forte movimento grevista dos trabalhadores que se iniciou no final dos anos 1970 e prolongou-se nos anos 80
- c) criação de organizações que se tornaram instrumentos da luta dos trabalhadores, tanto da cidade como do campo, como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (p.23)

Todavia, há de se relevar as frações da burguesia nacional ainda não se agremiavam à doutrina Neoliberal. Apenas setores do capital financeiros e bancários, sobretudo, os alinhados a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). Estas desde o final dos anos 1970 anunciam a defesa de privatizações, abertura comercial (MARTUSCELLI, 2012, p.22). Mesmo com as condições econômicas ainda as frações desenvolvimentistas titubeavam.

A crise do nacional-desenvolvimentismo passaram a desencadear um processo inflacionário corrosivo, cujas causas eram elencadas pelos ideólogos do capital pelo processo de dirigismo econômico do Estado. Ao invés da acusação dos monopólios avançarem na deteriorização do modelo, as contradições internas propiciadas pela elite que implementou a violência para assegurar seus negócios, e desenrolar a modernização conservadora das forças produtivas; atacaram a contradição do modelo anterior, o controle do Estado na economia. Objetivando os problemas de maneira a serem resolvidas pela redução do Estado, e obliterando os verdadeiros fundamentos das crises brasileiras.

Pomar (2013) assevera que intelectuais como Eugênio Gudin e Mailson Nóbrega atacavam o desenvolvimentismo da ditadura pelo seu estatismo, não atribuindo ao modelo implantado. E que as melhores perspectivas para a regulação da economia é o livre mercado, prevendo que as ações individuais seriam eficientemente produtivas. Ainda a industrialização ineficiente e injusta é obra do desenvolvimentismo estatista. Com a estagnação da economia brasileira, queda das taxas de juros, os investimentos passaram a serem reduzidos, o que comprometera a expansão das empresas estatais. Para tanto, a saída de muitas empresas nacionais fora a capacidade de atuar nos mercados internacionais, o que era restrito a pequenos grupos.

Setores da indústria passam a transformação de ideologia a partir com as medidas de restabelecimento de sua força política, segundo Boito Jr (1999), as eleições de 1989, com a polarização da sociedade é um importante marco para a adesão das frações que ainda se contavam no nacional-desenvolvimentismo. Também se aproximam da análise, MARTUSCELLI (2013), a repercussão das eleições de 1989, na oportunidade de Collor.

Com o avanço das organizações dos trabalhadores e setores da sociedade civil, e as fissuras despendidas do bloco de poder da ditadura civil-militar, a sociedade e setores foram representativos por uma parcela grande de candidatos, conllustração ndo uma pulverização tanto da direita como da esquerda. No segundo turno, a polarização da

sociedade se depositava entre a disputa de Lula para presidente (então, deputado federal pelo PT) e Fernando Collor de Melo, pelo micro partido constituído pelas elites alagoanas e frações das elites regionais nordestinas.

Enquanto Lula refletia na conjuntura a fração mais progressista da política, advinda das diretas já, movimentos populares, sindicatos, e face trabalhista. O outro era a única alternativa para garantir que as elites mantivessem o poder e a transição com o puderam se dar na transição e na constituição de 1989. Há sobretudo no discurso de Collor a caça aos marajás, os cargos políticos que grassavam pelo Estado, e a redução da participação do Estado na economia e privatizações. Com isso, ele conseguia unir a vontade coletiva das elites fraturadas, aderindo a um projeto, no caso, a inevitabilidade de aderir à globalização imposta pela cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

A essa adesão ao projeto de Collor, o presidente da FIESP, Mario Amato, declara a ameaça que a candidatura de Lula representaria para as fugas de capitais e de empresários (MARTUSCELLI, 2013, p.25). No mesmo sentido o presidente da FEBRABAN, Léo Wallace Cochrane Jr., identificando o programa de Collor mais aderente aos bancos. É nesse momento e com a crise inflacionária que a burguesia nacional adere ao projeto neoliberal, sendo esse a maneira de ideologia de reestabelecer as taxas de lucro no país e reduzir a inflação sem tocar na estrutura de poder mantida há mais de cinquenta anos no país.

Embora setores da burguesia industrial e bancários tenham se aliado à políticas Neoliberais, como Collor; não quer dizer que se aplicam a um bloco homogêneo e dentro do bloco burguês. Assim, como apresenta Gramsci (1978), “[...] *a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrio instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e dos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito.*”(p.50).

Se na hegemonia da ditadura civil-militar se fortaleceu o bloco industrial monopolista, e as transnacionais, que conduziram; no pós governo militar na redemocratização o bloco dirigente assumido é do capital financeiro e bancário. Dessa maneira, as contradições e lutas para estabelecer a política e o ordenamento espacial estarão implicados em de que maneira as contradições desses blocos possam gerar conflitos e consensos internos.

Boito Jr. (1999), estabelece uma representação metafórica do bloco de poder, com 3 círculos concêntricos. O mais externo e maior abarca o imperialismo e toda a

burguesia. Neste, estão as políticas de desregulamentação das leis trabalhistas, diminuição dos salários, redução dos direitos sociais; que favorecem o capital imperialista e pequenos e médios. O segundo se aponta à privatização e beneficia o capital monopolista, o imperialismo, indústria da construção civil e bancário; pois, amplia os patrimônios de firmas grandes com a compra de ativos, amplia o patrimônio do setor bancário, via créditos tomados para as compras. O terceiro é o central do poder hegemônico que emana o poder e as políticas, e divide o grande capital, nele representa a desregulação financeira e abertura de mercado, favorecem apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista.

A nova configuração do bloco de poder tende a estabelecer os equilíbrios entre as frações para os interesses do sistema bancário associado ao capital monopolista e imperialista. Todavia, medidas de abertura da economia, alta dos juros, desregulamentação financeira, chocam diretamente ao capital industrial nacional, com frações recém-convertidas ao neoliberalismo. É o que se deu ao apoio da Fiesp e CNI em 1997 às políticas de abertura comercial, e que as organizações apoiaram a greve geral das centrais. Porém, o alinhamento das federações se realinharam a governo, no caso de Fernando Henrique Cardoso, em estabelecer as reformas da previdência, liberação de crédito, isenções fiscais e parcelas de participação nas privatizações.

É no cenário fecundado na composição do bloco de poder que inserimos o saneamento. Este período dos governos neoliberais, iniciados com Collor (1989-1992), Itamar (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), que compõe a hegemonia do capital financeiro e bancário, associado ao imperialismo estadunidense que dão a tônica as formas e arranjos espaciais para a política e regulação do setor como seu ordenamento. Identificamos que essa periodização, apresentada pela relação de forças e composição do bloco se apresenta até 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). Deste trataremos em outro ponto.

4.3.1. Saneamento na ofensiva neoliberal.

O setor após o final do PLANASA abre uma nova etapa de ordenamento do setor. A batalha travada pela ASSEMAE na municipalização dos serviços passa ser ganha pela nova carta constitucional de 1988. Os municípios passaram a ser entes autônomos, ao lado da União, Estados e Distrito Federal o que permitia a gestão do saneamento à municipalidade. Outro ganho na constituição é a ligação entre o saneamento e Saúde de modo a unir estas duas instâncias.

Atendo a capacidade dos municípios terem autonomia para a gestão do saneamento abre uma questão. Embora o ganho de autonomia, há o vazio deixado pelo plano anterior, pelo menos no que melhor poderia balizar o setor, a existência de um plano nacional que desse conta do planejamento. Segundo a entidade,

A ASSEMAE voltou a lamentar no jornal a ausência de uma política nacional de saneamento, com reflexos nas indefinições institucionais no setor, após a extinção do BNH e a CEF ter assumido seu papel, e após a gestão ser transferida do Ministério do Interior para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e finalmente para o Ministério da Saúde. (ASSEMAE, 2009, p.44)

Este vazio tinha as causas numa crise institucional e financeira que se arrastava desde o milagre econômico. Também a capacidade de ampliar os déficits de parcelas da população (Tabela 03) atendida pelas redes de água e esgoto. Coadunado a isso, a pulverização de instituições federais responsáveis pelo saneamento e que tinham pouca adesão e trabalhos conjuntos.

Tabela 3. Domicílios - com água potável na rede geral - pessoas - (%)

Estado	1970	1980	1991
Acre	9,96	35,38	44,39
Alagoas	34,55	56,97	69,41
Amazonas	22,71	63,54	67,94
Amapá	33,52	61,73	68,76
Bahia	29,01	56,79	68,95
Ceará	22,26	35,22	58,23
Distrito Federal	53,26	83,14	87,75
Espírito Santo	56,02	69,75	85,26
Goiás	34,62	53,26	78,28
Maranhão	20,62	35,76	42,16
Minas Gerais	22,81	40,50	68,33

Mato Grosso do Sul	31,76	45,85	80,95
Mato Grosso	49,52	69,18	88,25
Pará	34,60	54,06	56,35
Paraíba	27,79	54,39	75,53
Pernambuco	17,15	40,34	60,32
Piauí	43,52	69,84	90,85
Paraná	33,52	51,37	74,05
Rio de Janeiro	68,26	80,46	90,87
Rio Grande do Norte	24,26	44,10	65,13
Rondônia	22,70	56,64	63,34
Roraima	52,86	75,90	91,17
Rio Grande do Sul	28,81	30,66	61,94
Santa Catarina	47,09	79,16	93,95
Sergipe	67,90	85,57	96,36
São Paulo	31,63	60,85	81,42
Tocantins	9,61	21,29	45,29

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016

Combinado a isso, a fase de realinhamento do bloco de sustentação do governo, em 1989 deixou um grande vaco para a gestão do setor, mesmo depois de aprovarem leis avançadas. A “pulverização” do setor deixou-o a deriva. Como complementa Justo (2004),

No início do governo Collor, foi feita uma reforma administrativa que gerou uma nova fragmentação das ações de saneamento, além da extinção de diversos órgãos ligados às questões urbanas e de saneamento, como foram os casos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP). Foi criada então a Secretaria do Saneamento, que estava vinculada ao Ministério da Ação Social (MAS). De acordo com o IPEA (1995), o que ocorreu foi a necessidade de aprovação, pelo MAS, dos pedidos de financiamento analisados pela CEF, operadora dos recursos do FGTS. (p.52)

Era um agravante a combinação de uma reestruturação e pulverização, acompanhadas pela falta de uma política mais nacional que regulamentasse. Era preocupante até que parte das associações do setor patronal, como a ABES propusesse junto à recém-criada Sub-Comissão de Desenvolvimento Urbano, o projeto para a gestão do saneamento. O projeto previa que o município não tendo capacidade financeira, administrativa ou técnicas poderiam ser solicitado pelo município a forma de gestão Estado, União ou a iniciativa privada. Nesse sentido, permitiram que as autonomias municipais fossem manobradas a ponto de conceder à privatização.

Mesmo com a conquista de parte das organizações que apoiaram a

municipalização (ASSEMAE, FNU), a constituição garantindo a autonomia dos municípios; os mecanismos financeiros e de uma política ainda estavam aquém para a demanda dos municípios. Ao longo do governo Sarney, as entidades lutaram para garantir o financiamento das atividades junto à Sub-Comissão de Desenvolvimento Urbano. Com as articulações da ASSEMAE, conseguiram garantir que o fundo de habitação, gestado pela Caixa Econômica Federal (CEF) fixasse 30% dos recursos do FGTS para saneamento. Contudo, a gestão dos recursos acessados do fundo seriam disponibilizados para empresas estaduais.

As travas em conceder parte dos financiamentos para os municípios e para o setor de modo geral resvalaram-se na capacidade do governo Collor em estabelecer o consenso com o bloco dirigente do seu governo, os capitais financeiros e o imperialismo. Na oportunidade dos debates sobre os fundos públicos, o editorial do Jornal da Assemae apresenta essa conjuntura:

Segundo o editorial do jornal da Associação, obter esses recursos não seria uma tarefa fácil”(...) o plano estabelece que US\$ 10 bilhões virão dos orçamentos federal, estaduais e municipais, como contrapartida de outros recursos ou simplesmente como investimentos próprios. Atualmente, cerca de 60% das receitas da União estão comprometidas com a rolagem da dívida interna. (SAMPAIO, 2009, p.55)

O plano do governo previa a injeção de US\$ 2,5 bilhões de fontes do BID e o Banco Mundial e US\$ 3 bilhões do FGTS. Apesar dos investimentos a dificuldade das empresas estaduais em acessar ao fundo, devido a sua inadimplência como o fundo.

As alternativas de manter o financiamento para as CESB's dependeria da negociação das dívidas. Se não conseguir aportar, por outro lado temos a inserção da iniciativa privada. Para isso, o governo passa a alterar a lei de concessões, permitindo que se licite os serviços mediante um estudo de viabilidade, eficiência e qualidades do serviço.

Outra artimanha viria a partir das dívidas, uma vez que essas não conseguiriam adquirir os financiamentos por conta do rombo de suas dívidas. Venderiam parte do seu patrimônio como alternativa para retomada dos seus investimentos se capitalizando com as vendas (SAMPAIO, 2009, p. 55). Dessa maneira, o governo Collor abririam as portas para a iniciativa privada no setor.

Começa a uma centralidade por parte do governo Collor em retomar os

investimentos e o planejamento do saneamento. Em 1990, é criado o Ministério da Ação Social (MAS), responsável pelo setor, que centralizou as ações ligadas ao saneamento, então pulverizada por vários ministérios. No momento criou a Secretaria Nacional de Saneamento (SNS). Nele nomeou o engenheiro Walter Annichino, na época, da diretoria da ABES e vice-presidente da Apeop. Com isso, consegue nomear a parcela dos empreiteiros que fiaram raízes na fração do capital industrial do bloco de sustentação no poder.

Por outro lado, com a centralização e sem um plano para o setor que passara, segundo SAMPAIO, “[...] a ser visto como um serviço, cuja prestação deveria se dar em base de mercado. [...] Observa-se uma redução dos investimentos federais no saneamento.” (SAMPAIO, 2009, p.70), propiciou aportes de investimentos externos, BID e Banco Mundial, de bancos internos, a parcela financeira do bloco se estabelece, nos empréstimos e nas compras do momento para as privatizações do setor. Isso se intensifica com o Programa Nacional de Desestatização (PND).

O marco para o início das privatizações no país, a Lei nº 8.031, do PND, tinham os objetivos centrais:

- (i) redefinir o papel do Estado na economia, repassando a gestão de algumas empresas públicas para a iniciativa privada; (ii) contribuir para a redução da dívida pública; (iii) ampliar os investimentos nas empresas; (iv) estimular a modernização da indústria nacional, dotando-a de uma maior competitividade; (v) focar a atuação estatal em atividades típicas do setor público; e (vi) fortalecer o mercado de capitais com a injeção de novos recursos financeiros e com a “democratização” da propriedade do capital das empresas privatizadas. (DIEESE, 2009, p. 3)

Com isso, se abriria espaço para a entrada da “democratização” da economia com a entrada de capital privado no país. As fases que compuseram essa dilapidação do patrimônio público nacional são de 1990-1994 com a desestatização no setor produtivo estatal, e em 1994, o ataque nos setores estatais de serviços: telecomunicações, eletricidade e bancos estaduais. De 1991-1995 o Plano Plurianual apresenta a demanda por políticas para o setor e atender a pauta do imperialismo. Em seu bojo viria o Projeto de Modernização dos Serviços de Saneamento (PMSS).

Freitas (2013) analisa que com a entrada desse plano, grupos se polarizaram entre os defensores da privatização e a focalização ou segmentação dos serviços, apoiados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por outro lado, as frações da universalização do saneamento com ampliação do Estado.

O Plano introduz as bases para constituir a nova agenda do setor e reordená-lo institucionalmente, flexibilização, eficácia nas alocações de recursos, competição pelos recursos e a regulação. A modernização do setor é acompanhada do PMSS são nada mais nada menos que as diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial (COSTA, 2003, p.72). O desenvolvimento do projeto contava com uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), que segundo Costa (2003) dependia do referendo do Banco Mundial para a nomeação do Coordenador.

Ainda no autor, a modernização, já no governo Itamar Franco, a condução da política levou à um paradoxo: por um lado a reorganização institucional com as privatizações (PMSS); e por outro lado, o retorno da política universalização, mantendo a gestão estatal dos serviços. Se os desdobramentos das políticas de cariz do imperialismo, e do capital financeiro, transformando as privatizações na oportunidade de captação de recursos e ganhos com os juros; tínhamos o lado do capital da indústria civil, territorializado na Secretaria Nacional de Saneamento (SNS). Como afirma,

O PMSS estava localizado no Ipea – órgão de pesquisa do Ministério do Planejamento e Orçamento e a SNS, localizada no Ministério do Bem-Estar Social. Este, responsável pela política nacional e, aquele, conduzido conjuntamente pelo Governo Federal com o Bird, encaminhava a formulação de uma nova política de forma independente da SNS. (COSTA, 2003, p.73).

As manifestações por parte dos setores como ASSEMAE, FNU, entre outros atores contrários à privatização, passaram a disputar no momento com o bloco privatista que compunha a hegemonia no Estado. Estes encaminhando o projeto para a câmara dos deputados.

O engajamento de setores do próprio governo à alternativa do Banco Mundial de ampliar seu processo de modernização, com ampliação de redes de abastecimento, resolução das dívidas das CESB's; na verdade visava à modernização da capacidade de virar um negócio. Não apenas para as empreiteiras como foi o PLANSA, mas para os bancos que financiariam e ganhariam via juros. Trazendo a fluidez e capacidade de acumulação, mais “moderna” do capital parasitário financeiro.

O Estado posicionaria como mero regulador e monitor das entradas de capitais privados no saneamento. O PMSS encaminharia a reestruturação do setor com duas metas. A primeira a do Componente Institucional buscando o desenvolvimento: a revisão dos modelos institucionais e de financiamento, modelo de regulação que garanta

um grau de competição entre os agentes promotores. A segunda é o componente de investimento em três CESB: Casan (Companhia Catarinense de Água e Saneamento), Embasa (Empresa Baiana de Saneamento), Sanesul (Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul), colocando estas empresas em condições favoráveis para financiamento.

Umas das características marcadas pela bibliografia consultada é a capacidade das lutas pelo saneamento básico serem relegadas à esfera do parlamento. Nesse sentido, o Estado brasileiro permitia trazer essas contradições para dentro das câmaras de deputados, senado, para abrir ao debate. Contudo, a mobilização popular com o tema da água, expressada pela disputa do saneamento ainda era pouco provida, sendo realizada por parte dos sindicatos, cuja base eram do saneamento. De uma maneira, ao levar os debates para o parlamento e tragar a política de saneamento (sua organização e estrutura institucional de gestão, tema estruturante) para dentro da câmara, passa-se para a pequena política: *“compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura estabelecida [...] tentar excluir a grande política[orgânica] do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”* (Gramsci, 2012, p.243). Isso, pois, ensejariamos na disputa pela lei, sendo esse o único, e não coadunado à um processo de elevação da consciência sanitária.

Em boa parte das propostas oferecidas ao Estado via articulação de setores do saneamento, mesmo em suas discordâncias, eram engessadas pelas articulações no congresso, de setores conservadores, se não barradas preemptoriamente pelo presidente. A falta de comunicabilidade com a sociedade e sem canais de comunicação deixava o campo limpo para as ações privatistas. Mesmo propostas como o PLC 199 formulado por setores da sociedade civil constituindo campos como a ABES, FNSA, ASSEMAE, AESBE, ASFAMAS, CBIC, Comando Nacional de Trabalhadores em Saneamento, foram barradas as políticas com veto do recém-empossado presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse cenário de “gestão sem política” permitiu à maior entrada dos interesses do capital financeiro e bancos no setor.

Por outro lado, esse centralismo não apresentava em projetos por parte de um bloco do estado para o desenvolvimento da nação. Apenas solucionar as contradições e déficits do saneamento via abertura do mercado e financiamento das empresas privadas. A gestão do Estado no saneamento ocorrera, o que o Panorama do Saneamento (2007), não havia política para a gestão do setor. Decorrente disso, o ambiente era caracterizado por inexistência de um comando de cobertura. Assim, o quadro era:

Nesta análise, denominamos esse período como “**gestão sem política**”, quando as ações de saneamento, principalmente no nível da União, conformavam um quadro de paralelismo de iniciativas, de dispersão e pulverização de recursos, de superposição de competências e de instituições antes conectadas a um sistema, agora atuando segundo lógicas próprias e interesses particulares. No entanto não se pode falar de um período estagnado, em vista da multiplicidade de agentes intervenientes atuando no setor. Pode-se falar de pelo menos oito diferentes ministérios e órgãos (Ministério da Ação Social, FUNASA/Ministério da Saúde, Caixa, BNDES, Ministério da Defesa, Codevasf entre outros) (PANORAMA do SANEAMENTO, 2007, p. 41).

O novo presidente estabelece a gestão do saneamento à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU), e com financiamentos da CAIXA e do BNDES; e extingui o Ministério da Integração Regional e Bem-Estar Social (MAS). Além disso, retirada do Orçamento Geral da União (OGU): “[...] FHC riscou do mapa cerca de US\$ 1,7 bilhões [...] US\$ 773 milhões em saneamento, segundo o Conselho Curador do FGTS, para o ano de 1995, também foi suspensa” (SAMPAIO, 2007, p.77).

O governo passa a escassear os investimentos para o setor. E, mais uma vez os cortes e financiamentos propiciaram a alternativa privada em estabelecer projetos. Com a crise fiscal setores como as telecomunicações, energia e saneamento entravam como contrapartidas aos empréstimos feitos ao FMI.

Mas, para permitir a privatização estabeleceu uma tática de “asfixia” dos serviços públicos. Em 1998, com a resolução nº2521 do Conselho Monetário Nacional, vetaram os aportes a novos financiamentos à órgãos públicos junto ao FGTS, mesmo comprovada a capacidade e seguridade dos investimentos financeiros. Ao passo que, um ano antes, aprovou a criação do Programa de Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento (FCP/SAN), redirecionando os investimentos a iniciativa privada. Ficavam os fundos para o capital privado a capacidade de três fontes de financiamento: BIRD e o BNDES, viabilizando a organização das concessões privadas ou privatização dos serviços de saneamento; 2) recursos do BNDES para financiamento das empresas ganhadoras da licitação (advindos do FAT); 3) recursos das tarifas pelos serviços garantidos (PANORAMA, 2007, p.44) .

Sanchez (2001) atribui à chegada das operadoras multinacionais, sendo Suez, Tractbel, Lyonnaise des Eaux e Vivendi, via os programas e financiamentos, desse

período, via BNDES e CAIXA que favoreceram os programas de reestruturação das CESBs como de autarquias municipais. O BNDES foi protagonista ao dispor de recursos no processo de privatização. E isso se asseverará com a Lei de Concessões (8.987/1995). O que se visa é a total transformação do antigo banco do desenvolvimentismo estatal em uma das ferramentas financeiras para a privatização.

Por outro lado, o governo passa a vetar a participação de algumas entidades no Comitê de Direção do Programa de Modernização do Saneamento (PMSS). As entidades como ASSEMAE, ABES e AESBE, foram vetadas por conta de uma reestruturação do comitê, que passaria a compor com membros do IPEA e da Sepurb. Alijaram parcelas que questionariam os desenvolvimentos das políticas privatistas. Vale ressaltar, do caris nacional presentes nas entidades vetadas.

Frente a isso, as medidas de FHC com disposição a implementarem a pauta do imperialismo dos bancos internacionais, as entidades do setor se articularam em um grande pacto contrário às privatizações no saneamento. Em 1997, a reunião das entidades como Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), ABES, ASSEMAE, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Instituto Polis, Ong Água e Vida, Fórum Nacional das entidades civis de defesa do Consumidor e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP), consolidaram a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA).

A FNSA passou a protagonizar um importante papel de luta contrária aos projetos impostos pelo Banco Mundial em sua agenda privatizante. Como, por exemplo, a luta contra o PL266 de José Serra, que depois se tornaria o PL 4147/2001 que se tornaria a capacidade dos projetos do Banco Mundial em reestruturar o país e retirar os obstáculos para o ordenamento do setor.

Os obstáculos tratados de privatização no Brasil estão, sobretudo, para o poder concedente dos serviços. Embora a constituição de 1988 tenha dado a autonomia aos municípios de regiões metropolitanas, nas regiões metropolitanas ficavam dúbias as competências, se Estado ou Municipalidade. Segundo Vargas e Lima (2004, p.74), a carta lei enquadra o saneamento básico como um setor que prevaleça as competências comuns ou supletivas entre os níveis da federação, estado e municipalidade. De todo

modo, a falta de uma verdadeira ordenação na lei para isso deixava algumas lacunas e inviabilidades para as empresas adentrarem. O que foi reestruturado via PL4147/2001, em que visava a titularidade nas Regiões Metropolitanas ao Estado. Todavia, com o acúmulo da luta da FNSA e o entendimento desse projeto para o BIRD, fora barrado já no início do governo Lula, quando o então Ministro das Cidades, Olívio Dutra determinou a retirada dessa Lei.

Assim, como a Lei o Banco Mundial também propôs os modelos de saneamento para o setor. Hespanhol (2015) sintetiza em oito opções de privatização para a implantação, a depender dos níveis de envolvimento do setor privado: como autonomia, responsabilidades assumidas, capital investido, duração do contrato são definidas em oito opções básicas de privatização de serviços.

Ilustração 15 Modelos de privatização Banco Mundial

<u>Contratos nos quais os ativos permanecem com o poder público</u>		
	Modelo	Remuneração
1) Contratos de serviços	São comumente conhecidos de "contratos de terceirização", nos quais a empresa é contratada para realizar serviços periféricos. O setor público mantém a responsabilidade de operação e manutenção do sistema, com exceção dos serviços (contratados). É a maneira mais simples de participação do setor privado	pode cumprir os trabalhos de manutenção, reparos de emergência, leitura de hidrômetro, cobrança, construção ou reforma de instalação e aluguel de equipamento.
2) Contratos de operação	É a transferência ao setor privado a responsabilidade pela operação e manutenção de um determinado sistema, como municipal de distribuição de água ou estações de tratamento de esgoto. São também conhecidos como contratos de gestão. Cabe ao setor público a responsabilidade financeira e prover fundos de investimentos de capital, para a empresa apenas contrata e atua, como representante da autoridade pública, não relacionamento legal com o consumidor.	os pagamentos são feitos mediante parâmetros de volume de água produzido ou tratado, aumento da eficiência de sistemas ou taxas de coleta ou redução dos índices não contabilizada.
3) Contratos de leasing	A entidade arrenda do setor público as instalações por determinado período, assumindo a responsabilidade de operação e manutenção. A propriedade fica com o setor público e este tende a garantir dos investimentos, novos projetos, serviço da dívida, e o privado financia o capital de trabalho e substitui componentes de vida curta.	A remuneração é a diferença entre as rendas provenientes de tarifas e os custos operacionais.
4) Contratos de concessão	A entidade privada assume total responsabilidade pelos serviços: gestão, de operação e manutenção, investimentos de capital para expansão dos serviços. Os ativos ficam com o poder público, mas estão por tempo determinado (as vezes de 15 a 30 anos), sob responsabilidade da entidade privada	A concessionário é paga diretamente pelo consumidor com base nas taxas e tarifas estabelecidas contratualmente. O risco é se os custos de operação superarem as rendas líquidas.

Fonte: Hespanhol, 2015; in REBOUÇAS, 2015. Aguas do Brasil

Contratos nos quais parte ou totalidade dos ativos pode se transferir ao setor privado

	Modelo	Remuneração
1) Concessão de Margem	são mundialmente conhecidos pelas siglas <i>BOT Build Operate and Transfer</i> ou <i>BOOT-- Build, Own, Operate and Transfer</i> . Uma firma ou um consórcio de firmas privadas, financia, constrói e opera um sistema de água ou esgoto, em um tempo. Opera-o e transfere para o poder público. este é responsável pela demanda.	as demandas do setor público, em contrato devem garantir as firmas retorno nos investimentos e custos de operação dando suporte para o sistema tarifário a ser praticado. É fundamental na fase de licitação como de operação
2) Concessão inversa	Em países de riscos econômicos e políticos o setor público assume a construção, financia e estabelece um contrato com o ente privado para a operação durante o período.	estabelecido em contrato as condições tarifárias para o sistema ter interesse das empresas privadas. O contratado pode estabelecer elevado montante para garantir o retorno
3) Empresa Mista	as empresas nessa modalidade emitem ações ou títulos no mercados de capitais. Geralmente ocorrência desse modelo se houve resistência na transferência total dos ativos ao setor privado.	pelas tarifas e taxas como pelos ganhos de capitais. Cabe ao setor público regulamentar as tarifas, como também é acionário majoritário ou igual parcelas de ações das empresas
4) Privatização Total	é a modalidade de venda total dos ativos, cabendo ao setor privado todas as responsabilidades: administrativa, operacional e captação de recursos	na experiência inglesa, utilizada pelo setor na venda total das empresas, a regulação tarifária ficava a cargo da comissões públicas. O público fica como regulador

Fonte: Hespanhol, 2015; in REBOUÇAS, 2015. Aguas do Brasil

Costa (2003) apresenta que dentro dos discursos oficiais do Governo da época era propagado que no Brasil não houve privatização do setor e sim concessões. O cinismo da fala era por conta de não houver transferências de ativos para as empresas privadas. No entanto, as concessões podem ser interpretada como privatização, as operações estavam destinadas à rentabilidade e geração de lucro das empresas e não a necessidade do ente público, da população. Dentro dos modelos de concessões implementados nesse período, a **concessão de Margem** foi a mais utilizada. Hespanhol (2015) os estados que elaboraram esse plano, São Paulo, por exemplo, estabeleceu a utilização de contratos com 7 municípios, dentre eles, Ribeirão Preto.

Neste município a empresa REK e CH2M Hill international, para o prazo de 20 anos. O contrato previa o financiamento do BNDES no máximo de valor emprestado de

65% do total, e o consórcio ficaria apenas 25% para complementar. Os déficits em saneamentos, no caso esgotos (6% era tratado), objetivava a construção de três Estações de Tratamento, com prazo de construção até 1996, dois anos após o contrato 1994. A fonte de renda era a tarifação do tratamento de esgoto, após a construção. Todavia, houve atrasos nas obras, devido ao não pagamento total do financiamento do BNDES, além de multa as concessionárias. Com isso, a prefeitura para garantir seus ganhos reajustou o valor das tarifas.

A dependência das empresas com o BNDES é marcante nesse período, que abriu possibilidade as empresas de territorializarem seus projetos no espaço do saneamento. Após medidas de regulação que ordenam seus negócios para garantia de lucratividade.

Os contratos estabelecem a segurança para constituir seus negócios e retornos. É notório, como apresenta Justo (2004), e visto em Hespanhol (2015) as formas de retorno que essas empresas estabelecem. Justos (2004), ao tratar do contrato da concessionária, apresenta a taxação pelo volume de água tratado, ou produzido, segue o extrato retirado de uma reunião a respeito do contrato:

O contrato de concessão estabelecia o valor de R\$ 0,18 por metro cúbico de esgoto tratado. Fizemos a conta e mostramos para o prefeito que, com a cobrança desse valor adicionado à conta d'água, em quatro anos, seria possível ao município construir a ETE com recursos próprios. O prefeito não aceitou nossa argumentação, afirmando que a população exigia tratamento dos esgotos em dois anos. Pois bem, passaram-se cinco anos da assinatura do contrato de concessão, e Ribeirão Preto ainda não conta com a obra. (JUSTO apud Jornal Saneamento e Municípios, edição de julho/agosto de 2000, 2004, p. 152)

As concessionárias repassam as tarifas para os ônus que necessitaram garantir sua margem de lucro e capacidade, às especas das necessidades da população. A operação do Estado estabelece o “clima de negócios” favoráveis para as empresas como devem se manter o Estado neoliberal (HARVEY, 2008, p.81).

Outro momento que se avalia do governo FHC, a capacidade das empresas estaduais passaram a comprometer mais os suas receitas em margens de dívida. De 1995, após o indvidamento das empresas, efeito da crise fiscal que assolara o país, elas comprometiam suas receitas em 86,71% para pagamento de Despesas de Exploração e Serviços da dívida (Tabela 4). Isso é notório quando identificamos a capacidade delas à serviço da dívida, a partir de empréstimos do BIRD, e outras instituições financeiras.

No ano de 1999, os serviços de amortização da dívida saltou 3 vezes a dívida anterior, de R\$ 522 milhões, para R\$ 1,5 bilhões. No próximo capítulo trataremos os mecanismos de empresa mista, que vigorará nos finais da década de 1990, com a abertura de capital da SABESP.

Tabela 4. Evolução Financeira das empresas estaduais entre 1995-2001 (R\$).

	Despesas com Exploaração (DEX)	Serviço da Dívida (SD)	Receita Operacional Total (ROT)	Margem (DEX+SD/ROT *%)(%)	Excedente
1995	3.791.595.676,00	880.620.639,00	5.388.619.975,00	86,71	716.403.660,00
1996	4.554.042.847,54	567.692.679,90	6.717.328.774,49	76,25	1.595.593.247,05
1997	5.135.221.086,61	736.167.610,88	7.999.877.056,50	73,39	2.128.488.359,01
1998	5.121.086.745,86	376.502.168,55	8.517.501.208,98	64,54	3.019.912.294,57
1999	4.997.104.947,22	522.710.639,79	8.725.859.229,14	63,26	3.206.043.642,13
2000	5.402.495.686,09	1.523.159.087,10	9.224.775.077,84	75,08	2.299.120.304,65
2001	6.025.415.347,86	749.917.611,24	9.799.054.238,99	69,14	3.023.721.279,89

Fonte: Diagnóstico, 1995 a 2001, SNIS.

Outra questão apresentada é a capacidade de regulamentar os volumes de água com a medição das tarifas, ou seja, os contratos com as empresas são avaliados a partir da relação entre o Valor em Reais por volume d'água (R\$/m³). Assim, o que era anteriormente avaliado pela viabilidade da obra nos investimentos, no setor da privatização da operação dos sistemas obtêm suas rentabilidades via a capacidade de tratamento de água, “água produzida” e via as tarifas. Se nos atermos as receitas elas foram geradas, à exemplo de 1995; dos R\$ 5,3 bilhões gerados a partir de 57,8% de água faturado (Tabela 5.).

Tabela 5. Índice de faturamento e perdas de água, 1995-2001.

	Índice de faturamento de água (%)	Índice de perdas de faturamento (%)
1995	57,80	42,20
1996	58,85	41,15
1997	60,48	39,52
1998	58,57	41,43
1999	61,91	38,09
2000	60,58	39,42
2001	59,57	40,43

Fonte: Diagnóstico 1995-2001,
SNIS.

Se analisarmos as perdas são próximo à metade do faturado o que repõem uma perda significativa dos faturamentos para o setor. Partes dessas perdas são repassadas às tarifas de água. Sendo a arrecadação a maior soma de retornos para investimentos nas empresas. Estas sendo, com a capacidade produtiva alta (Tabela 06). Além da produtividade, as empresas também detém consumidor cativo, ou seja, há um retorno das arrecadações garantidas às empresas. O que se tornou grande interesse dos mercados de capitais em inserir-se em consórcios, ou na compra de ações.

Mesmo com parte de água faturada, quase aproximando aos 50% de perdas do sistema, somado à quantidade de receita gerada, demonstra a capacidade das empresas estatais: com público cativo, monopólio natural das fontes de água, infraestrutura já amortizada.

Tabela 6. Índice de produtividade dos serviços de água e esgoto das companhias Estaduais, Públicas(loais) e Privadas (loais) (Econ. Ativas/nº pessoal total), entre 1998 à 2001.

Ano	Pública Local	Estatais Regionais	Privadas
1998	362,09	430,68	363,86
1999	362,98	466,95	398,16
2000	371,82	512,27	436,56
2001	212,10	384,52	393,61

Fonte: Diagnóstico SNIS 1998 a 2001

A produtividade das empresas públicas, que apenas caiu em 2001, devido a crise internacional e por ter boa parte de suas dívidas estabelecidas em dólar; é mais produtiva que as privadas e com capacidade de gerar maiores volumes de água tratada. O alvo das empresas com Vivendi, Suez, Tractbel (estrangeiras), Odebrecht Ambiental é de adentrar nesse mercado criado a partir do processo de privatização, agora o mercado do saneamento.

Assim, as políticas neoliberais passaram no governo FHC a agudizar nas políticas de privatização, financiando e abrindo a possibilidade de consórcios, empresas e bancos para viabilizar as agendas privatistas do FMI e Banco Mundial. Para tanto estabeleceu uma gestão centralizada das decisões dos recursos, uma pulverização do saneamento empresas locais, ao passo que existia um vazio na política e nos objetivos para o ordenamento espacial do saneamento de seu bloco de poder pautado na valorização financeira. Cabia apenas o vazio e o ordenamento dos negócios das empresas e do capital financeiro, orientados pela busca da efetivação do valor e garantia

de lucros. O PANORAMA (2007) apresenta uma síntese do período final de FHC, em perspectiva histórica, e que muito coaduna em nossas análises, demonstram que o saneamento no Brasil é objeto de disputas e por projetos distintos.

4

4.5 Governo Lula e a criação de uma nova política para o Saneamento.

Ao final da década de 1990, as políticas neoliberais passam a interferir e cindir no bloco de poder interno do governo. Como falado anteriormente, construído por frações da burguesia industrial (mais próxima ao desenvolvimentismo), financeira, e, como denomina Boito Jr. (2010), uma parcela da burguesia compradora. Nesses governos a fração dirigente era a financeira e sob o consentimento da burguesia compradora, esta apoiadora do neoliberalismo.

A ruptura se deu por parte das políticas cambiais, alta da taxa Selic de juros e o paulatino processo de privatização que vinha entregando setores estratégicos como energia, transporte e telecomunicações para os capitais internacionais. Essas vendas permitiam que os custos de produção encarecessem e afetando diretamente a parcela industrial do bloco. É válido destacar para essas parcelas que comporiam uma burguesia interna, que é intermediária à nacionalista, e a compradora, sempre necessitou de um Estado interventor que garantisse seus interesses econômicos, e não fossem excluídas e/ou engolidas pelos monopólios estrangeiros.

Dessa maneira, já em 1999, o processo de fissuras do bloco se apresentou mais intenso, com a política de privatização, desregulamentação financeira e de construção da ALCA, crise cambial, políticas hegemônicas da burguesia compradora e do capital financeiro imperialista, Boito Jr. (2010, p.80); ruíra o consenso de sua política.

O enfrentamento das organizações da classe trabalhadora: sindicatos e movimentos sociais, fortes nesse período, estancaram e enfrentaram as contradições do bloco. É notória a capacidade da classe trabalhadora na campanha do Plebiscito da ALCA, recusando as políticas mais intensivas do imperialismo em território nacional. Essa derrota foi, de conjuntural, ou como diria Gramsci (2012), as contradições conjunturais passaram a ser orgânicas. Ou seja, era a derrota de parte da estrutura da

política que lhe dava sustentação. Mesmo com a repressão à classe trabalhadora, via judicialização, investigação da Abin, violência policial; a situação ficou sem apoio para as próximas eleições.

Com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o seu governo manteve de maneira lenta um processo de transição. Longe de se desempenhar uma transformação do poder, do bloco de poder, como ocorrera no passado. Em 1930 a elite cafeeira fora retirada do poder, ou com o golpe de 1964, em que a burguesia nacional e o populismo também alijados do poder; em Lula desenvolveu a política de ampliação do crédito e fundos públicos para investimento em capital produtivo, e retonama do BNDES como financiador do desenvolvimento nacional: focando em atividades de infraestrutura, apoio a blocos internos nacionais econômicos. O que favoreceu a fração da burguesia interna, indústrias, produtos agrícolas.

Para alguns analistas políticos esse período é marcado pelo novo modelo de desenvolvimentismo. Assim como anterior que vigorou de 1930-1980, esse novo desenvolvimentismo caracterizou o governo Lula e suas contradições. Diferente do anterior, este teve de se reconstituir a partir das contradições deixadas pelos períodos neoliberais. Se por um lado abre o potencial de entrada de políticas focados no investimento a setores produtivos; por outro, manteve seu pacto com a agenda financeira. O que caracterizaria o pacto contraditório que alicerçou os governos de Lula. Não em ruptura, mas de coalizão e consenso que permearão as políticas vindouras.

Ao invés de abrir espaços dentro da divisão internacional do trabalho, o Neodesenvolvimentismo, apresenta as diferenças, apresentadas por Boito Jr.(2010): primeira característica é de produzir índices mais modestos de crescimento, isso devido a limitação da acumulação financeira (peso da dívida pública, flutuação da taxa de juros sobre a receita do Estado e os lucros das empresas); segunda, com as políticas dependentes impostas pelos governos anteriores, derivou uma divisão social do trabalho de recuo em espaços para a divisão social internacional, relegando a esses países o desenvolvimento de setores de processamento de produtos agrícolas, pecuária ou de recursos naturais; terceira, mercado voltado para a exportação, decorrente as aberturas da economia para a mundialização do capital.

Neste contexto, permitiu que dentro do bloco de poder a fração da burguesia interna conseguisse mais força e se posicionasse a esta fração. O equilíbrio de poder de Lula aliou a parcela desenvolvimentista, alas da classe trabalhadora e movimentos sociais, via políticas sociais: Minha casa , Minha vida; bolsa família, Fome Zero.

BARBOSA (2013) apresenta algumas das políticas e consequências na economia. Acompanhado com uma reorganização da economia que deveu a política de apreciação da taxa câmbio, combate ao aumento da inflação via o aumento da taxa SELIC, ajustes no regime fiscal ampliando a meta dos resultados primários o que reduziu o risco de insolvência do país. Essas medidas permitiram que já em 2004 o Brasil passasse a acelerar seu crescimento para 5,7%, demonstrado pela recuperação dos investimentos e aquecimento de um mercado interno.

Antes de tratar da capacidade de investimentos medidas de racionalização do setor foram implementadas, em 2003 entes responsáveis para o planejamento do saneamento. É considerado um avanço na política urbana de Lula com a criação do Ministério das Cidades que agregou setores como habitação, saneamento e transporte. Sobre tudo, para o saneamento que passara a ter um endereço. Dentro dessa organicidade a criação da Secretaria Nacional de Saneamento e Meio Ambiente (SNSA), implicada na gestão e planejamento do setor.

Os novos órgãos federais teriam a tarefa de reduzir o déficit brasileiro. No período de 2004, 184 milhões de brasileiros apenas 72,2% eram atendidos com abastecimento de água, e 63 milhões com esgotamento sanitário (segundo dados do SNIS; Tabela 7).

Tabela 7. População atendida por abastecimento de água e esgoto, por região, em 2004.

REGIÃO	População atendida	
	Água	Esgoto
	Habitante	Habitante
Centro-oeste	10.151.376,00	4.223.243,00
Nordeste	33.241.816,00	8.232.295,00
Norte	6.487.060,00	534.317,00
Sudeste	61.725.942,00	43.745.240,00
Sul	21.288.597,00	6.501.536,00
Total	132.894.791,00	63.236.631,00

Fonte: SNIS, 2015

Vargas e Lima (2004) apresentam que no PMSS era estimado em R\$ 40 bilhões em uma década para suprir a déficit em saneamento. Já pelas análises do Ministério das Cidades e a SNSA, estima que o investimento requerido envolveriam R\$ 6 bilhões ou

0,45% do PIB até o ano de 2020. Esses valores nessa monta, somente com taxas de crescimento do PIB em 4%.

As taxa de crescimento do Brasil naquele momento desenvolveram no início de 2006 uma política macroeconômica de investimento, mais expansionista: aumento do salário mínimo, e investimento em infraestrutura, que culminaram no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 2007. Com esta política, frações da burguesia interna dispunham de créditos a infraestrutura, e ampliação da capacidade produtiva. Dessa maneira podendo ampliar as taxas de lucro e constituir com muito mais fluidez a produtividade do capital produtivo.

Todavia, este crescimento, mesmo com as taxas de 6,1% em 2006, 7,2% 2007; ainda sim são possibilidades longe de alcançar os 0,45% do PIB para o saneamento. Isso, pois, mesmo com as contribuições dos fundos federais (FGTS, Orçamento Geral da União e empréstimos do BNDES), além de manter uma receita através das tarifas, suficientes para subsidiar esse investimento; eram as justificativas para o repasse dos serviços municipais para o setor privado. É válido ressaltar que o governo desbloqueia os recursos do FGTS, ficando autorizada as novas operações de créditos para a execução de ações de saneamento ambiental, já no início do governo Lula (ASSEMAE, 2009).

No PAC 1 era destinada para área de saneamento R\$ 40 bilhões. As parcelas disso era de R\$ 12 bilhões de recursos orçamentários (66% via Ministério das Cidades e 33% pela FUNASA) R\$ 20 bilhões de financiamento privado e R\$ 8 bilhões como contrapartida dos Estados e Municípios. Destes somente R\$ 2,8 bilhões dos compromissos com recursos não onerosos foram realizados em rubrica orçamentária do PAC.

Por traz da economia estava a capacidade de luta e articulação para que frações dos recursos para o saneamento. Isso bastava da força de articulações e pressão capazes de destinar verba ao setor. Embora o governo se atrelasse em seu bloco de poder uma massiva participação de movimentos populares, sindicatos; ainda estava hegemonizado pela burguesia. Em muitas situações tendo que dividir o bolo do PIB para as frações da burguesia interna que tiveram grandes montas de dinheiros á construção civil.

É nesse período que setores da burguesia interna focados na construção civil se aportam nos ramos da operação e gestão ambiental. Esse déficit era repassado para as empresas privadas com abrangência local. É válido lembrar que das 27 empresas estaduais, elas dependem do aval para sua adesão à programas via seus governos

Estaduais. Como é o caso de poucos estados serem aliados do governo, sobretudo, nas regiões sudeste (a exceção de Rio de Janeiro) as políticas do governo estavam estancadas nas fronteiras desses Estados. Todavia, pela constituição de 1988 os municípios e Estados tinham a equidade de autonomia de suas políticas e de organizar e gerenciar o saneamento. Com isso, abriu o espaço para a entrada das empresas para o ramo.

Se no período de FHC os investimentos do BNDES abriram para as empresas estrangeiras, obedecendo a lógica interna de sua política, filiada ao bloco de poder (capital imperialista financeiro e capital produtivo estrangeiro); em Lula a necessidade de focar para o capital produtivo nacional, a burguesia interna, e com parcelas também de algumas empresas públicas. Contudo, a possibilidade de empresas nacionais de construção civil de não apenas construir, mas de gerenciar e operar via concessão.

Ainda faltava a política de regulação necessária para o saneamento. Para compreender tal regulação é preciso tomar algumas premissas, qual a necessidade de regulação para o setor do saneamento. A primeira é que o setor é de monopólio natural, ou seja, uma empresa contratada ou concedida para a execução dos serviços detém com exclusividade o tratamento da água, a distribuição e esgoto, o que lhe garante a unicidade do serviço. Assim sendo ela poderia estabelecer os preços em suas tarifas como quiser, necessita de uma regulação, o ordenamento de suas atividades.

A segunda maneira anterior de estabelecer preços e custos para os serviços poderiam apenas ficar livres ao mercados, ou como desejaram no período neoliberal, equilibrar os preços a partir do dólar, uma vez que suas dívidas no período eram em dólar e isso corroía a lucro; porém, sem firmada a capacidade de aumento das tarifas ou quem pode autorizá-las depende de aval de alguns entes.

Desde o PLANASA não se tinha uma regulação do setor, quando da oportunidade dos governos neoliberais a ausência de políticas abriu para a entrada das concessões, até então os serviços realizados pelo poder público. Contudo, sem uma regulação as empresas também não saberiam como se assegurar no estabelecimento de preços, as margens que poderiam se repor para seus investimentos, como também para a segurança contratual entre as empresas e municípios, sobretudo com as rescisões.

Em 2004, a partir de conselhos e grupos de discussões com a sociedade civil são construídas as propostas de leis para o setor. A PL 5296/2005 trazia algumas das pautas de parte dos municípios e ampliação nas ações do setor, tais como:

[...] o PL 5296/2005 trazia inovações conceituais para o setor: o planejamento integrado como instrumento obrigatório; o respeito à titularidade dos municípios e o reconhecimento da autonomia dos estados em instituir regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerados urbanos para integrar as funções de interesse comum; o resgate dos direitos dos usuários e cidadãos de exercer o controle social sobre os serviços e participar do processo decisório do setor; instituição do conceito amplo de saneamento básico sob a perspectiva de um diálogo articulado com as políticas de habitação, planejamento territorial, uso e ocupação do solo, saúde, ambiente e recursos hídricos. (PANORAMA Vol. 4, 2007, p. 51)

Esse projeto de lei causou discussões pelo país, onde fora debatida por entidades : sindicatos e movimentos políticos com o tema do saneamento, apresentando suas reivindicações. O que caracteriza um grande processo de luta no momento e em parte, nesta pauta, o governo garante que parte de sua base, como entidades que o apoiaram para a discussão do tema. O texto é encaminhado a Câmara de Deputados e o PL recebe 800 emendas, que foram auferidas por grupos ligados às empresas estaduais e ao setor privado.

Uma de suas inovações é garantir que o saneamento ambiental é um direito subjetivo público, “como um direito cujos titulares não são apenas os seus atuais usuários, mas todos os cidadãos, inclusive os que não têm acesso aos serviços” (PANORAMA apud BRITO, 2007, p.46).

Mesmo aparecendo o caráter municipalista, ainda ficaram os espaços de quem gestaria a política. Para o projeto isso não tinha claro, deixando para a interpretação da Constituição ao Supremo Tribunal Federal (STF). Esse conflito é mais intenso na gestão da política em regiões metropolitanas, em que devem a gestão de suas políticas ao Estado.

Outra questão de municipalidade, embora o PL vise o saneamento público, a equipe da Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades, a liberdade ao município para escolher as formas de prestação dos serviços. Estas podendo ser:

direta centralizada; direta descentralizada (autarquia ou empresa do titular); gestão associada entre os entes federados; indireta com empresas públicas; indireta com empresas privadas. Para tanto, exigia lei autorizativa que defina os termos para a delegação dos serviços sob qualquer modalidade precedida de audiência e consulta pública, além da necessidade de planejamento, e prevê o enquadramento, como improbidade administrativa, do gestor que delegar os serviços sem cumprimento da lei. (PANORAMA Vol.4, 2007, p.53)

Em sua diretriz para garantir à universalização do serviço a secretaria de saneamento do Ministério das Cidades obrigavam cada ente da federação que estivesse no sistema um fundo de universalização do saneamento ambiental, sendo obrigatório. O fundo se constituiria em recursos de dotações orçamentárias, contribuição privada ou pública, subsídios cruzados externos, fontes rotativas de recursos ao crédito para financiamento de ações.

O PL 5296 teve os vetos advindos de outro grupo da Associação Nacional das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento, ABES e a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Asfama, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib). Estas não aderiram ao fator da obrigatoriedade de compor o fundo. Parte dessas entidades representavam interesses de setores da indústria nacional, pertencentes à frações da burguesia interna.

Se por um lado o FNSA e parcelas da classe trabalhadora fomentaram o PL nas discussões e viam nele o momento mais avançado para o saneamento; por outro as frações da burguesia interna (organizações de intelectuais orgânicos a ele) recusavam. O que se apresentou é algo decorrente do governo de alianças e conciliações de classe que se apresentou sob o governo do PT.

O consenso adquirido foi a junção de outro projeto que estava no senado PL 155 que rediscutido se transformou na Lei 11.445/2007 a Lei Nacional do Saneamento Ambiental. Dessa maneira, via o pacto de conciliação o governo estabelece a lei que seguira como Plano Nacional do Saneamento. Pela Lei, é trazida uma nova tecnologia de arranjo institucional e que implica no arranjo do espaço do saneamento no Brasil, as questões ligadas à regulamentação que culminará com as agências reguladoras. Essa ferramenta apareceu na conjuntura nacional, após os governos neoliberais, sobretudo, nos setores de telecomunicação, energia e transporte. Cabendo ao Estado instituir para um ente público a capacidade de fiscalizar e dar “equilíbrio” às falhas que o mercado gerar, uma contradição necessária para que o “livre mercado” possa se desenvolver.

Além das posturas de regulamentação outro elemento de gestão é colocado no espaço do saneamento, a lei 11.079 que regulamenta as Parcerias Público Privadas (PPP's). Estas incluem serviços de saneamento passíveis de constituir e permitiam que o capital privado pudesse acessar os serviços públicos.

Não obstante, a titulação aos municípios dos serviços é um avanço no sentido da proximidade da gestão e da população atendida. Todavia, dado os déficits e as

dificuldades financeiras desses entes para a gestão do saneamento ampliam a possibilidade da entrada de empresas privadas no atendimento aos serviços de esgotamento e depois apropriado à água.

Nas entrevistas com membros do SINTAEMA (Sindicatos dos Trabalhadores da Água e do Meio Ambiente/SP) possibilitaram algumas contradições desse processo. Ocorreria que muitos municípios passaram a quebrar contratos com a Sabesp, e assumiram a gestão. Para isso é necessário a viabilização na câmara de vereadores seja votado a rescisão e a aprovação para outra empresa. Como o caso de Sumaré e Araraquara, as empresas da Odebrecht Ambiental passaram a ser parceiras do município pelo tratamento do esgoto, após um ano de serviços ela passa a concedente dos serviços de abastecimento de água.

Dessa maneira, a proximidade com a câmara de vereadores abre a possibilidade para empreiteiras assumirem os serviços e ter força de coagir a municipalidade em resolver os déficits de abastecimento de água e esgotamento (focando nesses dois serviços que englobam o saneamento ambiental).

Essa possibilidade de respeitar a autonomia da municipalidade permite que parcelas dos empreiteiros e organizações desse seguimento (Apeop, Sindicon, Abicon) influíssem dentro do governo petista, sendo elas frações desenvolvimentistas. Há interesses em conduzir as políticas de municipalidade, mas ainda de maneira muito fragilizada e que acabam servindo de negócios às empresas. Aprofundaremos essa parte no próximo capítulo.

Todavia, os déficits apresentaram em muitos municípios do país. A cada caso a entrada de empresas para os serviços passam a ser de grande monta de fundos e pouca rentabilidade a empresa. Boa parte dos municípios têm pouquíssimas redes de encanamentos ou estações de abastecimento de água. Segundo o PANORAMA (2007, p.153),

A diferença no atendimento, por prestadores de serviço público de saneamento básico, entre os municípios de grande porte populacional e aqueles com menor número de habitantes é um reflexo histórico. No período do Planasa, os municípios, para serem contemplados com investimentos públicos em abastecimento de água e esgotamento sanitário nas cidades, tiveram que conceder a exploração dos serviços às Companhias Estaduais de Água e Esgoto (CEAEs), que atuaram onde o retorno financeiro se mostrava mais garantido: as capitais e os municípios com maior população urbana. Os municípios com menor número de habitantes, por proporcionarem arrecadações mais baixas, tornaram-se menos atrativos para os

prestadores de serviço em relação à sua sustentabilidade econômico-financeira. A lógica foi e continua sendo de utilizar o subsídio cruzado, de modo que o superávit obtido nos municípios de grande e médio porte possa cobrir o déficit dos de pequeno, de forma que todos os municípios possam ser atendidos com a prestação dos referidos serviços. (PANORAMA Vol. BRASIL, p.159, 2007)

Nesse sentido, os serviços ficaram pouco atrativos para as grandes empresas do setor, sendo interessante para as Companhias Estaduais em sua execução.

Outros obstáculos à entrada das empresas privadas entrarem nos negócios do saneamento, são a capacidade da regulação dos contratos. Dado o poder dos municípios em conduzir a titularidade dos serviços e decidir se concedem o saneamento às empresas, isso obsta também na privatização de uma grande estatal do saneamento.

Outra questão é levantada em entrevista com os sindicalistas do setor do saneamento de São Paulo, elencando algumas das dificuldades para o repasse dos ativos das empresas estaduais à iniciativa privada:

Os contratos são celebrados com as estaduais, sociedade de economia mista, e de administração pública (o Estado acionista majoritário), se ocorre das ações majoritárias passar a mão do setor privado envolve uma modificação da natureza da empresa, passando a ser privada. Isso impeliria a alteração dos contratos com os municípios, que concederam ao público. Devido a isso, as estaduais são de difícil venda e transição ao capital privado, para isso seria necessário que se refizessem todos os contratos com os municípios e reincidi-los. Imagine a quantidade de multas de rescisão de contratos teria?!sem dizer da pressão política que teria de enfrentar com a população sindicatos etc. (entrevista concedida pelo Sindicalista do Sintaema, outubro 2016)

Em linhas gerais, a política de saneamento no país, ainda mantêm determinantes de atuação mais centrais. Embora, após a constituição de 1988, a titularidade do setor aos municípios, ainda há a consolidação de controle das empresas estaduais via monopólio e transformando-as como grandes empresas com finalidades e gestões empresariais. Isso em detrimento à finalidade público e do direito ao saneamento e não a venda a um serviço.

Umas das situações que mais se estabelecem é ainda a presença do Estado. Mesmo em quadros de municípios privatizados, a iniciativa privada se apoia nos investimentos e ambientes mais seguros para seus investimentos e captação de recursos.

Ainda que tenhamos avanços no segundo governo Lula, o saneamento ainda decorre de um déficit grande. É resolução a isso, a iniciativa privada vê com bons olhos a parceria do Estado e seus negócios. Como temos a afirmação do presidente da

ABICON:

“o desafio nesse momento é superar a visão de que nem só setor público ou privado, isoladamente, serão capazes de garantir o avanço do saneamento.

[...]

O estímulo e fortalecimento da participação privada no saneamento deixaram de ser uma possibilidade para ser uma necessidade. Estreitar essa relação entre o público e o privado, preservando o direito humano à água e ao esgotamento sanitário, é fazer com que a saúde e o bem-estar proporcionados pelo saneamento avancem” (LOPES, site: <http://abconsindcon.com.br/opinioao/a-oportunidade-da-parceria-para-universalizar-o-saneamento>, acessado em 2016)

É dessa maneira que no primeiro quinquênio dos anos 2000, o Estado vem assumindo o papel importante na acumulação do capital. Ao estabelecer as regras, a partir e aos sabores da classe dirigente que se hegemoniza dentro dele, como vimos ao longo de nossa exposição. Criando esse regulador “exterior” a sociedade, ou intensificando a característica de gestor das possibilidades do Valor, ordenando o espaço do saneamento, e contraditoriamente se ausentando das necessidades da população. A necessidade particular de negócios (particularidade classe hegemônica) para a necessidades de mais Valor é constituída, enquanto universalização necessária a toda a população. Enquanto uma classe se apropria das regulações e ordenamento espacial, para a sua geração de riqueza, a partir do negócio da água.

5. A Territorialização do Capital financeiro na SABESP

Como vimos, as empresas de saneamento estaduais surgiram decorrentes das políticas do PLANASA. Uma de suas características é a capacidade dessas empresas em gerir, todos os setores da cadeia produtiva do saneamento: adução, tratamento, distribuição; compondo a operação, gestão, manutenção e investimentos. Diante disso, a forma de centralidade alijada das decisões dos municípios permitiu a constituição de monopólios naturais do setor, com uma cadeia verticalizada, e longe do controle social, a partir das regulações emanadas do período do regime.

Os objetivos em se dispor de políticas de regulação já era uma iniciativa antiga e que vinha desde a extinção do PLANASA como necessidade. Parte do ordenamento do setor era, pulverizado e não oferecia segurança para as empresas (veremos mais a frente a particularidade da SABESP). Como afirmam Paganini e Galvão Jr. (2009, p80): *“a eficiência das empresas prestadoras de serviço, pois, desse modo, mais recursos poderão ser canalizados para a expansão da infraestrutura. Além disso, a regulação proporciona um ambiente mais estável para realização de investimentos públicos e privados no setor.”* Sobretudo, para setores como o saneamento, em que o monopólio natural é presente a regulação.

Segundo esses mesmos autores (Paganni e Galvão Jr., 2009), as teorias da regulação permitem condições para que as empresas busquem maior eficiência para a competição perfeita. Todavia, as características adotados no PLANASA do saneamento com a lógica empresarial, somadas aos determinantes de estabelecer a mercantilização dos serviços, via as privatizações, a construção de capital dão a lógica a imagem e semelhança do valor que se autovaloriza (CARCANHOLO, 2012); dando as características da acumulação de capital e suas características centrípetas (MÉSZÁROS, 2009) no espaço do mercado. A regulação entraria como o agente de condicionar as crises inerentes ao processo de distribuição do capital, sendo este complexo dialeticamente autônomo da produção.

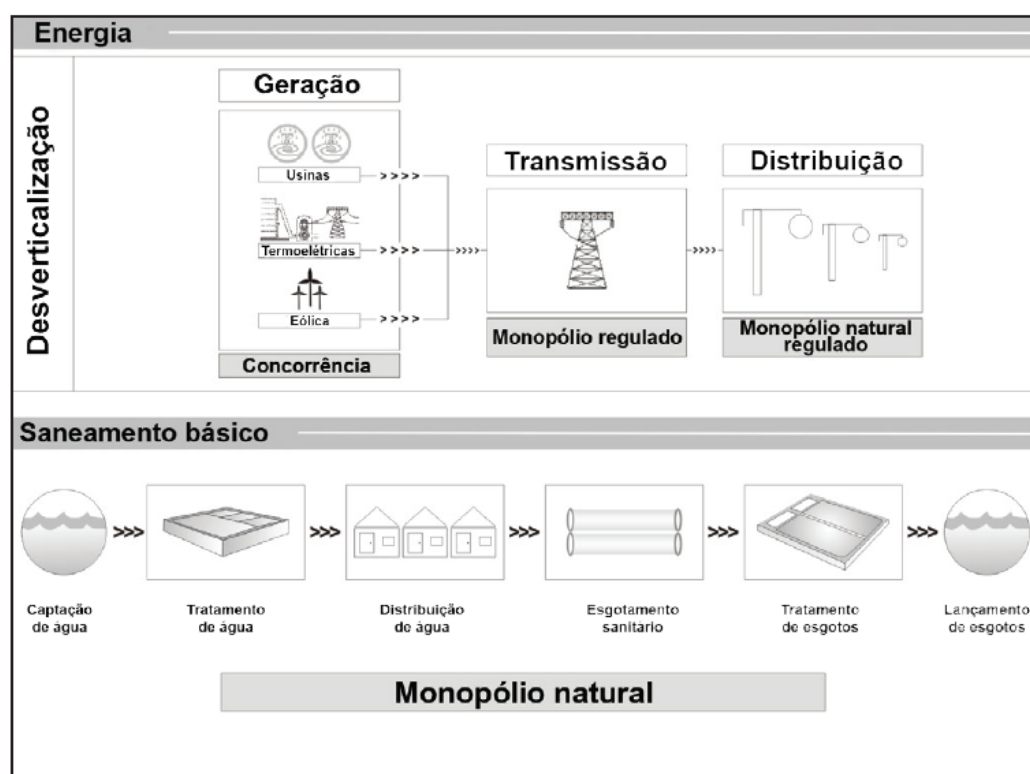
Nesse sentido, as formas de regulação no setor advindos do PLANASA são ainda vigentes para o setor: contratos. Ao passar dos anos 1990, a criação de agências reguladoras, estas podendo ser municipal: permite proximidade na fiscalização, mas com problemas de ações regionais ou de outros setores; as estaduais possibilitam uma escala de visão mais ampla para investimentos (setoriais ou extrasetoriais), porém longe da fonte para a análise municipal. Para os capitais da indústria do saneamento, o ente regulador com capacidades e escala de atuação a favorece, sobretudo, quando temos uma plêiade de empresas e opções de gestão do setor no estado (empresas locais, prefeituras atuantes locais).

Quando nos atemos, a partir da regulação, agora focadas para serviços públicos, segundo os autores (PAGANINI e GALVÃO JR, 2009), as formas de regulação dos serviços públicos prestados existem duas: estrutural e de condutas. Estrutural aborda as condições das firmas da produção ou frações de seus setores de maneira, ou seja, uma separação de partes da distribuição, produção de um setor e a regulação trata de cuidar de cada fração da cadeia produtiva.

Por outro lado, as regulações de conduta atuam no comportamento das empresas dentro do mercado e engloba preços, qualidade e investimentos (PAGANINI e GALVÃO JR, 2009). Ainda dentro das perspectivas do autor o saneamento, identifica-se o setor extremamente verticalizado, sobretudo, com parte da cadeia preservar-se sob o controle das empresas. Com isso, a desverticalização do setor se obsta em fracionar cada parte da cadeia.

Ao desmembrar parte da cadeia temos parcelas de capital intensivas, tais como na distribuição, que dependeria da concessão municipal à empresa interessada. Seria inviável a concorrência ocorrer a partir de novas tubulações em paralela as existentes. Por conta disso, apresenta-se a dificuldade de estabelecer o espaço de concorrência mais favorável, como desejada ao neoliberalismo; a empresa que conseguir a concessão, a nível local, terá o monopólio do abastecimento. Com isso, a inviabilidade econômica na dificuldade de tarifação das etapas da produção. Ao contrário da energia (este o monopólio natural estaria na distribuição) e telecomunicações a regulação por conduta é viável (Ilustração a seguir).

Ilustração 16 Monopólio Natural dos setores de energia e saneamento básico.



Fonte: GALVÃO JUNIOR, A.C. & PAGANINI, W.S., (2009)

As regulações por conduta condicionaram as atividades planejadas para o setor, expressos na Lei 11445/07. Nas questões referentes aos recursos hídricos “[...] compete ao ente regulador do setor estabelecer normas e adotar mecanismos tarifários de contingência de escassez (PANORAM, V.4, 2007, p.120)”. Outra competência é em estabelecer aos entes, o que se apresenta com o desenho da regulação, a saber:

O desenho regulatório é considerado o instrumento basilar para se garantir eficiência e eficácia à atividade reguladora, e serve como modelo padrão para análise do atendimento das agências reguladoras aos princípios da regulação. Nos termos do art. 21, da Lei Federal nº 11.445/2007, são princípios básicos da regulação, a independência decisória, aliada à autonomia administrativa, orçamentária e financeira, a transparência e a tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões (PANORAMA, 2007, p.121)

Destaca-se, portanto, que a regulação visou trazer o ambiente seguro para ampliação dos ganhos e a eficiência das empresas para a viabilidade de seus negócios. Ao abordar o controle social via conselhos, a lei não garante o caráter deliberativo, o que permite um maior controle no mercado e partes da cadeia do saneamento das empresas que terão seus interesses preservados. No artigo, ainda demonstra um

resquício dos modelos anteriores quanto a democratização desse processo. Apenas estipula aos conselhos como espaços consultivos, relegando os espaços de planejamento para os conhecimentos técnicos da área, inviabilizando a participação dos atores nesse espaço, mas garantindo o controle de parte dos sujeitos atuantes do setor: empresas, engenheiros e técnicos.

Dado a trajetória que seguiu de um sistema centralizado (PLANASA), após a pulverização e a lacuna de mais de vinte e cinco anos de uma política planejada, bem como de privatização e pulverização do setor; nos últimos anos o setor se reestruturou e passou a compor a modernização conservadora com capacidades para a entrada da iniciativa privada.

A ausência de ordenamento espacial no saneamento nos anos anteriores à ditadura civil-militar, a opção, característica do regime, em constituir sua regulação baseada na intervenção estatal, por meio de instituir a propriedade estatal como regulação do sistema, trouxe a alternativa de garantir os interesses do Estado composto pelo bloco de poder, com características desenvolvimentista e atrelada às frações da burguesia nacional associada com os capitais imperialistas.

Com isso, buscaremos compreender a constituição desse monopólio natural, de ação majoritária e centralidade Estatal, territorializado no Estado de São Paulo, em que temos a presença da maior Companhia de Saneamento Básico do Brasil e entre as maiores do mundo, SABESP.

5.1. Saneamento em São Paulo e o monopólio da Sabesp.

O Estado de São Paulo apresentava uma plêiade de empresas de serviços de água e esgoto em seu território. Assim como ao longo de todo o país existia a capacidade de construção de empresas privadas, públicas (via departamento e prefeituras) que cuidavam do setor.

Vale ressaltar que a administração do sistema transformara-se entre os anos 1940 e os anos de 1950 de Repartições de Água e Esgoto (RAE) para Departamentos de Água e Esgoto (DAE). A gestão departamental era uma alternativa de arranjo espacial cuja função seria em dividir cada setor da administração pública em um departamento específico, garantindo a racionalização dividida e a capacitação de gestão-

transformando-as em autarquias.

Segundo SABESP(2008), a personalidade jurídica de autarquias departamentais garantiriam a capacidade de autonomia administrativa e financeira, como consequência se referendava a eficiência ao saneamento. Além disso, era semelhante aos “Distritos sanitários”, segundo o autor citado pelo documento da SABESP, Paulo Whitaker, teria sido uma exitosa experiência em arranjo institucional nos Estados Unidos da América. O que se demonstra é a transplantação de um plano de um país para o outro sem revelar as especificidades de um e outro¹¹.

O DAE teria sua atuação na Região Metropolitana de São Paulo. Ainda que uma ferramenta sofisticada, e de experiências gratificantes em outros países, o Departamento teve melhorias em sua administração na década de 1960, tais como: modificação do sistema de cobrança dos serviços prestados, levantamento do cadastro de consumidores, modificações de seu sistema comercial, aquisição de equipamentos (SABESP, 2008, p.11). A falta de informações e noções mais precisas do sistema tornavam-no ainda muito precário e difuso para investimentos de maior soma.

Assim, o controle da produção do setor permitira uma segunda renovação da estrutura institucional. As coordenadorias agrupadas intermediariamente revelava a busca por um arranjo mais capacitado para o controle dos serviços. Os consertos se tinham na administração, para depois inserirem mudanças na coleta de esgoto e abastecimento de água.

Com a ampliação dessa demanda o DAE passou, quando necessário, descentralizar seus serviços sob a justificativa de facilitar as atividades de intervenção em campo. O Departamento transforma-se, portanto, em Superintendência de Água e Esgoto da Capital (Saec); assumindo os objetivos de planejar, ampliar, manter e operar o sistema urbano de distribuição de água e coleta de esgoto, estabelecimento de taxas e tarifas e operações financeiras; dando o contorno maior na capacidade de controle.

Na parte que se constitui de captação, adução, tratamento e venda de água por atacado ficou à cargo da Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo (Comasp), em 1968. A empresa era a inovação por se tratar de Ilustração jurídica responsável em atender à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e de economia mista com possibilidade de ações de capital, sendo o Estado majoritário nas ações. Ao contrário do

¹¹ Válido ressaltar que no país despontava com fortes direcionamentos internacionais, com destaque aos modelos norte-americano, sob a roupagem do tecnicismo visando eficiência e eficaz às construções sociais que tínhamos aqui no Brasil com o desenvolvimentismo nacionalista – tentávamos romper gradativamente.

DAE e depois Saec, a Comasp operava em escala regional o que facilitava suas atividades para projetar, construir e operar a reserva, túneis e sistemas adutores até as redes municipais. Isso permitia uma ação integrada entre a captação, adução e tratamento de água (produção) e até a distribuição estas a cargo do município.

A formação do capital inicial da Comasp viera de duas autarquias do Estado de São Paulo: DAEE (81, 3%) e do DAE (18,7%). A composição teve a transferência de dinheiro (DAEE) e equipamentos, materiais e bens desapropriados pelo Estado. Graus (1972) apresenta que parte das ações, divididas em 10.000.000 ações ordinárias, foram subscritas em: 8.130.420 pelo DAEE, 1.869.400 pelo DAE e 180 por pessoas físicas. A transferências de afluentes e equipamentos de captação dos rios Juqueri, Capivari-Monos e afluentes serviram de moeda de troca para a compra das ações da Comasp

Na parte de esgotamento a empresa responsável era a Sanesp. Com a responsabilidade de gerir, planejar as operações de tratamento e disposição final de esgotos para a região metropolitana. Isso pois, como proposta para reduzir os custos dos municípios os custos em esgotamento sanitário.

Assim como a Comasp, a Sanesp também se colocava como empresa de economia mista e gerenciava semelhante à empresa privada. Mesmo assim, ainda estava de propriedade estatal (acionista majoritário).

Dentro da perspectiva de modernização, bem como a necessidade de ampliação do saneamento no Estado de São Paulo, decorreu no desenvolvimento de programas de investimento, com destaque para as décadas entre 1950 e 1960, de investimentos financeiros do BID e do Banco Mundial. Com a movimentação financeira cada vez maior fora formalizado um sistema destinado a financiar e garantir a dinâmica dos investimentos desses fundos, sendo constituído o Fundo Estadual de Saneamento Básico (Fesb).

De caráter autárquico, a Fesb gerenciava os fundos anteriores de despoluição de recursos hídricos e de investimentos em outros setores do saneamento. Seus objetivos são: atuação em investimento para saneamento básico no interior do Estado (água e esgoto); controle nas ações de despoluição (vale lembrar, que boa parte dos recursos eram destinadas para essa rubrica) e encaminhar recursos para prefeituras.

Estas 3 empresas atuavam, com destaque para a Sanesp e Comasp em ação territorializada na RMSP, de forma esparsas e demonstrando uma característica do período pré-PLANASA, posto que caracterizavam-se com ações pontuadas municipalmente e sem regulação geral. Essa espacialização permitira um atraso na

capacidade de pensar o saneamento como setor e em sistema, como vimos no capítulo 3.

Para São Paulo, os déficits em 1971, eram de 45% da população na capital não era atendida da rede de água e 63% da rede de esgoto (MEICHES, 1971). Suprir essa demanda pelo serviço dependia, além de mais obras e investimentos, de uma tecnologia de Engenharia administrativa. O Secretário de Obras Públicas do Estado de São Paulo, atribuía:

[...] embora ainda possa ser constatada, em alguns lugares, cremos que o Brasil já passou pela fase ou atitude pura de técnica de Engenharia com relação à programação do uso técnico das águas, em que, como foi visto, o procedimento profissional é estreitamente amarrado à realização de projeto técnico de uma obra. (MEICHES, 1971, p.15).

O próximo passo seria condução de um processo de Engenharia Administrativa. Ao atribuir essa nova fase do saneamento, às vésperas da criação do PLANASA, o Secretário no seu discurso na Escola Superior de Guerra, em 1971, apologizava a necessidade e capacidade de lidar com o saneamento a partir de formação de um sistema integrado, com planejamento, metas e objetivos claros para a gestão. Perspectivas de mudanças que paulatinamente eram proferidas pelos gestores do governo na iniciativa de modernização do Estado.

As ações visavam dentro de um projeto de modernizações, ainda que contraditoriamente conservadora, que acompanhou os golpistas de 1964. Buscava-se uma capacidade maior e sistema de lidar com problemas do abastecimento de água e esgoto. Muitas das fontes hídricas que atendiam a capital na época estavam longe da RMSP, encarecendo os custos e dificultando a capacidade produtiva das empresas de saneamento, surgida do próprio desenvolvimento econômico da metrópole.

Embora tenha-se a capacidade obter recursos, estes ainda eram divididos pelas empresas. E divididos em rubricas de orçamentos de programas, gestão essa criticada pelo economista Hélio de Melo Sampaio (1970),

[...] desafio imposto ao Setor Público pelas pressões radicadas nas transformações econômicas e sociais a partir do século passado, fê-lo optar pelo abandono do desenvolvimento espontâneo, enveredando, gradativamente, pelos caminhos do planejamento, como fórmula para equacionar a sua ação no propósito de promover a modificação das estruturas. (SAMPALIO, 1972, p.54)

A busca de reduzir custos operacionais e ampliar a capacidade de atendimento,

desencadeou outra postura tomada nesse período, desencadeando a possibilidade de captação de recursos não apenas do tesouro nacional ou da repartição do orçamento. Isso se mostrou em um discurso inflamado do Secretário, na ESG, em reduzir a dependência desses fundos, o que ele chamou de maneira discursiva de paternalismo do Tesouro Público Nacional, capaz de manter a burocratização e o pouco dinamismo das empresas dependentes desse recurso. O secretário, tributário dos “[...] ideários revolucionários de 1964[...]”, pretendia o avanço e dinâmica das empresas via a capacidade de gestões iguais as com privadas ou de capital misto, como as Comasp, Sanesp.

Identifica-se assim, a partir dessas conferências e publicações da revista do DAE, a intenção que tornaram o sistema e o setor único. A possibilidade de ampliar a capacidade produtiva viriam com a construção da política do PLANASA, como vimos, fecundada pelos intelectuais orgânicos da burguesia golpista, dentro dos espaços da ESG. Essa política viria a instituir a criação de um monopólio por meio das empresas estaduais.

Essa capacidade de modernização do capital no país desse período, via o que chamaram de capital monopolista de Estado (PRESTES, 1978). Em São Paulo a SABESP é prenhe desse processo.

Portanto, a SABESP foi criada a partir da Lei 119/1973 que previa a formação de empresas estaduais, com gestão que se realizavam por empresas de economia mistas e com bases técnicas. Isso, pois, devido à forte influência de setores de empresas privadas no governo.

Ao analisarmos as referências e pessoas que compunham ao bloco de sustentação do regime ditatorial, vemos que seu primeiro presidente sendo militar: General Luiz Phelippe Galvão da Cunha. Seguindo como espelho do ocorrera nacionalmente, a incorporação da expertise ao setor, focados na engenharia com a adoção de membros do Instituto de Engenharia (IE) e membros da Apeop e do Sinicsp, estes vinculados às empreiteiras. A gestão da empresa era composta por membros da atividade pública e da iniciativa privada na composição de sua diretoria:

O cargo de presidente da SABESP foi dado à incumbência do general Luiz Phelippe Galvão Carneiro da Cunha e sua Diretoria, composta dos seguintes membros: os engenheiros João Moreira Garcez Filho, Braz Juliano e Haroldo Jezler; o economista Athayde Rosa; o advogado Mario Ângelo Capocchi e o administrador Masato Yokota (SABESP *apud* CASCIONE, 2008, p.21).

A partir de sua criação as associações entre o capital privado e público não se deram somente na composição do capital da empresa. Muitos dos empresários e empreiteiros tiveram a possibilidade de compor a diretoria da SABESP ao longo dos anos. Dentre estes, Campos (2012), apresentou alguns desses empresários e dirigentes da empresa: Cyro Camargo Penteado, ex-executivo da Caterpillar, fornecedora de ferramentas e máquinas as empresas de saneamento, pertenceu a direção da Comasp e da Sabesp, entre finais de 60 e início de 1973. Klaus Reinach, presidente da SABESP e anterior diretor da Camargo Corrêa; Gastão Bierrenbach, ex-presidente da SABESP na gestão Montoro e membro do IE.

A junção da empresa possibilitou que tivesse a maior porcentagem de recursos do SFS,

[...] a SABESP era a maior, recebendo a ampla maioria das verbas do sistema, sendo que a região metropolitana de São Paulo recebeu 77,4% dos investimentos nacionais no setor entre 1973 e 1984. Esse grande volume de recursos deu oportunidade para que várias empreiteiras atuassem no ramo, inclusive as maiores, como a Camargo Corrêa, que usou os “tatuções”- usados nas obras do metrô e então ociosos- e outros equipamentos sofisticados para as obras do sistema adutor da grande São Paulo e da maior estação de tratamento de esgoto contínua do mundo [ETA Barueri] (CAMPOS, 2012, p. 492)

Com a unificação e criação de empresas estaduais permitiram um maior controle das empreiteiras e dos institutos de tecnologia e engenharia que dominavam o ramo como também faziam parte da sustentação do governo via uma parcela do capital industrial. Além disso, era necessário uma maior autonomia, ainda que centralizada no governo do Estado e Federal para a implementação e ganhos de valor.

Como vimos anteriormente, no período do regime ocorreu de transformar e constituir empresas públicas via economia mistas, consideradas para o período a maneira mais moderna e eficiente de gestão e administração pública do Estado.

Com a Lei nº200 de 1967, instituiu uma administração pública indireta: empresa pública, autarquia, fundação e sociedade de economia mista (BONFIM, 2011). Esta última, já utilizada na Comasp e Sanesp, estipulou a conjugação do capital estatal e capital privado, atribuindo ao último a majoritária posição de controle das ações. Segundo Bonfim (2011, p.20), a associação desses dois capitais viabilizavam a expansão das ações do Estado e a capacidade de atrair capitais para projetos em setores de risco e/ou precários. A presença do Estado nesses empreendimentos acarretava uma

segurança ao negócio, sendo este, também, o indutor da criação da sociedade de economia mista.

Nesse bojo, as sociedades mistas são a mais sofisticada tática de entrar nos negócios de risco, tendo como parceiro o Estado, e este garantido as demandas e a capacidade de canalizar financiamentos e recursos aos empreendimentos. Para o privado a capacidade de gestão e garantia de ganhos de lucros para seus negócios (seja por meio de juros e lucros). Isso fora utilizado nas empresas estaduais de saneamento.

Outra vantagem é que surgida a Companhia estatual, ela já tem garantida um mercado de consumidores. Isso pois, os serviços eram operados via concessões aos municípios, estes já concedidos os serviços às empresas que fundiram: Comasp, Sanesp, Saec, Companhia de Saneamento da Baixada Santista-SBS, Companhia Regional do Vale do Ribeira.

As então existentes empresas de saneamento do estado repassaram seus patrimônios e ativos à recém-criada empresa. Esse processo é entendido na literatura como Centralização de capital, em

[...] pressupor apenas uma modificação na distribuição do capital já existente e em atividade. Seu campo de ação não se limita portanto pelo crescimento absoluto da riqueza social, pelos limites absolutos da acumulação. O capital cresce num determinado lugar até atingir uma massa imensa, sob um controle único, porque em outro lugar foi perdido por muitos investidores. Isso é a centralização, em contraposição à acumulação e à concentração (MARX *apud* SWEEZY, p.198, 1989)

A fusão permite à companhia paulista ter maior escala de produção dos serviços, uma vez que tem uma ampliação de capital constante. Dessa maneira dando suporte à sua produtividade, o que caracteriza muito para o fenômeno da monopolização, garantindo escala e formação de uma grande empresa.

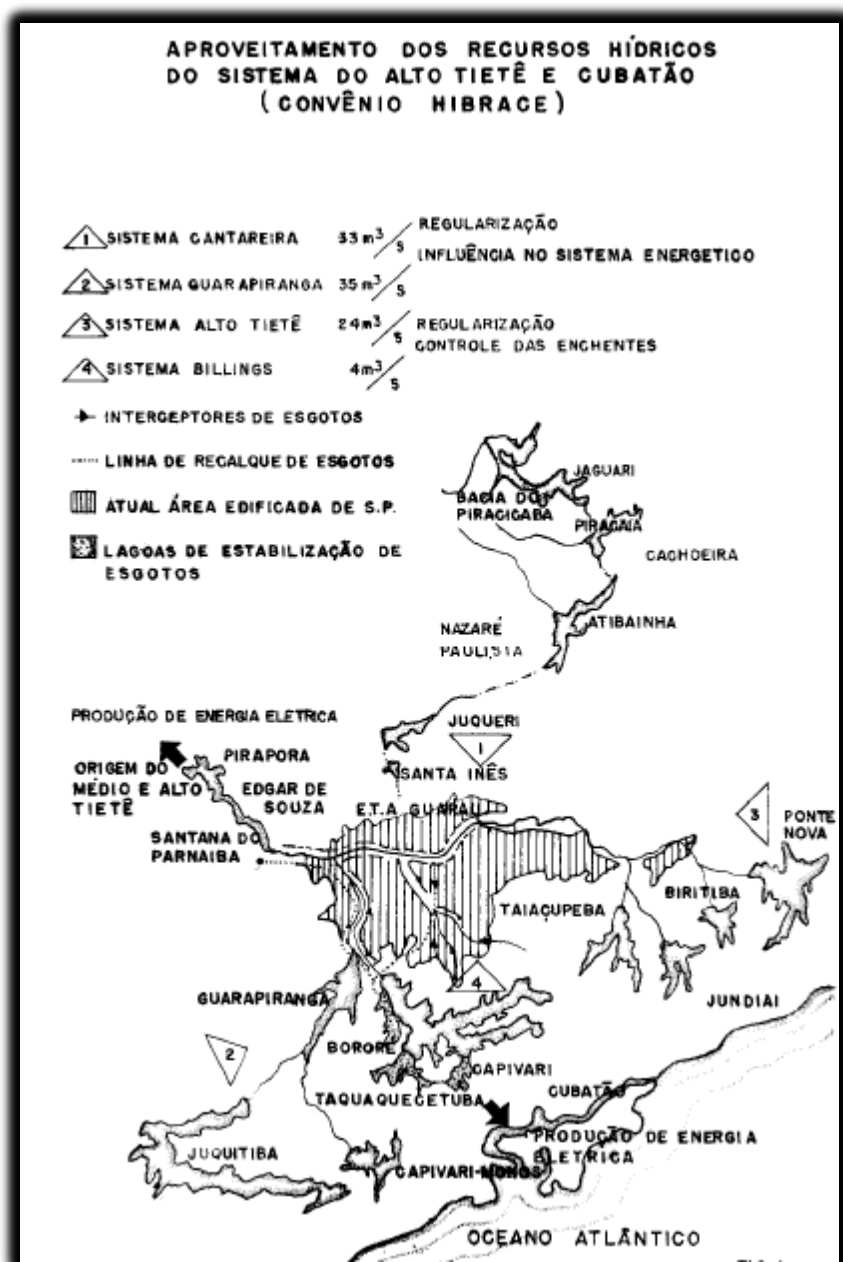
Como agentes de Centralização de capital que nos ajuda a pensar as fusões é a capacidade de concorrência. No entanto, havia a resistência por parte dos municípios em conceder seus serviços ao Estado. O que permitira a existência de departamento e empresas públicas de atuação local. Não obstante, a SABESP tinha a capacidade de gerir mais municípios e mais serviços, mais tarde outros municípios passaram a conceder os serviços a ela.

Outro agente, como trata SWEEZY (1983), é a força dos sistemas de créditos. É a fusão de certo número de capitais por ações de sociedades, sendo o caminho mais suave de ampliar a escala de produção e captação de fundos. A empresa conseguiu incorporar a capacidade de apoio do BNH, o qual orientou os Planos Diretores de Desenvolvimento Institucional (PDDI) e previu financiamentos para a execução de futuros programas (SABESP, 2008,p.22). Além de confluir os patrimônios e os capitais da:

- **Comasp:** todas as fontes de produção que pertenciam ao antigo DAE. E, com o capital de Cr\$600.000.000,00, no qual temos a Prefeitura de São Paulo , Estado. A maior empresa de serviços públicos do país, uma das 500 maiores empresas do país (29ª).
- **Sanesp:** de sociedade mista Cr\$128.500.000,00. Executa os esgoto da cidade de São Paulo, tem dentre os seus patrimônios a Estação de Tratamento de Esgoto de Pinheiros, atende à 30 municípios.
- **Saec:** administração em nove distritos regionais que oferecem, com 6.400 km rede distribuidora e 3000 Km de redes coletoras.
- **SBS:** capital de Cr\$ 115.110.000,00 é a 6ª maior entre as empresa de serviços públicos.

As consequências permitiram a maior racionalização na produção de dados sobre os sistemas produtores de água, sendo necessário para a gestão e operação e acesso a mais linhas de créditos para os serviços. A ampliação dos ativos, ou um incremento maior no capital constante da empresa, adicionado com os Sistemas Cantareira, Guarapiranga, Cotia, Alto Tietê -- como apresenta a Ilustração a seguir

Ilustração 17 Sistemas produtores de água anexados pela SABESP, 1973.



Fonte: José Meiches. Revista DAE nº88, 1972

Por meio da política do PLANASA, o governo do Estado de São Paulo consegue constituir SABESP que terá a capacidade de gerir os investimentos e os serviços para os municípios concedentes. E com os maiores sistemas produtores de água do estado. Assim, chegou a capacidade de controlar 70% do abastecimento de água e 42,5% da disposição de esgoto, em 1974. Chegando em 1977 bateu o recorde de adesão dos municípios, sendo 8 por mês (SABESP, 2008).

Com esta capacidade e apoio aos fundos para financiar os projetos, ao contrário dos municípios que não acessavam os fundos do BNH, a SABESP estabeleceu seu

monopólio nos fundos de financiamento e investimentos, capacidade de captação de água e tecnologia de estudos. E, também, a capacidade de serviços mais baratos que os oferecidos pelos próprios municípios. A conjuntura de não acesso aos créditos e fundos do BNH para os municípios abriram condições favoráveis para o acesso da empresa a novas concessões. A abertura para o interior fez com que a empresa se reestruturasse em Diretorias de Operação: Diretoria de Operação da Região Metropolitana e Diretoria de Operação do Interior (SABESPapud TONOLIO, 2008, p. 23).

5.1.1. Caracterização do monopólio da empresa de sociedade mista.

Para apresentar a crescente que a empresa veio se estabelecendo após sua fundação, daremos a ênfase a alguns dados referente as capacidades de atendimento à população, extensão de redes. Isso se apresenta em comparação com as empresas paulistas e a representatividade da SABESPno espaço do saneamento paulista.

Todavia, vale uma ressalva para a ulterior apresentação da empiria. Primeiro buscaremos dar um destaque a comparação da SABESPcom as demais empresas, ou seja, incluindo as empresas públicas, privadas, organizações sociais etc, isso, pois, para mensurarmos a território dela.

Outra questão a ser evidenciada refere-se aos dados dos municípios atendidos por empresas privadas, organização social, departamento, público e sociedade mista (SABESP), da década de 1980 foram difíceis de consegui-los ao longo da pesquisa. Partimos do ano de 1995 sendo o primeiro a estabelecer as informações nacionais sobre o saneamento.

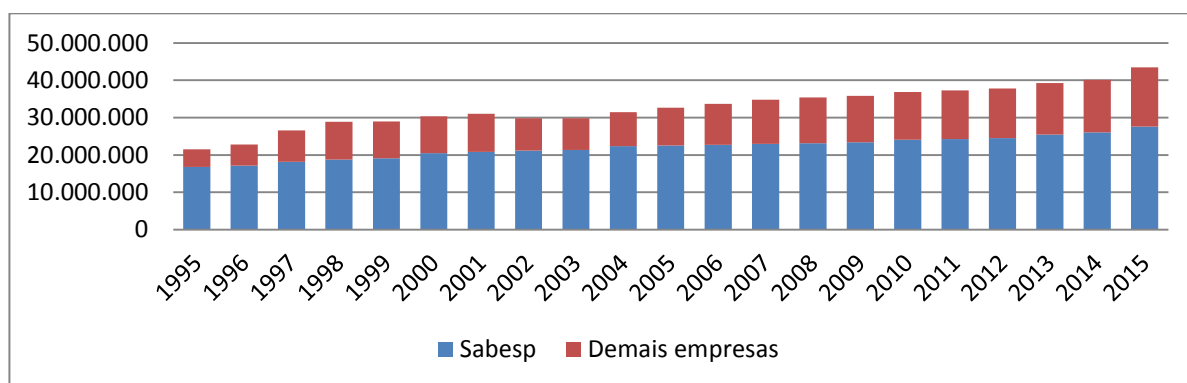
Em população, se compararmos o primeiro ano de dados do SNIS, 1995, a população nacional era de 157.070.163, segundo dados do IBGE. Dos 93.570.000 representando a população atendida em água e esgoto no país, somados empresas estaduais e com amplitude local¹², 17,93% (16.780.000 habitantes) representavam a população atendida pela empresa, no Estado de São Paulo, e por 330 municípios paulistas.

¹² Nos dados apresentados no SNIS de 1995 estão dispostos em escala de atuação. Nos dados apresentados, temos regional que abrange as empresas estaduais. Nos locais, referentes as empresas de abrangência local posiciona nos municípios. As empresas privadas, somente o município de Limeira/SP era totalmente privatizado. Aqui nos preocuparemos em apresentar as dimensões dos atendimentos pela Sabesp, ainda não nos ateremos na descrição do privado e público.

Já em 2015, no Estado de São Paulo, a empresa atendeu 27.548.914 de pessoas com abastecimento de água, e em esgoto 23,2 milhões de pessoas – expressando os maiores índices de população atendida tanto no estado, quanto nacionalmente, além de ser considerada uma das maiores do mundo¹³.

Nesse sentido, ressalta-se que as quantidades de população da empresa pela demanda e desenvolvimento do Estado tenderam a crescer e garantir um número maior de população atendida pela empresa (Ilustração 2). Isso acompanhado pela capacidade e ampliação das redes de água, sub a concessão da empresa.

Ilustração 2. População total atendida com abastecimento de água no Estado de São Paulo, SABESPe demais empresas entre 1995 à 2015 (Habitantes)

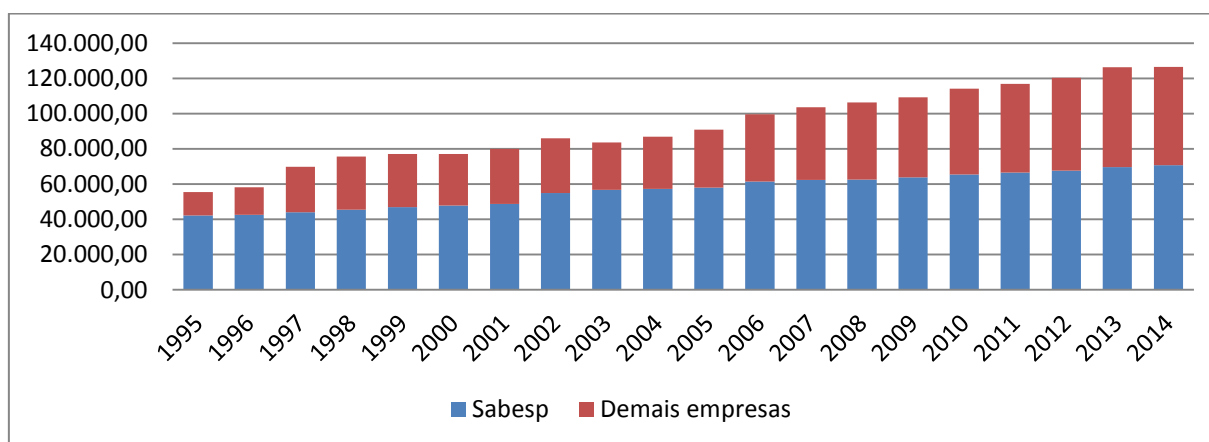


Fonte: SNIS, 2016

A participação na extensão das redes construídas pelo Estado são também fortes em capacidade de infraestrutura. Tendo absorvido, via a fusão das empresas anteriores as antigas redes dá a capacidade dela de ampliar e ter sob seu controle territorial e monopólio a partir da empresa, vide tabela a seguir.

¹³ Segundo o Site da própria empresa: “É considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida. São 28,8 milhões de pessoas abastecidas com água e 23,2 milhões de pessoas com coleta de esgotos.”. acessado em 2016.

Ilustração 3. Extensão da rede de água entre SABESPe demais empresas, no Estado de São Paulo, 1995 à 2014(Km)



Fonte: SNIS, 2016

As segundo o SNIS engloba toda a malha de distribuição de água, incluindo adutoras, redes de distribuição. Essas redes estão vinculadas aos municípios e sob o controle da Sabesp, via os contratos de regulação de concessão dos serviços. A empresa parte da capacidade de organizar a distribuição e o tratamento de água e coleta de esgoto, uma vez absorvendo a seu território de atuação das atividades estas redes.

Adicionando mais elementos sob o controle da empresa temos a capacidade de captação do recurso no território paulista. A partir dos dados da Agência Nacional das Águas (ANA), as fontes naturais de reserva hídricas de águas, os mananciais, para o abastecimento público de água estão na região Hidrográfica do Paraná. Dela especializadas do estado de São Paulo a companhia controla 7 rios de nível 2, e a capacidade de controlar cerca de 478 mananciais, segundo a ANA, contando com o interior paulista, como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 8. Rios e Mananciais (subterrâneos e superficiais) sob o controle da Sabesp, 2016.

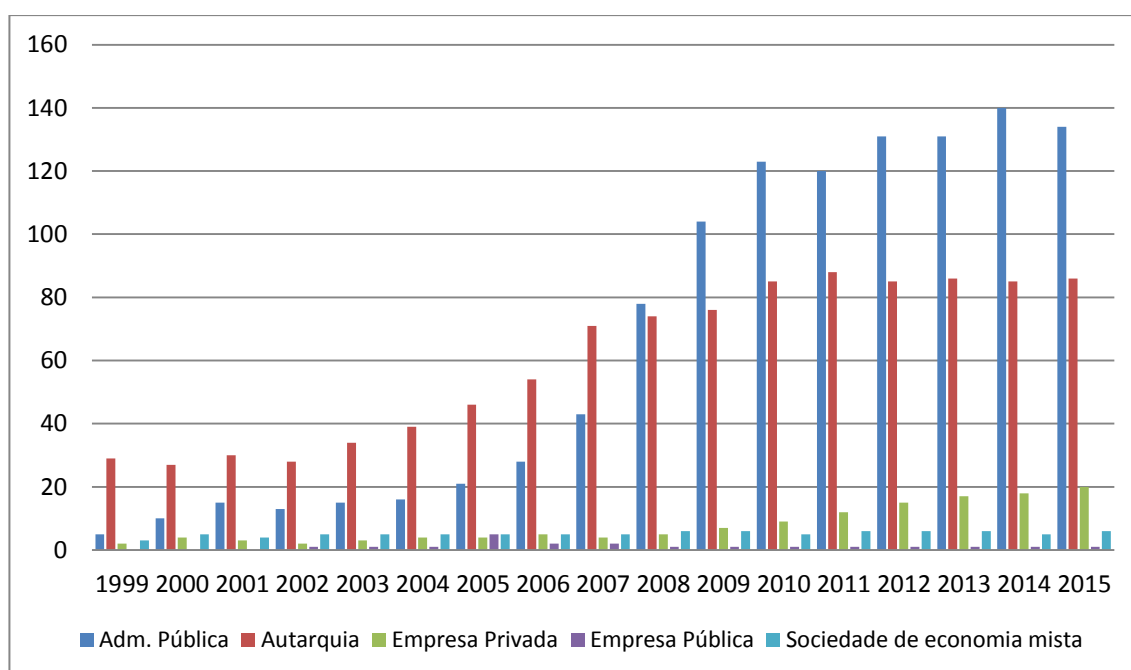
Rios nível 2	Total de Mananciais	Mananciais Subterrâneos	Mananciais Superficiais
AGUAPEI/PEIXE	42	35	7
RIO GRANDE	87	56	31
PARAÍBA DO SUL	35	12	23
PARANAPANEMA	88	52	36
RIO RIBEIRA DE IGUAPE	27	4	23

SÃO JOSÉ DOS DOURADOS	20	15	5
TIETÊ	179	84	95
Totais	478	258	220

Fonte: Agência Nacional das Águas, 2016.

O Estado de São Paulo é caracterizado por um espaço do saneamento com a maior capacidade em infraestrutura nacional, assim como uma diversidade na territorialização de agentes responsáveis pelo saneamento. Destes temos administração pública, autarquias, empresas privadas, empresas públicas e sociedade de economia mista (apresentado na Ilustração abaixo). A diversidade apresentaremos a Sabesp, em comparação as demais empresas, pois pretendemos apresentar os números relevantes de seu território dentro do espaço do saneamento.

Ilustração 4. Quantidade de empresas de 1999 à 2015 (empresas)



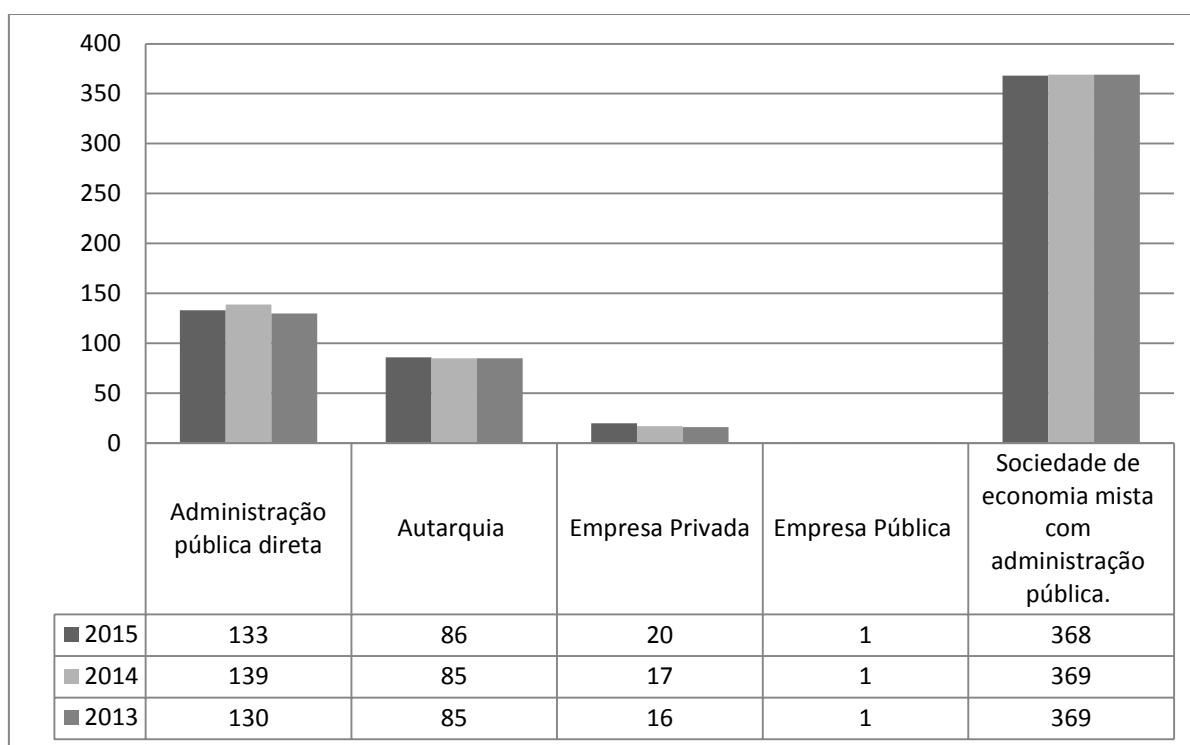
Fonte: SNIS, 2016

Dos 645 municípios do Estado, em 1986, 512 não concediam seus serviços para a Sabesp. No entanto, a empresa conseguia assumir os espaços de maiores redes de água e esgoto do país, e maior concentração de receitas do estado com a região metropolitana. Em 2014, são 363 municípios paulistas atendidos com os serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário (Ilustração 5), sendo as outras 5 de sociedade de economia mista: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento

(SANASA-Campinas/SP, Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá (SAEG), Cia de Desenvolvimento de Nova Odessa (CODEN), DAE S/A - Água e Esgoto (DAE- Jundiaí/SP).

Outro fator importante é ao aumento dos municípios com administração pública direta. A partir de 2003 inicia uma ampliação, isso pois alguns municípios passaram a atender ao acesso de financiamento do governo federal após a derrubada do veto ao acesso aos municípios.

Ilustração 5. Municípios atendidos com abastecimento de água (municípios), 2013 à 2015



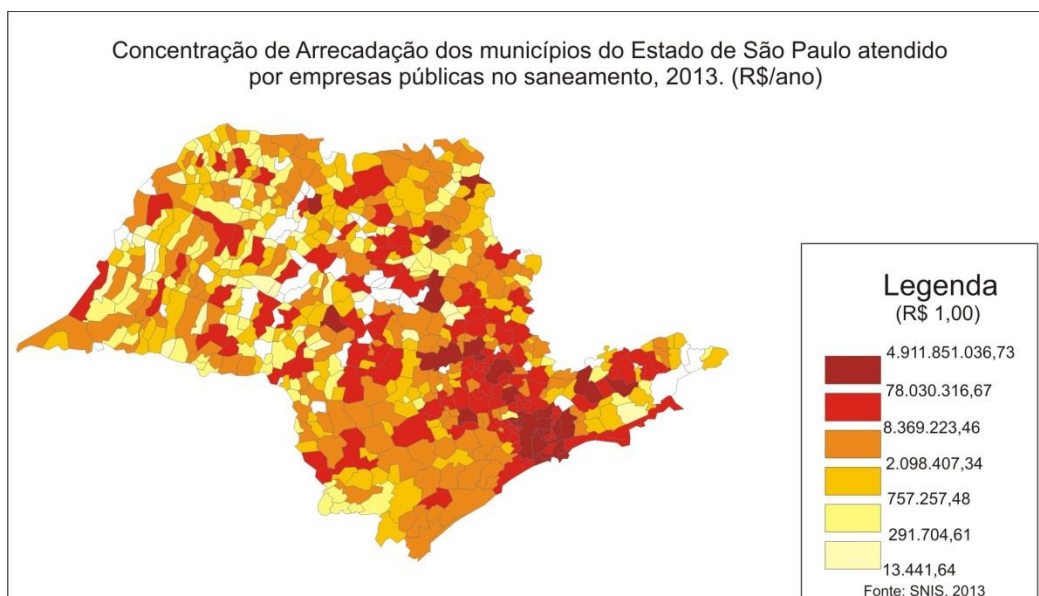
Fonte: SNIS, 2016

A diversidade do espaço do saneamento paulista com autarquias, Administração pública direta, empresa privada, empresa pública e sociedade de economia mista com administração pública, a SABESP consegue ter a predominância no atendimento para 57% dos atendimentos para os municípios. O que há 30 anos representou 20% (1986) (AJZENBERG, BRASIL, PIZA, FONTENELE, 1986, p. 392).

Mesmo com 5 e 6 empresas de economia mista, estas ainda são as de maior atendimento à população paulista (Ilustração xx.). Não obstante, delas 2 estão situadas em regiões metropolitanas: Sanasa (Campinas) e SABESP (São Paulo). O que acarreta uma malha de rede e população atendida suficientes a receber e derivar os custos de

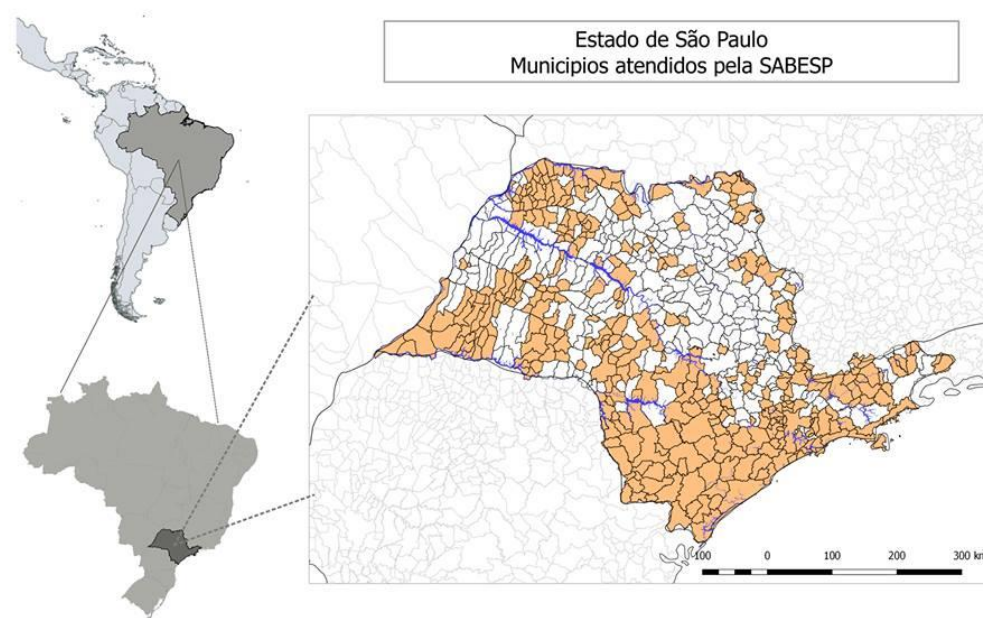
implementação das atividades.

Ilustração 18 Concentração da arrecadação dos municípios do Estado de São Paulo atendido por empresas públicas no saneamento, 2013. (R\$/ano)



Nesse sentido se identifica no Estado uma mancha com as maiores arrecadações do Estado. Compreendendo as redes de distribuição e tratamento de esgoto, já amortizados. As manchas que se seguem da Região de Campinas, São Paulo e baixada Santista, estão entre R\$ 78.030.316,67 a R\$ 4 bilhões, sendo essa fatia compreendida com empresas públicas, administração pública, Sociedade de economia mista. Nestes territórios é que constatamos a presença majoritária da Sabesp, se sobrepormos o mapa de dos municípios do Estado, onde temos territorializados os seus serviços (ver na Ilustração a seguir). Vale acrescentar que os municípios em branco são os que conferem às empresas privadas os serviços de abastecimento de água e esgoto.

Ilustração 19 Territorialização da SABESP por municípios no Estado de São Paulo/SP, 2016



Fonte: Sistema Nacional de Informação do Saneamento, 2016.

É por esse processo histórico que a SABESP passa a ter o monopólio dos serviços estaduais. A empresa passa a colecionar as cifras de maior empresa de saneamento no país, e de maior população atendida no mundo. Isso em consequência das ações e políticas do Estado de São Paulo, em consolidar o ordenamento e os arranjos para a consecução de uma empresa com a dimensão territorial capaz de gerar interesses dos capitais estrangeiros e dos projetos de privatização advindos dos anos 1990.

5.2. Regulação e estratégias do capital no setor do saneamento paulista.

É notória a capacidade da empresa em estabelecer seu território no estado e com capacidade suficiente de ampliar suas áreas de atuação. Durante a década de 1990 à 2000, com crises sucessivas para o financiamento uma discussão ampla de privatização dos serviços, o Estado passa sofrer algumas das ofensivas do neoliberalismo.

Seja nas privatizações ou aberturas de capitais nas bolsas de valores, o Estado de São Paulo atua em territorializar o neoliberalismo. Todavia, para sua realização dependerá de transformar os regimes de regulação, e desenvolver alguns atrasos no setor em decorrência de seu histórico de precariedades.

Dada a realidade dos municípios de São Paulo, alguns apresentam defasagens no setor, o que não os tornam atrativos à privatização. As dificuldades estão em muitos municípios para concederem os serviços a outras empresas dependeria, se concedente à Sabesp, rescindir os contratos, o que é uma questão onerosa e muito complexa, Sanchez(2001). O quesito de escala econômica, ainda segundo o autor:

[...] os serviços de saneamento básico são monopólios naturais, serviços de utilidade pública em que a existência de mais de um produtor mostra-se anti-econômica. A lógica é a redução dos custos pelo aumento da escala de produção permitindo a prestação do serviço com tarifas mais baixas que em regime de concorrência(SANCHEZ, 2001, p.93).

A partir do exposto, caso a iniciativa privada se aproprie dos investimentos e geração de lucro, há uma dificuldade em estabelecer uma tarifa que equilibre isto. Dessa maneira, em 2001, para o autor, 295 municípios do Estado em situação legal favorável, não conseguiriam condições de privatização, destes 54 teriam escala econômica favorável.

As ações privatizantes para se territorializar dependeram de atuar dentro da contradição dos déficits em saneamento. A alternativa privatista se assentava na capacidade de construir ações de concessões às empresas privadas, sobretudo, com a ideologia de constituírem a maior eficiência frente às carências oferecidas. Por outro lado, dado o exposto acima não a maior parte das municipalidades não ofereciam condições requisitadas às empresas.

As soluções para o problema do saneamento deixado pelo setor público, como afirma Parlatore (2001), os problemas listados foram poucos enfrentados pelas empresas, sendo:

- A prioridade para a produção de água, em detrimento da distribuição. Ainda consequências da história anterior, em execução de obras, ao contrário das reduções de perdas e racionalização do consumo;
- Precariedade em medições e cadastros de usuários, políticas tarifárias adequadas e regras de faturamento e arrecadação;
- Atraso com relação às modernizações de relação gerencial, tecnológica de gestão e custos operacionais;
- Descontinuidade administrativa;
- Fraco abastecimento de redes e sistemas de tratamento de esgoto.

Nesse sentido, as questões mais gerais do setor no Brasil, também se territorializam em São Paulo. Como vimos na análise de Sanchez (2004), são poucos os municípios que teria a capacidade de recompor os investimentos desejados pelas empresas. Vemos que os municípios privatizados temos os exemplos dos municípios de Limeira, Mairinque, Matão, Mauá e Itu, estes de experiência de privatização (17 municípios em 2014).

Podemos salientar que dada a defasagem entre os municípios e a constante instabilidade do meio de regulação: contratual, não asseguraram a possibilidade de investimentos. O que poderíamos deixar que os atrasos em infraestruturas, financiamentos municipais, interromperiam o avanço do capital privado nos municípios, o Estado possibilita a mediação disso.

Segundo Francisco de Oliveira (2005) ao apresentar as teses da Cepal e furtadianas sobre o subdesenvolvimento no país, ao qual, estes dois paradigmas identificavam o atraso como obstáculo à acumulação capitalista brasileira. Todavia, ao não focarem as ações políticas que dá a afinação entre as harmonias do atraso e o moderno. Trazendo a sonoridade e rítmica dialética que conduz nossa acumulação capitalista. E sob a batuta do Estado, seja ele federal, ou no caso em questão Estadual paulista.

Dentre este permissivo ajuste, temos as táticas de parte das empresas assumirem os estudos e assessorias. A partir da Lei 11.445/2007 os municípios passam a analisar o

diagnóstico do saneamento em seus territórios. A partir disso, dada a defasagem de seus serviços, sobretudo de esgotamento sanitário, passam a regular sua entrada pela contratação de “parceiro do município”; ou na assessoria e planejamento de planos municipais de saneamento. A partir da relação das empresas Queiroz Galvão e Odebrecht, por trás de consórcios SAAB e Foz do Brasil estabeleceram os estudos no município de Votorantim/SP, em 2011¹⁴. A partir desse plano é possível requerer financiamento junto ao BNDES e CAIXA para a viabilidade do projeto. Após estudo a concessionária Águas de Votorantim é formada com o consórcio das empresas: Queiroz Galvão, Developer S.A., New Water e Construtora Cowan S.A.. A mesma tem o consórcio do município de Araçoiaba/SP. A partir das PPP's os municípios puderam estabelecer a entrada de empresas ao setor.

A garantia de entrada nos municípios de saneamento pelas parcerias público privada em São Paulo permitiu uma camuflagem e retinência ao processo de privatização do setor. Pois, ao invés do município alienar toda a cadeia do saneamento, ele apenas repassa o serviços para a iniciativa privada.

Se buscarmos pelo SNIS, mesmo as gestões em administração pública, temos a presença de empresas: isso pode ser observado nos municípios de Mineiros do Tietê (Administração Pública), Marília (autarquia), Birigui (administração pública), Atibaia (autarquia), Castilho (administração pública). Apenas com estes exemplos podemos identificar a rápida tendência de subida assumida por esse tipo de gestão no Estado, como observado no Ilustração (xx).

Como foco da pesquisa está na entrada do capital financeiro na empresa Sabesp, não taremos exaustivamente as empresas que estão atuando no território paulista e se especializaram pelo saneamento desde de 1990. Todavia, apresentamos algumas identificadas pelos consórcios e grupos que assumiram parcelas da cadeia do saneamento (tratamento de água e/ou esgoto, distribuição e lançamento de esgoto, só para nos determos nestes sem levar em consideração sem levar em consideração as outras modalidades do saneamento ambiental).

Dentre elas temos: “Grupo Águas do Brasil” (líder do mercado) constituída pelas empresas; Developer S.A. (empresa carioca de engenharia), Queiroz Galvão

¹⁴ <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/286470/empresas-privadas-de-agua-e-esgoto-integracao-associacao-do-setor> , acesso em outubro de 2016.

saneamento, New Water e Construtor Cowan S.A., cuja atuação se dá desde 1994, Odebrecht Ambiental. Outras como a “CAB Ambiental” constituída pela Galvão engenharia e Gás, juntamente com o financiamento do BNDESPAR (parceria), GS Inima Enviroment S.A. (espanhola). Destas podemos ver a presença de empresas estrangeiras para os consórcios e municípios do “negócio d’água”, sua entrada ao invés de ser direta e com massivos investimentos é mimetizada por parcerias que lhe garantem a rentabilidade sem se preocupar com as gestões, sendo uma modalidade mais adequada para a operação em municípios do estado.

Os investimentos das empresas são a partir dos investimentos próprios do município, e com financiamentos advindos do BNDES, FGTS e dos bancos estrangeiros como BID e Bird. A exemplo em Piquete, com gestão de 100% do tratamento do esgoto e abastecimento de água, a empresa conseguiu capta via investimentos com o BNDES de R\$ 455.614.000,00 previstos para 2008 (SNIS, 2016); no entanto esse valor fora conseguido em 2013. Partes dos recursos de investimentos são provenientes de fontes próprias de arrecadação dos serviços municipais. Essa maneira via investimentos do BNDES, já muito conseguida nos períodos neoliberais da década de 1990.

Outro determinante é a capacidade da interação do imperialismo com empresas nacionais e internacionais. Isso posto é uma das características do momento de crise estrutural que atravessa o Capital mundial, em que para estabelecer suas taxas de lucro e a busca de maior produtividade busca novas e favoráveis condições para sua expansão necessária para garantir sua existência na geração de mais valor (MÉSZÁROS, 2009).

Boas partes das empresas que abocanharam as concessões atuaram no setor desde a década de 1990. Todavia, conseguiam assimilar seus trabalhos pela privatização total dos setores, sendo poucos os municípios de mais rentabilidade para seus negócios. A partir de 2007, há uma nova simbiose entre as empresas privadas e públicas (ou administração pública) para a territorialização da ideologia privatista. Dizemos “nova”, uma vez que no espaço do saneamento, como vimos anteriormente, tínhamos a modalidade de sociedade de economia mista, constituída pelo a reforma do Estado brasileiro em 1967, e previa a participação privada ainda que minoritária da gestão dos ativos do Estado. A questão é a participação do Estado na acumulação do capital e viabilizando e regularizando a sua entrada na administração pública.

Já para os municípios que não tem a capacidade de redes e atendimento a população, retomam os serviços a Sabesp, como já dito acima. A preferência em partes do governo do Estado de São Paulo em manter a regulação via propriedade do estado a partir de Sociedade de Economia mista, o permite que o modelo de privatização se estabeleça, garantindo ao Estado participação em 51% das ações, dando-lhe a gestão do processo, mas com a necessidade de pagamento de dividendos aos acionistas privados (a partir de 1999 e 2002).

No entanto, ao desenvolver a entrada da empresa como atrativo do negócio fora necessário estabelecer algumas ordenações no espaço do saneamento paulista e nos territórios constituídos da Sabesp. Para que a produtividade e aproveitamentos de aduções se dispusessem a empresa, assim como, já afeita ao monopólio. Era necessário regular o espaço do saneamento e reorganizar os arranjos territoriais da empresa, deixando propícia ao capital financeiro de apropriar de sua geração de valor.

Outra maneira encontrada para o capital é a possibilidade de financeirização das empresas de Sociedades de economia mista, as estaduais, em abrirem seus capitais para empresas do setor financeiro. Como levantado anteriormente, a maior parte dos atendimentos à população de abastecimento de água e esgoto estão em posse do monopólio da Companhia Sabesp. A capacidade de atendimento da empresa e seus ativos e fontes de água em seu controle a fazem de grande interesse para os capitais se expandirem e angariar mais mercados.

Segundo Oliveira (2007, p.109) alguns fatores são de atração do mercado financeiro: o monopólio, possibilidade de integração vertical de subsidiárias, atração de investimentos e ampliação do capital por meio de mais ações lançadas no mercado financeiro. Destas a companhia paulista tem total cabedal para os interesses avanço ao capital.

Contudo, como vimos anteriormente, as empresas de sociedade mista no estado de São Paulo passam a ser em estatuto e por lei, terem o poder público (estado ou município) as ações majoritárias das empresas, além de como frisou Sanchez (2001), a impossibilidade de modificação de rescisão de contratos de concessão dos serviços com os municípios clientes da empresa de sociedade mista e não uma privada. Com isso, trazendo transtornos financeiros à empresa caso privatizada.

A partir desses entraves já é relacionado às parcelas de capitais centralizados em ações por firmas, que embora não tenham acesso ao controle total dos ativos, passa a conquistar lucros e dividendos a partir da aquisição de frações das ações das empresas

Além do mais, como veremos mais a frente nesse capítulo a força política de movimentos sociais, sindicatos contrários às privatizações deram o suporte político à resistência para a privatização total ou a abertura de mais ações no mercado de ações da empresa Sabesp.

Doravante, buscaremos compreender, os avanços das políticas privatistas, empreendidas pelo governo do Estado de São Paulo. E, com isso, as estratégias adotadas nos planos de privatização, sejam: a privatização dos ativos da empresa, e/ou via a ampliação acionária do capital financeiro na empresa. Dessa maneira, explicitaremos em um subtópico separado desta para que entendamos em maior adiantamento a ordenação territorial buscada pela empresa desde 1995 e os arranjos necessários para o interesse do capital financeiro e nos negócios da Sabesp.

5.3. Regulação e estratégias do capital na Sabesp.

Retomando o foco para a Sabesp, buscaremos na capacidade da empresa em organizar seu território, anterior a criação do sancionamento da regulação da Lei 11.445/07.

Nesse sentido, compreendemos a relevância da categoria território, explicitando como e de que maneira, a apropriação e uso do espaço e de que maneira essa dominação e controle (SAQUET, 2007, p.33), subsidiam para que os fluxos de capitais consigam fluir e propiciar em negócios seguros para o ordenamento, ou seja, as relações de poder em um campo de relação e gerado a partir do controle e dominação que é: *“O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as conllustrações”*(SAQUET apud RAFFESTIN, 2007, p.34). Identificamos como necessário o entendimento de todo um processo de organização que a companhia desencadeou deu a ela a tônica necessária para o desenvolvimento das medidas que a afinaram ao capital financeiro.

A partir de 1995 a empresa passa por um processo de estabelecimento um novo modelo de gestão. Este processo é consequente do crescimento de novos concedentes,

sobretudo dos municípios do interior, como vimos ao início do capítulo. A capacidade de concentração de capitais e rios para a captação de água deu-a a possibilidade de ter durante os anos que se seguiram nos anos 1980 e 1990, mais da metade dos municípios paulistas. No entanto, a capacidade de organização, legatária dos primeiros anos de sua constituição não consentiam ao aumento das demandas ocorridas.

Dado o caráter expansivo das demandas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para o abastecimento, a empresa passou a se ver com conflitos de precariedade para os abastecimentos e dívidas para o momento, o que acarretaram uma reconstrução de seu território. A alternativa era de fracionar seu território descentralizando em unidades de negócios regionalizadas. Essa reconstrução se daria pela gestão territorial através dos âmbitos das bacias hidrográficas, tornando mais próximas aos municípios.

É válido salientar que o setor viria passando pelos efeitos da falta de investimentos e de uma política pública no setor. Os déficits da empresa se mostrariam, ao examinar os dados do período, as receitas operacionais¹⁵ da empresa, ou seja, o que fora faturado nas atividades-fim (SNIS, 2015), no exercício de 1995 era de R\$ 2.044.982.000,00, sendo os valores de Despesas de exploração (DEX), que acompanha todas as atividades de tratamento de água e esgoto¹⁶, R\$ 1.993.468.000,00; em um cálculo para compreender o lucro buscado pelo exercício do ano seria de R\$ 51.514.000,00. Todavia, se buscarmos a Arrecadação do mesmo ano (R\$ 1.755.607.000,00), vemos que em caixa a empresa (a subtração das despesas de exploração com a arrecadação) teve: -R\$ 237.861.000,00. Isto é, em caixa a companhia teria um saldo negativo. Como explicitado a seguir:

¹⁵ **RECEITA OPERACIONAL TOTAL (DIRETA + INDIRETA)** Valor faturado anual decorrente das atividades-fim do prestador de serviços. Resultado da soma da Receita Operacional Direta (Água (FN002), Esgoto (FN003), Água Exportada (FN007) e Esgoto Importado (FN038)) e da Receita Operacional Indireta (FN004).

¹⁶ **DESPESAS DE EXPLORAÇÃO (DEX):** Valor anual das despesas realizadas para a exploração dos serviços, compreendendo Despesas com Pessoal, Produtos Químicos, Energia Elétrica, Serviços de Terceiros, Água Importada, Esgoto Exportado, Despesas Fiscais ou Tributárias computadas na DEX, além de Outras Despesas de Exploração (FN027). (GLOSSÁRIO SNIS, 2015, p.22)

Tabela 9. Receitas operacionais, Arrecadação e despesas em caixa, 1995-1998.

Ano	Receitas operacionais	Arrecadação total	valores a receber	Despesas com os serviços	Despesas em caixa. (Arrecad.- Desp. Com serviços)
	R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano	R\$/ano
1995	2.044.982.000	1.755.607.000	289.375.000	1.993.468.000	-237.861.000
1997	2.976.717.718	2.583.438.346	393.279.372	2.361.770.865	221.667.481
1998	3.183.960.575	2.854.018.578	329.941.997	2.326.593.983	527.424.595

Fonte: Diagnóstico SNIS, 2016.

No entanto, ao faturar os R\$ 2,04 bilhões indica que ela pode lançar a diferença dele com as arrecadações em montantes a receber, tornando-se futuros “créditos a receber”. Para fixar no ano de 1995, a diferença entre a receita operacional e o que foi arrecadado de fato, ainda faltaria R\$ 289.375.000,00 para completar os valores faturados dos R\$ 2,04 bilhões. Segundo o relatório financeiro, a Sabesp, so captou R\$ 496 milhões em notas promissórias registrados na Comissão de Valores Mobiliários(CVM).

Parte desse vácuo das contas poderia ser considerados em calotes dos municípios ou mesmo perdas inflacionárias do exercício. Essas perdas acarretaram não apenas em mais capacidade de cobranças, como também sofisticação e maior racionalidade nos gerenciamentos de recursos e fontes de água. Todavia, para torná-la produtiva e reduzir os prejuízos e ampliar a lucratividade a empresa passou a reduzir os custos com pessoal próprio (Tabela xx), conduzindo a um processo de demissão dos trabalhadores.

Tabela 10. Quantidade de trabalhadores próprios da Sabesp, 1994-1998

	1994	1995	1996	1997	1998
Número de Empregados	20.516	18.861	18.467	19.129	19.340

fonte: relatório administrativo da Sabesp, 1998.

Segundo o Dossiê SABESP (Sabesp, 2008, p.24), a recuperação financeira se deu graças ao aumento ao atendimento dos serviços, coadunada com uma descentralização da estrutura. Esta tática de reduzir os trabalhadores se resvalam à práticas da reestruturação produtiva, que viria no bojo das políticas neoliberais do período. De modo que o arranjo espacial às espedas do trabalho.

Embora o ganho de produtividade e a recuperação das receitas fazem com que a empresa consiga maiores ganhos, por outro lado, há dívidas ainda em aberto que não foram liquidadas. Ao invés de cobrá-las ou aumentar e garantir os ganhos para a empresa, elas passam a “créditos ruins” da empresa. Muitos podem até prescrever ou serem arrolados para frente. Em vista disso, as manobras da empresa são de redução das folhas de pagamento e não reaver essas receitas faturadas.

De modo que a reorganização de seu território passa a ser de enxugamento durante as décadas de 1990, e ampliação da produtividade da empresa. Acompanhada a isso a companhia passou a compor 16 Unidades de Negócios (UN) com autonomia de oferecer serviços e produtos em escala nacional e internacional. Dessas, 10 estão territorializadas no interior e 7 na RMSP, responsáveis de vender seus serviços de abastecimento de água e esgoto. Nos municípios da RMSP, 6 compram água por atacado- Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Guarulhos e Mogi das Cruzes. Ou seja, a SABESP vende parte dos serviços de adução de água para estes municípios. Tendo a viabilidade de internamente poder separa parte da cadeia produtiva que seria de monopólio natural.

As Unidades de Negócios, a princípios foram incorporadas pela gestão do governo de Mario Covas, 1995-1999, apresentaram-se a realidade da SABESP como um tecnologia gerencial eficaz para a perda da rentabilidade da empresa. Esta acusada pelo próprio governo como uma herança de governos anteriores que sucatearam a empresa e a transformaram em ambiente de cargos comissionados. Para reformar as empresas estatais, era necessário uma “explosão”, que fragmentaria em pequenas unidades de negócios. Estas seriam independentes e controladas pela iniciativa privada.

A SABESP nesse bojo entrou na reestruturação e transformação nas unidades. O que se tinha em aparência era a implementação de modernização das gestões das empresas. A metodologia em Unidades de Negócios, ou como apresenta a bibliografia: Unidades Estratégicos de Negócios (UEN).

FUSCO (1997) estabelece que as unidades são definidas em termos de necessidade e oportunidades estratégicos gerenciais, em que garante autonomia de gestão operacional, estratégia de operações dirigidas nas atividades da empresa. Isso permitiriam que grandes empresas constituídas de muitos departamentos possam constituir cada um de seu setor em uma unidade. Ao apontar algumas das definições utilizadas das UEN, apresenta a concepção da General Eletric:

Uma unidade de negócios é uma divisão, linha de produtos de outro centro de lucro de uma empresa que:

- produz e comercializa um conjunto bem definido de produtos de ou serviços correlatos;
- Serve um conjunto claramente definido de clientes, numa área geográfica razoavelmente bem delimitado;
- Compete com um conjunto bem definido de concorrentes (FUSCO *apud* BUZZEL & GALE, 1997, p.39)

Essas linhas gerais que se definiria as UEN's como uma reorganização da gestão das empresas, fracionando parcelas dos setores produtivos da empresa e em rebatimento uma reorganização do território da empresa. No caso, a Sabesp, passou a sua reestruturação produtiva a partir da gestão do governo Covas, que buscava territorializar a ideologia neoliberal no Estado de São Paulo. As UEN's traria a determinação dos potenciais relativos de lucros da empresa, esta sendo gestada como sob o viés da gestão privada.

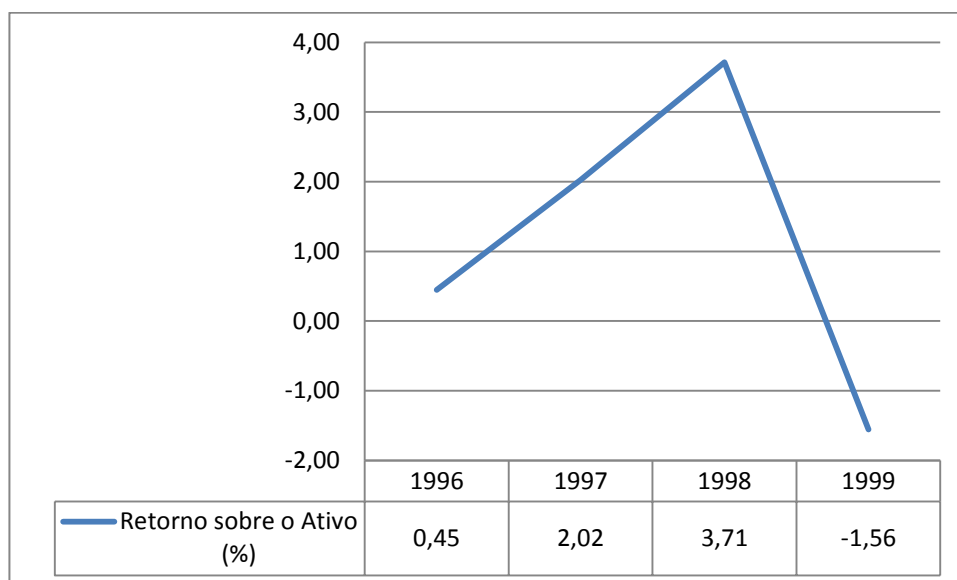
A fragmentação da empresa, mas ainda sob o controle da empresa Sabesp, teria a possibilidade de: “[...]possibilitar a avaliação dos negócios explorados nas diversidades UEN's como ferramenta para a tomada de decisões quanto a alocação de recursos, aquisições ou liquidação de UEN's”(FUSCO, 1997, p. 38). Ainda nesse autor, a divisão da empresa permitiria que a focalização em de cada unidade permitiria que ocorressem ganhos de qualidade, no curto prazo, o que poderia gerar maior preço de venda de seus serviços atingindo mais lucros (FUSCO, 1997, p.39).

A sofisticação da ferramenta possibilitaria o atendimento ao serviço do saneamento, uma vez que a sua espacialização, no país e em São Paulo, ser tão diverso. Sobretudo, também, em vista disso a capacidade de maior aderência dos controles dos contratos firmados com os municípios; e focaliza em um horizonte a tarefa de

ampliação dos negócios, ou como discursavam muitos: daria a capacidade de completar a meta de universalização do setor.

Essa estratégia permitira que a Sabesp, a curto prazo, conseguisse crescer sua taxa de lucro. Ou seja, embora, para esse autor os retornos que essa nova organização poderia gerar, no conjunto das UEN's. Ao calcular o Lucro Líquido (LL) dividido pelos Ativo Total (AT), representando o indicador de Retorno sobre o Ativo ou Retorno sobre investimento (ROI), identificamos um aumento no período (Ilustração XX). É claro como identificado anteriormente, é nesse período que o governo tenta reestabelecer a taxa de lucro, via também a redução do capital variável (a força de trabalho), com as reduções de 40% da folha de pagamento demonstrados a seguir:

Ilustração 6. Retorno sobre Ativos (Retorno sobre Investimento) da Sabesp, 1995-1999.



Fonte: SNIS, 2016

A partir de 1998, a empresa chega ao topo das recuperações da taxa de lucro, no entanto, rapidamente caíram, isso como efeito da crise mundial e que afetou o Brasil. Todavia, o que parecia em uma reestruturação da companhia tinham obliterado a nova tática do governo recém eleito (1995 Governo de Mario Covas/PSDB) em conduzir o setor para a privatização. Neste caso, o alvo seria a segunda maior empresa paulista: Sabesp. Para isso, era preciso transpor os déficits de atendimento, superar os problemas de investimentos para o saneamento em casos de municípios pequenos e de pequena rentabilidade de retorno para o capital.

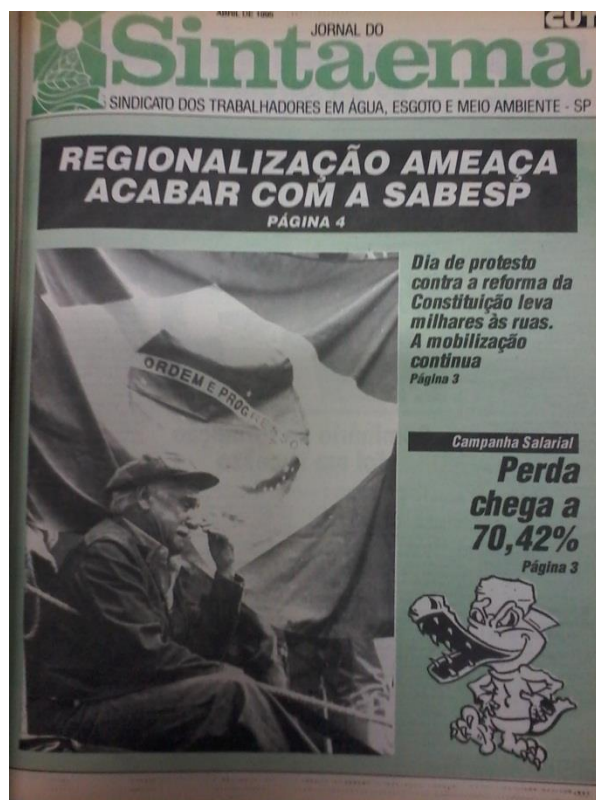
Vale retomar aqui que a SABESPcumprira o monopólio do espaço paulista de saneamento, este em muitas vezes tendente aos interesses da empresa para a regulamentação de seus arranjos. Há também a dificuldade de privatizar por completo a empresa, uma vez que essa teria o entrave de ainda manter os contratos com o poder concedente, os municípios. Este era o obstáculo a se enfrentar. Adicionando, as características de municipalidades precárias, de modo a ter poucos atrativos ao saneamento.

Com o implemento de maior lucratividade e capacidade de investimento das unidades de negócios da Sabesp, o governo previa repassá-las à iniciativa privada. Isso com o discurso de repasse para as empresas privadas, estas “qualificadas” para modernizar os aspectos da produção e incremento de mais tecnologia à empresa.

Uma breve digressão aqui é importante. Ao avaliar os jornais do Sindicato dos Trabalhadores de Água Esgoto e Meio Ambiente (SINTAEMA), do período de 1995 à 1998, identificou-se algumas das vias de privatização que o Estado desencadeava na empresa; dentre elas, temos a terceirização de parte dos serviços. Nesse sentido, foi feito de forma gradativa as construções de ramais, perfuração de poços e adutoras repassadas às empreiteiras. Em várias reivindicações os trabalhadores alegavam a suas capacidades na própria atividade. No entanto, pela alegação de baixa expertise da Sabesp, esta repassava a empreiteiros. Ou seja, na órbita da companhia já se aproximavam lobby's e empresas interessadas em fatias do mercado do saneamento que se esperava abrir.

Dessa forma, a implementação das unidades se dera pela empresa chamando a reestruturação como nome de Regionalização e descentralização dos serviços, explicitados na foto do jornal a seguir:

Ilustração 19 Jornal do SINTAEMA, 1995



As dívidas e as ineficiências como justificativas da empresa eram apresentadas pelos Secretários de Economia e Planejamento e Recursos Hídricos do Estado. No entanto, o governo tucano não apresentara em nenhum momento, quando convocado para prestar esclarecimento; a empresa ainda se mantinha muito tributária do autoritarismo que a originou no período militar. A regionalização se apresentava como sigilosa e pouco atenta às exigências das entidades: SINTAEMA, FNSA (paulista), municípios. Quanto menos a aceitação de gestão participativa, contemplando parcelas da sociedade civil.

É interessante o quanto as regionalizações se aproveitaram no bojo da constituição Federal de 1988, no que concerne a titularidade do poder concedente aos municípios. No entanto, a empresa passaria a iniciativa privada a UM e está teria a capacidade de gestão das municipalidades, com estratégias e planejamentos já dados pela empresa. O poder concedente não teria a capacidade de elaboração, com

autonomia, os contratos de concessão.

Os elementos de volta ao centralismo para a gestão Estadual, nos aspira em retomada do que se dava no processo do PLANASA. Contudo, a comparação poderá nos reduzir ou em cair a erro. Pois, esse momento de centralidade se dará não com a empresa sendo a executora ou investidora. Mas, a SABESP seria mais uma acionista das empresas regionalizada.

A proposta visaria que uma superintendência regional da Sabesp, administrada regionalmente, focada na administração das despesas e investimentos (SINTAEMA, 1995, Nº209). Segundo o Secretário dos Recursos Hídricos da época, Hugo Marques Rosa, “[...]a superintendência existira até que a empresa regional se mostrasse viável e conseguisse “caminha com as próprias pernas””. Dessa maneira, aproveitaria da tendência de municipalização do serviço, com proposta de constituir as empresa municipais, para depois, via a lei vigente no momento, de concessões, assim como no bojo do Plano de Desestatização Estadual (PDE); abertas para a iniciativa privada.

A reestruturação traria a atuação de subsidiárias e/ou UN, controladas por holding, assim como apresentava o secretário da gestão Covas, Hugo Rosa, “[...] *com uma organização simples, flexível e ágil.[...] O que se busca é a modernizar a atuação da Sabesp[...] e descentralizado.*” (Jornal do SINTAEMA, 1995, p.4). Neste caso, a companhia passaria a atuar como uma holding, ou seja, a SABESP teria ações das empresas regionalizadas, sendo a estatal a acionista majoritária.

Em síntese, para um momento a reestruturação em UN (UEN) da empresa dada a maior atendimento ao interior, e me restabelecer as taxas de lucratividade e foco nas atividades; somado a possibilidade histórica de viabilidade de privatização (Lei de concessões, PMSS, PNS e PDE) conferiram as determinantes históricas capazes do avanço da iniciativa privada, e com os aportes do Estado de São Paulo em torna-las mais atrativos para os investimentos.

Em antípoda a isso, os trabalhadores do saneamento, organizados no arco do SINTAEMA, passaram a combater essa reestruturação. Se focarmos nos combates que o sindicato vinha tratando, o combate às demissões, os 40% de redução; o SINTAEMA saiu vitorioso da campanha contra as demissões. Pois, não fora demitido, trabalhadores mesmo como processo de demissão voluntário, ainda o sindicato se mantinha forte frente a empresa e ao governo do Estado.

A regionalização geraria alguns reveses aos trabalhadores: primeiro a fragmentação da categoria por empresas territorializadas nessas UN. Isso permitira

pouca unidade e deixariam mais enfraquecidos. Sobretudo, que as atividades sindicais, legalmente enfrentariam os territórios de atuação sindical, da lei sindical. Por outro lado, o forte combate ideológico que assumira em combate as ações das políticas neoliberais pelo país, como também a constituição de uma leitura da participação do sindicalismo como um agente do saneamento democrático.

A agenda neoliberal pela privatização apresentava claro alinhamento ao secretário da época que buscava a defesa das privatizações dos serviços nos meios de imprensa. Segundo a publicação de setembro de 1994, nº 209, do Jornal do Sintaema, o então secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obra, José Fernando Boucinhas, em entrevista para a Folha de São Paulo, em 4 de setembro do mesmo ano, “[...] *defendeu os grandes grupos econômicos estrangeiros, interessados em assumir a distribuição de água e coleta de esgotos, a parte mais lucrativa desse negócio*” (JORNAL do SINTAEMA, setembro/ 1995, p.3).

A partir dessa notícia é possível identificar outra artimanha do Governo Estadual no processo de privatização do saneamento. Nessa medida se identificaria em privatizar parcela da cadeia produtiva, assim como fora feito no setor energético, repassar a Distribuição e coleta de esgotos. Se por um lado obtém todas as parcelas já amortizadas de encanamentos já instalados e uma demanda, ainda que inelástica, mas cativa garantida de retornos; por outro temos um setor de pouco avanço nas medidas de expansão e modernização da área do saneamento. Em ambos os casos, áreas de baixo investimento (mesmo que com os fiadores bancos públicos: CAIXA e BNDES).

Além de fracioná-lo via as unidades de negócios, a empresa passa a ajustar a nova estrutura de gestão da empresa. A alta administração composta: presidência, conselho diretor, comitê de assuntos corporativos, assessoria jurídica, auditoria, diretoria financeira e diretoria técnica. O conselho diretor seria a competência máxima da SABESP, responsável pelo mando de toda a empresa, é nele que se estabelece uma cadeira para os interesses de acionistas da empresa, com poder de mando. Apesar de reduzida sua participação no cômputo geral (20%), há a possibilidade de voto para eles, o que se refletirá que terão ao longo do tempo uma ampliação de suas ações com a abertura de mais ações ao mercado financeiro.

Essa nova estrutura permitira que ao mesmo tempo a descentralização em unidades de negócios terem sua governança a partir do conselho, o que não se refletirá em uma total autonomia, como sugeririam os diretores da SABESP nos anos 1990. Mas, a possibilidade de controle, mesmo que privado, do saneamento. No caso, as unidades

são implementadas, não como planejaram os interesses privados do governo do Estado de São Paulo e da própria imprensa; e sim como unidades ainda de poder da companhia paulista. Vale ressaltar, que a total separação entre controle e produção, peculiar do sistema do capital como apresentaram alguns autores -- Mészáros (2009), Marx (2010), Dussel(2009)--, se dá em perfeita sintonia, ao de total alienar os trabalhadores da participação das decisões, população (que se situaria no consumo) e os municípios (distribuição e consumo); dessa maneira, apenas a gestão do poder e dos agentes ligados direto ao capital (financeiro ou produtivo).

A contenção de uma política mais avançada da estratégia neoliberal deveu-se às ações dos trabalhadores da empresa em conter a estratégia do Governador à época Mario Covas de privatização do saneamento. Ao estabelecerem sua base em nível estadual, o sindicato organizou seminários com as prefeituras a respeito das desvantagens que a regionalização trariam ao setor. E, sobretudo, a capacidade de empresa e *lobbies* contraditórios a seus interesses em oferecer um bom negócio à municipalidade. Todavia, como registrou Sanchez (2001), as cooptações e manutenções de contratos a concessão privada ainda ocorriam no saneamento paulista e nos municípios.

O período marcado pelos governos PSDB's em São Paulo estão de implementação do Plano Estadual de Desestatização (PED), plano este estabelecido a partir da Lei nº 9361/96. Nele apresenta na intencionalidade de territorializar as privatizações assim como *“I- reordenar a atuação do Estado, propiciando à iniciativa privada; [...] execução de atividades econômicas exploradas pelo setor público;[...].”*(SÃO PAULO, 1996¹⁷). Por meio do PED é que temos em seu artigo 3º, as modalidades de desestatização, que poderão:

- I** - alienação de participação societária, inclusive do controle acionário, mediante ofertas públicas;
- II** - abertura de capital social mediante oferta pública de ações;
- III** - renúncia ou cessão, total ou parcial, dos direitos de subscrição de ações, em, aumento de capital social, por parte do Estado ou da respectiva controladora;
- IV** - alienação, arrendamento, locação, comodato, permuta, transferência ou cessão do ativo patrimonial;
- V** - reestruturação, dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos;
- VI** - no caso do Setor Energético, transmissão de direitos derivados das respectivas concessões, permissões ou autorizações e de seus ativos, mediante transferência,

¹⁷ <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1996/lei-9361-05.07.1996.html>

subconcessão, arrendamento ou conferência, ou por meio da celebração de consórcios empresariais ou de associação com grupos empresariais privados para a aconstituição de outras sociedades anônimas; e
VIII - concessão, permitindo ou autorização de serviços públicos, bem como cessão, licença ou conferência de direitos delas derivados, nos termos da legislação de regência (SÃO PAULO, 1996)

Ao mesmo tempo que a ideologia de ‘modernização’ da organização da gestão dos serviços públicos, como visto na reestruturação e reordenação do território sabespiano em UN; o governo tucano passa a implementar em letra de lei os modelos de privatização. Se voltarmos ao capítulo anterior, temos 8 modelos(HESPANHOL, 2015, p.311) para os arranjos de gestão a ser privatizado. No caso da Sabesp, fora apresentado a possibilidade de abertura de capital social, isso pois, a empresa já se caracterizaria em empresa de sociedade mista, e também a dificuldade de alteração dos contratos com os municípios concedentes. Segundo o artigo 30 inciso V da Constituição Federal, os municípios são responsáveis pelos serviços, e se ocorresse a venda era necessário a rescisão e alteração, por parte da municipalidade aceitar os serviços da empresa privada, via novos contratos de concessão.

A alternativa à abertura de capital garantiria à empresa a possibilidade de estabelecer dinheiro em caixa, ou seja, a possibilidade de colher no capital financeiro dinheiro para retomar seus lucros e rentabilidade, como também, emitir títulos da dívida (debêntures). Para Hespanhol (2015) é uma possibilidade inicial do processo de privatização. É, sobretudo, para garantir os consensos dos atores envolvidos no setor que se destinam implementar os programas de privatização. Essa tática é propícia quando ocorrem resistências políticas ou culturais à transferência total do controle da empresa ou do setor. O consenso é conquistado a partir da distribuição acionária entre o setor público e o privado.

É nesse contexto, após os enfrentamentos com as “regionalizações” camuflando os primeiros passos para a privatização, que o acionista majoritário, o Estado de São Paulo, empreende o programa chamado de “Parceiro Estratégico”, trazendo à baila o processo de abertura das ações da Companhia paulista de saneamento.

5.3.1. Parceiro estratégico: o outro ataque da privatização neoliberal à SABESP.

Entre as perspectivas de ampliar a ação do capital privado e financeiro na empresas estatuais, o governo Covas passa a garantir a aprovação do projeto do PED. Com isso, é aberta a possibilidade de entrada de maior parcela do capital financeiro nesse período. Era a necessidade de, segundo a própria Sabesp, na possibilidade de ampliar os investimentos no saneamento e cumprir as metas para solucionar os déficits que tanto marcaram o setor.

Destarte, é necessário compreender que concomitante com a reestruturação da companhia e sua transformação em UN, possibilitou maior eficiência e controle de gastos e controle do processo produtivo. Isso, pois, como uma prévia necessária para a entrada, ou melhor de aberturas das empresas nos mercados financeiros. Vale enfatizar, que a empresa de economia mista. O que empreendia que 70,05% das ações pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo.

De início de 1997, como apresentado pelo Jornal do Sintaema, que a Fazenda do Estado transferiu 21,95% do capital social da empresa para a Companhia paulista de Administração (CPA). A criação dessa companhia aplicaria a administração e alienação dos ativos patrimoniais, das empresas em que o Estado teria, direta ou indiretamente, o controle acionário, e também em lançar ao mercado de ações nacional e internacional, títulos para amortizar as dívidas contratuais do Tesouro Paulista e de entidades de administração descentralizada. Essas transferências possibilitariam as amortizações das dívidas do Estado às custas das ações e de parte do controle acionário das empresas estatais paulistas.

Com isso, prestava-se ao saneamento a consolidação de receitas e valorizações de capitais a partir de juros (capitais fictícios) como define Carcanholo (2013) ao diferenciar os tipos de capitais fictícios de tipo 1 e 2. O primeiro é advindo de envio de ações aos mercados de ações e retornam ao investimento produtivo; já o segundo (tipo 2) advindos de lançamento de juros e dívidas. Este como salientado acima a respeito das primeiras ações vendidas ao mercado financeiro a fração de ações da Sabesp, representam aqueles que *“[...] nada tem de substantivo por detrás e não contribui em nada para a produção e menos ainda para a de excedente econômico. (CARCANHOLO, 2013, p.148)”*.

A CPA atuaria como um banco custodiante das ações das empresas Estaduais, seja a Sabesp, as telecomunicações e o setor de energia. Para criar o consenso no processo de privatização, a companhia passou a estimular a compra de pequenos lotes de ações para os funcionários. Como apresentado pelo jornal do Sintaema: *“Os trabalhadores compraram uma ninharia de ações, que era o possível pela sua baixa renda, as empresas foram privatizadas e, depois, eles ficaram com o mico na mão. É um grave equívoco cair nesta armadilha.”* (Jornal Sintaema, 1998/janeiro, p.3).

Com isso, se esperava reduzir os impactos e a resistência por parte dos funcionários no combate à privatização. Na verdade, estes seriam os acionistas minoritários. Segundo o jornal, o exemplo da venda de ações aos funcionários ocorrera nas empresas CSN, Cosipa de Cubatão/SP. Os trabalhadores compravam as ações que eram mais baratas e os muitos que foram demitidos (no caso das duas siderúrgicas acima citadas).

As vendas de ações eram propostas em estabelecer a venda, como falado acima, de 20% das ações, neste caso, das ordinárias. Estas com a capacidade dos investidores em obter lugar nas decisões dos conselhos e de voto. A roupagem da abertura de capital se deu ao nome de “Parceiro Estratégico”, cuja “parceria” teria a compra de ações em momentos de baixa valorização e capacidade ínfimas de investimentos, em contrapartida, com lucros garantidos.

Boa parte do governo paulista, vinculado à agenda neoliberal e em absorver os capitais financeiros comprometiam os serviços, direito dos cidadãos, em aliená-los por partes e garantindo, a entrada e possibilidade de mando do setor financeiro. A promiscuidade entre o segmento do capital fictício e o produtivo ainda se faziam mais presentes, pois esperava-se que fosse utilizado para o suposto “aperfeiçoamento” da empresa e garantia de investimentos rápidos para o setor. Todavia, o que se apresentava era a subserviência do governo aos mercados de ações e o traço anti-democrático de controle social, uma vez que somente compunha os conselhos diretores e acólitos dos investidores.

Esse primeiro momento garantia a participação e entrada do capital fictício parasitário (no mando da empresa), ou seja, tinham frações de controle dentro do território da Sabesp. Se a possibilidade de inventariar as ações, estes compradores terão direito a indicar conselheiros, conselho administrativo, em setores estratégicos na empresa: diretorias Econômico-financeira, e a Distribuição na Região Metropolitana e a de Produção Metropolitana (SINTAEMA, 1998, Jun, p.2).

Essa adesão do governo estadual ao manter estreita relação com os mercados financeiros possibilitou o processo para assegurar a territorialização desses capitais no espaço do saneamento paulista. Para tanto, coordenou os arranjos necessários para esse novo imperialismo. Entendendo a necessidade desse momento do capitalismo em estabelecer sua forma social histórica de Valor (Carcanholo, 2013).

O que demonstra uma clara sintonia com as tendências em favor ao capital em *absorção da superacumulação*. É característico do capital financeiro, fictício, na economia mundial. em fins dos anos 1990, o mundo passara pela crise de superacumulação vindora e a ingestão de papel-moeda nos mercados. Essa tendência geral de superacumulação é propícia do capitalismo, e gerando uma conjuntura macroeconômica que não permite manterem os ganhos de taxas de lucro.

Para Harvey (2004) deparamos com algumas das maneiras em absorver, conter ou administrar as crises e dão o tom de segurar via as contratendências, para assim alongar a sobrevivência do capital. A política burguesa passa com medidas em manter a ordem social do capitalismo na última quadra do século XX, via essas políticas. Dentre esse cenário, a abertura dos capitais confluíam em absorver os capitais supervalorizados advindos do capitalismo financeiro. Um dos mecanismos e táticas ocorridas é a possibilidade de absorção por intermédio do deslocamento temporal e espacial.

Temporalmente, a transferência ou canalização de capitais nominais ao setor produtivo se apresenta como alternativa. A possibilidade de convertê-los em capital real na medida em que são feitos investimentos levando um aumento apropriado em ativos úteis. Ainda dentro das análises do geógrafo, esta medida ajuda ao fortalecimento de longo prazo haja um contínuo e expansivo volumes de investimentos e aumento das taxas de formação do capital fictício. Para isso, é permissível com o endividamento do Estado.

De uma maneira, a SABESP entra nessa frenética roda do capital financeiro na última quadra do século XX. Não é de se estranhar que nos finais dos anos 1990, todo um processo de adequação aos padrões de qualidade, racionalidade da produção de água e incorporação dos investidores ao controle da empresa. E, com isso, a possibilidade da companhia paulista colher todo esse manancial de capital para seus investimentos. Todavia, longe de garantir um benefício à população, ela passa a estabelecer a necessidade de ampliar as taxas de lucro e a capacidade de rentabilidades de seus ativos.

Isso posto, é necessário que o “parceiro estratégico” seja posicionado em frações

estratégicas de controle da empresa. Posição em que possa aproveitar o bônus de absorver a lucratividade da empresa, e indicar seus interesses para maior lucratividade; ao passo que os ônus de dívidas, aumento das tarifas fiquem a população.

Há que se fazer uma breve digressão a respeito da essência e da existência do capital financeiro no capitalismo atual. Isso pois, para melhor entendê-lo na alienação das funções da empresa pública, para fins do saneamento ambiental voltados à população e como direito.

O capital tem como base de sua existência a *disjunção* de necessidade e de produção de riqueza, sendo sua característica necessária de existência (MÉSZÁROS, 2009, p.605); para a sua hegemonia foi necessário que a separação do valor de uso (substância, materialidade da riqueza) tenha sido subsumido ao valor. Isso seria a completa subordinação das necessidades humanas ao Valor (forma social e histórica), cuja a expressão maior está na sua aparência: o valor de troca (Carcanholo, 2013, p.141).

Era preciso para barrar os limites que tolhiam a geração do valor nas sociedades anteriores para a geração do valor em sua reprodução e ampliação. Para isso a divisão social do trabalho e a expansão espacial conduziram a um processo profícuo de expansão e reprodução do valor ao longo da história. O ordenamento espacial se balisou para a regulação do valor e sua possibilidade de acumulação.

Focados ao saneamento dependeu de todo o processo de estruturação do setor ao longo da história para que conseguisse superar seus obstáculos. Se por um momento ele era regido pela geração de valor, sob hegemonia das empreiteiras e construtoras, que detiveram espaço e atuação no governo militar. Nesta última quadra do século XX ele passa a acalantar as necessidades do capital fictício, este a máxima abstração que se chega. Todavia, mesmo regido pela forma social historicamente determinada, o capital fictício do Valor, ele ainda depende de sua outra dimensão, a material.

Os dois polos do Valor de uso e do valor se relacionam mutuamente entre si dialeticamente. Cada um passa a tentar eliminar-se, no entanto, a destruição de um implica no fim do outro. A época do capital dá tons do avanço da sociedade mercantil capitalista, em que tem sua predominância na abstração do valor, e sua aparência no valor de troca. Este representado pela aparência de equivalente geral o dinheiro, que em fase financeira se auto-valoriza. Mas, ainda depende apresentar o valor de uso a materialidade dele.

Nesse interim passamos a ter uma dupla relação na empresa de saneamento. não

que essas duas categorias já ocorriam no espaço do setor a muito tempo, até mesmo antes de se pensar no saneamento. mas, fica mais evidentes em quais as necessidades que estão postas para a empresa. Ao invés de assentar-se na necessidade humana, criativa que é inerente ao valor de uso (MÉSZÁROS, 2009, p. 610), em produção de mais canais de abastecimento de água ou uma gestão regionalizada de produção sistêmica e interdisciplinar do saneamento ambiental; para a alienar as condições de produção e gestão dos serviços, regidos pela valorização fictícia do capital, que implica em metas de lucros aos acionais, pagamentos de juros e debêntures (capital fictício tipo 2) que em nada revertem à população, na verdade inverte a lógica de mais valor, esta em tendência do capital em sua expressão de crise estrutural (MÉSZÁROS(2009), HARVEY (2008), CARCANHOLO (2013) e CHESNAIS (1997)).

Dessa maneira, o produto está cada vez mais subsumido à lógica do dinheiro, do valor, e não à sua materialidade(CARCANHOLO, 2013, p.141). A produção e gestão da base natural fica subsumida a valorização do capital financeiro. A partir dos fins dos anos 1990, sindicatos, movimentos sociais enfrentam a ofensiva neoliberal (braço político e ideológico). Se por um lado, estes sujeitos e organizações sociais seguram dois processos que visavam ceder território aos capitais; com o passar do início dos anos 2000, novas táticas se assentam e se estabelecem e se renovam a partir dessa dialética empreendida na luta contrária ao processo de privatização. E também, na contradição de geração de mais valor que culminará com os aumentos de produtividade da empresa.

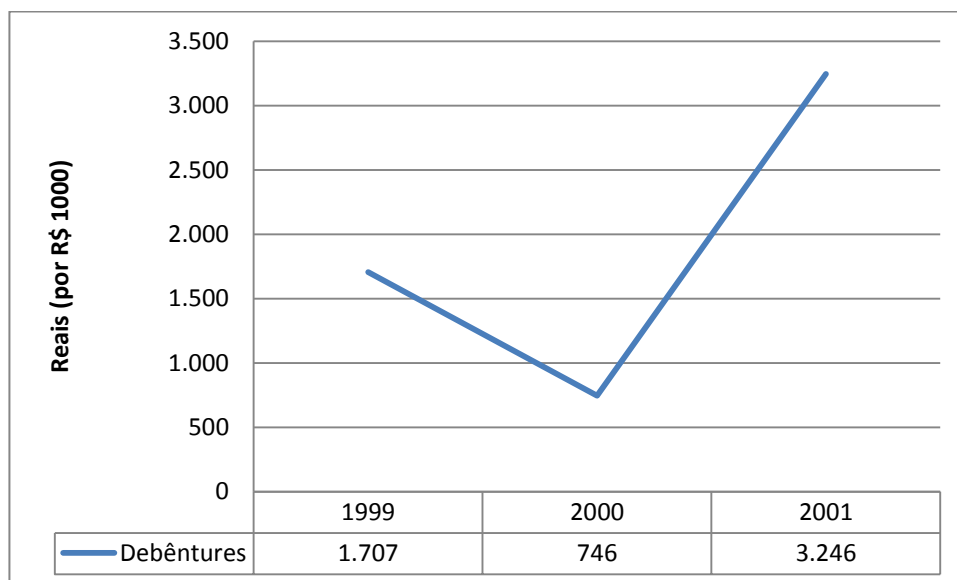
Em 1998, a luta do sindicato consegue fazer com que a firma retroceda-se na venda dos 20%. De acordo com o relatório de sustentabilidade, de 1999, as ações da SABESP se dividiam em: 85,43% Governo do Estado de São Paulo, 3,03% para o DAEE/SP, 11,54% outros acionistas. Nesse período a empresa não repassa os 20% necessários para os acionistas, que conseguiriam captar mais cadeiras no controle da empresa via conselho e as diretorias.

Todavia, a empresa abre a capacidade de emissão de Debêntures. Estes são títulos que são para auto-financiamento e obtenção de recursos por meio de créditos, em que o comprador dessas ações se vê atraído pelo pagamento de juros que incidem, sendo esse a parcela do capital fictício beneficiado por juros (CARCANHOLO, 2013, p.143). A emissão desses papéis depende da autorização e capacidade da empresa endividar-se e permiti-los no mercado mediante autorização do conselho e maior acionista, o Estado.

Embora a entrada ao conselho da empresa tenha sido barrada em 1998, o

“parceiro estratégico” passa a mudar a sua estratégia, para isso inicia a emissões de debêntures como maneira de garantir seus ganhos.

Ilustração 7. Valor das Debêntures emitidas pela Sabesp, 1999 à 2001(R\$ x 1000).



Fonte: Relatório de Sustentabilidade SABESP, 2001, p.5

Segundo o relatório de 2002, de sustentabilidade da Sabesp, que é encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em que a política de endividamento pautada a partir de 1999 em pontos de alongamento da dívida, captação de recursos em moedas nacionais, a exceção as operações que envolvessem o BID e o JBIC. E em 2002 a posição de captação com debêntures em 2002.

Nestas transações foram captados o montante de R\$ 400 milhões, sendo 40.000 debêntures com valor de R\$ 10 mil cada. A emissão realizada em duas séries a primeira de 31.372 debêntures com o “spread” de 1,85% adicionados ao CDI; e a segunda referente em juros de 13,25% ao ano mais o IGP-M do ano; esses montantes pagos à curto prazo, março de 2007 (SABESP, 2002, p.8). Isso permitirá que ao individuar-se a empresa possa utilizar suas dívidas para a emissão de ações (debêntures) em dívidas e voltar parcelas de seus montantes aos compradores. Vale ressaltar, que é uma empresa cujo acionista maior é o Estado o que propícia maior garantia aos investidores que adquirirem essas ações e aos lucros adquiridos por spread bancário. Com isso a empresa ficaria cada vez mais a mercê do capital financeiro, uma vez que esse tem em sua posse

títulos de suas dívidas.

Mesmo com a capacidade de atender a investimentos e captações por debêntures, sem tanto risco para os investidores, há ainda a capacidade de controle que se avança ao capital financeiro. Dessa maneira, com a 5ª maior empresa brasileira (jornal do SINTAEMA, 1998) e com possibilidade de geração de papéis e seguridade em investimentos com altas taxas de juros, é interessante a tomada de maior parcela de controle de decisão. É o final da década de 1990, o Estado passa a corroborar para uma nova tentativa de entrada do setor privado e financeiro na companhia. A volta do “Parceiro Estratégico”.

5.3.2 à volta do “Parceiro Estratégico”

Em 2003, uma outra tática do capital financeiro sob a chancela do governo do Estado de São Paulo foi a implementação pelo então governador eleito, Geraldo Alckimin/PSDB da PL 410/03. Neste projeto de Lei previa-se a venda do excedente a 50%+1 do capital acionário da empresa, ou seja, 49% das ações seriam vendidas. Vale lembrar, que apesar de desde 1997 as ações da SABESP estarem inscritas na Bovespa, ela ainda não se adentrara totalmente ao mercado de ações. Até 2002 71,54% estavam sob o controle do Estado.

Com a porcentagem acima de 20% das ações, como ocorrido na iniciativa “Parceiro Estratégico”, estatutariamente os investidores teriam a capacidade de voto e veto. O que se marca é um avanço dentro do território da empresa, que significaria aos acionistas a capacidade de condução da empresa para a efetivação de seus negócios e finalidades, transformá-la em repositora de seus lucros.

O interesse do capital financeiro era de condução de uma empresa com monopólio no espaço do saneamento em São Paulo, Estado mais rico da federação. Além disso, o capital financeiro que necessita enraizar-se na riqueza nominal ou patrimonial, ou seja, embora tenha a adjetivação de fictício ele tem atuação no real, e se baseia na riqueza patrimonial de uma empresa, cujo valor está expresso no mercado por alguma magnitude monetária.

Esta capacidade pode ser expressa, em aparência, constituída por ativos reais (imóveis, automóveis e outros bens), títulos (ações debêntures) e moedas na forma de depósitos bancários, como nos apresentou em suas elaborações Carcanholo (2013,

p.142). Muitas vezes, ainda segundo o autor, a riqueza real da empresa é inferior à riqueza patrimonial, isso pois a nuvem que paira a riqueza real, neste caso a riqueza patrimonial, se põem em puro fetiche por conta das especulações que cada um dos conjuntos que a compõem vem passando no mercado (CARCANHOLO, 2013). De forma que estes são a sombra da real riqueza, ou seja, “a nuvem é a sombra do real”, e não seu inverso, o mundo invertido do capital permite estes fenômenos.

Todavia, esse patrimônio nominal ainda é sombra de algo, da capacidade produtiva, maquinário e o trabalho. A parte especulativa dessa riqueza adicional a ela é caracterizada como riqueza fictícia,

É a parte da riqueza patrimonial, mas não da riqueza real substantiva. Na verdade, deveríamos chamá-la de riqueza fictícia real, uma vez que se trata de uma riqueza que, embora não possua correspondente real se observada do ponto de vista da totalidade da economia, é reconhecida no dia a dia do mercado como riqueza verdadeira, da mesma maneira de qualquer outra (CARCANHOLO, 2013, p.143).

É de fato uma riqueza que não é advinda ou tem origem na natureza ou pelo trabalho, é valor, por trazer a capacidade de relativo a outras mercadorias e equivalente a outras mercadorias, e é capital por se auto-valorizar (*“O capital é simplesmente valor, só que um valor mais desenvolvido, que alcançou maturidade. Ele é capaz de se reproduzir, produzir seus filhinhos (a mais-valia)”*)(CARCANHOLO, 2011, p.19). Ela é a dialética real/ficcional.

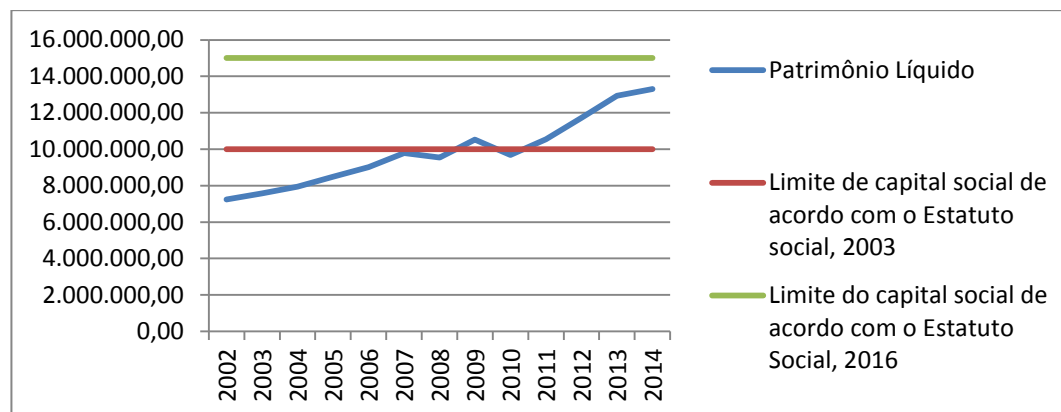
Se focarmos a Sabesp, notamos que em seu estatuto social com data de 2013 temos em seu artigo terceiro que:

ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 6.203.688.565,23 (seis bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 683.509.869 (seiscentos e oitenta e três milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e sessenta e nove) ações, exclusivamente ordinárias de classe única, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (SABESP, 2013, p.2)

Ainda no mesmo ano no parágrafo primeiro do estatuto social da Sabesp, o capital social era previsto para o limite de aumento de R\$ 10 bilhões, isso mediante deliberação do conselho. Atualmente, em 2016, este capital social está avaliado em R\$ 10 bilhões e com o limite colocado para R\$ 15 bilhões. Dessa maneira a partir da especulação, mesmo após 11 anos, ou 14 anos após a especulação da empresa tende a se

valorizar. O que acarreta uma capacidade de valorização de suas ações e ganhos em dividendos no mercado financeiro, aqui no caso já gerando o capital fictício, sendo ele esta parte da riqueza patrimonial expresso a seguir.

Ilustração 8. Evolução do Patrimônio Líquido da SABESP com as metas limites previstas nos Estatutos Sociais, 2002 à 2014 (R\$ x 1000).

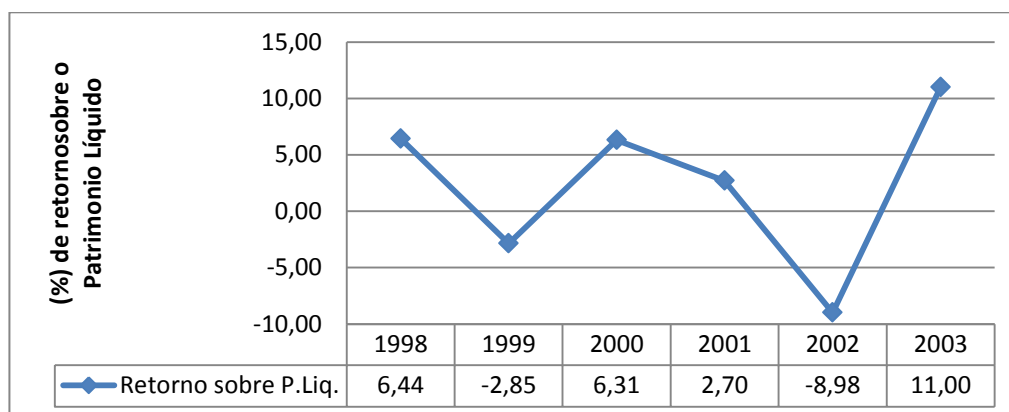


Fonte: SNIS, 2016

No entanto, mesmo que com o potencial de maior valorização de seu capital social, ou patrimonial; a empresa tente a ser atrativa em suas possibilidades de lucratividade. Todavia, ao entrar na década de 2000 a empresa passa por uma queda de seus lucros. Mesmo com patrimônio valorizado, o que identificamos nesse momento é uma retomada dos investidores poderem ter maior controle sob a empresa.

Ao inferir nos cálculos de retorno sobre o patrimônio poderemos notar a capacidade da empresa em indicar seu grau de rentabilidade de recursos aplicados pelos acionistas da companhia (Ilustração XX). Identificamos que a entrada de iniciativas de parcelamento e apropriação de mais ações ordinárias para controle de voto, foram nos anos em que menor obteve retorno nos investimentos.

Ilustração 9. Retorno sobre Patrimônio Líquido para os investidores da Sabesp, entre 1998 à 2003.



Fonte: SNIS, 20016

Mesmo com o retorno em ativos em baixa, devido à crise de 2001. Esta possibilitou a desvalorização da moeda e uma alta das taxas de juros. Boa parte das dívidas angariadas pela Sabesp, ao longo dos anos 1990 eram cotadas em dólar, com isso em 2001 e 2002, auge da crise, a empresa teve o seu maior volume de dinheiro destinados aos Passivos circulantes¹⁸ dobraram. Segundo os dados do SNIS, em 2000 a empresa tinha R\$ 789,5 milhões em 2000, passando para 2001 com R\$ 1,518 bilhões, e em 2002 R\$ 2,02 bilhões. Segundo o relatório CVM da Sabesp, de 2002 se dá pela desvalorização e uma diminuição do volume de água faturado.

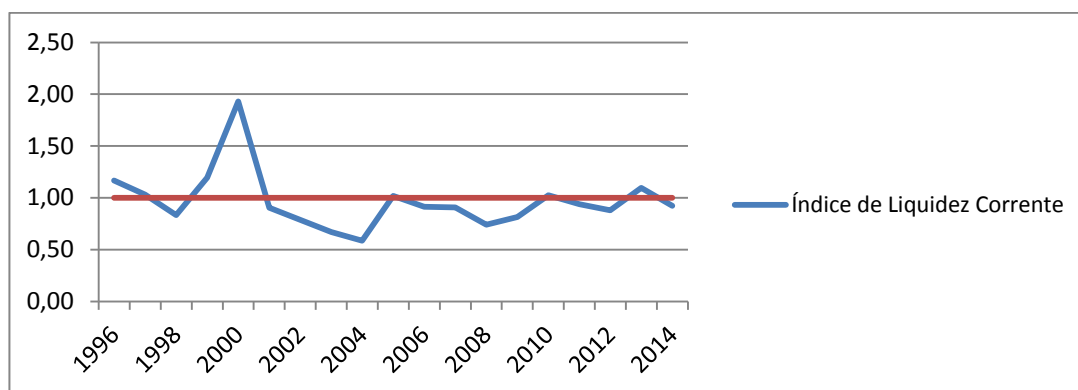
Todavia, mesmo com o aumento do passivo circulante a capacidade da empresa em receber e pagar, à curto prazo, no mesmo período é identificado pelo indicador de Líquidez Corrente. Este indicador é obtido pela razão entre o ativo circulante¹⁹ e o passivo circulante, a variação dele é preterida que seja acima do índice 1, o qual representa a capacidade da empresa em receber e pagar à curto prazo. Se o índice estiver abaixo de 1, a empresa pode obter dificuldades para pagar suas obrigações.

Na Sabesp, para melhor termos uma dimensão das variações desse indicador podemos focá-lo em uma série histórica de 19 anos, e identificar suas variações. Embora, focados nos anos de 2001 e 2002, vemos que ao sair dos anos 1990 e início de 2000 a companhia paulista conseguiu ter índices acima de 1.

¹⁸ **PASSIVO CIRCULANTE:** Valor anual das obrigações no exercício subsequente, referente a empréstimos e financiamentos, empreiteiros e fornecedores, tributos e contribuições sociais, cauções a restituir, provisões e outros. **Unidade:** 1.000 R\$/ano. (GLOSSÁRIO, SNIS, 2014, p.37)

¹⁹ **ATIVO CIRCULANTE:** Valor anual das disponibilidades, contas a receber, depósitos judiciais, almoxarifado de operação, impostos a recuperar e outros créditos a receber. **Unidade:** 1.000 R\$/ano. (GLOSSÁRIO, SNIS, 2014, p.37)

Ilustração 10. Índice de Liquidez corrente da Sabesp, entre os anos de 1996 à 2014 (ind.)



Fonte: SNIS, 2016.

Somente variando em anos de incidência de crises financeiras com: 1997, 2001, 2008. O rebatimento das crises proporciona um efeito maior de recuperação. Se na crise de 1997, no ano seguinte a empresa conseguira recuperar sua taxa de liquidez, porém não é o que se vê de 2001. A companhia volta a ter sua recuperação somente em 2004 e com tímidos 1,02 de índice; chegando a 2006 e 2008, em uma tendência baixa de recuperação até 2010, com índice de 1,02.

O que mostra como, em momentos de lançamento em debêntures, dívidas corrigidas em moedas estrangeiras, dá a sintonia na empresa com as crises ocorridas na conjuntura, e como saídas se expressão nas alternativas políticas.

Ao ter seus interesses em constantemente obstados, seja pela força de barrar o avanço da privatização ou a do processo de reestruturação, ou seja, nas questões em que o trabalho via sindicatos e movimentos sociais, barraram as medidas do capital; a queda e o baixo retorno são ruídos o consenso e o ataque volta-se para retomar a taxa de lucro. É por essa via que entendemos o novo intento do capital financeiro em coalizão com o Governo do Estado de São Paulo em vender as ações.

Durante esse período a empresa passou a ter prejuízos. Em 1999, teve um prejuízo de R\$ 235 milhões que em 2000 se recuperou com o lucro de R\$ 521 milhões, chegando à 2002 com outro prejuízo de R\$ 650 milhões. Cabe aqui considerar que nesse período tivemos as crises mundiais, sobretudo após 1997, que tocaram ao país pela alta do dólar e as medidas de desvalorização da moeda. Todavia, esse momento conjuntural refletiu na companhia a queda de sua lucratividade. E, com isso, desprender sob a população um novo avanço do capital financeiro.

Mesmo com o lucro caindo no ano de 2002, a empresa passa por um aumento

substancial de suas receitas o que não se justificaria o lançamento das ações aos Novos Mercados Bovespa. Todavia, o governo paulista já se alinhava ao processo privatista e tinha grandes empresas estaduais como oferta ao avanço expansionista do capital. Com grandes cifras patrimoniais, mas com a taxa de juros decaindo, avançam no processo privatista.

Segundo o relatório de sustentabilidade de 2002, o quadro de crise e desvalorização do real remeteu a uma queda da taxa de lucro, com o prejuízo de R\$ 631 milhões. Sobretudo, com a desvalorização do real, a dívida em 2002 dobrou para 16%, seguindo um aumento de 6,5% em 2000 e 8,5% em 2001. É com esse cenário que a PL 410/2003 retoma a luta pela venda das ações da empresa.

Ao entrar para o “Novos Mercados” da Bolsa de valores de São Paulo, em abril de 2002, a empresa se comprometera a praticar todas as medidas necessárias de governança. Nesse bojo, as ações preferenciais sem direito de votos não poderiam emitir. Dessa forma, o capital social da Sabesp, negociado para as bolsas deveriam se partimentalizar na emissão de ações ordinárias com direito a voto. É nesse sentido, como apresenta a venda de 50% +1 das ações.

Como apontado anteriormente, o Estado de São Paulo detinha 71,55% das ações sendo o majoritário. Durante os anos 1990 foi tentado a manutenção de mandos para o capital financeiro a compra de 20%, que lhes davam a capacidade de voto e espaço do conselho administrativo. O novo ataque do capital, mais agressivo poderia abocanhar 49% das ações e a então capacidade de membro do conselho e da governança de parte da empresa.

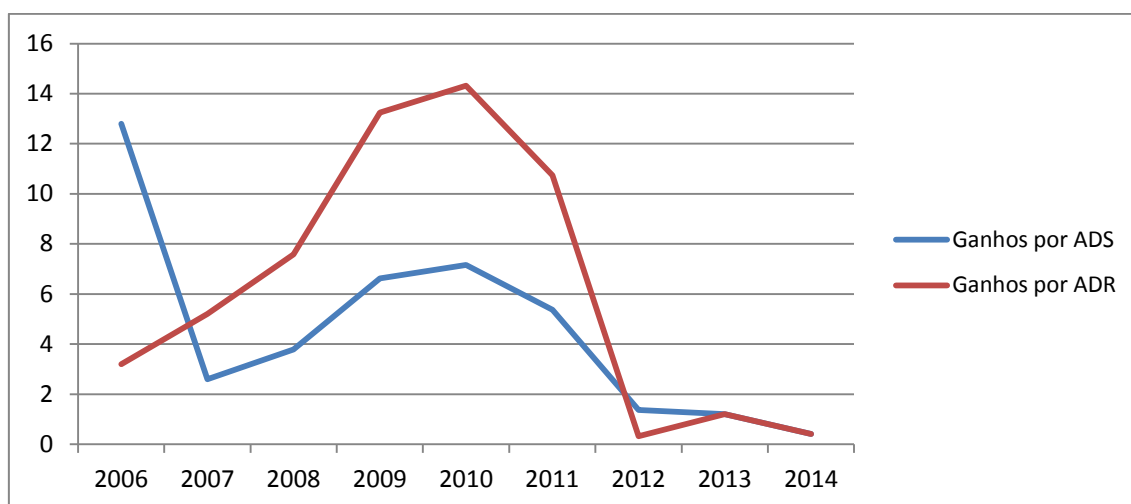
O governador Geraldo Alckmin apropriou-se das dívidas estaduais, que se alastravam ao longo dos anos, como medidas para geração de caixa e pagamentos em outras áreas. Nos jornais da época, do Sintaema, identificamos: “[...] o governador afirma que a intenção é usar as ações como garantia para empréstimos junto ao BNDES, e os recursos seriam usados prioritariamente para a reforma dos trens da CPTM” (*SINTAEMA*, 2002, p.3).

No entanto, mesmo com a mobilização dos Sindicatos e movimentos sociais, o Projeto de Lei passa e parte das ações da empresa é lançada nos mercados financeiros. Concluindo, assim, parcelas de ações ao governo do Estado de 51% e 49% divididos 24,5% para a Bovespa e 24,5% para NYSE. Para as ações lançadas no New York Stock Exchange (NYSE), foram lançadas na forma de ADR's (American Depositary Receipts) sendo estas lastreadas com as ações negociadas na Bovespa, estas

seriam as ADS (American Depositary Share). Ou seja, elas poderiam se enquadrar no capital fictício de tipo 2, sendo elas não somente rentáveis por capacidade de juros, mas por uma parcela do capital financeiro aqui negociado, sendo este já fictício.

A ciranda de negociações das ações proporcionam aos investidores estrangeiros a capacidade de recebimento de lucros, como a negociação das ADR's e suas valorizações cada vez maiores. Para os lançamentos das ADR's é necessário que se tenha o banco Custodiante das ações, neste caso é o Banco Bradesco S.A. e o depositário, responsável pelos lançamentos em NYSE está a cargo do BNY Mellon.

Ilustração 11. Ganhos por ADR's e ADS's da Sabesp, entre os anos de 2006 à 2014.



Fonte: relatórios de sustentabilidade, Sabesp. 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014

É interessante que na Ilustração acima vemos um aumento considerável das ações nos períodos de 2007 à 2008 com uma expressiva subida. É de se estranhar que nesse período temos a fatídica crise de 2008, desencadeada pelos lançamentos de ações em hipotecas, os *subprimes* e derivativos cancelados pela desregulamentação da circulação de “papéis” (títulos públicos, ações, títulos derivativos etc.) descolados da base produtiva do capital (CONCEIÇÃO, 2009, p. 22). Essa capacidade de geração de Valores fictícios (Valor, capital fictício) concatenou um processo de crise conjuntural mas que revelou sua característica estrutural. No caso, a expansão de mais valor para a própria sobrevivência do sistema metabólico do capital, todavia, baseada neste momento histórico com ênfase no sistema financeiro.

Para Conceição (2009) a liberdade da circulação sem travas nessa forma social do valor, expõem os valores distintos entre a riqueza que resulta dos derivativos e a riqueza que resulta da produção material. Este economista, destaca, ainda, o

descolamento dessas instâncias são apercebidas com nas somatórias dos PIB's mundiais e comparada com a geração das riquezas financeiras e derivativos e títulos. Com os dados no Jornal “Valor Econômico” de 22/10/2008; o PIB mundial de US\$ 65 trilhões, os ativos financeiros (dívida primária) é de US\$ 130 trilhões, já os derivativos somam à US\$ 600 trillhões.

Essa soma astronômica de valor fictício se avoluma no metabolismo provocando respostas a essa taxa. Dessa maneira, as intervenções dos Estados foram de rápida resposta a essa crise. Se nos focarmos na questão da água, e retomando para a Sabesp, é em 2008 que tivemos o que fora chamada pela revista DAE de “oportunidades!!”

Ilustração 21 Capa da revista DAE, n. 179, 2009



Em seu conteúdo a revista aborda que os setores de infraestrutura terão possibilidade de área que receberá investimentos e propulsora de investimentos, seja na mão de obra com mais contratações, e investimentos. Isso se dava para um cenário, que embora reduzida de crescimento, mas na época com as injeções do PAC no setor estimularam o setor das empreiteiras em assumir mais projetos.

O declarado posicionamento privatista da revista revela a estratégia preterida pelo setor privado. com os aportes da CAIXA e do BNDES para os investimentos nos setores privados, como o exemplo dos negócios ampliados da Odebrecht Engenharia Ambiental, que iniciara sua atuação no setor em 2007, pretendia investimentos de R\$ 1,5 bilhão garantidos para novas concessões e garantida por ambos os bancos. Nesse bojo os “novos” dinheiros viriam de entrada das empresas privadas em investimentos produtivos. Essas ações mitigariam os efeitos da crise, sobretudo, com os investimentos garantidos pelo PAC e bancos públicos para a iniciativa privada.

Outra medida é de canalizar os valores fictícios para bases materiais, ou melhor na produção. O mercado financeiro precisa de liquidez e garantia de um “porto seguro” em meio a crise. Segundo a revista

Na avaliação de Unibanco, Coinvalores, Ativa e Citigroup, essas companhias, em geral, têm baixo nível de endividamento, trabalham com contatos de longo prazo, têm fluxo de receitas bastante estável e, além disso, estão entre as prioridades do governo federal-por isso, seus empreendimentos terão apoio garantido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (DAE, p.6)

Para a SABESP é visto como um momento de vantagens, sobretudo, ao que nos alude o diretor econômico-financeiro e de relações com os investidores, Rui Affonso, por se tratar de um setor menos vulnerável a crise econômica. A pouca vulnerabilidade se explica, segundo o diretor, pela elasticidade da demanda por serviços de água e esgotos com maior estabilidade de receitas. Se analisada pelas fontes de receitas teremos, *“A demanda residencial, onde é baixa a elasticidade-renda dos serviços de saneamento básico, corresponde a mais de 80% do volume de água e esgoto faturado da Sabesp”* (REVISTA DAE, JAN.08, p.09). Outra possibilidade é o caráter de entrar em financiamentos com agências internacionais e a capacidade da empresa e custear seus investimentos por meio de papéis nos mercados financeiros.

Nesse momento da crise a empresa passa a atuar fortemente com investimentos e absorção dos papéis financeiros. Uma dessas maneiras é em 2007, o fracionamento das ADS's que permitiram maior circulação e transação dos papéis e maior ganhos para os acionistas. Em uma aproximação dos dados da cotação média do ano, das ações, e contar a quantidade de transação delas e negociações na Bovespa, temos uma certa perspectiva da quantidade de valor fictício que a companhia pode gerar.

Tabela 11. Ganhos por transações de ações ordinárias por circulação ADS

US\$ (em milhões exceto os dados por ação e ADS)	2006	2007	2008	2009	2010
Ganhos por ADS	12,8	2,6	3,79	6,62	7,16
Ganhos por ADR	3,2	5,2	7,58	13,24	14,32
Dividendos e Juros sobre o Capital próprio por ação	4,45	0,75	1,3	1,73	2
Médias ponderadas da qtd de ações ordinárias por circulação	28.479.578	227.836	227.836	227.836.623	683.509.869
ganhos nas transações (ganhos de ADSs X qtds de ações ordinárias por ações)	R\$ 364.538.598,40	R\$ 592.373,60	R\$ 863.498,44	R\$ 1.508.278.444,26	R\$ 4.893.930.662,04

Fonte: Relatórios Sabesp, 2006 à 2010.

A partir de 2007 é ampliada o fracionamento dos lotes de ações, o que acarreta a possibilidade de maior circulação e adensamento de mais valores. Como mostra no relatório de 2008: “*Em 2007, aprovamos um grupamento de ações de 125 ações em uma ação ordinária.*” (SABESP, 2009, p.8). no entanto, parte dessa geração de valor em nada se territorializa nos acertos produtivos, e sim dão capacidade de lastro para que as ADR's sejam valorizadas e revertam aos acionistas estrangeiros.

O valor vivencia uma contradição inerente a sua lógica, que é a relação do Valor de uso com o Valor. Aquele é a expressão material do valor é a substância, ou nas palavras de Marx: “*Os Valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade de que vamos estudar, os valores-de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca.*” (MARX, 2011, p.58). e sendo o valor, ou como se apresenta na tradução que temos o Valor de troca, a propriedade quantitativa do valor. Para se trocar no mercado a mercadoria que se deseja, é necessária seu conteúdo, substância material. Todavia, com as formas mais sofisticadas de capitalismo, a subsunção do valor (valor de troca, em aparência e o valor equivalente universal, como atribuído ao dinheiro) passam a se reproduzir na circulação e lastreados pelo valor de uso. A capacidade e a velocidade de auto geração do valor, na circulação permitem que passemos a alienar o valor de uso do valor de troca..

Para maior capacidade de gerar a forma social histórica, o valor, é necessário

aumento da produção e expansão da circulação, e com isso, um processo de maior destruição dos valores de uso. É nessa quadra de século que vemos o aceleração do uso das mercadorias (Mészáros, 2009), justamente para que se produção mais e efetive a circulação ampliada de capital. Com a relação ao capital fictício isso se complexifica, pois ele é lastreado por uma expectativa de produção para iniciar seu processo de valorização, em capital fictício do tipo 1 (CARCANHOLO, 2013), e a partir dessa ficção gerar mais papéis.

O que ocorre é que em dados momentos da história a inundação de papéis no mercado necessitam se lastrear em alguma base material. Seja como foi nas décadas de 1970 nos petrodólares etc. No pós 2008 tivemos uma bolha de papéis investidos no crédito dos subprime, sem segurança em retorno ou lastro.

Ao estourar a bolha os capitais passam a se desvalorizar e contaminar a economia de mercado inteira. O processo de transformação dos conteúdos produtivos em papéis, é chamado por Marx e desenvolvido em Carcanholo (2013, 137) na “desmaterialização da riqueza”:

A desmaterialização da riqueza é um processo muito avançado no capitalismo dos nossos dias; mas ele não concluiu, prossegue. (...) procurávamos explicar que a mercadoria, no seu desenvolvimento, procura a destruição do valor-de-uso, e que essa obsessiva busca é eterna e que ela não poderá jamais alcançar seu desígnio. Por que a mercadoria jamais pode lograr a destruição do valor-de-uso, por mais que se aproxime disso? Isso é impossível, pois a destruição do valor-de-uso implica a destruição do próprio ser humano e, assim, do próprio valor, por ser este uma relação social entre homens. A destruição do valor-de-uso seria a do valor, a da mercadoria e a da sociedade. É possível no entanto que, por ação humana consciente, extirpe-se o câncer, destrua-se o valor e que a sociedade continue existindo (CARCANHOLO, 2012, p.4)

É preciso destruir mais e mais valores de uso para gerar e efetivar a reprodução do capital, nessa quadra de século. No entanto, a destruição de valor de uso é nociva para o capital, depreende-se que

É justamente no equivalente geral que fica mais claro o processo de desmaterialização. Ele consiste em que uma mercadoria foi eleita como a representante geral do valor e é justamente sua materialidade, sem dúvida, que serve de material de expressão. No entanto, e isso é muito importante, o vendedor de qualquer mercadoria aceita o equivalente geral em troca, não porque deseje o valor-de-uso dele, mas porque ele é aceito por todos os demais produtores de mercadorias. Aceita o equivalente por ter

ele aceitação universal. Por isso, podemos afirmar, e é isso que Marx faz, que, *na relação de troca*, o equivalente não se apresenta com seu valor-de-uso, mas como *puro* representante do valor. Embora o valor-de-uso ali esteja, não está mais; o valor-de-uso, dialeticamente, está e não está ali. É a sua desmaterialização (CARCANHOLO, 2013, p. 5/6).

Assim, é parte de sua estrutura, em relação dialética com o valor. Em momentos de crise, a retomada de investimentos na parte produtiva do capital é necessária para a sua sobrevivência. Ou seja, passa a reduzir as transações financeiras e a entrada cada vez maior em investimentos em infraestruturas ou investimentos, como ouro etc. as manobras do capital em não se autodestruir retomam as táticas de contra tendência, inerente a ele de destruição de valores e uso.

Dentre elas, como vimos anteriormente foi a necessidade de canalizar investimentos e créditos para investimentos em infraestrutura. O PAC serviu como essa possibilidade e em seu bojo o setor do saneamento se abarcou. Para as empresas com capacidade de lançar ações no capital financeiro, na especulação fora a abertura de capitais e o seu fracionamento a posteriori. E, também no aumento da produção.

Além dessas ferramentas macro econômicas, que se aproveitaram da crise conjuntural de 2008, e que revelou seu trato estrutural. é necessário que se tenha de reordenar o território para as novas situações. Isso fora atendida, na Sabesp, nos anos 1990 com a reestruturação nas Unidades de Negócios. E, pós 2008, se expressam outras táticas para manter seus ganhos.

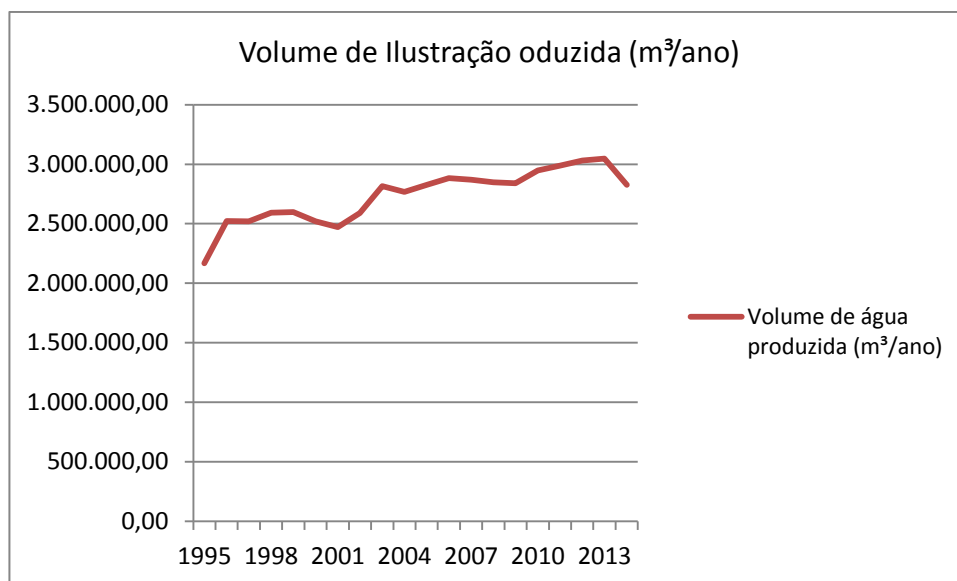
5.4. A espacialidade do capital e contra-tendências adotadas.

Após todo o processo de entrada para os mercados de ações buscou-se a ampliação da produtividade, uma vez que é necessária a ampliação e expansão dos ganhos com os lucros e valorização das ações. Dentro das informações constantes no Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), são apresentados alguns indicadores. Com a produtividade e geração de maior volume de água faturada são levadas em conta para a capacidade da Sabesp.

Se traçarmos um Ilustração da capacidade e evolução dos volumes de água, Volume de água produzido, identificamos um expressivo aumento entre 2002 e 2003. As

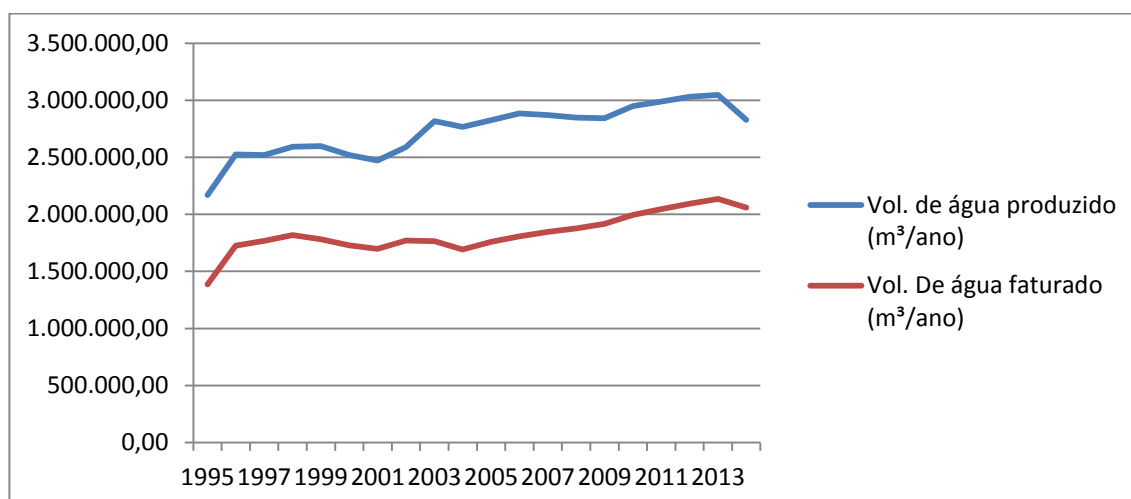
quantidades de 2002, de 2.588.859.400 m³/ano vão no próximo ano para 2.816.748.400 m³/ano. de fato, há de se analisar com mais atenção os efeitos que os volumes de água tem suas relações com o capital financeiro, agora incorporado à empresa e com mando. Todavia, apresenta-se no Ilustração abaixo uma ampliação dos volumes de água produzida.

Ilustração 12. Volume de água produzida, 1995 à 2013. (m³/ano)



Fonte: SNIS, 2016

Embora se tenha uma quantidade em expansão dos volumes produzidos, há uma diferença com os volumes de água faturados. Vemos abaixo a capacidade de perdas no sistema.

Ilustração 13. Volumes de água: faturados e produzidos (m³/ano)

Fonte: SNIS, 2016

O grande entrave e desenvolvimento de maiores ligações são as capacidades de reduzir as perdas no sistema. Isso ocorre, sobretudo, por ter pouca manutenção ou troca de encanamentos mais novos para o sistema.

Tabela 12. Índices de perdas e faturamento de água (%)

Ano de Referência	IN013 - Índice de perdas faturamento (percentual)	IN028 - Índice de faturamento de água (percentual)
1995	36,12	63,87
1996	31,68	68,31
1997	29,81	70,18
1998	29,88	70,11
1999	31,42	68,57
2000	31,4	68,59
2001	31,41	68,58
2002	31,69	68,3
2003	34,5	65,49
2004	35,76	64,23
2005	34,18	65,81
2006	33,75	66,24
2007	31,48	68,52
2008	29,65	70,35
2009	27,93	72,07

Fonte: SNIS, 2016

Nos anos de 2008 e 2009 são os de maiores percentuais de perdas após as décadas de 1990. As alternativas para a redução vem sendo implementadas por regimes de ampliação das capacidades de entrada de água no sistema. Dessa maneira, temos a ampliação de mais volumes percentuais de água, todavia, não se estabelece uma

implementação de novas encanamentos nos territórios em que atua. As novas infraestruturas de entrada de água estão garantidas por novos projetos orçados pelo governo estadual.

De 2008 fora elaborado o “Plano diretor de aproveitamento de recursos hídricos para a macrometrópole paulista”²⁰, nele se pretende atender às demandas de águas especializadas na Macrometrópole Paulista (englobando as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista). Com esse plano o governo do estado visa ampliar a capacidade instalada de mais barragens para o abastecimento de água, com os fins de regularização das vazões, e interligação de cada sistema produtor de água no estado.

Ilustração 22 Representação esquemática da hidrografia da área objeto dos estudos do Projeto da Macrometrópole.

Figura 1: Representação esquemática da hidrografia da área objeto dos estudos



Fonte: Relatório de atividades, Vol. I, DAE, 2009, p.27

Dessa maneira, o aumento da produtividade de água para o Estado de São Paulo esta assegurado com o plano de interligação dos sistemas. Essa iniciativa ainda em viés de ampliação e aprimoramento, vem sendo gestada pelo governo do Estado via Departamento de Água e Esgoto (DAE). Os investimentos ainda se apresentam via parcerias e propostas de concessão, o que fica evidente e tratado é a capacidade de

²⁰ http://www.dae.sp.gov.br/macrometropole/outubro/relatoriofinal/relatorio_final_rf_vol_I.pdf

contra-tendência espacial da acumulação capitalista (HARVEY, 2009, p.172), que via a expansão do espaço geollustração rearranja e conllustração investimentos para o capital ser apropriado nessas obras. As barragens de regulação de água previstas para a sistema, como exemplo de Pedreira (município de Pedreira) e Duas Pontes (município de Amparo), ambas à 130 Km da capital paulista, terão a capacidade de armazenamento de 18 m³/s de água; o suficiente para abastecer as demandas de cidades de grande porte na região (Campinas: 5m³/s, segundo o SNIS, 2016).

O plano se adequaria estadualmente aos interesses da empresa, Sabesp, uma vez que ainda não abriu a concessão para as obras de parte do Plano. Mas, se levarmos em relação a capacidade da empresa e a sua competitividade. Desde 2004, a SABESPbuscou negociar com o governo do Estado de São Paulo a dívida que este tem com ela, referente a previdência. A dívida contabiliza em cerca de R\$ 12milhões é possivelmente negociada com a penhora do controle do Alto Tietê, este de controle do Estado, mas concedido à Sabesp:

Em 26 de março de 2008, firmamos um acordo de compromisso com o Governo do Estado de São Paulo para a liquidação de dívidas ativas relacionadas com o reembolso de benefícios de pensão. Segundo esses acordos, uma parte dos valores que nos são devidos referentes ao pagamento de pensões em nome do Estado poderá ser liquidada por meio da transferência para nós de certos reservatórios do Sistema Alto Tietê, utilizados por nós e de propriedade do Estado. Não podemos prever se e quando esses reservatórios nos serão transferidos porque o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública alegando que a transferência da propriedade dos reservatórios do Sistema Alto Tietê para nós é ilícita. (RELATÓRIO de SUSTENTABILIDADE SABESP, 2008, p. 13)

A ampliação dos volumes de água está imbricada com a possibilidade de acessar mais territórios e adensar sua influência no espaço do saneamento. Essa lógica vem, sobretudo, da capacidade espacial e continua de estabelecer sua expansão do valor e alta produtividade. Com o Plano Diretor da Macrometrópole, além a SABESPpassa a apropriar-se dos reservatórios do Alto Tiête: Reservatório Pirapora (localizado: Pirapora do bom Jesus, Santana do Parnaíba e Cajamar), Reservatório Guarapiranga (localidao São Paulo, Itapecerica da Serra e Embu Guaçu), Reservatório Rio das Pedras (localizado: abrangendo a área do município de São Bernardo do Campo), Reservatório Billings (localizado: Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra).

Ainda na questão do Alto Tietê como um dos exemplos dos apresentados no

Plano da Macrometrópole, será operada expansão da capacidade da Estação de tratamento de água de Taiaçupeba, rede adutoras, tanques de armazenamento, instalação de estações auxiliaadoras e estação de bombeamento; todas em regime de Parceria Público Privada (PPP) com as empresa CAB Ambiental e a Galvão Engenharia. Segundo o relatório da SABESP(2008), os investimentos estariam em total de bens de capital de aproximadamente R\$ 1,3 bilhões pagos em 15 anos de contrato.

Outra contra-tendência do capital é o aumento da produtividade da empresa, com isso em rebatimento para os trabalhadores.

Ao avaliar os dados de arrecadação dos valores gerados das receitas operacionais, contidos no caixa da empresa, pela quantidade de funcionários pertencentes à empresa (sem contar os terceirizados), levando em conta os funcionários nas atividade fins, ou seja produtiva da Sabesp.

Com esse cálculo, poderemos obter a produtividade, em horas que uma determinada empresa deva executar para alcançar o faturamento desejado. Para tanto, é avaliado no denominador da razão: número de funcionários, horas/mês (170), meses do ano (12) e uma média salarial. Neste último fator, decidimos para efeito de cálculo levantar o valor, em moda, da companhia de R\$ 2.500,00. Vale ressaltar que todos os fatores são multiplicados entre si, e dividido pelo valor a ser alcançado. No nosso caso, o valor arrecadado, no período de 2002 à 2014 (Tabela a seguir).

Com o efetivo de 18.505 funcionários no ano de 2002, e para alcançar o valor de R\$ 3,5 bilhões em arrecadação, cada funcionário necessitaria trabalhar 26,51 horas no mês. Ou seja, ele produz, levando em conta que parcela do capital constante da empresa (máquinas, ferramentas e insumos) estejam pagos, ele produz por hora R\$94,32. Se avaliarmos em 2014, com o maior aporte de arrecadação, um funcionário produz R\$ 305,32 por hora, contabilizando 8,19 horas no mês.

Esses dados podem nos revelar a possibilidade e capacidade produtiva da empresa, como também a exploração da SABESP aos trabalhadores, que se intensificou. Se em 2002, das 170 horas (40 horas semanais previsto em CLT, vezes 22 dias por mês, em 8 horas de jornada; arredondando para 170), um funcionário aqui geraria em mais valia (170-26,51): 143,49 horas para a empresa, o que revela em Reais: R\$13.533,98 não pagos ao trabalhador. Se transpormos para 2014, teríamos R\$15.261,92 não pagos ao trabalhador, ou seja a mais-valia absorvida pela empresa.

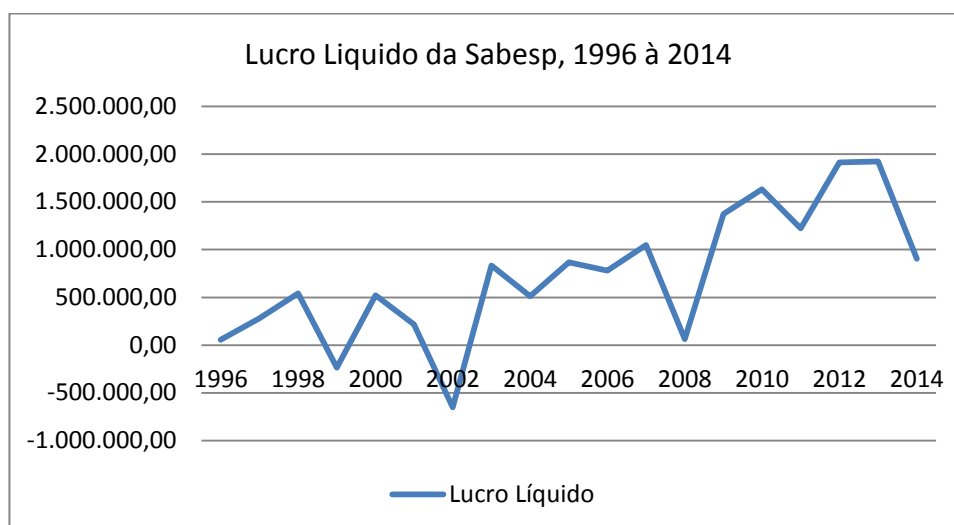
Tabela 13. Produtividade da empresa e horas trabalhadas.

Ano	FN006 - Arrecadação total (R\$/ano)	FN026 - Quantidade total de empregados próprios (Empregados)	Produtividade da Mão de Obra (Hom/Hora)	Horas necessários para atingir o montante do salário de R\$2.500,00
2002	3.560.666.272,66	18.505	94,32	26,51
2003	3.854.799.279,54	18.546	101,89	24,54
2004	4.131.280.308,50	17.735	114,19	21,89
2005	4.724.554.418,87	17.448	132,73	18,83
2006	5.485.113.939,69	16.978	158,37	15,79
2007	6.093.904.440,62	16.850	177,28	14,10
2008	6.894.994.644,60	16.649	203,01	12,31
2009	6.940.738.999,72	15.103	225,27	11,10
2010	7.868.319.880,53	15.330	251,60	9,94
2011	8.313.671.657,77	14.896	273,59	9,14
2012	8.972.151.456,75	15.019	292,84	8,54
2013	9.485.015.758,52	15.015	309,66	8,07
2014	9.188.818.483,54	14.753	305,32	8,19

Fonte: SNIS, 2016.

Esse quadro se estabelece como uma das medidas de contratendência do capital em crise. Há a combinação de uma redução da massa de trabalhadores na empresa, concomitante ao aumento do volume das horas trabalhadas, intensificando o trabalho e aumentando sua produtividade. Com isso, garantem a taxa de lucro, que ocorreu em queda de 2012 a 2014. Como apresentado no Ilustração a seguir:

Ilustração 14. Lucro Líquido da Sabesp, 1996 à 2014



Fonte: Sistema Nacional de Saneamento Básico, 2016

Mesmo com o aumento do patamar do lucro líquido da empresa, após as atividades de reestruturação da empresa ocorridos em 2008/09, a queda do lucro líquido permite não apenas a ampliação das ADR's negociadas na bolsa de NY, como a ampliação da produtividade do serviço da Sabesp, por meio da redução dos funcionários diretamente contratados por ela. Estas aparecem como as contratendências em retomar as taxas de lucros, e os dividendos para seus acionistas.

Dentre as medidas tomadas, compõe o que Marx elaborou de “contratendências” para a queda da taxa de lucro. As expressões se refletiram com a ampliação de obras para maior captação de água e regularização dos rios (planos da macrometrópole), ampliação de seus territórios via absorção de mais rios para a adução da água, aumento da produtividade do trabalho, terceirização e aumento das tarifas de luz.

É interessante que em 2007, o Estado de São Paulo cria a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo (ARSESP), cuja função seria regular as atividades de saneamento e energia do Estado. A constituição de agências converge aos interesses das reformas proferidas pelo Banco Mundial, e incorporada nas agendas neoliberais de “modernização do Estado”. Compete a ARSESP:

Saneamento: regular e fiscalizar os serviços de saneamento de titularidade estadual, assim como aqueles de titularidade

municipal, que venham a ser delegados à Arsesp pelos municípios paulistas que manifestarem tal interesse. (ARSESP, www.arsesp.sp.gov.br)

A agência passa a também coordenar o processo de regulação e autorização tarifária. Em 2009, é a primeira revisão da tarifa, o que se reflete na retomada dos lucros da empresa. O que combina com as ações por outro flanco de recompor os lucros obtidos pela empresa.

Com vistas para ampliar seus ganhos, a SABESP passa a síntese de apresentar-se como a empresa de monopólio no espaço do saneamento paulista, com o maior número de rios para sua captação. Com capacidade de mecanismos do Estado de São Paulo a seu favor, seja na regulação via Arsesp ou nas negociações de obras de infraestrutura, com o DAEE. Essas variáveis lhe garantem a capacidade de manobras para os seus ganhos.

Com isso, a combinação de parcelas do Estado como acionistas e 49% na mão do capital privado, permite uma simbiose importante para a garantia e expansão do capital. É, sobretudo, com a política adotada no Estado de São Paulo de cariz neoliberal, em que embora apregoe a não interferência do Estado, ela garante os grandes negócios da empresa e retomada de lucratividade aos acionistas.

Atualmente, acompanha internacionalmente os interesses do negócio da Água, abertos pela ofensiva neoliberal de torna-la um recurso para garantir novos mercados para sua expansão e geração dos lucros, para o capital em crise estrutural. A regulação se pauta pela valorização do capital, do que das necessidades e possibilidades para a população.

6.Considerações Finais

O estudo da participação do capital privado na SABESP busca adentrar-se no debate dos processos de privatização e apropriação de setores do saneamento básico, sobretudo, após as ofensivas neoliberais da última década, em que a necessidade de transformar a água em recurso para a acumulação capitalista vem tomando corpo e debate nos anos de 1980-90 e na entrada do século XXI.

A pesquisa parte da necessidade de compreensão dos processos de apropriação da empresa Sabesp, com apenas 50% pública, aos interesses dos 49% privados. A condução de sua entrada não apenas na gestão da empresa, mas, sobretudo, de sua lógica de geração de lucros e dividendos para a gestão do saneamento básico para dos municípios de concessão aos seus serviços. Com isso, se manifestava as crises hídricas e a forma de saneamento que vimos ao longo da conjuntura perpassada por conflitos no uso e acesso ao serviço.

Outra necessidade buscada pelo militante/pesquisador era de que maneira intervir na realidade, compreendendo-a em seu processo, na sua imanência e constituindo as mediações necessárias para atuar nela. Para tanto, a lógica imanente da constituição do saneamento da empresa e no Brasil, no setor, requereu também as determinantes históricas das particularidades brasileiras articuladas com os processos em voga na espacialidade do mundo, unindo (singularidade e a universalidade, em síntese com a particularidade Lukács [1978]), as territorializações da política privatista do meio ambiente (da água no estudo).

A compreensão da categoria Espaço nos foi importante. O espaço subsumido ao capital como a “[...] construção geográfica do mundo [...] o movimento histórico da construção via espaço da hegemonia e controle do trabalho pelo capital” (MOREIRA, 1994, p.230), passa se determinar pela lógica do capital, mediados pelo Trabalho e do Ordenamento espacial.

A crise estrutural nos anos de 1970 impingiu no tempo e no espaço a novos ordenamentos. Aceleração das comunicações, interligações com os mais variados lugares do mundo, aceleração do tempo. Seus fundamentos estão na necessidade da

expansão, incontabilidade, e atingindo seus limites estruturais, necessitando de “ajudas” externas à extração de mais-valor seja o Estado e a possibilidade de expandir o processo de reificação, tornar em coisas, vendáveis ou dentro do processo de geração de valor.

Também adicionado a esse contexto a degradação ambiental e o excesso de utilização da base natural, passa a consubstanciar destruição da terra, água, ar e seres humanos. A ampliação da produção implica para o Capital subsumir mais bens naturais em recursos para a sua valorização. Com isso, a Água se adentra na agenda política.

É parte da estratégia do capital nesse novo momento de ordenação e arranjos espaciais a apropriação de bens naturais para o regime de super-valorização. Dentro disso, o “Novo Imperialismo” é permeado com as possibilidades de ideologia e constituição de Hegemonia, pela diplomacia e pela violência de seus conflitos. Com a ideologia a escassez a categoria imanente da crise ambiental e solução via o consumo (na análise (neo)liberal), aborda a solução via a apropriação via propriedade; pela diplomacia constrói o espaço de hegemonização das soluções do capital para a crise, os instrumentos como a ONU, Conselho Mundial da Água, Banco Mundial, dão consequência e corpo e a tornam ideologia, via a territorialização da mercantilização da água.

Esses mecanismos grassam no espaço mundial e ganham debates e discussão. Todavia, para compreender suas territorializações é necessário mediações e as particularidades para a implementação da ideologia da mercantilização.

No caso brasileiro, identificamos o processo contumaz de ordenação espacial do Estado e os blocos históricos que ditaram a organização do espaço do saneamento é compreendida pelo poder da burguesia nacional associada com o imperialismo, à qual territorializa a organização e ordenamento do saneamento. Daí a compreensão dos determinantes que constituíram o poder hegemônico dos blocos de poder vigentes na história. Estes buscando as ações de garantir seus interesses e estabelecer a infraestrutura necessária para o “seu” projeto de desenvolvimento.

Identificamos no Brasil, com interlocução do complexo da política e da economia, permitiu-nos alguns dos elementos para a determinação do ordenamento e os arranjos encontrados para o saneamento. O PLANASA como o ordenamento e a constituição do saneamento, seu arranjo, focado nas formas de grandes empresas e estadualizado. Constituído no momento de estabelecer os interesses e cenários para o bloco histórico que o conduzia. Ordenado para os interesses do desenvolvimentos de

parte dos Estados do sudeste e sul, apresentando sintonia com o bloco que se estabelecia.

Isso garantiu que os arranjos de empresas de sociedade mista se dariam mais eficazes para instalação de e permanência, que viriam a se expressar na SABESP com a possibilidade de divisar suas ações e gestão com outros interesses, no caso da abertura das ações. A continuidade da ditadura civil-militar proporcionou o primeiro projeto e a continuidade dos fundamentos que viriam a beneficiar a entrada de capital e o poder monopolístico da companhia paulista de saneamento.

No contexto político e econômico de hegemonia do capital financeiro, o território sabespiano necessitou de maior adensamento de sua gestão e capacidade e acesso cada vez maior de adução de água. Todavia, com a capacidade de acesso e a possibilidade política, do Estado e na governança do PSDB (claramente defensor de políticas de cariz privatistas e mercantilista), garantiram as condições para o fortalecimento da empresa ao sabor das necessidades do capital financeiro.

Vemos que a regulação que deveria garantir o acesso ao saneamento é prenhe de interesses para a produtividade subsumida ao interesse da geração de mais Valor. O regular é para a garantia de lucros e dividendos ao capital financeiro fetichista. Velado pela necessidade de ampliar a oferta de água, que é apresentado por projeções de demandas a partir das possibilidades de aumento da população, em um neomathulsonianismo. O acesso e ampliação de volume, garante ao capital produtivo, da construção civil, coadunado com os investidores da bolsa; maiores cifras de produção e aumento dos valores das ações.

As medidas de mais Valor regula a uma nova ordenação e arranjo espacial a companhia, favoráveis às contratendências implementáveis para salvaguardar a existência e reprodução do capital. Aumento da produtividade do trabalho abstrato (assalariado), maior contingente de obras, e ampliação das fontes e volumes de água; criação de órgãos que garantam a “ajuda externa” do processo produtivo de extração de mais-Valor. Ao passo que tais medidas contraditoriamente geram: precarização do trabalho, e deterioração das condições de trabalho; aumento das instalações de barragens de regulação de rios (reservatórios), com ampliação de Atingidos pelo Estado de São Paulo.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS – ANA (Brasil). Conjuntura hídrica: informe 2014. Brasília: ANA, 2015.

_____. **Atlas GeoIlustração Digital de Recursos Hídricos do Brasil** (Brasil). 2013. Disponível em: <<http://www2.snirh.gov.br/atlasrh2013/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

ALVES, G. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP: 1998.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital. Nova degradação do trabalho na Era da Globalização**. Londrina: Praxis, 1999

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.4).

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Tradução de Wanda Caldeira Brant. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOITO JR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Tese (Livre-docência)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.

BOITO JR, A. e GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BORELLI, Raul Felipe. **Aspectos jurídicos da gestão compartilhada dos serviços públicos de saneamento básico**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BRITTO, Ana Lúcia. **A regulação dos serviços de saneamento básico no Brasil: Perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública**. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR- Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. Rio de Janeiro: IPPUR, 2001

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência. Vol.1**. 1 ,ed.— São Paulo : Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência. Vol.2**. 1 ,ed.— São Paulo : Expressão Popular, 2012.

CARDODO, R.C.L. (Org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Sociedade de economia mista – sua natureza seus problemas**. Revista Direito Administrativo. Rio de Janeiro: 103:1-15, Jan/mar, 1971

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, André Monteiro. **Avaliação da Política Nacional de Saneamento, Brasil – 1996/2000**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2003.

CUSTÓDIO, V. **Escassez de água e inundações na Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Humanitas/ FAPESP, 2012.

FOSTER, S.; HIRATA, R.; GOMES, D.; D'ELIA, M.; PARIS, M. **Proteção da qualidade da água subterrânea: um guia para empresas de abastecimento de água, órgãos municipais e agências ambientais**. Tradução de Silvana Vieira. 1 ed. São Paulo: Servmar; Washington: World Bank Group, 2006.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. **As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em 2012 Minas Gerais: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na COPASA/MG** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.

FUSCO, José Paulo Alves. **Unidades estratégicas de negócios- uma ferramenta para gestão competitiva de empresas**. IN: Gestão & Produção V.4, n.1, p.36-51, abr. 1997

GALVÃO Jr., A.C. & PAGANINI, W.S. **Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil**. Engenharia Sanitaria Ambiente, p 79-88, v.14, n.1, jan/mar, 2009 .São Paulo.

GONÇALVES, Dorival. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Estratégia de Retomada da Taxa de Lucro do Capital ?** Dissertação (Mestrado) – Programa interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002

GRAUS, Eros R. **Comasp- Sociedade anônima de capital autorizado**. Revista DAE, ed. 72, n.784. São Paulo, 19

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 15

HELLER, Pedro G. **Modelos de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: uma avaliação comparativa do desempenho no conjunto dos municípios brasileiros**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia. Belo Horizonte, 2007.

HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil Vol.1**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil Vol.2**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil Vol.3**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil Vol. 4**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil Vol. 5**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). **Panorama do saneamento básico no Brasil Vol. 6**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab.html>>. Acesso em 27 de novembro de 2015.

JORNAL DO SINTAEMA. De 1995 à 1998. Nº

LANNA, Antonio Eduardo. **Hidroeconomia**. In REBOUÇAS, Aldo C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. 2 Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002

LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Para uma ontologia do ser social, 2**. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed, UFRJ, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. v. 1. 28 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARTUSCELLI, Danilo E. **A transição para o neoliberalismo e a crise do Governo Collor**. In.: BOITO JR, A. e GALVÃO, A. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

MEICHES, José. **Saneamento e Desenvolvimento**. Revista DAE, edição 88, n.516. São Paulo, 1971

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do Capital**. Tradução de Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MATTOS, P. J. N. **Abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo: das políticas atuais à necessidade da integração**. São Carlos, 2014. Monografia de Trabalho de Graduação. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. **Geografia, teoria e crítica**: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço, corpo do tempo:** a construção geográfica das sociedades. 1994. 239. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico ?:** por uma epistemologia crítica. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Geografia e Práxis. A presença do Espaço na teoria e na prática geográficas.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Oliveira, Thiago Guedes de. **Abertura de capital das Companhias Estaduais de Saneamento: uma análise a partir da experiência de Minas Gerais.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia. Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, C. F. **Água e Saneamento Básico: a atuação do grupo Suez em Limeira/SP e Manaus/AM.** Tese de Doutorado em Geografia-Universidade de São Paulo, FFLCH. São Paulo, 2007.

Oliveira, Leandro Dias de. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92).** Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: 2011

PANIAGO, M. C. S. **A incontornabilidade ontológica do Capital:** um estudo sobre Beyond Capital, de I. Mézáros. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

POMAR, Wladimir. **Brasil, crise internacional e projetos de sociedade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina”. In: FERNANDES, B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 195-221.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. **Águas doces no Brasil e no mundo.** In REBOUÇAS, Aldo C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação.** 2 Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

RIBEIRO, Wagner da Costa. **Geografia política da água.** São Paulo: Annablume, 2008. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).

RUBINGER, Sabrina Dionísio. **Desvendando o conceito de saneamento no Brasil: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo** São Paulo 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos

ROSS, J. L. S. São Paulo: a cidade e as águas. In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. (org). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SABESP– Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **Dossiê Institucional - Empresas de Saneamento em São Paulo**. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. São Paulo, 2008. Disponível:

165<http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/dossies/pdf/2_dossie_institucional_empresas_de_saneamento.pdf> Acesso: março de 2014.

SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo; Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO, Anne Raquel. **A trajetória da Assemae. Anos de história do saneamento Público Municipal no Brasil**. Associação Nacional dos serviços Municipais de Saneamento-ASSEMAE. Brasília-DF, 2011.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, Paul. **A crise do milagre. Interpretação crítica da economia brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SWYNGEDOUW, Erik. **Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.6, N.1/Maio, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 24. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

_____. A. Por uma Geografia do Trabalho. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. 4. Barcelona, 2002. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm>. Acesso em Mar de 2014.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. Tese (Livre docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente: 2009.

WORLD WATER COUNCIL. **World water vision. Making water everybody's business**. Earthscan Publications Ltd, London, 2000.

VARGAS, Marcelo C.; LIMA, Roberval F.. **Concessões privadas de saneamento no Brasil: bom negócio para quem?** Ambiente & Sociedade-Vol. VII, nº2 jul/dez. 2004.